

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Luiza Boézzio Greff

**MOSAICO DE RETRATOS: O ARQUIVO COMO PRÁTICA POLÍTICA
DE RESISTÊNCIA**

Santa Maria, RS
2021

Luiza Boézzio Greff

**MOSAICO DE RETRATOS: O ARQUIVO COMO PRÁTICA POLÍTICA DE
RESISTÊNCIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutora em Letras**.

Orientadora: Profa. Dra. Amanda Eloina Scherer

Santa Maria, RS
2021

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Greff, Luiza Boézzio
Mosaico de retratos: o arquivo como prática política
de resistência / Luiza Boézzio Greff.- 2021.
179 p.; 30 cm

Orientador: Amanda Eloina Scherer
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação
em Letras, RS, 2021

1. Análise do Discurso 2. Memória 3. Arquivo 4.
Ditadura Militar na América Latina 5. Uruguai I.
Scherer, Amanda Eloina II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, LUIZA BOÉZZIO GREFF, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Luiza Boézzio Greff

**MOSAICO DE RETRATOS: O ARQUIVO COMO PRÁTICA POLÍTICA DE
RESISTÊNCIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutora em Letras**.

Aprovado em 31 de maio de 2021:

Amanda Eloina Scherer, Dra. (UFSM) – Videoconferência
(Presidente/Orientadora)

Mara Ruth Glozman, Dra. (UBA, Argentina) – Videoconferência

Vanise Gomes de Medeiros, Dra. (UFF) – Videoconferência

Carolina Salbego Lisowski, Dra. (FAPAS) – Videoconferência

Larissa Montagner Cervo, Dra. (UFSM) – Videoconferência

Santa Maria, RS
2021

NUP: 23081.050994/2021-91

Prioridade: Normal

Homologação de ata de banca de defesa de pós-graduação

134.332 - Bancas examinadoras: indicação e atuação

COMPONENTE

Ordem	Descrição	Nome do arquivo
2	Folha de aprovação	FOLHA DE APROVAÇÃO.pdf

Assinaturas

22/06/2021 11:31:04

Mara Ruth Glozman (Pessoa Física)

Usuário Externo (AAA*****)

22/06/2021 12:07:58

LARISSA MONTAGNER CERVO (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR)

01.08.10.00.0.0 - COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO - CODE-PROGRAD

22/06/2021 16:43:33

CAROLINA SALBEGO LISOWSKI (Pessoa Física)

Usuário Externo (013.***.***.**) 1960

23/06/2021 16:06:31

AMANDA ELOINA SCHERER (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR)

01.79.00.00.0.0 - ESPAÇO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA E EXTENSÃO - UFSM/Silveira Martins - EMPE-UFSM/SMart

01/07/2021 15:50:51

Vanise Gomes de Medeiros (Pessoa Física)

Usuário Externo (664.***.***.**) 1960

Código Verificador: 713582

Código CRC: 94d36109

Consulte em: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/autenticacao/assinaturas.html>



*A Helena e sua(s) (des)memória(s).
A todos ellos.*

AGRADECIMENTOS

Cresci muito desde 2007, quando iniciei minha vida de estudante da UFSM. A vocês que marcaram minha trajetória de alguma forma: muito obrigada.

Agradeço, inicialmente, à professora Amanda Scherer, minha orientadora desde a Iniciação Científica – obrigada por ter acreditado, há tanto tempo, naquilo que me havia sido negado em outros espaços: a possibilidade de questionar. Quanto caminho até aqui...

Agradeço também à CAPES pela bolsa de pesquisa concedida em meu primeiro ano de doutorado, investimento que tornou possível não apenas o estudo, mas a organização para os próximos anos. Vida longa ao investimento na pesquisa acadêmica em nosso país!

Agradeço à banca avaliadora desta tese pela leitura atenta, pelas contribuições que a convivência (em aulas ou em leituras...) trouxe para minha formação. Dedico um agradecimento especial à professora Vanise Medeiros por ter me oferecido um pouco de sol quando tudo estava muito nebuloso lá naquele tão distante 2018...

Agradeço também à Mariana Pfitscher e ao seu trabalho de escuta, uma das responsáveis por 2018 ter acabado. Às colegas de estudo e conversa, àquelas que se tornaram amigas e companheiras: obrigada. Em especial, obrigada àquela que a UFSM trouxe para a minha vida, para a minha história e para me mostrar o que é ter uma irmã mais nova: Bruna, obrigada por tudo. Que tenhamos muito a agradecer.

Ao meu companheiro de sonho e sono, *meu melhor naufrágio*, minha sorte: não é exagero dizer que esta tese (e tantos outros planos) não aconteceria(m) sem ti. Obrigada por me resgatar tantas vezes, por acreditar que valia/vale a pena e por escolher, a cada manhã, estar aqui. À minha prima-irmã-mãe Ana Paula, a mulher que me inspirou desde muito cedo a ser uma mulher forte: obrigada pelo exemplo, pelo incentivo, pela confiança e pela segurança de me sentir em casa nos piores momentos. Ao meu irmão, que me mostrou há muitos anos, ainda um adolescente, que a gana de viver é o que faz viver, obrigada por estar na minha vida do teu jeito e obrigada por trazer para a minha vida a família que tu construístes.

E aos meus pais... obrigada por terem me dado a oportunidade de escolher. Olho para trás e vejo quanto trabalho para que a filha de dois trabalhadores a quem foram negados tantos direitos, dentre eles a educação formal, estivesse onde estou. Quanto trabalho para que, com tudo aquilo que poderia me impedir, eu ocupasse este lugar onde estou. Quanto amor para não desistir. Obrigada pela vida inteira. Obrigada por me ensinarem a não me dobrar. Ninguém deveria precisar ser “um guerreiro” para que seus filhos tenham direito ao que lhes é de direito

– e como não se faz realidade esse ideal, obrigada pela luta. Obrigada por me mostrarem desde muito cedo, na prática, a força e a resistência. Obrigada por me fazerem ter orgulho de vir de onde eu vim.

Por fim, agradeço a todos aqueles que cruzaram meu caminho no país com o nome de um rio. Às mães, aos familiares, aos amigos, às testemunhas, àqueles que doam parte de sua vida à luta por verdade, memória, justiça e nunca mais: obrigada. Obrigada em nome da minha trajetória e obrigada em nome do que acredito. Nenhum de nós saberá agradecer o suficiente. O mínimo que podemos fazer é lutar para que não se repita.

Em uma das minhas despedidas de Montevideú, sentada em uma cafeteria na penumbra, eu conversava com Antónia e ela me contava sobre a detenção e sobre como usaram sua filha, então uma criança muito pequena, como objeto para sua tortura como mãe. Não consegui dizer mais do que lo siento segurando o choro que já estava pronto nos olhos. Antónia disse as palavras que escrevi na madeira da mesa sobre a qual me debruço para a escrita desta tese há alguns anos: Toma teu suco, está tudo bem, ela é feliz. Obrigada, lugares ao sul; obrigada, pessoas ao sul, por tornar possível tomar meu suco, dizer que está tudo bem e encontrar alento em meio ao caos.

RESUMO

MOSAICO DE RETRATOS: O ARQUIVO COMO PRÁTICA POLÍTICA DE RESISTÊNCIA

AUTORA: Luiza Boézzio Greff
ORIENTADORA: Amanda Eloina Scherer

A presente tese tem como base para reflexão teórica os estudos discursivos, a partir do estudo de Michel Pêcheux e demais pesquisadores da Análise de Discurso e busca contribuir para as investigações teóricas concernentes aos conceitos de discurso, de arquivo (por uma perspectiva discursiva) e memória. Por tal perspectiva, empreendeu-se uma análise do discurso do Grupo de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos (*Desaparecidos*), formado por familiares e demais interessados na luta por verdade, memória e justiça para as vítimas (detidas, torturadas, mortas e desaparecidas) da ditadura militar uruguaia dos anos 1970 e 1980 e cuja luta mantém-se ativa desde o período de autoritarismo até a atualidade. Tomamos como objeto o arquivo digital do grupo, disponibilizado em seu site, estabelecendo uma série de documentos para análise, sendo ela formada pelos informes **Muertes en Prisión**, de 1984, e **A Todos Ellos**, de 2004, bem como as publicações realizadas na linha do tempo do espaço digital. Para estudo, descrição e análise, trouxemos o que compreendemos como retratos das vítimas, pautando o processo pelos tópicos a seguir: a assinatura de cada um dos documentos pelo grupo *Desaparecidos*; a recorrência da forma retrato; a relação de atualização entre os diferentes retratos em suas diferentes condições de produção. A partir da análise de tal recorte do arquivo, buscamos compreender como a prática de construção e sustentação do arquivo se faz como um discurso de prática política e de resistência, compreendendo a primeira como uma forma de prática social de sujeitos e a segunda como uma forma de lutar contra o esquecimento. Além das noções previamente citadas, trabalhamos com as noções de condições de produção, silêncio e partilha sensível.

Palavras-chave: Discurso. Arquivo. Memória. Resistência.

RESUMEN

MOSAICO DE RETRATOS: EL ARCHIVO COMO PRÁCTICA POLÍTICA DE RESISTENCIA

AUTORA: Luiza Boézzio Greff
ORIENTADORA: Amanda Eloina Scherer

Esta tesis se basa en la reflexión teórica de los estudios del discurso, a partir de las reflexiones de Michel Pêcheux y otros investigadores del Análisis del Discurso y busca contribuir a las investigaciones teóricas sobre los conceptos de discurso, archivo (desde una perspectiva discursiva) y memoria. Desde esta perspectiva, se realizó un análisis del discurso del Grupo de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos (*Desaparecidos*), formado por familiares y otros interesados en la lucha por la verdad, la memoria y la justicia por las víctimas (detenidos, torturados, asesinados y desaparecidos) de la dictadura militar uruguaya de los años 1970 y 1980 y cuya lucha se mantiene activa desde el período autoritario hasta la actualidad. Como el objeto de estudio, tenemos el archivo digital del grupo, a disposición en su sitio web, estableciendo una serie documental para análisis que se compone de los informes **Muertes en Prisión**, de 1984, y **A Todos Ellos**, de 2004, así como las publicaciones realizadas en la línea del espacio-tiempo digital del sitio web. Para el estudio, la descripción y el análisis de los documentos, aportamos lo que entendemos como retratos de las víctimas, orientando el proceso por los siguientes temas: la firma de cada uno de los documentos por parte del grupo *Desaparecidos*; la recurrencia de la forma retrato; la relación de actualización entre los diferentes retratos en sus diferentes condiciones de producción. A partir del análisis de tal extracto del archivo, buscamos comprender cómo la práctica de construir y sostener el archivo se realiza como un discurso de práctica política y de resistencia, entendiendo la primera como una forma de práctica social de los sujetos y la segunda como una forma de luchar contra el olvido. Además de las nociones mencionadas anteriormente, trabajamos con las nociones de condiciones de producción, silencio y compartir sensible.

Palabras-clave: Discurso. Archivo. Memoria. Resistencia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Um percurso no arquivo.....	89
Figura 2 – Aba documentos.....	91
Figura 3 – Después del Referéndum	92
Figura 4 – Aba livros	93
Figura 5 – Aba livros 1	94
Figura 6 – Primeira página de <i>A Todos Ellos</i> (2004)	98
Figura 7 – Ficha catalográfica de <i>A Todos Ellos</i>	98
Figura 8 – Agradecimentos em <i>A Todos Ellos</i>	99
Figura 9 – <i>Muertes</i> , introdução	101
Figura 10 – <i>Muertes</i> , contracapa	101
Figura 11 – Aba <i>Enlaces</i> , site do grupo <i>Desaparecidos</i> (destaque nosso).....	104
Figura 12 – Retrato disponível no site do grupo <i>Desaparecidos</i> (destaque nosso).....	105
Figura 13 – Referência a publicações do grupo <i>Madres</i>	117
Figura 14 – <i>Muertes</i> por tortura: primeiro caso reportado	121
Figura 15 – <i>Muertes</i> por Tortura: último caso reportado	122
Figura 16 – Retrato de <i>Celso Fernandez</i>	125
Figura 17 – <i>A Todos Ellos</i> : Primeira página do índice	133
Figura 18 – <i>A Todos Ellos</i> : Segunda página do índice	134
Figura 19 – <i>A Todos Ellos</i> : Terceira página do índice	135
Figura 20 – Exemplo de retrato	136
Figura 21 – Retrato com testemunho de familiar perante comissão investigadora.....	137
Figura 22 – Retrato com depoimento realizado diretamente para o grupo <i>Desaparecidos</i> ...	141
Figura 23 – Retrato com trecho de documento pessoal/particular	144
Figura 24 – primeira página de uma das <i>Fichas Personales</i>	155
Figura 25 – Primeiro retrato publicado no site: vítima desaparecida, sem foto	159
Figura 26 – <i>Las pibas de abril</i>	161
Figura 27 – Retrato de <i>Rodríguez</i>	162

SUMÁRIO

PARTE I	19
1 PRIMEIRAS PALAVRAS (tecendo redes, andando sob nuvens, navegando o vento)	19
2 CARTA DE NAVEGAÇÃO	37
3 EM ÁGUAS PROFUNDAS: ALGUMAS REFLEXÕES VIA ANÁLISE DE DISCURSO	43
3.1 LANÇANDO ÂNCORAS.....	53
PARTE II	69
4 DO ARQUIVO AO CORPUS	69
5 DESAPARECIDOS ENTRE NÓS	85
6 RECORRÊNCIAS	109
6.2 RESISTIR <i>POR TODOS ELLOS</i>	127
6.3 UMA CURVA NO MEIO DO CAMINHO	148
6.4 RETRATOS DE UM PASSADO PRESENTE.....	157
PARTE III	165
7 RESISTÊNCIA: COMO ENCARNAR ESSA PALAVRA?	165
REFERÊNCIAS	175

PARTE I

1 PRIMEIRAS PALAVRAS (tecendo redes, andando sob nuvens, navegando o vento)¹



*Detrás de cada puerta
Está alerta mi pueblo;
Y ya nadie podrá
Silenciar su canción
Y mañana también cantará.
En mi país somos duros:
El futuro lo dirá.*

*En mi país, que tibieza,
Cuando empieza a amanecer.
Dice mi pueblo que puede leer
En su mano de obrero el destino
Y que no hay adivino ni rey
Que le pueda marcar el camino
Que va a recorrer.*

*En mi país, que tibieza,
Cuando empieza a amanecer.*

*En mi país somos miles y miles
De lágrimas y de fusiles,
Un puño y un canto vibrante,
Una llama encendida, un gigante
Que grita: ¡adelante... adelante!
(Alfredo Zitarrosa)*

¹As imagens apresentadas no início de cada um dos capítulos são fotografias feitas por Juan Angel Urruzola para a série “Miradas Ausentes”, a qual foi exposta em dezembro do ano 2000 no prédio da Intendência de Montevideú/Uruguai; elas estão disponíveis na publicação “Desaparecidos, a la escucha del silencio para sellar la paz”, editada e publicada também pelo grupo Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos e disponibilizada em seu site: <https://desaparecidos.org.uy/>. Acesso em: 19 dez. 2018.

Planejara iniciar este texto com algumas páginas que versassem apenas sobre a sua relação com a minha trajetória acadêmica, com a vertente teórica na qual me inscrevo e com a linha de pesquisa em que me inseri desde os primeiros momentos dessa jornada. Entretanto, acredito que as páginas que aqui se seguem pedem (ou peço eu por elas, ou peço eu para mim mesma, uma forma de controlar sentidos, uma possibilidade de construir um trajeto de leitura, de ganhar certa “autoridade” sobre o texto) notas que não são pré-textuais visto que fazem parte do todo, são fragmentos significantes de grande importância nesse momento de construção da tese para mim e para o outro. São, também, de imensa valia nesse processo de escrita e leitura e (re)escrita e (re)leitura (...) que é a composição de uma tese (e, de uma forma bastante sensível, são um meio de significar minha relação de idas e vindas com a prática de escrita e de analista, com a prática dessa composição em específico, significando o sujeito que há na escrita e na pesquisa, sujeito que eventualmente desaparece sob a objetividade e a burocracia da vida acadêmica. Notas que pedem que não desapareçamos...).

Busco, a seguir, estabelecer um espaço de diálogo sobre o estudo e suas condições de produção, um diálogo que nos persegue até na solidão da escrita: como cheguei até aqui? Como chegarei até lá (esse *lá* ao longe... que às vezes parece miragem)? O que me fascina nisso? O que posso eu diante disso? Um diálogo sobre a escrita, sobre os interesses, sobre os obstáculos e sobre o trabalho objetivo de construir uma tese *sob as nuvens*².

Não encontro forma de hierarquizar as questões que aqui apresento: os obstáculos de diversas ordens, os câmbios³ de interesse e de possibilidades, as decisões vacilantes sobre o rumo do estudo, as questões teóricas... Início, portanto, por uma questão que considero de ordem tão não-acadêmica que talvez não devesse, para muitos, constar aqui. Acredito, depois de muita reflexão, que deve: este texto foi concebido e construído *sob as nuvens*. Não é novidade o tema do adoecimento acadêmico, porém é sempre com surpresa e alguma demora que nos percebemos entre aqueles que compõem as estatísticas as quais apontam que mais da metade dos alunos de pós-graduação, em algum momento, veem a si mesmos adoecidos em uma nebulosidade sufocante que se instala e se disfarça de normalidade. Por que trazer à baila essa questão? Porque é preciso falar sobre o adoecimento no ensino superior e na pós-graduação, porque é preciso não “normalizá-lo”, mas abrir espaço para o diálogo e compreender a gravidade da situação. É preciso, ainda, compreender que isto, *as nuvens*, elas estão *ali* durante

² Referência ao bastante comentado artigo acadêmico “*Mental health: Under a cloud*”, publicado por Virgia Gwein na revista Nature (2012), disponível em: <https://www.nature.com/nature/journal/v490/n7419/full/nj7419-299a.html>. Acesso em: fev. 2019.

³ Algumas marcas linguísticas da língua espanhola se fazem presentes em nossa escrita. Acreditamos que se faz, aí, o significar dos atravessamentos da nossa relação sensível com o país com o nome de um rio...

a escrita e mais, nós *estamos ali, sob as nuvens* também. Nesse trajeto, estive por quase um ano afastada do Curso de Doutorado em Letras, sendo a primeira versão deste texto, quando do processo de qualificação, a minha reaproximação, uma forma de dissipar a tormenta.

Tanto tempo sob as nuvens levou-me não só a refletir sobre a relação subjetiva com a prática acadêmica e o que a circunda, mas também sobre a prática acadêmica enquanto prática em si mesma e no quanto a metáfora das nuvens, das sombras e do inevitável porvir da chuva diz respeito também ao navegar dos mares da Análise de Discurso. Dessa maneira, o primeiro ponto que eu gostaria de levantar é este: há sempre áreas de sombra em nossos estudos, questões que não visualizamos caminho para “resolver”, conceitos teóricos que nos desafiam, dificuldades na leitura do objeto, análises que demandam mais do que conseguimos até então. Entretanto, há áreas de sombra que precisam ser vistas – e não de forma condescendente – e discutidas e respeitadas e questionadas. Há nuvens que precisamos dissipar – em diversos aspectos de nossa prática acadêmica. Um dos mais tocantes encontros foi perceber-me ressignificando as sombras, as águas e os eventos naturais que metaforizaram as doenças do corpo e da mente, vendo em tal metáfora um meio para pensar minhas dificuldades de escrita, leitura e análise. Talvez uma nota pertinente seja esta: há, ao longo deste texto de tese, marcas inevitáveis das nuvens que acompanham a mim e à minha prática de analista de discurso em formação. Delicadeza compactuada com minha orientadora (também tão dada às belezas da língua e da linguagem) e com colegas interlocutoras, a quem tanto devo nesse momento de estudo.

No mesmo sentido, as condições de produção (aqui tomada como noção discursiva, cara à nossa área de conhecimento) em que se inscreve o processo de construção deste texto fizeram dele o que compreendi como uma foz delta que encontra seu caminho rumo a águas maiores: braços e braços de empecilhos práticos de acesso a materiais de estudo em função de reconfigurações políticas, câmbios de foco, períodos de estiagem de ideias, abundância de questionamentos... Bastante positivo, por sua vez, tantos braços: tantos pontos de excitação teórica e analítica fizeram com que, sob o olhar atento da banca, encontrasse possibilidades de estudo e de análise. Movidas. Moventes. Reconfiguração em curso embalada pelos ventos das leituras constantes e das possibilidades de velejar propostas pela prática em Análise de Discurso. Há, então, uma série de *começares*.

Dentre os *começares*, além daquele que envolve nuvens e sombras e tormentas, destaco o caráter de “eterno” começo das reflexões teóricas e analíticas que aqui serão apresentadas. Encontro esse *começar* com frequência, a cada nova investida nos estudos em Análise de

Discurso, campo disciplinar que, em seu lugar de entremeio, mostra-se cada vez mais desafiador, profundo, opaco e questionador. Trata-se de uma proposta de entendimento do funcionamento da prática de arquivo, tal como entende o campo de saber em que me inscrevo, enquanto prática política de resistência. As análises que apresento devem servir para a confirmação da tese, porém não há a inocência de acreditar que tenho aqui um assunto encerrado, dada a conclusão do texto de doutoramento. Tampouco creio que se trata de uma miragem, visto que a teoria oferece terreno fértil para a construção de um dispositivo teórico-metodológico que ampare as propostas e as proposições delas oriundas – há objetivos postos, há questões, há um norte, há noções teóricas e movimentos de análise que me orientam neste trabalho. Há um ponto de chegada para este estudo, incerto, sim, há de haver, contudo se trata, quando do início da viagem, de um ponto ao longe.

Iniciar um texto, colocar-me na posição de autora, de pesquisadora em um campo de saber muito maior do que “eu” e o “meu” trabalho” (e uso as aspas, pois me soa tão soberbo acreditar que há apenas um eu, uma só voz – e minha – e um trabalho feito, individualmente, sem que ecoem orientações da minha professora orientadora, aprendizados de ao longo do caminho, apontamentos e sugestões de colegas e mestras(es) que fizeram com que este texto fosse, enfim, possível), faz-me lembrar das palavras de Foucault, ao introduzir **A ordem do discurso** ([1970] 2014, p. 5), e faço minha voz par ao afã de “que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal” e desse ponto que não é um início, nem um meio e nem um fim, apenas um ponto, um nó entre vários no fio do discurso, partisse o que tenho para compartilhar, reflexões em torno de um tema que me inquieta enquanto analista de discurso, não um monólogo, uma vez que haja um diálogo entre vozes. Posto que me inscreva para um espaço de fala nesse diálogo que me precede, “não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna” (ibid., p. 6), um mediador entre autores que reuni em torno de uma mesa imaginária sobre a qual repousa um objeto em análise.

Adiante no que diz respeito não apenas aos começos, mas às relações que se mostram e se “escondem” em uma ordem natural que inexistente além da superfície, coloco-me a favor do vento que sopra de minha trajetória acadêmica para traçar um percurso temático inegável: o trabalho com o discursivo nos/dos movimentos sociais de protesto. Durante o (essencial) período de bolsista em projeto de Iniciação Científica, fui encorajada pela minha desde então orientadora, Professora Amanda Scherer, a investir em minha proposta de compreender o funcionamento da memória social e coletiva nos escritos de Carolina Maria de Jesus, resultando

em artigos publicados em livros e revistas acadêmicas, bem como em premiação institucional pela qualidade da pesquisa. Naquele momento de encorajamento – após tantas negativas vindas de outros espaços acadêmicos em que o questionamento do imposto não parecia ser uma “ferramenta” de pesquisa – encontrei-me como estudante e como projeto de pesquisadora. Tentando entender como a obra de Carolina Maria de Jesus, tão emblemática para um momento e para um grupo social, era tão invisibilizada nos estudos e nos debates sobre literatura (deste chão, de mulheres, da margem, entre outros recortes possíveis), encontrei a noção de *silenciamento*, abordada por Eni Orlandi em **As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos**. A expressão *brainstorm* (ou, em livre tradução, tempestade de ideias) significou-se: os estudos sobre discurso e silêncio perseguiram-me da mesma forma que os persegui e, em 2014, em função de um evento acadêmico na Universidad de La Republica, em Montevidéu (Uruguai), encontrei a *Marcha del Silencio*, que veio a ser objeto de estudo de minha dissertação de mestrado, defendida no ano de 2017, no Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Santa Maria, também sob orientação da Professora Doutora Amanda Scherer.

Em **À procura de sentidos: Andando em Silêncio** (GREFF, 2017)⁴, empreendi o trabalho de análise discursiva de um objeto que desde o primeiro encontro já desafiava as evidências: a *Marcha del Silencio* (Marcha do Silêncio, em livre tradução). O primeiro desconforto surgiu com o *nome* da marcha – eu, Luiza, participei, ao longo dessa nem tão longa caminhada, de diversas marchas e nenhuma era *do silêncio*, nem mesmo se configurava materialmente como aquela, que captara minha atenção, sem vozes, sem palavras de ordem, sem cantos, sem gritos. A *Marcha del Silencio* havia despertado meu interesse antes mesmo de que soubesse sobre ela. A *Marcha* é um evento popular promovido pelo grupo *Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos* (doravante referido por *Desaparecidos*) cuja história começa a delinear-se para os cidadãos uruguaios “no dia três de maio de 1996, junto de uma notícia sobre um pronunciamento de *Tabaré Vasquez* pedindo por justiça, [quando] o jornal La Republica anunciava a chamada para uma marcha popular prevista para o dia vinte de maio.” (GREFF, 2017, p. 66, grifo nosso), data em que completaria vinte anos do sequestro e da morte de Zelmar Michelini e Héctor Gutierrez Ruiz (dois importantes nomes da luta antiditatorial no Uruguai), ambos, vítimas da ação da ditadura militar uruguaia de perseguição e punição de todos aqueles que foram considerados “perigosos” pelo Estado.

⁴ A versão final do texto de dissertação de mestrado está disponível no repositório digital de dissertações e teses da UFSM, podendo ser acessado no link: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/13427>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

Desde aquela publicação, várias outras se seguiriam, convocando a população para a marcha, anunciando seus apoiadores (sindicatos trabalhistas, grupos estudantis, organizações em prol dos Direitos Humanos), bem como, oferecendo orientações sobre como deveria transcorrer a marcha.

Na edição do dia 9 de maio, no caderno de política, o jornal La Republica apresentou dados precisos sobre a marcha que ainda restava inominada, mas recebia já a consigna⁵ “*Por verdad, justicia y reconciliación*”⁶ (LA REPUBLICA, 9 mai. 1996, p. 8). No dia 16 de maio, o jornal La Republica publicou, na íntegra, a convocatória para a marcha do dia 20, apresentando o texto composto pelos vários grupos envolvidos na organização, tornando pública a pauta e os objetivos do movimento e as informações básicas para participação do público (local, data, hora, etc.). (GREFF, 2017, p. 67)

E foi a partir de tal convocatória para a *Marcha del Silencio* do ano de 1996 que o estudo do objeto (que aqui não abordo em pormenores, mas que contou com a construção de um vasto arquivo de fotografias, panfletos de divulgação, reportagens e notícias buscadas em jornais uruguaios datados desde o ano de 1996 até o ano de 2016, entrevistas e registros de conversas informais com organizadores e realizadores da marcha...) entrelaçou-se a uma questão de pesquisa: busquei compreender os desdobramentos da relação teórica entre Discurso, Silêncio e Memória, tomando como farol a análise do funcionamento discursivo da *Marcha del Silencio*. Para tanto, tive como norte as reflexões pecheutianas, fundadoras para os estudos em AD (Análise de Discurso), buscando os conceitos de discurso e de memória, sobretudo, e a já mencionada obra de Orlandi sobre o silêncio, suas formas e seu modo de produzir sentidos, **As Formas do Silêncio** (1997).

A fim de inteirar-me sobre quem organizara a primeira *Marcha del Silencio*, cheguei, assim, a conhecer o grupo *Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos*, sobre o qual trataremos com mais vagar ao longo desta tese, dada sua imensa importância. Não me demoro tratando da colaboração imensurável que tal grupo ofereceu e volto-me imediatamente para o *site* mantido por ele desde o ano de 2015, espaço virtual em que pude encontrar naquele momento não apenas uma versão digital da primeira carta convocatória pública para a *Marcha del Silencio* (aquela com a qual me deparei na leitura dos jornais uruguaios), mas também as cartas convocatórias dos anos de 2005, 2006, 2009, 2015 e 2016. Tais cartas foram tomadas como documentos em um arquivo de estudo e, em seguida, selecionadas como *corpus*

⁵ O termo *consigna* não foi traduzido da Língua Espanhola para a Língua Portuguesa no texto de dissertação e assim permanece, uma vez que mantemos o entendimento de que esta guarda sentidos da ordem do político, de forma que não há uma *tradução* possível ao nosso alcance.

⁶ “Por verdade, justiça e reconciliação” [tradução nossa]

discursivo sobre o qual um trabalho de análise sustentado por um procedimento de recorte (ORLANDI, 1984) de sequências discursivas (COURTINE, 2016) e análise de marcas linguísticas foi empreendido. A questão a ser respondida (dentro das várias possibilidades de “resposta”) direcionava-se ao entendimento do silêncio na/da *Marcha* e seu funcionamento discursivo como prática de (re)construção de memória.

No processo de imergir no arquivo construído para a dissertação de mestrado e, ao mesmo tempo, embrenhar-se no repositório digital do grupo *Desaparecidos*, encontrei tantos outros documentos que suscitavam questões várias, convidavam à investigação e sinalizavam, ao mesmo tempo, que esse estudo não terminava no final simbólico, pragmático e necessário da escrita. Um tanto distanciada daquele processo de encerramentos, dedico um olhar menos crítico e mais sensível, encontrando nele os pontos de aproximação (e de afastamento) com o projeto de tese que aqui começa a se realizar. No final da escrita da dissertação de mestrado, quando tentava entender a composição daquele arquivo em que estava imersa, cheguei à obra *A Todos Ellos – Informe de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos* (DESAPARECIDOS, 2004).

Não se trata de apresentar e/ou descrever a obra *A Todos Ellos*, trabalho que faz parte de uma série de movimentos de leitura e análise e que será apresentado adiante na segunda parte de nosso estudo, entretanto, é necessária uma aproximação da obra para dar conta da nota aqui empreendida. O *Informe*, datado de 2004, em suas mais de seiscentas páginas dedicadas a algo que oscila entre o que compreendi como um compêndio de informações sobre as vítimas do Terror de Estado e os processos que as envolvem; e algo como um relicário para um futuro que se desenrola rápido demais sobre um passado ainda não cicatrizado (e que talvez nunca venha a cicatrizar...). *A Todos Ellos* foi tomado por mim como outro ponto de partida. Acreditei que naquelas páginas encontraria informações que ajudariam a compreender a relação do sujeito da resistência antiditatorial com a *marcha* que tomava minha atenção enquanto objeto de estudo.

O que floresceu daquele encontro e das primeiras leituras já era algo que não cabia naquele texto em processo de finalização: no interior do arquivo que houvera construído para estudar a *Marcha del Silencio*, seus efeitos de sentido e sua articulação significativa com a memória, o silêncio e a política, deparei-me com outro objeto que, por sua vez, apontava para outro trajeto, convidava à reflexão sobre o discurso, o arquivo e a sua relação constitutiva com a prática política de resistência. Dessa forma, outro percurso teórico, metodológico e analítico a ser trilhado, de outro quadrante em um mapa construído virtualmente para uma análise sustentada por materialidades significantes que não permitem sequer que as atravesse, mas que

nos percamos em suas possíveis leituras e nos encontremos em uma perspectiva norteada por uma teoria robusta como a Análise do Discurso.

O encontro com *A Todos Ellos* foi uma nova encruzilhada, um momento de escolhas que gosto de acreditar serem, de fato, escolhas conscientes, porém são comprometidas com/por leituras teóricas sensíveis, pelo processo de “nos esfacelarmos em múltiplos pedaços para nos lançarmos em um caminho incerto, nos engajarmos em um caminho obscuro rumo a um lugar incerto” (SCHERER, 2000, p. 18) e por uma inquietação teórica que faz ecoar os sentidos do silêncio e as dúvidas que tal noção ainda suscita em minha trajetória pessoal e acadêmica.

Ademais, cabe trazer à baila algumas pontuações do projeto inicial pensado para esta tese de doutoramento, em reflexões que, embora incipientes, já orientavam para o que, nesse momento, tomo como ponto de partida para a questão teórica que se construiu na leitura do arquivo e sobre a qual debruçarei meus esforços. O projeto de tese submetido à seleção do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria em 2016 (para ingresso em 2017) teve como arquivo de referência aquele construído para a realização da dissertação de mestrado. Conquanto reconhecesse a magnitude do material que compunha esse arquivo, algumas possibilidades foram, à época, eclipsadas de minha visão pela leitura constante, tão próxima, dos textos tomados como corpus para a dissertação. Como retomado anteriormente, em um primeiro passo, *A Todos Ellos* figurava como objeto discursivo que nortearia os trabalhos da tese, e a partir dele se delimitaria o *corpus*, o qual, posteriormente, desenrolar-se-iam as questões propostas no projeto de doutorado.

O interesse pela obra como objeto discursivo se deu em função da *forma* pela qual são apresentados os casos dos crimes cometidos contra os indivíduos em questão e as respectivas informações sobre sua situação de desaparecimento (retomo a expressão *situação de desaparecimento*, “empregada nos documentos oficiais do governo uruguaio em seus relatórios de investigações sobre a localização e situação das vítimas da ditadura militar disponibilizados ao público” (GREFF, 2017, p. 75) *online* e nos arquivos públicos) e sobre o processo judicial de busca por verdade sobre cada caso. Tal configuração foi inicialmente designada nesse projeto como *perfil*⁷. Cada um desses perfis apresenta informações básicas de identificação do desaparecido – nome completo, data de nascimento, filiação, profissão, etc. – bem como informações de outras ordens – filiação a partidos políticos, sindicatos, agremiações, além de

⁷A designação *perfil* é, provavelmente, temporária, visto que está em debate. Se assim designamos os pequenos textos apresentados na obra *A Todos Ellos*, isso se deve ao fato de ainda não termos chegado a um entendimento, pautado por uma reflexão teórica, sobre como chamá-los. Essa nota responde a nossa compreensão de que a designação, como um processo discursivo no qual significa a historicidade da língua (GUIMARÃES, 2005), portanto, é parte importante de nosso processo de leitura e compreensão do objeto do qual nos ocupamos.

crimes que lhes foram atribuídos pelas forças policiais nacionais e internacionais durante o período ditatorial... Há, na construção de tais perfis, ainda, o diálogo entre documentos oficiais – testemunhos prestados ante comissões nacionais e internacionais de apuração da verdade sobre os crimes de Terror de Estado cometidos durante a ditadura militar no Uruguai e na América Latina, atestados providos pelo Estado uruguaio (e também de outros países da América Latina) sobre a situação dos desaparecidos, resultados de investigações estatais uruguaias sobre o tema, entre outros – e documentos advindos de outros espaços, como depoimentos prestados por sobreviventes, familiares e ativistas políticos especialmente para a construção do informe, por exemplo.

Interessou-me não apenas o trabalho de mosaico realizado para constituir o arquivo que serviu como fonte para a elaboração dos perfis – ou seja, a construção do arquivo do grupo *Desaparecidos* –, mas também o trabalho de mosaico que os próprios perfis, em sua forma material, fazem significar. Compreendo que há (de início e no mínimo) dois níveis a serem explorados: 1) o da construção *do* arquivo fonte para a elaboração do informe e 2) o do trabalho *no* arquivo, a construção de um mosaico sensível que faz significar o sujeito desaparecido, inscreve-o em uma história que outrora o apagara, negando-lhe a inscrição no passado e também no presente: não mais em *situação de desaparecimento*, como se o crime que lhe fora cometido se tratasse de uma *situação* de possível câmbio, mas *desaparecido – vítima de um crime de Estado contra os Direitos Humanos*.

Desse modo, o interesse em *A Todos Ellos* floresce sob o funcionamento discursivo do informe e, sobretudo, sob a força política que tal trabalho de arquivo move. Não se trata, acredito, de casos de indivíduos e de reparação jurídica unicamente (embora seja esse segundo um ponto de extrema relevância e de necessária resolução, o foco de meu estudo se direciona para outra questão), mas de, a partir de um trabalho de construção de um arquivo-mosaico, fazer política. Buscando um norte para navegar essas questões, instigou-me na leitura do informe possibilidade de compreender o processo discursivo de construção do arquivo e do trabalho *em/no* arquivo como prática política de resistência.

Como dito anteriormente, a escrita deste texto pode/poderá ser vista como a fotografia aérea de um delta: se o projeto inicial abarcava o estudo de *A Todos Ellos* como documento “primeiro e único”, passo, assim, ao zoom que leva à configuração final desta tese.

Um dos primeiros investimentos de leitura sobre a obra foi, após os iniciantes momentos de encantamento, vendaval de ideias, dúvidas e necessidade imediata de apropriar-me do objeto, buscar informações bastante objetivas sobre o informe: Quais as fontes consultadas para

a construção de tal texto? Quem foram os profissionais responsáveis pelas consultas? Quem são os escritores do texto? A quem se atribui a autoria do informe? Quais os meandros para proporcionar (materialmente) a publicação desse informe? Qual o seu espaço de circulação? Qual a sua relação com o trabalho do grupo *Desaparecidos* e demais grupos de ativismo político em prol dos Direitos Humanos e do movimento antiditatorial no Uruguai?

Muitas dessas questões foram respondidas na leitura do próprio informe, e para algumas delas tive a honra de ter a resposta em conversas informais com alguns dos grandes nomes da luta antiditatorial uruguaia como Ignacio Errandonea e Antónia Yañez. Errandonea, à época (julho/agosto de 2017), era integrante do Grupo de Trabajo por Verdad y Justicia (vinculado à Secretaria de Derechos Humanos para el Pasado Reciente, órgão da presidência uruguaia)⁸. O que tanto a leitura da obra quanto o diálogo com Errandonea apontaram é a íntima relação do informe com a prática social de resistência dos familiares em sua contínua luta por verdade, justiça, memória e nunca mais, entretanto, o que o diálogo informal ofereceu pontualmente para o desenvolvimento da pesquisa foi um caminho que reconfigurou completamente esta tese: a relação entre *A Todos Ellos* (publicado em 2004) e uma dita “versão anterior”.

Na mesma viagem de pesquisa, conheci (também em conversas informais, das quais reconheço, hoje, a imensa importância e o erro de não as ter gravado para fins de pesquisa) Antónia Yañez, representante da Asociación Memoria de La Resistencia⁹, de quem, igualmente, ouvi sobre a relação entre *A Todos Ellos* e “uma versão anterior” do informe. Apesar de tal informação oriunda de duas fontes, nenhum dos dois colaboradores tinha para consulta um exemplar físico dessa “versão anterior” e, ainda, afirmavam em consonância que seria muito difícil encontrá-la, visto que se tratava de uma publicação de “há muitos anos”, impressa em

⁸Ignacio Errandonea é um dos líderes da organização *Desaparecidos*, envolvido na causa em função do desaparecimento de seu irmão, *Juan Pablo Errandonea*, militante político de esquerda, exilado em Buenos Aires no ano do ocorrido, 1976. O Grupo de Trabajo por Verdad e Justicia da Secretaria de Derechos Humanos para el Pasado Reciente é responsável, desde 2015, por tratar de crimes cometidos durante a ditadura militar, voltando seus esforços para coletar informações e articular investigações, colher novos testemunhos que possam auxiliar nos processos e disponibilizar informação para a população e para a Justiça. O diálogo com *Errandonea* se deu nas dependências da Secretaria, no ano de 2017, quando ele era representante do grupo de *Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos* no Grupo de Trabajo, posição da qual já se havia ausentado em setembro de 2018 (em função de discordâncias entre a política do grupo *Desaparecidos* e as práticas de investigação do Grupo de Trabajo), na ocasião em que o procurei novamente na Secretaria a fim de buscar novas informações sobre os arquivos cuja salvaguarda realiza o referido Grupo.

⁹Yañez é uma das líderes da Associação Memória da Resistência e uma das idealizadoras do (tocante) projeto *Marcas de la Memoria*, que busca sinalizar locais onde militantes foram aprisionados, interrogados, torturados ou assassinados durante a ditadura militar na cidade de Montevidéu por meio do que o grupo compreende como *marcas urbanas* – placas de metal afixadas nas calçadas, nas quais há uma informação bastante resumida sobre o que ali ocorreu, acompanhadas de bancos de pedra em forma circular. Segundo *Yañez*, trata-se de um gesto simbólico de ocupação dos espaços e de construção de uma memória coletiva sobre os crimes ocorridos durante a ditadura militar. Informações sobre a atuação da Associação e sobre o projeto em questão estão disponíveis em: <http://www.memoria.org.uy/>. Acesso em 16 jul. 2018.

pouquíssimo número, com poucos recursos e em um momento no qual sua circulação não era exatamente segura. Não me foi oferecido um nome para tal publicação ou uma indicação de autoria, data e local para consulta, apenas a afirmação de sua existência e da dificuldade de encontrá-la para manuseio: sombras e sombras.

O que poderia ter sido um caminho simples – o encontro da referida “versão anterior” disponível em versão digitalizada no site do grupo *Desaparecidos* – foi um navegar em mares revoltos. Dediquei-me à releitura de *A Todos Ellos*, buscando, dessa forma, referências a uma “versão anterior” de tal informe. As referências a publicações anteriores ao ano de 2004, cujo tema são os crimes contra os Direitos Humanos cometidos pelos militares durante a ditadura, são várias, entretanto, a Comisión para la Paz¹⁰ (Comissão para a Paz, em tradução livre, conhecida popularmente no Uruguai e citada no texto de *A Todos Ellos* como COMIPAZ) é citada em incomparável frequência. Todavia, dentre a profusão de citações de informações provenientes do informe final da COMIPAZ ou de documentos não disponíveis ao grande público¹¹, há referências à outra comissão, anterior, promovida pela Câmara de Deputados uruguaia no ano de 1985, ou seja, no ano da abertura democrática no país, promovendo uma investigação sobre casos de detidos desaparecidos e mortos, crimes denunciados publicamente por familiares das vítimas e demais envolvidos na luta por Direitos Humanos naquele momento, a cujo relatório não obtive acesso.

Foi nesse ponto, tentando compreender como se discursivizava a relação entre crimes de (Terror de) Estado e a busca por verdade e justiça durante um período conturbado, como o de abertura democrática dos anos 1980, que passei a procurar por publicações (artigos em jornais, panfletos, cartas abertas, etc., que fazem parte do arquivo que constituí para o estudo do tema ao longo da pesquisa) assinadas por grupos de mães e familiares de vítimas da ditadura militar. Ao longo de tal procura, por meio da obra *Fear at the edge: State Terror and Resistance in Latin America* (CORRADI; FAGEN; GARRETÓN, 1992), cheguei a conhecer outros pontos da história do grupo *Desaparecidos*, originado a partir da fusão de grupos de militantes pelos Direitos Humanos, de lideranças políticas e pelo, largamente conhecido pelos uruguaios, grupo *Madres y Familiares de Procesados por la Justicia Militar* (doravante referido por *Madres*). Pesquisando por tal grupo, encontrei, enfim, a publicação cuja autoria lhe é creditada, *Muertes*

¹⁰A COMIPAZ foi promovida pelo governo federal uruguaio no ano de 2000 e encerrada em 2004 com a publicação de um informe público, disponível online, no qual consta o “resultado” da investigação pública sobre os casos de detenção, desaparecimento, tortura e morte de cidadãos uruguaios em virtude dos crimes de Estado promovidos pelo regime ditatorial militar dos anos 1970 e 1980.

¹¹ Há documentos que, conforme me foi informado por integrantes do grupo *Madres y Familiares*, foram disponibilizados apenas aos familiares, e nem todos foram disponibilizados para o grupo *Madres*.

en Prisión, datada de 1984, que se trata de um informe sobre uruguaios detidos pelo Estado durante a ditadura militar e mortos em decorrência de tortura na prisão, doenças desenvolvidas em função dessa tortura e (alegadamente) suicídio.

Antecipo reflexões, afirmando que compreendo que ter *Muertes en Prisión* (1984) como uma “primeira versão” do informe implica algumas questões a serem postas à baila. De início, a designação *primeira versión* diz respeito mais a como o informe de 1984 me foi referido inicialmente do que à sua empírica construção. Se mantenho essa designação é por conta da compreensão de um funcionamento discursivo que aproxima, de forma muito sensível, as duas publicações, construindo um fio discursivo que não se dá em função do tempo, mas de um processo discursivo de construção da memória sobre um tema: as vítimas da ditadura militar uruguaia e a sua significação via discurso dos grupos de mães e familiares. Penso, ainda, que há evidências na materialidade linguística que apontam para a relação sensível entre os dois informes, as quais precisam ser analisadas tendo em vista não apenas um “contexto”, mas as evidências significativas que fazem com que seja possível inscrever tal “discurso dado em tal série, a incorporá-lo em um ‘corpus’” (PÊCHEUX, 2006, p. 56), isso é precisamente o que busco fazer, considerando a necessidade de estabelecer relações, entrecruzar dizeres que dizem da memória e fazer significar tais cruzadas e nós em construção de uma rede.

Nas primeiras páginas de *Muertes en Prisión*, contamos com um texto de apresentação que, ao final, recebe a assinatura do grupo *Desaparecidos* e do grupo *Servicio Paz y Justicia – Uruguay* (SERPAJ-UY), movimento que luta pelos direitos humanos em doze países da América Latina, parceiro de organizações, como a ONU e a UNESCO, da Liga Internacional pelos Direitos e a Liberação dos Povos (não cabe, aqui, uma descrição detalhada do informe, empreendimento que será apresentado a seguir) e, também, na publicação de *A Todos Ellos*. Ainda no que diz respeito às relações possíveis entre as duas publicações, destaco um trecho da introdução de *Muertes*:

Este informe, que intenta hacer un aporte a la denuncia y esclarecimiento de todas estas violaciones, presenta limitaciones en cuanto a la información. Há sido un trabajo costoso reunir datos y testimonios de cada una de las Muertes, sobre todo porque los militares han echo un ocultamiento deliberado de la información, sin comunicar oficialmente muchas de éstas muertes y ni siquiera explicar las causas de ellas a los propios familiares de la víctima (DESAPARECIDOS, 1984, p. 4)¹².

¹² Este informe, que tenta fazer um aporte para a denúncia e o esclarecimento de todas estas violações, apresenta limitações no que diz respeito à informação. Foi um trabalho custoso reunir dados e testemunhos sobre cada uma das mortes, sobretudo porque os militares ocultaram deliberadamente a informação, sem comunicar oficialmente muitas destas mortes e sem sequer explicar as suas causas aos próprios familiares da vítima. [tradução nossa].

Atualmente, dados os estudos históricos possibilitados pelo acesso (ainda que parcial) a arquivos da ditadura e os resultados de comissões nacionais e internacionais de investigação sobre crimes ditatoriais, é um choque que o Uruguai, com sua extensão territorial e sua população que lhe renderam o apelido de *paísito*, seja um dos países com o maior número de desaparecidos e mortos durante a ditadura militar dos anos 1970 e 1980, embora não haja consenso em relação ao número “oficial” de vítimas (mortos, torturados, encarcerados, desaparecidos...). Talvez seja este um dos grandes impactos de *Muertes*: publicado no período que marca o início dos movimentos que viriam a possibilitar a abertura política no país, com todas as restrições que as condições de produção impunham, o informe apresenta 75 casos de morte em centros de detenção militares.

Seguindo o fio discursivo que conduz a leitura e delinea esta tese, encontramos no texto introdutório de *A Todos Ellos* o seguinte: “*Esa idea es la que nos lleva a continuar investigando con el mismo tesón com que solos y en medio de la adversidade lo conenzamos a hacer en la década del 70*” (DESAPARECIDOS, 2004, p. 20)¹³.

O que compreendo, nos vestígios da materialidade linguística, é a discursivização de um trajeto de busca, de luta, de trabalho e de construção de memória que culmina na publicação de *Muertes en Prisión* no ano de 1984, com recursos escassos e sob os punhos de ferro do regime ditatorial em queda, conhecida entre esses “trabalhadores da memória” como uma “primeira versão” de *A Todos Ellos*, publicada no ano de 2004, contando com as informações possibilitadas não apenas por um governo democrático, mas pelo trabalho da COMIPAZ e de tantas outras comissões e investigações em diversas instâncias. Ademais, trago à baila outro trecho da introdução de *A Todos Ellos*, que trata da relação entre os familiares e a luta pelas vítimas:

Desde la primera hora de la búsqueda de nuestros familiares, fuimos conformando la lista de quienes ahora reclamamos como Nuestros Desaparecidos. Una a una se fueron sucediendo las denuncias y así nos fuimos conociendo. En la inmensa mayoría de los casos estas denuncias las hicimos los familiares de las víctimas inmediatamente después de ocurridos los hechos, ante diversos organismos de derechos humanos nacionales e internacionales. La persecución y el miedo, unidos al hecho de vivir en dictadura nos llevó a que muchas denuncias se realizaran por primera vez, cuando se instaló el primer gobierno democrático, en el marco de la Comisión Investigadora sobre personas desaparecidas y hechos que la motivaron de la Cámara de Diputados (1985). (DESAPARECIDOS, 2004, p.35)¹⁴.

¹³Essa ideia é que nos leva a continuar investigando com a mesma força com a que sozinhos e em meio à adversidade começamos a fazê-lo na década de 70. [tradução nossa].

¹⁴Desde a primeira hora de busca de nossos familiares, formamos uma lista daqueles que agora reclamamos como Nossos Desaparecidos. Uma a uma se foram sucedendo as denúncias e assim nos fomos conhecendo. Na imensa maioria dos casos nós, familiares das vítimas, fizemos estas denúncias imediatamente após os fatos ocorridos

O que busco explorar nesse ponto são as migalhas que constroem um caminho, à lá João e Maria, levando-me ao entendimento das relações que foram apenas sugeridas informalmente quando da informação sobre *uma versão anterior* de *A Todos Ellos*. Entendo, assim, que há uma relação discursiva que enreda os informes sem, entretanto, lhes dissolver as particularidades, montando um mosaico em que temos algo grandioso composto de pequenas partes que guardam, aos pedaços, sua história e sua memória.

Retomo o que fora dito anteriormente: meu interesse por *A Todos Ellos* teve como estopim a *forma* pela qual são apresentados os casos dos crimes contra as vítimas, o que foi designado (até então) como *perfil*. Além disso, reafirmo a necessidade de considerar as particularidades na conformação de cada um dos informes. O que fez, dessa forma, com que *Muertes en Prisión* viesse a compor o objeto de estudo desta tese? Regularidades.

Assim como na publicação de 2004, o informe de 1984 apresenta, à sua maneira novamente, *perfis*, não mais de vítimas desaparecidas, mas, sim, agora de vítimas mortas. Uma vez mais, temos nomes, idades, filiações e breves testemunhos ao lado de uma *causa mortis* informada por um órgão questionável: os próprios militares do exército nacional, então no poder.

É preciso outro desvio, algumas considerações. Fazer dos nós uma rede não é trabalho que se faça ao sabor do vento – lembro a técnica de meu avô tramando os fios cuidadosamente para que não houvesse nós involuntários, nós fora do lugar, nós que levariam a qualquer outro lugar que não à rede necessária para o passo seguinte: a água. Ora, se busco regularidades nas formas pelas quais se configuram os informes, trata-se, senão, de construir, de fato, uma rede, uma rede cujos nós possa eu seguir para chegar a um lugar do qual ainda não vejo margem, mas vejo horizonte: uma análise discursiva do arquivo, uma compreensão da conformação desse arquivo e da sua significação enquanto prática política. Há, então, um processo de compreender que

A regularização se apoia necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido. Esse reconhecimento é da ordem do formal, e constitui um outro jogo de força, este fundador. [...] É preciso admitir esse jogo de força simbólico que se exerce no reconhecimento do mesmo e de sua repetição. Por outro lado, uma vez reconhecida essa repetição, é preciso supor que existem procedimentos para estabelecer deslocamento, comparação, relações contextuais (ACHARD, 2010, p. 16).

perante diversos organismos nacionais e internacionais de direitos humanos. A perseguição e o medo, unidos ao fato de viver em uma ditadura fez com que muitas denúncias se realizassem pela primeira vez quando se instaurou o primeiro governo democrático, no marco da Comissão Investigadora da Câmara dos Deputados sobre pessoas desaparecidas e fatos que motivaram o desaparecimento (1985) [tradução minha].

O que persigo, a fim de constituir um *corpus* de análise, é essa *forma perfil* que significa a vítima em sua inscrição nesse arquivo dentro do arquivo – nesse arquivo-mosaico que trabalha pela/na memória por caminhos que ainda preciso trilhar para compreender via teoria do discurso. E é por esse caminho de regularidades que, quando julgava ter findado o encontro e o entendimento do objeto, num último fôlego, amarrou-se o derradeiro nó: no mesmo espaço virtual onde encontrei as versões digitais e digitalizadas de *A Todos Ellos* e *Muertes en Prisión*, a *forma perfil* se faz presente (e tão evidente era que sua presença até então não se havia feito notar).

Na página virtual do grupo *Madres*, há o que posso descrever como uma linha do tempo, similar àquelas das redes sociais bastante populares como Facebook e Twitter. Nessa linha temporal, há publicações de convites para eventos promovidos pelo grupo, cuja temática diz respeito à sua luta, e dos quais o grupo/seus representantes participarão, de notícias relacionadas ao andamento de processos judiciais, entre outros. No mesmo site em que encontrei as cartas mencionadas anteriormente, a versão digitalizada de *Muertes en Prisión* e uma série de documentos de diversas textualidades compondo um arquivo temático da luta por Verdade, Justiça e Nunca Mais, há esse espaço que funciona como um blog que atualiza o leitor sobre as atividades gerais do grupo. E é nesse mesmo espaço que, desde o ano de 2015, são publicados textos cuja *forma* aponta para aquela recorrente em *A Todos Ellos* (2004) e em *Muertes en Prisión* (1984), oferecendo ao leitor informações como nome, idade, ocupação profissional e uma fotografia da vítima a quem se dedica esse terceiro tipo de perfil. Nesse ambiente virtual de repositório de documentos caros à luta do grupo, ambiente virtual de construção de novos perfis, alimentando uma linha do tempo em que se misturam conquistas em processos judiciais, retrocessos da lei e permanência incômoda dos nomes, dos rostos, das vidas em perfis que esperam por uma atualização de “status” nessa “rede social” da memória: em situação de desaparecimento; encontrado; desaparecido; morto.

É na tessitura dessa rede de recorrências e de repetição de uma forma material/textual polissêmica e parafrástica que norteio as questões que pontuarei. Interessa-me o *perfil* como forma significativa por seu simbólico em estabelecer um lugar para a vítima ainda que não haja para ela um lugar. Esse perfil faz-me lembrar o deus Jano e suas duas faces, uma mirando o futuro, outra mirando o passado: o passado dos crimes sofridos, o futuro que parece não chegar nunca, futuro em que haverá um desfecho para a *situação de desaparecimento* que não é senão um colocar-se em suspensão a vida de uma pessoa, pois “o desaparecimento não é a

transformação de uma trajetória individual, da vida ou de uma existência em ausência; é a sua transformação em ausência inexistente” (SALOMON, 2012, p. 9), essa *situação de desaparecimento* é a negação do fim e tomada parcial de responsabilidade – desaparecido sim, porém não para sempre, porém não morto até que se prove o contrário. Construir um arquivo dos mortos e desaparecidos (torturados, encarcerados) da ditadura militar uruguaia não se trata de dar-lhes vida, de reconstruir suas trajetórias de indivíduos, nem de os colocar na história como mártires ou revolucionários, mas de garantir memória a um sujeito político e a sua *práxis* – e é por essas águas que procuro orientar meu curso, almejando compreender o processo discursivo que aí se constitui e significa.

Há, desse modo, duas questões a serem postas, sem hierarquia, porém em diferentes espaços de reflexão: uma questão teórica que aponta para o conceito de arquivo em Análise de Discurso e uma questão analítica que busca nesse trabalho de arquivo regularidades que levem a um entendimento de seu funcionamento. A noção de arquivo como um conjunto de documentos disponíveis e pertinentes a um mesmo tema (PÊCHEUX, 2010), os quais devem ser tomados como inscritos no discurso, ou seja, em sua opacidade constitutiva e em sua relação não apenas com a língua, mas com a exterioridade indissociável de si, abre espaço para propor a questão de um trabalho de arquivo, do arquivo, no arquivo e pelo arquivo. Compreendo que há diferentes camadas a serem exploradas: o arquivo do grupo *Desaparecidos*, sua configuração e significação; o trabalho *no* arquivo do grupo *Desaparecidos* como trabalho de construção dos *perfis* para os diferentes informes; e o trabalho *pelo* arquivo *Desaparecidos*, em construção desde a década de 1970, durante a ditadura militar, configurando-se como uma prática potencialmente perigosa para aqueles que trabalharam nesse/por esse arquivo. Como esse trabalho de arquivo leva aos informes sobre os quais aqui me detenho? Qual o processo discursivo que leva aos *perfis* pelos quais me interesso? E mais: qual o processo discursivo que leva tal prática de arquivo à construção de tais perfis como forma de textualizar e significar as vítimas, “considerando que a estruturação do discursivo vai constituir a materialidade de uma certa memória social”? (ACHARD, 2010, p. 11).

Cada um desses questionamentos levou à organização de um espaço sobre o qual dispor “minha” rede: a busca por entendimento da construção de um arquivo como prática política de resistência a partir da análise discursiva das *formas* significantes nos objetos de memória, trabalhando no entremeio próprio da Análise de Discurso, linguagem, sujeito e ideologia.

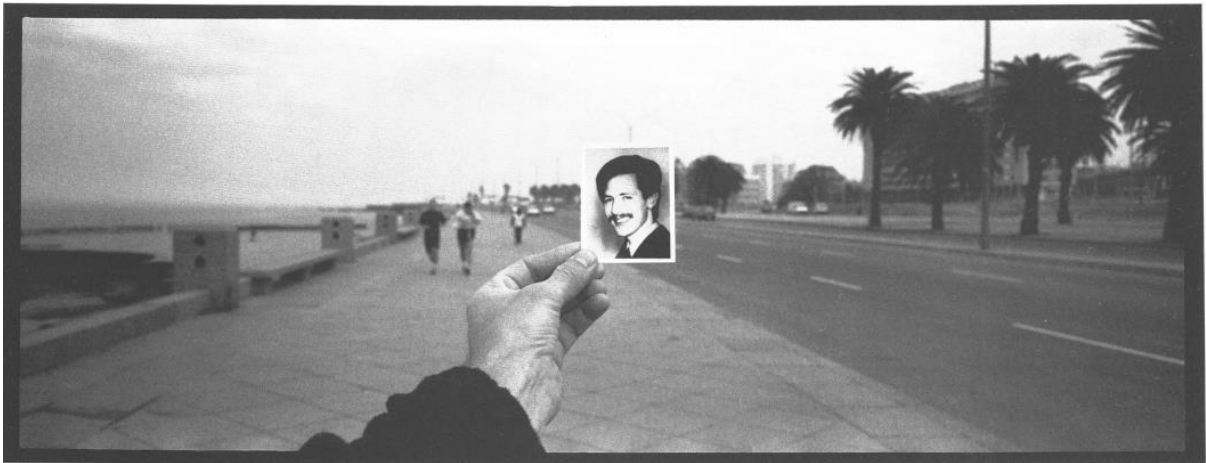
Retomadas, deslocamentos, relações, retorno, desvios, encontros e reencontros com o projeto inicial. Exigências talvez mais minhas para com o texto e para uma organização do porvir – essa, sim, uma miragem, uma ilusão de organizar o que não está já-lá para, assim, ser

organizado. O que há nessas palavras é uma tentativa de prefaciá-lo que virá, tateando na penumbra, navegando no escuro, contando com os breves segundos da luz dançante de um farol ao longe e propondo uma questão pontual: como compreender discursivamente os efeitos da prática de (constituição do) arquivo enquanto prática política (em seu sentido forte, lida (ainda que buscando a referência de forma bastante simplificada neste momento), sob a ótica de Jacques Rancière (1995) como uma força social que “trabalha” para desestabilizar o *status quo*, questionando a ordem imposta e o funcionamento da engrenagem de reprodução da luta de classes). Tomando como objeto analítico o arquivo digital(izado)¹⁵ do grupo *Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos* disponível ao público em seu *site*, persigo questões que dizem respeito ao arquivo como mosaico sensível e como uma construção sustentada pela articulação de vozes em uma polifonia de forças assimétricas – tais questões são postas de forma inicial, como um vento norte(ador) para a construção deste estudo e encaminham para algumas palavras sobre o objeto de estudo.

Mirando o próximo passo com a ideia de que empreender/avançar um projeto de pesquisa é “navegar em busca de novos portos, terras novas, é transitar pelo não-senso – o não dizível – é retornar a nossa origem com novos sentidos” (SCHERER, 2000, p. 18) e buscando o mapa outrora construído, alongo-me no sentido de ampliar horizontes de navegação, lembrando que “a navegação aludida aqui é a navegação pelo deslizamento do desejo, que nos permite tentar falar da falta pesquisando novos sentidos” (Ibid., p. 18), novos para mim, novos para uma leitura inicial, e que, entretanto, restam no silêncio do vir a ser, da potência significativa, do fio do discurso do qual não encontramos nem início, nem meio, nem fim – apenas nos inserimos, com o conforto de não estarmos sós, de não sermos uma voz isolada, mas, sim, uma entre outras.

¹⁵ Parte dos documentos disponíveis no site do grupo *Desaparecidos* é composto por transcrições de cartas do grupo à população, à imprensa ou a políticos; de discursos públicos de integrantes ou de políticos; e de notícias de jornais. Outros são documentos digitalizados (scaneados). Há, ainda, documentos que foram já construídos digitalmente.

2 CARTA DE NAVEGAÇÃO



Ao leitor: a partir deste ponto, o “eu” cede lugar ao “nós”. Não se trata de uma “escolha” realizada por critérios pautados sabe-se lá por qual justificativa sustentada pela gramática. Tal mudança se justifica no entendimento de que, ao tratar de questões voltadas sumariamente para as reflexões em Análise de Discurso, o que há é, além de um intenso diálogo, um constante debate de ideias, constante retorno a vozes que dizem antes, durante e depois. Não se constrói o saber de forma isolada e não se busca o saber de forma isolada. Ainda, quando apresentamos as reflexões a seguir, quando as colocamos em movimento, fazemo-lo no afã de oferta-las aos interlocutores, em um convite à navegação em pares, ao mesmo tempo, que incorporamos à nossa voz tantas outras que ajudam a construir o caminho para que possamos dizer o que dizemos. Deixemos ecoar os sentidos.

Navegar não por águas desconhecidas em sua totalidade, mas profundas e revoltas – assim compreendemos a escrita de uma tese. Desenvolvemos alguma familiaridade com a navegação, aprendendo, a partir de empreitadas, algo outro e novo sobre o estudo em Análise de Discurso, sobre as possibilidades desse campo disciplinar de entremeio, sobre os olhares diversos e sobre os objetos possíveis. Dessa maneira, a cada lançar-se ao mar, borbulham inseguranças, “descobertas” e indagações acerca daquilo que, outrora, aparentava sólido, evidente – e parece-nos que é aí, na opacidade das águas profundas, que reside o fascínio, a complexidade e o questionamento incessante dos estudos discursivos, campo teórico em que nos inscrevemos.

Arriscamos na afirmação de que estudar a teoria do discurso, pela perspectiva pecheutiana, é estudar *sempre* e estudar questionando. Seguindo o exemplo de Michel Pêcheux, o analisa de discurso precisa *revisar sempre* – *re-visar*. Olhar de novo. Almejar de novo. Olhar de outra forma. Almejar de outra forma. Olhar ainda outra vez não apenas interrogando o objeto,

mas deixando que a teoria o interrogue e que ele mesmo interrogue a teoria – um processo de construção, desconstrução e reconstrução das possibilidades teóricas. Ampliação. Reformulação. Revisão. É preciso mover-se, navegar, mergulhar. Tanto acreditamos nessa revisão que esta tese é fruto (entre outros fatores...) de outro olhar sobre o mesmo objeto – o arquivo que já fora estudado em outro momento, agora revisitado, oferece outras portas de entrada. Se tais portas sempre estiveram ali? Não sabemos, não saberemos. Trata-se de poder vê-las, de acessá-las, de apurar o olhar. Impossível não relembrar o mestre genebrino e sua máxima de que *o ponto de vista cria o objeto*.

Desse modo, voltamos à Análise de Discurso (AD) e aos seus pressupostos teóricos, buscando bases para construir nosso estudo. Nas reflexões da teoria do discurso, nos textos fundadores de Michel Pêcheux e no que toca à AD, em desenvolvimento no Brasil, há caminhos possíveis para aproximarmos-nos do objeto em questão, para *criá-lo*, enfim, como *objeto de estudo*. Consideramos que essa posição teórica oferece uma visão privilegiada (sem julgamentos de valores em relação a outras orientações teóricas) por sua posição de entremeio: há, assim, a possibilidade de articular saberes, de mover-se entre entendimentos diversos do mesmo objeto e de vislumbrar pontos de encontro entre tais entendimentos. Não se trata de buscar o “único” ou o “novo” a partir da prática, mas de trazer para essa prática a ideia de que a ciência não se faz isolada.

O ponto de onde miramos nosso objeto – o discurso – oferece em seu horizonte a ideia de que não há um sentido único e pertencente a priori às palavras, aos dizeres, ao discurso. O sentido não é natural, não é uma propriedade do sujeito, que o depositaria em um objeto, ou mesmo do objeto, que emanaria para o sujeito. Ele é um efeito e, por isso, exige um processo. Acreditamos que seja nesse ponto que a AD nos prende: pensar a língua não mais como uma ferramenta a serviço de um sujeito senhor de si, mas como uma base material para que, afetado por forças de diversas ordens, o sujeito consiga significar o mundo e, ao mesmo tempo, a si. Pensar a língua e o sujeito como elos de uma cadeia pensante. Pensar em relações que não se constroem alicerçadas na dependência, mas no constitutivo. Conforme trataremos a seguir, língua, sujeito e ideologia não são diferentes andares de um prédio, senão, a sua fundação. Não questionamos a língua fechada em si mesma, mas ela enquanto base material para processos discursivos – processos de constituição de sentidos em que se imbricam sujeito e ideologia. A relação entre sujeito e sentido faz-nos lembrar das “Drawing hands” de Escher – um construir-se.

Ademais, nas reflexões em Análise de Discurso, a qual é fundamentada epistemologicamente no estudo da ideologia por um viés materialista, há um diálogo intenso

com as questões políticas. Adiantamos que não se trata (unicamente) aqui de política como práticas vulgares de nossos representantes democraticamente eleitos, mas da política como prática social de questionamento do *status quo* – prática subjetiva do sujeito em sociedade, prática do sujeito no interior da luta de classes. Abordaremos essa questão pelo viés da AD em momento oportuno ao longo de nosso trabalho, porém a trazemos à baila para reafirmar o comprometimento dos estudos discursivos com a compreensão do discurso – e da língua e do sujeito – com o ideológico e com a não neutralidade de nossas práticas. Objetividade não significa neutralidade. Desde a inscrição na teoria, da aproximação do objeto, da abordagem, até o seu estudo e análise, há o funcionamento da ideologia. Não queremos, com isso, assegurar que “escolhemos um lado” – não acreditamos, tampouco, em “lados”... – mas que a interpelação ideológica que nos constitui em sujeitos (sujeito estudante/pesquisador/professor, sujeito latino-americano, sujeito mulher feminista, sujeito...) significa em nossa prática acadêmica que é, em última instância, também, prática política.

Uma vez mais nos aproximamos da margem: interessa-nos o discurso daqueles cuja voz inquieta, cuja voz deve ser silenciada. Interessa-nos o discurso de quem significa a despeito das interdições, de quem subverte, ressignifica, questiona, investiga e exige, uma vez mais, *verdade, memória, justiça e nunca mais*. Em nossa tese de doutoramento, abordamos a questão dos efeitos da ditadura militar enfrentada pelo Uruguai durante as décadas de 1970 e 1980, revisitando uma questão que não está, de forma alguma, encerrada: a (construção e manutenção da) memória sobre os detidos desaparecidos, torturados e/ou mortos pelo Estado no decorrer desse período.

Tomamos como objeto de estudo o arquivo composto pelos documentos disponibilizados pelo grupo *Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos* em seu site, os quais dialogam com o objetivo do grupo: “*conocer la suerte de estas personas, procurar la verdad y la justicia y la no reiteración de estos crímenes*”¹⁶, e que apresentam-nos como nome que assina tais documentos. Em um gesto que já implica um comprometimento teórico, compreendemos esse conjunto de documentos pertinentes a um tema como um *arquivo* – de acordo as proposições de Pêcheux (2010) sobre tal noção teórica – que se inscreve no discurso do grupo. Dentre os documentos, estão cartas abertas à população (como as convocatórias para a *Marcha del Silencio*, estudadas em nossa dissertação de mestrado); documentos oriundos de sentenças judiciais, leis, documentos ou fragmentos de documentos

¹⁶ “Conhecer o destino destas pessoas [as vítimas], procurar a verdade e justiça e a não repetição destes crimes” [tradução nossa].

advindos de processos movidos contra o Estado (ou contra as Forças Armadas, ou, ainda, contra integrantes das Forças Armadas...), processos que tramitam na justiça nacional e internacional; e livros organizados, editados, publicados e/ou apoiados pelo grupo... há uma sorte de documentos buscados de fontes diversas – o que já constitui um dos nossos pontos de interesse.

Para construir nosso arquivo de tese, a baliza foi feita entre os limites dos documentos disponibilizados no *site*, tratando apenas daqueles que, conforme será descrito ao longo deste texto, recebem a assinatura do grupo *Desaparecidos*. Recortamos do arquivo, para compor o corpus de pesquisa, aqueles que apresentam uma recorrência que nos é significativa: a repetição da forma *perfil* – a que designamos *retratos*, cuja construção se dá, também, por uma leitura de arquivo empreendida por outros leitores, por caminhos diversos dos nossos: organizando aquilo que se sabe – e aquilo que não se sabe ou não se pode saber – foram elaborados tais retratos que se atualizam no tempo, seja em forma ou em conteúdo (e aqui recorremos a essa expressão tão pragmática que nos soa estranha, mas que significa nosso entendimento de que há uma forma – a forma perfil, compreendida como retrato – e sentidos que ali estão não contidos, mas evocados dela, evocados daquilo que se diz dessa forma).

São muitas as questões que nos causaram inquietação ao longo do processo de leitura do arquivo e que fizeram e fazem parte de nossa tese. Muitas delas persistem sem alarde, furtivas em reflexões que vêm e vão. Muitas passaram a não significar mais em nosso percurso. O que fica, desse modo, é a questão principal que nos levou a investigar o arquivo a qual significa a prática política de resistência da memória do sujeito envolvido na luta anti e pós-ditatorial que é significado como *vítima* da ditadura, *vítima* do Terror de Estado, *vítima* da violência que lhe foi empregada. Entretanto, *antes* do sujeito vítima, há que ter significado outro sujeito: o *sujeito da resistência* – sujeito que se constituiu em práticas políticas inscritas nos mais diversos âmbitos da vida em sociedade, desde a educação em nível primário até a luta armada. Em vista disso, como se significa, a partir de tal arquivo e de sua construção, a resistência?

Inquieta-nos ler, nesse arquivo, a sistematização de um arquivo digitalizado e digital, público, acessível e construído a partir do trabalho de montagem de pequenas peças – documentos cedidos por familiares, testemunhos colhidos para publicação em edições do próprio grupo, cartas de mães que buscavam seus filhos durante a ditadura, documentos de ordem jurídica, documentos cedidos por países vizinhos, por ONGs ao redor do mundo... Documentos angariados através de muita luta para que o Estado prestasse contas, ainda que minimamente, de seus crimes. O leitor poderia interrogar: mas não é assim que se constrói um arquivo, sobretudo, sobre uma questão como esta? Sim, é. Mas esse arquivo começa a ser

construído ainda sob a mão de ferro da ditadura militar uruguaia – assim, trazemos a questão que orientará nossas reflexões (e que as orientou por tanto tempo, talvez sem que tivéssemos a clareza necessária para colocá-la, enfim, em seu lugar): já não há resistência em sua construção? Não se trata de uma prática política de resistência trabalhar para construir dizeres sobre aqueles a quem o Estado tentava silenciar a qualquer custo? Será, dessa maneira, a construção do arquivo uma prática política, ao mesmo tempo em que se faz como uma prática de memória daquilo que fora silenciado – e, por isso, também, de resistência?

Em vista disso, consideramos duas hipóteses de entrada para a discussão teórico-analítica: a) a constituição do arquivo como prática política e b) a construção do arquivo como prática política *de resistência*. Como bússola para navegar em tais questões, tomamos como norte os conceitos teóricos de *discurso*, com ancoragem nos estudos discursivos de Pêcheux e Orlandi e, ainda, o conceito de *arquivo* – evocando o caráter de entremeio da Análise de Discurso e articulando os saberes de seu campo àqueles que surgem como áreas afins, saberes que tornam o navegar ainda mais curioso. Fazemo-lo com a certeza de que se entrelaçarão aqui muitas vozes, muitas curiosidades, muitas miradas sobre o mesmo objeto e um grande empenho em manter o prumo de nossa navegação. Trabalharemos aguçando o olhar, colocando sobre a mesa um baquete de migalhas, explorando o resto, os rastros, os vestígios de algo que foi e que, mais do que nunca, é. “[...] No entanto, podemos – e talvez mesmo devamos – continuar a decifrar os rastros e a recolher os restos” (GAGNEBIN, 2009, p. 118), em um trabalho de investigadores que querem se por, em par com Manoel de Barros, como apanhadores de desperdícios porque vemos na palavra seu quinhão de silêncio, porque não buscamos na palavra sua informação e, sobretudo, porque daremos, como Manoel de Barros (2013), respeito àquilo que é desimportante, àqueles que são desimportantes...

Para construir esse percurso, optamos por apresentar as reflexões em três partes – sim, partes conectadas, entrelaçadas, articuladas. Talvez a designação parte seja aquela que mais dialoga com como significamos nosso fazer: são três momentos diferentes de leitura e de escrita, momentos que dialogam com nossa trajetória tempestuosa ao longo dos anos de doutoramento. Na primeira parte navegamos as águas escuras dos estudos discursivos, pescando conceitos e noções que ajudam a tecer a rede do nosso dispositivo teórico-metodológico, rede que sustentará, na parte dois, a leitura dos retratos (inicialmente designados *perfis*) buscados no arquivo do grupo *Desaparecidos*. Por fim, na terceira e última parte, buscamos apresentar nossas reflexões sobre a resistência e a sua relação com o arquivo. Em nossas leituras do texto, em nossas releituras, deparamo-nos tantas vezes com as repetições,

com as reformulações, as negações para, em seguida, afirmar aquilo que nos significava o que queríamos compartilhar com o leitor.

Que estranho movimento de idas e vindas, pensamos muitas vezes. Que trabalho custoso ao leitor o de dar-nos a mão e confiar seus passos a um condutor tantas vezes cambaleante. Talvez seja o próprio de nosso fazer – recordamos as observações à nossa dissertação de mestrado, quando não faltaram alertas sobre a escrita que desviava, muitas vezes, do esperado pelos manuais e afins que dissertam sobre o texto acadêmico e suas condições – e talvez seja o próprio de como nosso fazer dialoga com aquilo que nos toca tão profundamente: a memória e a resistência. A memória sempre em revisitação, sempre em falha, sempre buscando recordar... A resistência ao que tenta fazer falhar a memória, tantas vezes sem nome, tantas vezes nomeado, tantas vezes medicado. Talvez seja o próprio do estudo da memória: tanto sentido, tanto respeito, tanta ânsia por fazer lembrar que é preciso esquecer para lembrar e é preciso não esquecer para ressitir. Resistir ao esquecimento pelo resgate. Talvez seja também o próprio do nosso trabalho juntar essas partes que aqui ordenamos para fazer significar, em idas e vindas, em rodeios, em curvas, em ondas, aquilo que construímos em nossa caminhada.

3 EM ÁGUAS PROFUNDAS: ALGUMAS REFLEXÕES VIA ANÁLISE DE DISCURSO



*Clavo mi remo en el agua
Llevo tu remo en el mío
Creo que he visto una luz
Al otro lado del río
[...]
Oigo una voz que me llama
Casi un suspiro
Rema, rema, rema
Rema, rema, rema*

(Jorge Drexler, Al otro lado del río)

Talvez um dos momentos de maior hesitação no percurso de escrita em Análise de Discurso (AD), pensamos nós, seja o de traçar um caminho: por onde começamos? Quais os pontos a destacar inicialmente e qual a forma que mais dialoga com nossa visão de conectar os diferentes instantes de reflexão? Trata-se de questões pautadas não apenas por uma preocupação para com o leitor, mas, sobretudo, com a forma pela qual será apresentado o dispositivo teórico-metodológico construído para o estudo. Acreditamos que “a ordem” em que se apresentam esses diferentes momentos do texto diz respeito (ou deve dizer) aos diferentes movimentos de leitura e análise do analista para aproximar-se do objeto, lê-lo, propor-lhe questões e, enfim, embrenhar-se na teoria para buscar uma “resposta” possível, uma resposta entre outras. Assim, vemos esse fluir do texto como parte integrante de um dispositivo metodológico – se não a análise propriamente dita – de sistematização do conhecimento acessado e da organização dos fios discursivos (que se evidenciam em uma superfície linguística e textual que oferece à vista o efeito de unidade textual), de forma que o percurso, que tão bem conhecemos, pois é íntimo ao nosso fazer, seja navegável pelo outro, que vem dialogar.

A ausência de um “molde” para a disposição e a apresentação de nosso estudo não é uma falta, uma deficiência, mas, sim, uma marca constitutiva da AD, ciência não exata, como afirma Orlandi (2013), ciência de interpretação. Ora, dessa maneira, ainda que desafiando a coordenação motora metafórica, não podemos praticar AD como um malabarismo que, ao final de certo tempo de repetição, reproduz-se à exaustão, garantindo resultados que não se desviam muito de uma margem de erro. Como um agravante: não há erro, há caminhos diversos, interpretações que torcem e distorcem conceitos e proposições teóricas, e levam a lugares questionáveis; mas há, sobretudo, sempre a possibilidade de outras análises, pautadas por outros interesses, outras questões e outros referenciais teóricos. Em oposição às ciências positivas, uma mesma questão feita em Análise de Discurso poderá resultar em diferentes respostas e trajetórias, uma vez que

[...] a questão posta pelo pesquisador, a maneira como ele considera seu material, construindo o objeto de sua análise, seus objetivos e seu campo teórico, onde se dará a interpretação dos resultados de sua compreensão, podem trazer contribuições sempre diferentes e extremamente frutíferas para o conhecimento do objeto simbólico em questão e a observação dos processos de significação (ORLANDI, 2013, s.p.).

Nesse sentido, cada pesquisa em AD provoca não apenas um movimento do analista, em busca da construção do seu percurso de estudo, mas também da teoria, em uma dinâmica muito particular de expansão e reformulação, uma vez que se trata de um campo do conhecimento de entremeio – não apenas em contato com outras áreas do saber, como, também, constituído a partir do entrelaçar da Linguística, da Psicanálise e da História, mantendo portas sempre abertas para o diálogo com as demais áreas que vêm somar-se aos estudos em andamento. Poderíamos afirmar que nos inscrevemos em uma disciplina inquieta, que nos convida a uma leitura crítica e desacomodada da teoria, ao questionamento constante, à leitura dos pares e ao entendimento de que sua prática acadêmica, por sua inscrição em uma área do conhecimento (por vezes tomada como disciplina) de interpretação, não poderá jamais aquietar-se ou contentar-se com a certeza de ter chegado à resposta certa – ilusão, ingenuidade; nem certezas absolutas nem respostas certas. Aliás, a impossibilidade de uma resposta e de uma resposta certa, por si só já configura uma grande inquietação: a prática em Análise de Discurso não responde, interroga; não define, busca compreender. Não se fecha. É um trabalho de nunca acabar...

Não confundiremos, entretanto, a abertura teórica ao novo, ao outro, ao questionamento constante e à mudança inevitável, com a falta de ciência e com a total falta de objetividade. Somos questionadas, com frequência, sobre o método em Análise de Discurso. A recusa a uma

metodologia estagnada e pré-aprovada para todo e qualquer estudo implica tal questionamento: como proceder a uma análise discursiva partindo da teoria na qual nos inscrevemos? Como construir o que chamamos de dispositivo teórico-metodológico? Sem a pretensão de uma resposta, o que apresentamos a seguir é uma série de reflexões que, no percurso de construir o dispositivo teórico pelo qual abordaremos o objeto de análise e a questão teórica a ele proposta, buscamos construir também um dispositivo metodológico, trajeto pelo qual transitaremos ao longo de nossa empreitada. Para tanto, propomos um navegar pelas águas da perspectiva discursiva, tendo em nossa caminhada inicial visitas a questões da língua, do discurso e da prática em AD.

Pensemos essa trajetória como a de um rio – águas que não se contêm em si mesmas, fluir que não se finda, braços que, mais longos ou mais finos, mais rasos ou mais profundos, cada pequeno gole é parte, ao fim, de algo tão grande como o mar. Empreender um estudo em AD é lidar com o mover-se nas águas que, em algum momento, tocam-se, unem-se, (con)fundem-se para um desaguar. O entremeio dessa ciência na qual nos inscrevemos não deve ser o de uma lagoa que vizinha o mar e, hora ou outra, em enchentes, embaraçam-se as águas para em breve voltar ao seu estado anterior. O entremeio em AD deve ser o da colaboração mútua e contínua entre as diversas águas, que não se emaranham – rio, mar... –, mas que contribuem para a construção de algo outro.

Erigindo-se nos anos 1960 sobre os questionamentos estruturalistas, a Análise de Discurso propôs como interrogação central a relação entre história, sujeito e língua, articulando saberes de ordem histórica (por um viés materialista), psicanalítica e linguística, promovendo o que compreendemos como uma série de desterritorializações, um desconforto teórico para ciências “estáveis” e bastante arranjadas em espaços firmemente delimitados à época. A Linguística, área na qual, por nossa formação enquanto estudantes de Letras, temos um trânsito mais fluido, é compreendida como pilar essencial para a construção da AD, uma vez que é tomada como espaço teórico de potência transformadora e que, ao mesmo tempo, propaga evidências: a linguagem subjetivista, o sujeito sujeito de si mesmo e o empirismo ao tratar da diversidade linguística no que toca a questão social (GLOZMAN, 2016). Essas evidências não se bastam nos limites dos estudos linguísticos e não são inscritas na teoria do discurso enquanto conceitos cristalizados e inquestionáveis, pelo contrário, são pontos de deriva para indagações e ressignificações, e tal expandir de fronteiras, tal “infiltrar-se” em outras áreas do conhecimento sob a forma de efeitos, faz com que o entrelaçar – o construir do entremeio – seja não mais uma “pesca” de conceitos, mas o tecer de uma rede.

Relações de trabalhar com o que falta no outro, não complementando, mas questionando, reconhecendo a falta constitutiva, a impossibilidade de a teoria (seja qual for) responder a todas as perguntas. Entrelaçar saberes. Tecer uma rede. Desterritorializar. Desterritorializar não significa, nesse sentido, encontrar-se em lugar algum ou em todos os lugares: trata-se de construir um lugar outro, em constante reconfiguração, alargar fronteiras, esbarrar-se com um estrangeiro em si mesmo e tomá-lo como seu par na busca de compreender as questões que envolvem a língua, o sujeito e o discurso – conceitos de suma importância para os estudos discursivos.

É a partir do conceito de língua que avançamos sobre a teoria do discurso, voltando-nos às reflexões de Michel Pêcheux, estudioso tido como referência nesse campo do saber. Em *Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio* (2009), ele apresenta parte do que hoje consideramos como as bases para a compreensão da língua por uma perspectiva discursiva. Trata-se de uma articulação dos conhecimentos da ciência linguística, a qual o autor toma como norte para empreender o estudo da ideologia e seu funcionamento, sendo esse seu objetivo inicial. Como Pêcheux inscreve a Linguística em suas reflexões? Primeiramente, trazendo para a luz aquilo que ela insistia em ofuscar: a questão semântica. Ademais, a relação estabelecida entre a filosofia materialista e a Linguística funciona como uma forma para abrir campos de questões dentro do “seu próprio domínio e sobre seus próprios ‘objetos’, por meio de sua relação com objetos de um outro domínio científico: a ciência das formações sociais” (PÊCHEUX, 2009, p. 80).

Indo ao encontro daquilo que postulou Saussure (autor do qual fora um grande leitor, sempre buscando propor questões e avançar sobre elas) e articulando conhecimentos da Linguística e da Filosofia, Pêcheux reconhece que o sistema da língua, compreendido como relativamente autônomo, uma vez que submetido às suas próprias leis, é o mesmo para todos, sobre tais leis, “entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso: a língua se apresenta, assim, como a base comum de processos discursivos diferenciados” (PÊCHEUX, 2009, p. 81, grifos do autor). O que se “faz” com a língua não se “faz” como resultado apenas de um articular lógico do sistema linguístico, regido unicamente pela cognição humana, atividade que se dá e se finda em si mesma – e é nesse ponto que se torna imperativo refletir sobre a questão do discurso, conceito central para nosso trabalho.

A leitura de Pêcheux reforça a relação entre o estudo da língua e o estudo da filosofia materialista sobre as reflexões saussurianas que compreendiam a língua como um fato social – tal concepção é trazida à baila e levada a outro espaço de reflexão teórica, pensada, a partir

disso, em consonância com as questões de sociedade propostas pelo materialismo histórico. Ora, se a língua é um fato social, é, também, constituída em relação necessária com a história, estreitando-se os laços e passando, assim, a entendê-la enquanto indispensável para significar (o sujeito à sociedade, o sujeito a si mesmo...), sendo compreendida, por fim, como potência de “processos discursivos, e não enquanto expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva, etc., que utilizaria ‘acidentalmente’ os sistemas linguísticos” (PÊCHEUX, 2006, p. 82).

Dessa maneira, trabalhar com o objeto teórico da Linguística dentro dos estudos discursivos alinhados com a perspectiva pecheuxtiana implica em um processo no qual “pensamos a língua como fato e significamos o que é social, ligando a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia, a ideologia e o inconsciente” (ORLANDI, 2003, p. 3), o que leva ao deslocamento do seu entendimento: não mais sistema ou estrutura autônomos, visto que ambas as configurações a afastariam do histórico, mas base material para processos discursivos diferenciados. Assim, questionamos em nossa prática se apartar a língua de sua inscrição na história implicaria em uma contradição: como pode ser social e, ao mesmo tempo, não ter caráter histórico?

É preciso, para a compreensão de tal contradição hipotética, buscarmos nos estudos materialistas (em uma leitura althusseriana de Marx, bem como o fez Pêcheux ao longo de seus estudos) o conceito de história. Em **O Manifesto do Partido Comunista**, Marx e Engels ([1848] 2003, p. 10) afirmam que “a história de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes”, tratando-se, desse modo, de uma definição que une história e sociedade. Entretanto, para compreendermos como essa definição dialoga intimamente com os estudos de Pêcheux e sua busca pelo entendimento da ideologia e, por fim, dos estudos da língua em uma perspectiva discursiva, é necessário atentarmos para outra definição: a de luta de classes em que, conforme as reflexões materialistas, a ideologia é a própria materialização ideológica em funcionamento, a qual opera como o vento que move as pás de um moinho que não cessa de girar, desencadeando o que a filosofia materialista toma como as condições de produção e reprodução sociais .

O caminho, que parte da definição saussuriana de língua, percorrendo conceitos da filosofia materialista e chegando à definição de língua como um elemento necessariamente social, logo, ideológico, configurou-se como uma “revolução” à época em que fora realizado. Isso porque compreendê-la como um elemento indissociável da ideologia implicava, por sua vez, a indissociabilidade do sujeito. Pêcheux, em suas leituras de Althusser, entendera que a

ideologia só existe para o sujeito e o sujeito só existe por interpelação ideológica (PÊCHEUX, 2009), jogo que se constitui na luta de classes – ora, qual seria o funcionamento da ideologia se não houvesse em que funcionar? É sobre, é para e é no sujeito que ela funciona, interpelando-o, tornando-o, enfim, sujeito. Assim, não é possível pensar uma sociedade sem ideologia ou anterior à ideologia (como nossos tempos sombrios fazem querer crer, como se fosse uma entidade sobrenatural cujo exorcismo se faria com um amuleto “não ideológico” no qual o poder reside na mão de uns e outros; como alguns sujeitos gostam de acreditar, em uma época em que “não havia ideologia” nas escolas, no fazer político, nos livros... algo que não sabemos se configura uma ingenuidade quase inacreditável ou a total ignorância sobre o que seja a ideologia.), pois sempre houve, há e haverá dominação, classes (mais ou menos organizadas, mais ou menos identificáveis em seus limites, mais ou menos conscientes de sua inscrição em uma classe) que se articulam em busca do poder (por mínimo que seja), uma vez que “o aspecto ideológico da luta para a transformação das relações de produção se localiza, pois, antes de mais nada, na luta para impor, no interior do complexo dos aparelhos ideológicos de Estado, novas relações de desigualdade-subordinação” (PÊCHEUX, 2009, p. 133, grifos do autor) , processo que move o moinho da história .

Voltemos, então, à questão linguística e a sua leitura na teoria do discurso em que estamos inscritas. O sujeito, no interior da luta de classes, constituído por e na ideologia, apropria-se da língua para, inscrevendo-a em sua subjetividade no social, no histórico e no ideológico, significar. É na e pela língua que o sujeito materializa as relações que estabelece/nas quais se estabelece socialmente, fazendo dela um “suporte” para a produção de sentidos, uma materialidade significativa a si e ao seu mundo, sua vivência no mundo. Dessa maneira, o social para a AD não é um fator externo que toca a língua e a modifica em um ou outro aspecto, mas um fator constitutivo. A língua e a sua organização não desenvolvem entre si uma relação especular ou uma representação da sociedade, é uma construção que se faz no linguístico e no social. Podemos, assim, retomar que a língua, para Pêcheux (2009), não é um sistema autônomo: constituída pelo social e como materialidade das relações sociais (ou seja, materialidade da ideologia), ela está em relação inextricável com o sujeito, sendo, portanto, sujeita às falhas, às faltas, à incompletude própria daquilo que é ideológico.

É por esse viés que afirmarmos que “todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação” (PÊCHEUX, 2006, p. 53) e articulando os conhecimentos advindos dos estudos linguísticos e o entendimento da língua como fato social. Sabemos que a sociedade não se faz de lugares/posições iguais, e que a

interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia “nunca se realiza ‘em geral’, mas sempre através de um conjunto complexo determinado de formações ideológicas” (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p.164, grifos ???), desse modo, dando-lhes possibilidades de interpretações diversas daquilo que é instado a significar, e “é nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso” (PÊCHEUX, 2006, p. 53). É pelo funcionamento da língua como fato social e do social como espaço ideológico, logo, de deslizos, de contradições e de multiplicidade de sentidos, que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 2006, p. 53), não por uma questão de ambiguidade, mas por uma característica constitutiva daquilo que diz respeito ao discursivo: a movência dos sentidos.

Cabe, ainda, pontuarmos que a língua, a partir da perspectiva discursiva, tomada em relação necessária com a ideologia, a luta de classes e o sujeito, conforme os compreende a filosofia materialista, não se divide em “várias línguas”, uma para cada classe. Tal confusão poderia se justificar pelo entendimento de que uma classe compõe-se de indivíduos interpelados em sujeitos pela ideologia, identificados a ela, e de que são esses sujeitos-assujeitados, sujeitos ideológicos que se apropriam da língua para significar; logo, cada “grupo” de sujeitos organizados em classes apropriar-se-ia dela, configurando-a de acordo com suas demandas de significação. Não é o que ocorre. Pêcheux (2009, p. 82) retoma as ideias de Balibar (em **Marxisme et Linguistique**, artigo publicado no **Cahiers marxistes-leninistes** de 1966) para afirmar que a língua, em sua constituição de fato social, não se altera em função da subjetividade do sujeito ou do funcionamento da ideologia, sendo indiferente à luta de classes, entretanto, “as classes não são indiferentes à língua. Ao contrário, elas a utilizam, de modo determinado, no campo de seu antagonismo, especialmente e sua luta política”. Disso resulta que não existam “línguas de classe”, mas diferentes apropriações da língua, diferentes sentidos mobilizados em/por cada formação ideológica em que se inscreve o sujeito, como afirmamos anteriormente, diferentes possibilidades de interpretação em função de diferentes inscrições em formações discursivas. Quanto mais profundamente mergulhamos nos estudos discursivos, mais densas tornam-se as relações entre o sentido, o sujeito e a ideologia, e mais distante nos encontramos da superfície onde se instala a evidência de que o sentido está “colado” aos objetos, inerente à sua existência.

Não é a língua uma ferramenta, sobretudo uma ferramenta inerte, mas (como mencionado anteriormente) é base material para processos de significação que são múltiplos e que são movimentados pela prática social – ora, pelas práticas do sujeito. E é nessa esteira que

chegamos, enfim, ao conceito de discurso, farol de nossos estudos. Conforme Pêcheux e Fuchs (2014), não é possível identificar discurso e ideologia – o que seria uma leitura descuidada, visto que em nenhum momento afirma-se que a língua é a ideologia ou que o discurso é a realização da língua. De forma diversa, “se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica” (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p. 162). Nem a discursividade é a língua, sendo o discurso erigido sobre a base material da língua que, por sua vez, constitui-se como base material para a ideologia. Consideramos, ainda, importante salientar que o discurso não é uma construção que se finde, que se sustente sobre tal base e aí permaneça como “produto” de uma prática, mas que é esse objeto de possibilidades, de potências, de aberturas e falhas que só se mostram (ou não) em relação com a prática de interpretação do sujeito. Lembramos, uma vez mais recorrendo à poesia de Manoel de Barros – essa terra tão fértil... – para mover sentidos no entendimento do discurso enquanto objeto de estudo teórico:

O rio que fazia uma volta
atrás da nossa casa
era a imagem de um vidro mole...

Passou um homem e disse:
Essa volta que o rio faz...
se chama enseada...

Não era mais a imagem de uma cobra de vidro
que fazia uma volta atrás da casa.
Era uma enseada.
Acho que o nome empobreceu a imagem

(BARROS, 2013, p. 279)

De onde nos posicionamos para entender o discurso, a enseada é apenas uma das possibilidades – há a volta atrás da casa, o vidro mole, a cobra de vidro... Não há, entretanto, empobrecimento nos diferentes sentidos possíveis – a evidência da enseada não é, como se houvesse uma hierarquia, um patamar inferior de significação, é uma possibilidade e um sentido que se constrói em compromisso com uma formação discursiva dada. Nem melhor nem pior – uma possibilidade entre outras, uma interpretação entre outras.

Parecemos andar por caminhos e descaminhos em espiral, aproximando-nos e afastando-nos de conceitos e reflexões teóricas para, enfim, chegarmos ao conceito de discurso conforme propõe a teoria discursiva, embasada pelos estudos pecheutianos. Porém, pensamos que as reflexões em AD são e devem ser mesmo esse ir e voltar, um costurar de ideias, uma constante inquietação. É nesse movimento de questionamentos constantes que Pêcheux chegou

a compreender o discurso enquanto conceito fundamental de uma teoria da interpretação, necessariamente, mobilizando o funcionamento discursivo da língua, recusando a língua como ferramenta de comunicação e tomando-a como materialidade – e, nesse percurso, indagando a si mesmo, às suas próprias conclusões, revisitando seus estudos e duvidando do que lhe parecia óbvio. Os efeitos do emaranhado necessário entre língua e ideologia fazem-se significar no discurso, tratando, então, da comunicação de um sentido (PÊCHEUX, 2009). É por tal viés que lemos o discurso como “um efeito de sentidos entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, 2014, p. 81), sendo estes os dois pontos envolvidos na comunicação ou não comunicação de sentidos. A partir disso, entendemos que o discurso é o efeito que permite a existência do rio, do vidro mole, da enseada, da cobra de vidro... e que o objetivo dos estudos do discurso, tal como propomos, é tratar o objeto discursivo como um objeto que se coloca (é colocado) à margem das demais disciplinas para dali ser banhado pelo conhecimento que delas flui, sem ser arrebanhado por nenhuma outra que não à que pertence como conceito e objeto – a AD.

Mantendo-nos em curso de rio, seguimos as suas curvas e percorremos ainda alguns conceitos centrais para os estudos discursivos, construindo margens para nossas reflexões – não como fronteiras ou limites, mas como um espaço de terra firme que pode, a qualquer momento, vir a transbordar, uma vez que como as águas, os sentidos não são algo que se possa controlar. As margens significam, acreditamos, o dispositivo teórico-metodológico em nosso estudo; menos cerceamento e mais um limite necessário para o prosseguir, uma contenção do que não se contém, uma ilusão de controle.

Nosso interesse, neste ponto de nossa tese é pela noção de condições de produção, da qual nos aproximamos ao tratar do discurso enquanto conceito central. Para tanto, voltamos à definição já clássica do que seja o discurso para abordarmos a questão do efeito de sentido. Essa expressão deve-se à ideia de que “o sentido de uma palavra, uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’, isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante” (PÊCHEUX, 2009, p. 146, grifos do autor). Como já afirmamos, não há sentido “colado” à palavra, o sentido é “determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico” (PÊCHEUX, 2009, p. 146, grifos do autor), o que faz compreendermos o jogo possível com a língua, bem como, a ideia de que a discursividade linguística se faz em sua inscrição no histórico, na constituição do discurso. Conforme Pêcheux (2009, p. 240), em uma releitura das propostas lacanianas, “o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos)”, aquelas em que o sentido, enfim, constitui-se, tomando o lugar do non-sens.

Não há modo de apresentarmos algo como um resumo sobre o que seja o discurso, e se o fazemos em uma leitura panorâmica não é senão compreendendo que, em se tratando de um objeto cuja constituição é a língua, a ideologia e o sujeito, exige, de fato, um percurso teórico. O efeito de sentido se justifica pela compreensão de que o sujeito – que interpreta, mas que não é fonte do sentido, uma vez que não se autodetermina, visto que é assujeitado ideologicamente – está comprometido com o/pelo trabalho da ideologia. Essa, por sua vez, não realiza um trabalho linear, igual a si mesmo, e, assim, não interpela os sujeitos igualmente, não os inscreve em formações ideológicas idênticas, uma vez que encerra a contradição e a dissimulação de si em si mesma. Desse modo, a inscrição do sujeito em diferentes formações ideológicas já seria motor de propulsão da deriva para o(s) sentido(s) que se constituiriam/constituirão no/pelo discurso – tal ideia também remete à noção de que os sentidos podem ser sempre outros, mas não todos e não qualquer um, visto que são trabalho de instâncias de interpretação determinadas e que “o caráter material do sentido – mascarado por sua evidência transparente para o sujeito – consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos o todo complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2009, p. 146).

A partir da compreensão de discurso, alertamos que ele não é uma entidade ou qualquer abstração do analista – mas sim está sustentado pela materialidade linguística (e demais materialidades significantes que, atualmente, a Análise de Discurso vem inscrevendo em suas reflexões teóricas e analíticas) e é sobre essa base, na discursividade da língua, que o analista investiga-o e analisa-o. Não se trata de desvendar mistérios da significação, descortinar sentidos escondidos ou decifrar “o que quis dizer” o sujeito. De forma alguma. Trata-se de compreender, na análise da materialidade discursiva, os sentidos possíveis naquela análise, naquela conjuntura, a partir de determinado dispositivo teórico-metodológico. Esse fazer do analista aponta, uma vez mais, para o caráter polissêmico do discurso, porém não indeterminado. É nosso trabalho, na análise, debruçarmo-nos sobre a materialidade discursiva como algo a ser interpretado com vistas à existência sócio-histórica do discurso, compreendendo que “as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2009, p. 147).

É trabalho da análise discursiva questionar as verdades evidentes, considerando a questão da conjuntura sócio-histórica que implica no processo de produção de sentido, de acordo com as considerações de Pêcheux (2009), a fim de apreender, assim, a questão da exterioridade constitutiva do discurso e do sentido. É por tal viés que a materialidade do sentido nos toca, na direção em que se entrelaçam língua, sujeito e exterioridade – para, enfim,

significar o sujeito e o discurso. A exterioridade a qual tomamos como questão pertinente ao estudo discursivo é aquela que se constitui, como já afirmamos, no social – no âmbito de funcionamento da ideologia, o qual oferece as condições materiais de existência do discurso. “Os indícios que nos interessam emergem na materialidade linguística, em (des)arranjos de língua, em marcas deixadas pelo sujeito após fal(h)ar e depositar na areia do dizer as pegadas de seus pés andarilhos. Quando falamos em materialidade linguística, apontamos para o que dá forma aos indícios e marcas discursivas” (SOUZA; GARCIA; FARIA, 2014, p. 99), e tais marcas, vestígios, pegadas se fazem não em um contexto, em algo como um cenário ou um plano de fundo, mas no que compreendemos como as condições de produção do discurso – noção para a qual reservamos algumas palavras a mais, demorando nosso navegar em seus domínios em função de sua importância norteadora para as reflexões que propomos sobre o objeto de estudo mobilizado em nosso texto.

3.1 LANÇANDO ÂNCORAS



Os rios recebem, no seu percurso, pedaços de pau,
folhas secas, pena de urubu
E demais trombolhos.
Seria como o percurso de uma palavra antes de
chegar ao poema.
As palavras, na viagem para o poema, recebem
nossas torpezas, nossas demências, nossas vaidades,
E demais escorralhas.
As palavras se sujam de nós na viagem.
Mas desembarcam no poema escorreitas: como que
filtradas.
E livres das tripas do nosso espírito

(BARROS, 2013, p. 354)

Ao apresentar uma forma diversa de compreender o processo de produção de sentidos, os estudos discursivos exigem de nós, analistas, outro modo de ler (descritiva e interpretativamente) as textualidades às quais nos dedicamos. Empreender uma sólida análise pressupõe “maneiras de trabalhar sobre as materialidades discursivas, implicadas em rituais ideológicos, nos discursos filosóficos, em enunciados políticos, nas formas culturais e estéticas, através de suas relações com o cotidiano, com o ordinário do sentido” (PÊCHEUX, 2006, p. 49), considerando a exterioridade como constitutiva não apenas da forma material com a qual trabalha o analista, para chegar à compreensão dos processos discursivos, mas do próprio sentido.

Partindo desse entendimento do fazer dos estudos discursivos, contemplamos algumas questões essenciais para avançarmos na descrição do objeto. Trata-se, em um primeiro passo, de investigar o próprio processo de descrição das materialidades e sua não identificação (apesar de relação íntima) com a leitura e a interpretação. De acordo com as reflexões de Pêcheux (2006), é preciso, para descrever o objeto, tomá-lo como uma superfície opaca, que não se oferece ao ato de ler sem resistências e que exige do leitor/analista um trabalho de leitura, o qual passa pela descrição. Tal objeto, enquanto materialidade linguística, configura-se como algo atravessado em

[...] dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações (PÊCHEUX, 2006, p. 51).

Trazemos uma vez mais a poesia de Manoel de Barros, agora em uma composição sobre a imagem da língua, a qual significamos em diálogo com a reflexão acerca da descrição do objeto em uma análise discursiva: o poeta discorre sobre as “sujidades” necessárias contraídas pela palavra em seu navegar até o poema. Em oposição à “higiene” da palavra pré-poema (pré-exercício de sua potência de significar, anterior ao percurso de inscrição no discurso, em leitura nossa), o analista deve lidar com a “sujeira” dos sentidos que, na “viagem” para a materialidade discursiva em análise, carregam consigo as nossas (metafóricas) torpezas, demências, vaidades e demais restos, escorralhas.

Sob esse olhar, pensamos que nosso trabalho é sujar-nos com os vestígios, os rastros da exterioridade que são constitutivos de seu trabalho, e negar a esterilidade da transparência. Esse sujar implica, em um trabalho teórico e analítico, compreender que o sentido não se inaugura na leitura do sujeito, muito menos tem origem nele – ao analista, o sentido deve ser o elemento em constante viagem, em constante “sujar-se”, revelando sua face caleidoscópica,

“intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar um outro” (PÊCHEUX, 2006, p.53). A constituição dos sentidos, por esse viés, pressupõe um trajeto acidentado – sem nenhum julgamento de valor para com os acidentes – e repleto de curvas atrás da casa, de enseadas, de cobras de vidro mole (retomando, novamente, Manoel de Barros...) que levam não ao novo, mas ao outro. Cabe ao analista traçar seu caminho, construir um dispositivo teórico-metodológico para seu trabalho e expô-lo não como uma resposta estabilizada, e sim como um gesto de leitura, uma possibilidade de interpretar – margens.

Esse trabalho não se faz sobre qualquer possibilidade, mas sobre as possibilidades apresentadas pelo objeto, pelas condições de produção em que se constitui e se inscreve para leitura e pelo dispositivo teórico e metodológico construído pelo analista. Se não se trata o trabalho da Análise de Discurso de “encontrar” ou “estabelecer” um sentido, também não se trata de flunar pelo objeto e pelos sentidos que esse evoca como um barco à vela ao sabor do vento. Não traçamos nosso caminho de estudo – as questões (teóricas e analíticas) propostas ao objeto pautarão o desenvolvimento do trabalho no que tange à sua organização – como um muro, uma barreira intransponível, uma fronteira forçada que desrespeita a fluidez própria do discurso.

Nesse ponto, lembramos a catação de feijão de João Cabral de Melo Neto (2007, p. 320) como metáfora para o delinear de nossa metodologia: “joga-se os grãos na água do alguidar/ e as palavras na folha de papel”, lançamos o olhar ao objeto, observamos o que boiar nessa “água congelada” e barganhemos com o risco “de que entre os grãos pesados entre um grão qualquer, pedra ou indigesto, um grão imastigável, de quebrar dente” e, ao encontrá-lo, juntamo-nos em sua profundidade. “A pedra dá à frase seu grão mais vivo:/ obstrui a leitura fluvante, flutual/ açula a atenção, isca-a como o risco” – e procedemos, assim, ao trabalho de analisar o discurso a partir do objeto em foco.

Essas pequenas “impurezas” que perseguimos são compreendidas como aquilo que, entre a sequência descritível linguisticamente, abre espaço para a interpretação. É justamente essa “sujidade” (que assim designamos nos apropriando da poesia...) que torna possível o interpretar – porque há o outro em que se roçar e contrair, desse modo, os seus traços, incorporá-los, (re)significá-los. É a deriva de sentidos que torna a interpretação um trabalho a ser feito, é na existência do outro, da falta, do fragmentário – no subjetivo, no social, no histórico – em relação a quem está na ordem da língua, em uma perspectiva discursiva, que há a possibilidade

de interpretar a partir da leitura e da análise, colocando em jogo o um e o outro não como opostos, mas como contrapartes necessárias.

Aliando a sabedoria dos poetas sobre o trabalho com a palavra e as orientações do referencial teórico em que nos inscrevemos, trabalharemos com o objeto tomando-o, primeiramente, como uma unidade preta de riscos e sujidades às quais dedicamos especial interesse. Aproximando-nos desse objeto, temos a necessidade de compreendê-lo, antes de tudo, como um texto a ser lido, entretanto, não é coerente tomá-lo como algo que se fecha e se faz em si mesmo, desinfetado do exterior.

O entendimento do que seja o texto por um viés discursivo dialoga com a ideia de uma unidade significativa em relação à situação discursiva, negando o texto como pretexto, como unidade fechada cujos sentidos se constroem nesse interior de fronteiras supostamente cristalizadas pela intencionalidade de um autor assujeitado apenas à sua vontade, fronteiras que cercam sentidos estáveis e controláveis/controlados – ilusão, delírio. Ao tratarmos do discurso como conceito fundador para a teoria na qual nos inscrevemos, a concepção de possíveis fronteiras para o sentido dissolver-se-á sob o trabalho de uma compreensão do que seja o sentido e de quais são as possibilidades de o sujeito estabelecer um controle sobre ele.

Voltamos nossos estudos para uma leitura do texto que o contempla como uma unidade de análise discursiva, como um objeto materializado por uma forma que significa e que não necessariamente é a língua, visto que a AD restitui, para fins de teoria e prática, à linguagem o seu caráter multifacetado, compreendendo o não verbal como materialidade significante, sem estabelecer um nivelamento de relevância para a análise (ORLANDI, 1995) e, sobretudo, para o processo de produção de sentidos. Em comparação: seria possível afirmarmos que Grande Sertão significa mais ou menos que Os Retirantes? O próprio questionamento beira o absurdo e serve para uma provocação sobre a questão do verbal e do não-verbal em Análise de Discurso – não há, em hipótese alguma, a possibilidade de hierarquizar a potência de significância das diferentes materialidades – ainda mais em uma materialidade simbólica, como o silêncio (ORLANDI, 2007). Nesse sentido, o texto (verbal ou não) é um objeto material (em uma forma sensível, de materialidade – simbólica ou não) diante do qual o leitor, o analista, vê-se instado a ler, a interpretar e a compreender. É sobre (e sob) essa materialidade que se empreenderá o processo de análise, tomando-o não como uma unidade determinada e fechada, transparente aos olhares analíticos, mas enquanto um objeto em relação necessária com as condições de produção em que se inscreve e com as possibilidades de leitura que não só oferece, como também a ele são oferecidas, mantendo-se opaco: ao invés de esconder sentidos a serem desvendados, exige um trabalho de leitura.

Ademais, apesar de tomarmos o texto discursivamente, deslocando algumas noções cristalizadas, não tratemos de compreender que, por ser um objeto de análise, ele está em par com o discurso, que há uma correspondência imediata entre ambos. Como já aludimos anteriormente e como veremos ao longo de nosso estudo, o discurso enquanto conceito teórico em AD é equivalente a nada mais que não a si mesmo. Se há (e há!) algo que aproxima esses dois conceitos, há também uma série de especificidades que garante a não equivalência (a própria conceituação já oferece embasamento para tal afirmação). Reportamo-nos a uma questão pecheutiana essencial para a compreensão do discurso como um conceito e não como um produto, sobretudo, não como algo que se pode identificar início-meio-fim, lembrando que ele é o efeito de sentido entre dois pontos, A e B, que se constitui não no texto que A produz na intenção de algo significar, mas na relação necessária com as condições de produção – o exterior, que lhe é constitutivo, da história, da sociedade, do sujeito e da forma material em que se inscreve. O texto não é uma condição para o discurso e não é a sua materialização inequívoca, embora haja sua textualização sob diversas materialidades – com as quais o analista trabalha para realizar a análise propriamente dita.

O que há, segundo essa ótica, é uma relação de contraparte e “se vemos no texto a contrapartida do discurso – efeito de sentidos entre locutores – o texto não mais será uma unidade fechada nela mesma. Ele vai-se abrir, enquanto objeto simbólico, para as diferentes possibilidades de leituras” (ORLANDI, 2012, p. 64), justamente, por sua relação indispensável com a exterioridade e com a condição *sine qua non* do discursivo que é falha – o equívoco, a possibilidade de deslize dos sentidos (outro pressuposto que será abordado ao longo deste estudo).

Dessa maneira, buscamos a noção de texto – enquanto categoria analítica – para a Análise de Discurso em função da apresentação do corpus de nosso trabalho acadêmico, perseguindo um entendimento em que não tomamos os documentos em estudo como um conjunto acabado em si mesmo, mas como um objeto que individualiza a significação em um espaço material (ORLANDI, 2008). Tomarmos, em um primeiro momento, o texto das obras *Muertes en Prisión* (1984), *A Todos Ellos* (2004) e dos perfis apresentados no site do grupo Desaparecidos (entre os anos de 2015 a 2019) como objeto de análise parte de um processo de apreendê-lo como ponto de partida para a compreensão de sua organização “enquanto unidade [que] é reflexo indireto da ordem do discurso, não sendo possível se passar diretamente de um para outro. [...] Trata-se da relação do real do discurso com seu imaginário que a textualidade

representa” (ORLANDI, 2008, p. 68), de uma relação de batimento entre a forma material e sua significação, entre a textualidade e o discurso, entre o discurso e a relação do sujeito e de

[...] como ele está significando sua posição, como a partir de suas condições (circunstâncias de enunciação e memória) ele está praticando a relação do mundo com o simbólico, materializando sentidos, textualizando, formulando, breve, ‘falando’ (ORLANDI, 2008, p. 68).

Para apreender esses processos de constituição material do sujeito e do sentido, tomaremos uma textualidade específica que, por sua vez, constrói-se, circula, significa e ressignifica, inscrevendo-se no que compreendemos como um processo discursivo – ou seja, como “resultado da relação regulada de objetos discursivos correspondentes a superfícies linguísticas que derivam, elas mesmas, de condições de produção estáveis e homogêneas” (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p. 181) – a ser analisado. Assim, não se trata de analisar o objeto propriamente dito, mas interrogá-lo enquanto parte de um processo discursivo, investigando o movimento de produção de sentidos e buscando ler a sua textualidade e entender a sua materialidade, enquanto objeto simbólico que não guarda em si os sentidos, mas que os faz moverem-se e deslizarem de acordo com o olhar a ele dedicado.

Antes de debruçarmo-nos sobre algumas questões históricas, precisamos trabalhar a noção de condições de produção pela via da Análise de Discurso, compreendendo-a como de ordem histórica, social e linguística, sem hierarquia entre tais elementos, conforme afirmara Courtine (2014, p.51). Ela não é um pano de fundo ou um cenário em que se desenrolam ações e acontecimentos sócio-históricos, e sim é o que permite o estudo da constituição do discurso e do sujeito – simultaneamente – em uma materialidade histórica que está intrinsecamente ligada ao processo de produção de sentido. Acreditamos que o entendimento do que sejam as Condições de Produção (doravante referida pela sigla CP) para o processo de constituição do discurso, do sujeito e do sentido esteja intimamente ligado à compreensão da história como a história da luta de classes. Nesse sentido, tomamos como referência as reflexões materialistas, oriundas da filosofia marxista, em suas considerações sobre a luta de classes, a partir da leitura althusseriana, fonte da qual bebeu Michel Pêcheux para refletir acerca da luta de classes, da ideologia e do discurso.

Avançamos, ainda, algumas palavras sobre as questões acerca das CP, da luta de classes e da ideologia. A filosofia marxista, ao tratar das relações entre a história, a sociedade e a economia, afirmou que o homem faz a história, mas não a faz conforme seus desígnios, e sim de acordo com as condições materiais que lhe são apresentadas. Admirável a ilusão do sujeito sujeito de si na história, acreditando ser capaz de mover, com suas ações tão localizadas em um

tempo e em um espaço, a engrenagem de algo que o afeta e que necessita de seu trabalho para movimentar-se, mas da qual é senão um parafuso, uma ínfima peça junto de tantas outras. A luta de classes e seus mecanismos fazem com que, na superfície, a história e seu devir pareçam estar em constante câmbio, em turbulência com seus golpes, suas revoluções e suas “drásticas” mudanças de rumo. Compreendemo-la como um dispositivo tão silencioso e preciso, com poucas brechas para a falha, que, ao mesmo tempo, mostra ao sujeito uma face de vulnerabilidade, como se pudesse ser, sub-repticiamente, “tomado de assalto” pelo sujeito inscrito em diferentes classes sociais, conferindo-lhes o poder de alterar o curso da história.

Althusser ([1985] 1999), revisitando a obra de Marx e propondo uma releitura crítica, avança sobre a noção de condições materiais de produção, configurada pela luta de classes, e a apresenta em seus estudos como uma repetição de condições, como um sistema de poucas falhas que oferece ao sujeito condições de reprodução. Em última instância, trata-se de uma engrenagem cujo “produto” são condições materiais de relações sociais pautadas pela reprodução de si mesmas e de suas possibilidades, gerando um efeito de mudança no curso da história (como materialidade). Não há um fim no ciclo da reprodução, mas há uma finalidade: manter a dominação. O entendimento de tal processo de construção da história sobre uma esteira circular parece desesperador e um convite à desistência de qualquer luta por mudança no status quo, entretanto, como veremos adiante, existem falhas, pequenas frestas por onde pode infiltrar-se o sujeito e suas possibilidades de significar e ressignificar a história e seus acontecimentos.

É por esse panorama de configuração das condições de produção, em sua estrutura contraditória pelo funcionamento dissimulado da ideologia e de sua aparelhagem os quais sustentam a luta de classes e o mecanismo da reprodução, que se constituem e significam sujeito(s) e discurso(s). Embora nesse ponto do texto ainda não nos dediquemos a uma reflexão sobre o discurso e o sujeito como conceitos trabalhados na teoria da Análise de Discurso, antecipamos algumas questões essenciais para avançarmos na abordagem da obra que constitui o corpus inicial desta tese. Buscando Pêcheux (2014) tomamos o discurso como algo que é sempre constituído no interior de condições de produção específicas e que “está, bem ou mal, situado no interior da relação de forças” desiguais, assimétricas e de entendimento opaco em função da ideologia que a movimenta, ou seja, a luta de classes. Desse modo, para apreendermos a constituição e o processo de leitura de *A Todos Ellos* (2004) como um processo discursivo, é preciso compreendermos que essa se inscreve não em um cenário de condições históricas e geopolíticas que, externas, tratam-se de uma contextualização para chegar a um

ponto. As condições de produção não são um meio – de leitura – para um fim – analítico: são parte constitutiva do objeto, da leitura, da interpretação e da análise.

Assim, tendo o discurso como um constructo que não se faz sem a interpenetração da língua, da história e do sujeito (ou seja, da materialidade da língua, da materialidade da história e da materialidade do sujeito, como um tripé de produção e sustentação de sentidos que, excluindo-se um, os outros “cambaleariam”), não é possível excluirmos as condições de produção (ou mesmo negligenciá-las) no estudo do objeto. As relações entre sujeitos e a sua mediação pela luta de classes; a relação do sujeito com a história e com o seu lugar na história; a relação do sujeito com a língua e com a ilusão de movimentá-la de acordo com suas vontades e, por fim, o significar desse movimento assujeitado; a relação da língua e seus “significares” ao longo da história – a imbricação de tais materialidades leva-nos a um entendimento de discurso, de sua forma material e da importância de cada um desses elementos como sustentáculos para um estudo discursivo, buscando compreender os efeitos de sentido dessas relações.

É importante destacarmos que há acontecimentos históricos essenciais no estudo de uma “cronologia” (que não é objetivo de construção) os quais tocam o estudo das CP do discurso em que significa o objeto de nossa investigação: I) a instauração e o desenrolar dos regimes ditatoriais militares em países da América Latina, com foco específico no Uruguai, entre as décadas, para fins de sistematização, de 1970 e 1980, período em que esse regime já estava estabelecido, compreendendo-as como as condições de produção amplas, não em oposição, mas em contraparte ao estudo do II) período de abertura democrática e pós-ditatorial, também focado nas questões uruguaias. Sobre o período pós-ditatorial, para fins metodológicos, trabalharemos com alguns acontecimentos históricos específicos, considerando-os como pontos nodais para chegarmos ao estudo das CP “estritas” (ORLANDI, 2012), ou seja, o panorama sócio-histórico/sócio-político em que se constituem os perfis constantes em *Muertes en Prisión, A Todos Ellos* e no site do grupo *Desaparecidos*.

A fim de introduzirmos a reflexão acerca das condições de produção em que se inscrevem os objetos que tomamos para estudo, ponto de partida para as considerações teóricas que se sucederão, realizamos um trabalho de estudo acerca de questões que, em sua superfície, podem parecer tocar unicamente uma especificidade histórica e historiográfica, sobretudo, ao buscarmos, no sofisticado tramar de fios, os acontecimentos históricos e políticos que nos levaram a voltar nosso olhar para algumas décadas antes de sua publicação, procurando compreender como uma série de eventos pavimentou o caminho para que sua produção chegasse a ser um imperativo. Em par com Indursky (2009, p. 118), afirmamos que são as

[...] condições de produção que tornam possível a passagem da superfície linguística do texto à sua face discursiva. E, se é possível afirmar que o texto é aberto à exterioridade, é porque ele estabelece um conjunto bastante diversificado de relações – contextuais, textuais, intertextuais e interdiscursivas.

De modo que há a necessidade de estudo do que a autora chama de contexto, tomamos a liberdade de posicionarmo-nos de forma diversa, acreditando que tal estudo engloba um panorama complexo de condições sociais, políticas e ideológicas e não um contexto, dado que o discurso se constrói não “dentro” desse espaço virtual, mas junto, em relação de simbiose e não de hospedeiro. Simbiose porque, como afirmado por Indursky (2009), há uma relação de constituição entre exterioridade e discurso, interligados pela potência do discurso de significar (e construir, na significação) a exterioridade para os sujeitos e da exterioridade de, em par, realizar o mesmo. Com isso não afirmamos que o discurso materializa a exterioridade ou dela seja representação fiel, registro histórico para um arquivo da verdade do mundo. Os objetos discursivos – tomamos os textos, em suas diversas textualidades, como exemplo – não se fazem sem um autor o qual discursiva a partir de um lugar determinado pelo funcionamento ideológico, ou seja, um autor, também, inscrito em condições de produção que atravessam sua leitura e interpretação da exterioridade que o constitui e que constitui seu discurso, e afetando, em seguida, a leitura e a interpretação daquele que se propuser a investigar o discurso. Em vista disso, compreendemos que não apenas a interpelação do sujeito pela ideologia é um fator de dissonâncias na produção de sentidos, mas a inscrição do sujeito e do discurso em condições de produção que cambiam e que, ainda que fotografadas e estáticas, podem ser vistas de diferentes pontos, sob diferentes luzes.

É por essa noção de que o discurso é materialidade que precisamos atentar para o estudo da exterioridade que incide em significação no material. “Se há materialidade do discurso é porque os discursos são tomados na materialidade histórica, no sentido de que há efeitos de determinação da estrutura histórica sobre o discursivo” (PÊCHEUX, [1980] 2016), efeitos que precisam ser tomados como algo a perscrutar-se, dissecar a fim de apreender o processo de determinação e os efeitos de sentido dela sobre o/no discurso. É preciso um aparato metodológico para o estudo dessa exterioridade, visto que não se pode considerar tudo ou nada, catar todos os feijões ou abandoná-los todos. Para tanto, em nosso texto, a “catação de feijão” do estudo das condições de produção será apresentada ao leitor conforme se desenrola o trabalho de descrição do objeto de estudo e de delimitação do corpus de análise. Partamos, então, para essas outras paragens em nosso navegar.

Conforme mencionamos anteriormente, é condição *sine qua non*, para um estudo em Análise de Discurso, que se delimite uma questão teórica a qual haverá de nortear a constituição de um dispositivo teórico-metodológico a ser posto em movimento para perscrutar e analisar o objeto posto à baila. Tomamos a questão teórica como bússola para o dispositivo, entretanto, não se trata apenas dela, mas também das particularidades e regularidades do objeto a ser analisado e da imersão nele, a qual, em determinado ponto desse velejar na AD, levará o analista ao corpus. Tratemos, dessa maneira, do objeto e do corpus, duas noções de grande importância para os estudos discursivos como praticamos.

Um primeiro ponto que delimitamos sobre a questão teórica e a sua relação com o objeto é a impossibilidade de separá-los e, também, a impossibilidade de partirmos da teoria e da questão teórica para, só dessa forma, buscarmos o objeto. Um estudo acadêmico-científico não é um velejar sem norte, um passeio sem ponto de chegada e um estar à deriva (muito embora não seja raro que nos sintamos assim, dadas os ventos fortes que os questionamentos agitam). Como já afirmamos, um estudo em AD é feito mais de indagações e de questionamentos ao objeto e à própria teoria do que de respostas previstas, hipóteses a serem comprovadas, de modo que entendemos que o trajeto a ser feito é o de interrogar-nos sobre, para, somente depois, buscarmos compreendê-lo a partir da teoria e de suas possibilidades (e, ainda, procurarmos articulações teóricas, reflexões, ousadas que possam levar-nos a algum lugar de interpretação do objeto e das questões que ele suscita, caso a teoria não dê conta do que foi proposto). Talvez seja essa uma das grandes belezas da AD – a ciência de que não temos resposta para tudo, nem a teoria as tem, e, concomitantemente, o almejar de que tenhamos uma compreensão para os processos discursivos que investigamos e o acompanhar da construção e do trilhar de um caminho cujo norte compartilhamos com nossos pares, mas que, por sua vez, é único. Estamos em constante movimento e mutação, como tudo que é vivo, e vislumbramos, constantemente, o que nos falta. Mais do que saber da eterna incompletude, ver nela o respiro, o espaço para a curiosidade, para reformulações, redirecionamentos, des/reconstruções. Compreendemos, assim, que se trata de não nos abraçarmos à teoria antes de pensarmos o objeto – mas de, segundo Scherer (2011), tê-los em/nesse movimento juntos, unidos não por uma deliberação ou uma “escolha” ou “estratégia”, mas por gestos de interpretação que os entrelaçam.

Ainda buscando ancoragem nas reflexões da autora sobre a aproximação para com o estudo do objeto e do corpus em Análise de Discurso, trazemos para discussão a questão do Plano das Ideias e do Plano Teórico, dois espaços simbólicos de construção do estudo do analista. Consideramos o entendimento do entrelaçar de tais planos como um nó que toca profundamente nosso fazer, não apenas como analistas de discurso, mas como sujeitos inscritos

em uma prática de pesquisa: a compreensão do Plano das Ideias como algo da singularidade do analista e como espaço do sócio-histórico em funcionamento toca muito sensivelmente nosso entendimento da práxis em pesquisa. Scherer (2011, p. 11) afirma que é no Plano das Ideias que

[...] o “eu” aparece na sua temporalidade própria e nas suas mais diversas formas, sobretudo, na sua forma real – imaginária - de fazer parte do processo de produção do conhecimento. [...] É nele que o singular transborda e faz construir aquilo que o diferencia dos demais. É nele que o objeto é vislumbrado, pensado, objetivado.

Ou seja, é nesse espaço de constituição do sujeito e de intensa força da subjetividade que se vislumbra o objeto. Temos, dessa maneira, um espaço onde o funcionamento da ideologia toca de forma muito singular e sensível o trajeto pelo qual o analista vê o objeto ou pelo qual o objeto faz-se ver e, em se tratando de uma questão afetada pela ideologia (como não poderia deixar de ser), torna-se imperativo refletir sobre a pesquisa científica e a sua relação com a constituição do analista de discurso enquanto sujeito social e político. Inquieta-nos a questão da ideologia e suas engrenagens, especialmente, no que diz respeito às formações ideológicas, compreendidas como uma “posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes” (PÊCHEUX, 2009, p. 147). Ora, conforme sabemos, a ideologia só existe para o sujeito e o sujeito só existe por interpelação da ideologia (PÊCHEUX, 2009), de modo não é senão pelo funcionamento de tal força que estamos em posição de significar a nós mesmas, nossa prática social e, ao mesmo tempo, ao mundo. Cabe atentarmos que a noção de formação ideológica em nada se aproxima de uma espécie de determinismo a qual asseveraria que, uma vez posto/capturado em determinada posição, o sujeito ali lançaria sua âncora derradeira e permaneceria. Ele e sua subjetividade não são fotografias, são entidades moventes, de acordo Pêcheux (2009), quando discorre sobre a possibilidade (e a necessidade) de resistir à dominação e significar(-se) em seu discurso o câmbio de identificação e de posição no panorama da dominação. Mas essa é outra questão, voltemos ao Plano das Ideias.

Se é no Plano das Ideias que o sujeito se significa na busca e no encontro com o objeto e é nessa busca e encontro que o objeto vem a integrar-se no fazer da pesquisa, nada disso se faz sem o funcionamento da subjetividade e da ideologia. Ainda, o sujeito está inscrito, ao mesmo tempo, em uma formação discursiva que “determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2009, p. 147), mobilizando sentidos X e não Y, interditando sentidos, significando e ressignificando aquilo que vemos e lemos. Ora, é nesse jogo que chegamos ao objeto, ao ser sujeito assujeitado e de sermos sujeitos moventes nesse grande tabuleiro das dominações

ideológicas, num jogo de, enquanto analistas de discurso, buscarmos as brechas da dominação para dissiparmos a névoa do evidente. O Plano das Ideias é o plano de encontro com o objeto, de indagações, de curiosidade, de encantamento (por que não?) e de inquietação.

Já o Plano Teórico é mais denso, menos retilíneo e em um outro ponto da singularidade. O Plano Teórico é constituído também sócio-historicamente, mas não da mesma forma que o Plano das Ideias. [...] No Plano Teórico, existe, também, uma história, mas uma história teórica que não pode ser dissociada da comunidade científica da qual todos fazemos parte (SCHERER, 2011, p. 11, grifos nossos).

Cabe nesse outro espaço (e as divisões de espaço são apenas virtuais e simbólicas, como se houvesse a possibilidade de estabelecermos uma fronteira clara e material) a inscrição do sujeito analista em uma linha de pesquisa e em um grupo de reflexão teórica, estabelecendo relações acadêmicas com o orientador, com colegas, com pares e com fazeres, conforme afirma Scherer (2011). É no Plano Teórico que o objeto começa a ser compreendido, enfim, como objeto de estudo e análise, como objeto teórico a ser trazido para a reflexão não apenas como encantamento e questionamento em brainstorm, mas em objetividade e cientificidade. É nesse Plano que as questões teóricas e analíticas passam a ser postas de forma ordenada, constituindo, desse modo, um projeto de pesquisa. Não acreditamos que se trata de um plano hierarquicamente superior ou mais importante para a pesquisa – cada um deles contribui de maneira essencial para nossa trajetória, entretanto, são diferentes momentos de um mesmo navegar.

[...] Para os dois planos também existe uma história, sem ela não há relação entre um e outro. Impossível dissociá-los, um não existe sem o outro. Para os dois planos, a história vem com a singularidade da história da individuação para compor a história social da pesquisa e da produção do conhecimento. (SCHERER, 2011, p. 11).

Teoria e objeto têm seu caminho entrelaçado pelo próprio fazer em Análise de Discurso, e é assim que apreendemos nossa chegada ao objeto – ponto do qual nos aproveitamos para introduzir outra questão que é cara ao percurso teórico-metodológico previsto para nosso estudo. O que é um corpus? Muitas vezes passamos ao trabalho de análise e referimo-nos ao corpus como algo já dado, pronto, um bloco homogêneo e sem passado sobre o qual nos debruçamos para, a partir disso, inaugurarmos a pesquisa. Tomamos como referência a colocação de Aguilar, Glozman, Grondona e Haidar (2014, p. 37, grifos das autoras) para revisitar essa noção por um viés discursivo, adequado às (re)formulações teóricas que nos cabem, pensando o corpus como produção e prática constitutiva da pesquisa que

[...] deberán ser el resultado (siempre provisorio) de un proceso de indagación y de análisis, en suma, de trabajo. Tampoco podrá el corpus asemejarse en nada a un punto: a partir de un montaje, se trata de producir un objeto que tendrá longitud, volumen, dimensiones¹⁷.

A delimitação de um corpus discursivo já faz parte do trabalho de catação de feijão tratado no início de nossas reflexões, de seleção guiada por gestos que já são gestos de leitura e de análise, de desconstrução, construção e indagação, e pela certeza de que esse objeto não é transparente e plano, mas, novamente, como um rio, em sua superfície, resta o convite ao mergulho, à investigação e ao conhecer de suas formas e profundidades. Não se explora profundezas sem ciência da exploração, dessa maneira, *“la operación de reunir discursos de diversa forma y procedencia y ensamblarlos en un corpus implica la puesta en juego de un conjunto complejo de supuestos teóricos y epistemológicos que es preciso esclarecer y sistematizar”* (AGUILAR; GLOZMAN; GRONDONA; HAIDAR, 2014, p. 37), motivo pelo qual se fez (se faz) necessário percorrermos o trajeto compreendido pelo curso d’água que aproxima – enquanto corpus – os três documentos que trazemos para estudo.

Correndo o risco de “apressarmos” algumas proposições, tratamos do pressuposto teórico que embasa a construção do fio que amarra nosso corpus além de um caminho temático e de um corte temporal – que vale como resposta aos processos de formação do discurso analisado, seguindo uma linha cronológica pautada pela ciência histórica, entretanto, não vale necessariamente para os cortes exigidos pelas questões postas para o corpus. Retomamos a questão da forma perfil para refletirmos, ainda que brevemente, sobre o que, teoricamente, sustenta tal proposta. Trazemos de Courtine e Marindin ([1980] 2016, p. 36, grifos do autor) a reflexão sobre a AD tomar para si o estudo da paráfrase discursiva, na qual se manifesta “a presença de invariantes – coocorrências, em uma sequência discursiva, de um conjunto de marcas formais (palavras, sintagmas, formulações...) que são recorrentes no conjunto de sequências discursivas de um corpus”, recorrências formais sobre as quais nos debruçaremos no que toca à forma perfil e à forma enunciativa que a permeia.

Chegamos, desse modo, ao entendimento de corpus discursivo como “dispositivo de agrupamento e de organização de sequências discursivas regulado pela noção de ‘condições de produção do discurso’ [...] de onde decorre seu recurso a práticas discursivas cuja autoparáfrase constitui a regra” (COURTINE; MARANDIN, [1980] 2016, p. 36). Ou seja, os documentos que inscrevemos em um arquivo e, posteriormente, selecionamos e recortamos, para a

¹⁷ “Deverão ser o resultado (sempre provisório) de um processo de indagação e de análise, em suma, de trabalho. Tampouco poderá o corpus assemelhar-se em nada a um ponto: a partir de uma montagem, trata-se de produzir um objeto que terá longitude, volume, dimensões.” [tradução nossa].

construção de um corpus discursivo, não são identificados como inscritos em uma sequência de paráfrases simplesmente porque o tema lhes é comum ou porque a autoria, em parte, lhes é comum, mas sim porque se inserem em um discurso em que a paráfrase é assegurada pela circulação de tipologias discursivas próprias de diferentes formações sociais e discursivas. Retorna o conceito de formação discursiva (FD) – definido por Pêcheux (2009) como o que determina o que pode e deve ser dito – porque são as condições impostas pela FD e sua ação sobre o interdiscurso que permitirão (ou não) a incorporação de elementos “pré-construídos produzidos no seu exterior, para nela produzir a redefinição ou o retorno, para igualmente evocar seus próprios elementos, para organizar sua repetição, mas também para provocar nela o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação” (COURTINE; MARANDIN, [1980] 2016, p. 40), estabelecendo domínios do que pode e deve ser dito, de como será dito – em função da relação com o interdiscurso – e como será significado.

Aproveitamos essa reflexão sobre o trabalho de construção do corpus discursivo para tratarmos da noção de documento, a partir da arqueologia de Foucault (2014). Viemos tomando *Muertes en Prisión. A Todos Ellos* e os perfis publicados no site do grupo *Desaparecidos* como documentos e não cuidamos de tornar claro o que entendemos por documento – de onde o miramos, consideramos empreendimento plausível “não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo” (FOUCAULT, 2014, p. 7), visando recortá-lo, distribuí-lo, ordená-lo e reparti-lo em diferentes níveis em um trabalho que

[...] estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros (FOUCAULT, 2014, p. 8).

Ou seja, colocamos em diálogo abordagens que proporcionam o trabalho com o documento como objeto discursivo inscrito em um corpus, disponível ao analista para sua trituração pautada pela teoria e sistematizada pelo dispositivo metodológico do pesquisador. Essa abordagem do(s) documento(s), tomando como critério pontos teóricos e analíticos, leva à construção do corpus discursivo de pesquisa, fazendo com que esse “corpo de documentos” não seja apenas um agrupamento de textos ou confundido com o arquivo ou, na pior das hipóteses, com uma seleção textual aleatória, arbitrária e infundada que o “pesquisador” julga cabível para responder a uma questão. A seleção, organização e delimitação do corpus replica

a uma montagem que, por sua vez, replica a questões que se respondem, inicialmente, nas marcas expostas na materialidade discursiva do documento.

Los criterios de puesta en serie no son, por lo tanto, homogéneos ni están definidos de antemano. Por el contrario, la forma del corpus, que expresa las relaciones interdiscursivas que supimos describir, constituye una estabilización provisoria relativa aun momento de la investigación; su disposición específica se mantiene solo hasta que aparezcan huellas que movilicen otros modos de pensar la puesta en serie la delimitación de «nuevos» Dominios Interdiscursivos (AGUILAR et al., 2014, p. 62).

Isso nos leva a compreender mais profundamente o processo de encontros e desencontros com os documentos que vieram a compor o corpus sobre o qual nos debruçamos a seguir, considerando um processo de leitura-trituração, que consiste em “recortar, extrair, deslocar, aproximar” (PÊCHEUX, [1980] 2016, p. 25), admitindo a não-transparência do arquivo consultado, do arquivo construído por nós enquanto analistas (que poderia reforçar tal ideia errônea, visto a tendência de acreditar sermos senhores de nossas práticas e sabedores de todas os becos e vielas dos resultados – ainda que provisórios – dos trabalhos que nos propomos) e dos documentos que ali se encontram.

Embrenhamo-nos nas linhas e nos nós do corpus como analistas de discurso que, assim como propôs Pêcheux ([1980] 2016, p. 25), tomam partido pela imbecilidade: como parte de nosso trabalho, decidimos manter uma atitude à lá Alberto Caeiro (2010) em suas andanças, porém diante do que trazemos:

O meu olhar é nítido como um girassol.
Tenho o costume de andar pelas estradas
Olhando para a direita e para a esquerda,
E de vez em quando olhando para trás...
E o que vejo a cada momento
É aquilo que nunca antes eu tinha visto,
E eu sei dar por isso muito bem...
Sei ter o pasmo essencial
Que tem uma criança se, ao nascer,
Reparasse que nascera deveras...

O partido pela imbecilidade, compreendemos, unindo a poesia de um mestre e a genialidade para a reflexão teórica de outro, é a manutenção da estranheza com aquilo que nos é próprio, que é corriqueiro em nossas práticas; da surpresa, porém com um olhar nítido garantido pelo embasamento teórico. É “decidir não saber nada do que se lê, permanecer estranho a sua própria leitura, acrescentá-la sistematicamente à fragmentação espontânea das sequências, para acabar de liberar a matéria verbal dos restos de sentido que ainda aderem aí...”

(PÊCHEUX, [1980] 2016, p. 25), as sujidades de que tratávamos no início de nossas reflexões voltam à tona. Como imbecis conscientes de sua imbecilidade, questionamos o óbvio, movimento que nos permite mergulhos profundos, pasmos essenciais e encontros prósperos com o corpus.

PARTE II

4 DO ARQUIVO AO CORPUS



*Quem construiu Tebas, a das sete portas?
 Nos livros vem o nome dos reis,
 mas foram os reis que transportaram as pedras?
 Babilónia, tantas vezes destruída,
 quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas
 da Lima Dourada moravam seus obreiros?
 No dia em que ficou pronta a Muralha da China para onde
 foram os seus pedreiros? A grande Roma
 está cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu? Sobre quem
 triunfaram os Césares?*

(Bertold Brecht, 2010)

“Nem a presença viva nem a fixação pela escritura conseguem assegurar a imortalidade; ambas, aliás, nem mesmo garantem a certeza da duração, apenas testemunham o esplendor e a fragilidade da existência, e do esforço de dizê-la.”

(Jeanne Marie Gagnebin, 2009)

Dedicamos as próximas páginas a um estudo sobre o conceito de *arquivo* para a Análise de Discurso e às implicações de tal posicionamento teórico para nossa investigação, conduzindo as reflexões a um caminho que parta da questão teórica para a descrição do trajeto (metodológico) pelo qual chegamos ao objeto da tese e, por fim, ao *corpus discursivo* de análise posto em jogo. Ainda, nesta seção, buscamos apresentar as bases teóricas e metodológicas que sustentam nosso movimento de apresentação e descrição do *corpus* para fins analíticos. Trata-se de um entendimento de que não basta *desconstruir* o que quer que seja, sobretudo, quando nos aventuramos na seara acadêmica; é necessário perscrutarmos com olhar atento e minucioso aquilo que nos propomos tomar para apropriação, para manipulação – não no sentido

vulgarizado, como algo negativo, mas no sentido da “artesanaria” de fazer algo com as mãos – e para os procedimentos vários que levam antes à compreensão do objeto e depois à desconstrução. Talvez seja o caso de utilizarmos não o verbo desconstruir, mas *desmontar*.

Trabalhamos com um objeto que é constituído em mosaico, ou seja, *montado* em suas partes desiguais para oferecer o efeito de obra una. Propomos, desse modo, primeiro entender como se faz esse mosaico e como ele se apresenta enquanto unidade, e, posteriormente, dar início ao lento e cuidadoso processo de desmontar virtualmente a peça sobre a qual nos debruçamos. Virtual é o processo, visto de fora – ou seja, fora do estudo aqui pretendido, ou mesmo, fora de qualquer espaço de reflexão sobre sua montagem e sua significação como mosaico, uma vez que o olhar distraído eventualmente não vê as pequenas linhas que unem os cacos, as diversas cores e as texturas que se modificam ao longo da superfície... –, pode não existir. Garantimos sua existência nomeando-o (estudo do *corpus*, descrição do dispositivo teórico-metodológico...) e descrevendo-o, fazendo significar em nosso trajeto esse processo que é tão caro à prática em AD e oferecendo nossa visão ao leitor que nos acompanha. Ler o mosaico é uma atividade de aprender a procurar aquilo que há para ver, de demorar-se sobre a imagem e de encontrar meios para avistar. O que a teoria faz, nesse trabalho, é o papel de quem ajuda a olhar, como nos escritos de Galeano¹⁸. E rastrear. Descrever. Compreender.

O primeiro impulso se faz em uma aproximação às ideias de Michel Pêcheux sobre a relação do analista de discurso com a sua prática enquanto tal e com os “resultados de sua prática”, uma reflexão sobre ciência e ideologia, sobre tomada de posição na prática da ciência sob o funcionamento ideológico – dois elementos considerados indissociáveis pelo autor desde os escritos publicados ainda sob o pseudônimo de Thomas Herbert¹⁹ ([1967] 1995). Pêcheux trata de alertar que o discurso da ciência, mesmo que pautado por método/metodologias, exigências formais e demais particularidades é, em última instância, *discurso* (e daí a decorrência de seu comprometimento ideológico). Essa afirmação dialoga com uma

¹⁸Em **O Livro dos Abraços**, Eduardo Galeano (2002, s.p.) narra a história de Diego, o menino que não conhecia o mar e, quando o pai finalmente o leva para ver a imensidão azul, deslumbra-se com a beleza e pede, como quem descobre algo que não se decifra facilmente: “Pai, me ensina a olhar!”

¹⁹ Referimo-nos ao texto *Observações para uma teoria geral das ideologias*, escrito por Michel Pêcheux sob o pseudônimo de Thomas Herbert, publicado em 1967, na França, e em 1995, em tradução, pela Revista Rua (v.1 n.1), em que o autor reflete sobre como a produção do conhecimento, mesmo quando produz uma “forma de conhecimento não-ideológica”, produz “em e contra um elemento ideológico” (HERBERT, 1995, p. 88). Acreditamos que, mais do que nunca em nossa trajetória acadêmica, marcada por momentos de franco desenvolvimento e investimento – dentro das incontáveis limitações econômicas do país – a ciência agora sofre os efeitos de constantes ataques, cortes de verbas e uma desvalorização que extrapola o econômico para chegar ao descrédito. Sabemos que a produção científica no Brasil, em especial as Ciências Humanas, é alvo sistemático dos ataques de governos e governantes incapazes de compreender sua importância – ou que, justamente pela compreensão da potência de formação e de reflexão oferecida por tais estudos, buscam sufocá-los. Em momentos como esse, reafirmamos a importância da reflexão sobre a ciência em par com a ideologia e o seu funcionamento.

compreensão não positivista do fazer científico, um afastamento da ideia de que a ciência está “acima” ou “apartada” da ideologia, como se se realizasse em um ambiente estéril e hermético no que tange às questões ideológicas da/na constituição do sujeito e das suas práticas.

Ora, se compreendemos as práticas sociais por um viés materialista, enquanto inscritas na materialidade da história que é, por sua vez, inextricavelmente relacionada – sustentada – pela ideologia e por seu trabalho, não é possível apreendermos a prática científica como um produto que se constrói sobre si mesmo, seguindo apenas as suas próprias “leis”; tampouco é aceitável, assim, conceber o conhecimento científico como um “produto” espontâneo e inerte. Essa compreensão nos leva a presumir que a prática científico-acadêmica do analista de discurso não é (e não deve ser) meramente técnica, e sim prática de um sujeito ideologicamente assujeitado, inscrito em condições de produção dadas, em uma formação ideológica e uma formação discursiva que lhe permitem e lhe cerceiam determinados espaços discursivos. Em síntese, a atividade do analista está necessariamente ligada/condicionada pela ideologia e pela dominação ideológica; ademais, a prática do analista – ou seja, a nossa prática – está inscrita no modo como, enquanto sujeito, “respondemos” à dominação ideológica, às suas possibilidades de “revoltar-se”, de significar, de ressignificar – relacionando-se a um modo de fazer política. Em vista disso, “não podemos pretender falar de discursos políticos sem tomar simultaneamente posição na luta de classes, já que essa tomada de posição determina, na verdade, a maneira de conceber as formas materiais concretas sob as quais as ‘ideias’ entram em luta na história” (PÊCHEUX, 1977, p. 245). O campo do fazer teórico não é um algo vazio em que circulam pacificamente as ideias, é um espaço de contenda, de enfrentamentos teóricos sustentados por posições diversas na teia da ideologia – mais do que nunca, é um campo de apresentação, sustentação e defesa de pontos de vista que se fazem sobre um terreno paradoxalmente sólido pela robustez teórica e fluido pela constante revisitação aos conceitos.

Esse entendimento leva à consideração que tomamos como inicial para avançarmos em reflexões teóricas: é preciso delimitarmos uma posição. Nem inaugural e nem única, no entanto, delineamos uma posição entre outras, um ponto do qual partir para entrelaçarmos saberes e questões, sem demarcarmos fronteiras intransponíveis, mas assentando um caminho necessário para uma trilha sólida sobre os estudos discursivos. Dessa maneira, iniciamos nossas reflexões direcionadas ao mosaico sobre o qual trabalhamos e o fazemos a partir da investigação do arquivo. Cabe salientarmos: aqui temos o *arquivo* mirado por um viés discursivo, ou seja, serão estabelecidos alguns deslocamentos, o que implica compreendê-lo em relação necessária com o discurso e o discursivo, inscrevendo-o em nossas leituras como um objeto

necessariamente ideológico, e a sua produção, leitura e interpretação, como uma prática política.

Partimos da definição pecheutiana de arquivo que o entende como um campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre um tema específico, um “espaço” a ser lido por outros leitores que não aqueles profissionais da leitura de arquivo, os “‘literatos’ (historiadores, filósofos, pessoas de letras) que têm o hábito de contornar a própria questão da leitura regulando-a num ímpeto, porque praticam cada um deles a *sua* própria leitura (singular e solitária) construindo o seu mundo de arquivos” (PÊCHEUX, 2010, p. 51). Isso porque cada um desses *profissionais do arquivo*, diferentemente do que fazemos enquanto analistas de discurso, busca nele uma fonte a ser decodificada para responder a uma questão proposta *sobre* ele. Demoramo-nos um pouco nesse ponto: diferentemente daquilo que ouvimos (e com o que nos espantamos muitas vezes) em nossa trajetória em Letras, escrever não é apenas uma questão de “seleção lexical” – muito, muito longe disso. Se afirmamos que não colocamos questões *sobre* o arquivo, asseguramos, também, que não o revestimos com nossa curiosidade (acadêmica ou não), não o cobrimos com um véu imaginário de nossas perspectivas de estudo e não o torcemos para ver nele aquilo o que queremos ver. Não há juízo de valor, há nosso compromisso de propormos questões que interroguem o arquivo e que procurem em sua materialidade significativa não uma resposta, mas uma via para compreendermos aquilo que nos inquieta. Essas questões as quais são feitas ao arquivo não dão, de antemão, garantias de nada que não seja a abertura à investigação. A constante “surpresa” é proporcionada tanto pelo entendimento da opacidade do discurso quanto pela possibilidade de olharmos o mosaico de diferentes pontos de observação, de contarmos com distintas “ajudas para olhar” e de traçarmos caminhos teóricos e metodológicos diversos, nunca estanques, dada a constituição de inquietude da teoria discursiva.

Entretanto, ainda que não as pratiquemos, apreendemos (e respeitamos) a “solidão” e a “singularidade” da leitura tracejada em uma abordagem de viés único, o qual não permite (e não prevê, talvez) a inscrição do arquivo no discursivo. A tentação de tomá-lo como objeto de veracidade, como leitura ímpar de um acontecimento, existe. Os objetos, em suas caixas de vidro, sustentados sobre pequenas placas explicativas, atestam pelos museus ao redor do mundo: isso ocorreu, aquilo ocorreu, eis aqui a verdade e a história. Circulamos por museus e casas de memória testemunhando uma narrativa cujos cacos parecem não se tocar – sem mosaico.

A partir disso, é importante lembrarmos Farge (2009, p. 15), quando a autora afirma veementemente que *o arquivo não é a história*, não se iguala a ela, não a cria, embora produza

no leitor a “sensação de finalmente captar o real” ao deparar-se com documentos que guardam em si vozes e “verdades” as quais, em uma miragem, unem o passado e o presente, autorizando uma narrativa que é, como não poderia deixar de ser, uma construção de um sujeito. Não se indaga, desse modo, a verdade daquele fragmento, mas se questiona, sim, o seu caráter de única verdade. O que há são versões. O que há são gestos de leitura que constroem o arquivo e que fazem submergir uma “leitura literal” sob uma leitura pautada pela interpretação – que já é uma escritura. Assim começaria a se constituir um *espaço polêmico das maneiras de ler*, uma descrição do “trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele-mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma” (PÊCHEUX, 2010, p. 51, grifos do autor). É, exatamente, esse trabalho de leitura que propomos e que damos continuidade, buscando a descrição da fragmentação e do estudo dos rastros e dos cacos na montagem do mosaico do arquivo. Procuramos empreender o arquivo como quem trabalha com o discurso e com a sua relação necessária através do seu comprometimento com a/pela ideologia e com a memória (histórica, social, coletiva).

Articulamos, nesse momento, as questões/noções postas em jogo: a prática da ciência (e seus “resultados”) indissociável da ideologia e dos seus efeitos constitutivos e a prática de composição do arquivo e a sua leitura (seja a profissional, mencionada por Pêcheux, seja a nossa, de analistas de discurso): os documentos que integram e constituem o arquivo são documentos que não foram feitos *para o arquivo* e, ainda, este não é um fruto espontâneo e natural, é uma construção, uma necessidade.

Retomamos a ideia do mosaico para asseverarmos nossa leitura do arquivo como possibilidade de vê-lo de diferentes óticas, como um mural perante o qual paramos para analisar. “É a existência desta materialidade da língua na discursividade do arquivo que é urgente se consagrar: o objetivo é o de desenvolver práticas diversificadas de trabalhos sobre o arquivo textual” (PÊCHEUX, 2010, p. 59) materialidade compreendida em um processo de apreensão de suas dobraduras, rachaduras, fragmentações imaginárias, cores e tons – um mosaico, a metáfora. É também o que tomamos como obra em sua aparente inteireza, evidenciada em um primeiro olhar e, logo, desfeita quando, alocadas em nosso lugar de analistas de discurso, vemos no arquivo um possível dispositivo analítico que leve à perscrutação de como significam o social, o político o ideológico e os sujeitos, e de como se constitui a textualidade em discurso.

Esse processo aponta para o que adianta Rancière (1994): a existência de uma arquitetura da História, afirmação da qual nos valem para pensar numa arquitetura do arquivo

(que não faz a história, mas que oferece um sistema de signos que podemos ler e chegar a uma história possível, entre outras) pelas forças da ideologia²⁰, trabalho incessante e invisível em si mesmo, trabalho que não se dá a ver – é buscado. De acordo com Farge (2009, p. 15, grifos da autora), o arquivo pode não dizer *a verdade*, mas diz *da verdade*; não *é a história*, mas “produz nele a sensação de finalmente captar o real. E não mais de examiná-lo através do *relato sobre, do discurso de*”, e o faz na dupla impossibilidade exposta por Derrida (2001): não se pode arquivar tudo, não se pode arquivar nada. O que isso quer dizer? Que há escolhas no arquivo, que há, nessas rachaduras evidenciadas pela própria peculiaridade do mosaico, a impressão daquilo que já alertamos: a ideologia em funcionamento, fazendo arquivar ou não arquivar, dar voz ou calar, oferecendo ou interditando espaços de memória àquilo que deve ou não ser lembrado. É imperioso não desvencilhar o arquivo de seu par irremediável: a memória – mas esse é um tópico para, em breve, refletirmos.

São tais minúcias do arquivo que nos levam ao entendimento de que não há, nele, materialidades discursivas espontâneas, visto que o (*nosso*) mosaico (e qualquer outro objeto que venha a ser analisado discursivamente) é algo *é tomado* como materialidade em um gesto de leitura próprio de uma determinada prática científica, nesse caso, da Análise de Discurso (e em seus flertes proveitosos com os demais campos de saber com os quais dialoga). Retomando as reflexões pecheutianas sobre as materialidades discursivas, Dias (2017, s.p.)²¹ traduz em teoria o que metaforizamos com o mosaico enquanto gesto de trazer o arquivo para o interior dos estudos discursivos:

A materialidade do discurso se produz na medida em que tomamos as formulações, historicamente, isto é, não datado na história, mas ligado a práticas, tendo como parâmetro as relações de poder (políticas) e de sentidos, ou seja, trata-se de por em relação linguagem e sua exterioridade constitutiva. Assim, quando pensamos em texto pensamos: em sua materialidade (com sua forma, suas marcas, seus vestígios). portanto, não partimos da materialidade, mas chegamos a ela ao produzir o objeto discursivo, ou seja, a desnaturalização da relação palavra-coisa.

²⁰ Rancière (1994), em *Os Nomes da História*, traz a metáfora da arquitetura para tratar da questão da construção da história enquanto narrativa polifônica organizada, ou seja, é realizada por sujeitos, não é um produto natural e espontâneo. Aproveitamos a reflexão do autor para inseri-la em nossas palavras sobre o arquivo e suas particularidades, sobretudo, por sua relação íntima com a construção das narrativas históricas.

²¹ O fragmento citado faz parte do texto produzido por Dias e inscrito no “Eixo 1 – Materialidades Discursivas”, do *I Seminário de Pesquisa: conceito entre uma história e uma memória*, que ocorreu no ano de 2017 e foi promovido pelo Laboratório *Corpus* (UFMS), em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. A autora apresentou reflexões pautadas pela leitura do texto “Mesa Redonda: discurso, história, língua”, transcrito no livro *Materialidades Discursivas* (CONEIN et al., 2016), com foco nas contribuições de Pêcheux, Faye, Rancière e Culioli. Agradecemos à gentileza da pesquisadora pela disponibilização do texto que pautou sua fala.

Desse modo, a tomada do arquivo como objeto de estudo já se faz por meio de um gesto do analista, levando a ver que há, nesse deslocamento, o efeito de um procedimento teórico-metodológico de apropriação do objeto e de seu entendimento nele mesmo como a possibilidade de um dispositivo analítico: estudar, analisar e interpretar o arquivo oferece no percurso oportunidades de estudar, analisar e interpretar uma versão da história, de significar a memória e a sua construção. Em vista disso, compreendemos: da mesma forma que não há materialidade do discurso *a priori*, não há também arquivo que se faça *a priori*, e, por uma perspectiva discursiva, sem o trabalho do sujeito (e das instituições, como veremos adiante).

Assim, tendo-o como materialidade discursiva, os efeitos se multiplicam: do mosaico em que se veem os cacos à ilusão da unicidade oferecida pela visão totalizante do mural. A admiração e a especulação dos cacos e restos podem confundir o leitor na busca de vestígios e na sobreposição de possíveis histórias para cada um dos objetos fragmentados para aquela construção, mas é preciso lembrarmos o compromisso com a imbecilidade, anteriormente citado, e a seriedade que ele imprime ao analisar o discurso: questionar o óbvio e desconstruir o que parece demasiado sólido e homogêneo, uma vez que

[...] o arquivo jamais é dado; à primeira vista, seu regime de funcionamento é opaco. Todo arquivo, sobretudo manuscrito, é identificado pela presença de uma data, de um nome próprio, de um selo de uma instituição, etc., ou ainda pelo lugar que ele ocupa em uma série. Para nós, essa identificação, essencialmente institucional, é insuficiente: ela não diz tudo sobre o funcionamento do arquivo, aliás, longe disso [...] Isso porque o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional: ele é, em suas próprias materialidade e diversidade, organizado por seu campo social. O arquivo não é um simples documento do qual são retirados os referentes; ele permite uma leitura que revela dispositivos, configurações significantes (GUILHAUMOU; MALDIDIER; ROBIN, 2016, p. 116).

Seguimos essas reflexões para tratarmos da questão específica da configuração significativa do arquivo, articulando-a com a questão da disponibilidade e da pertinência levantada por Pêcheux (2010) e com a composição de nosso estudo, especificamente. A construção do arquivo de nossa tese, conforme exposto na primeira parte deste texto, deu-se por caminhos sinuosos que nos levaram a uma configuração em que, dentre os vários documentos, sob as diversas textualidades, ocupamo-nos daqueles vestígios disponíveis (em documentos digitais e digitalizados) no *site* do grupo *Desaparecidos*. Apesar de termos acesso à versão impressa de *A Todos Ellos* e termos lidado inicialmente com ela, passamos ao trabalho com a sua versão digital, disponibilizada pelo grupo, como forma de construirmos um dispositivo de arquivo, considerando, como orienta a teoria, as condições de produção, a

determinação histórica que constitui e singulariza o objeto e o suporte material sobre o qual se apresenta o documento.

Aqui há uma inquietação, embora não seja foco de nossa reflexão e de nosso estudo: a configuração de *Muertes en Prisión* (1984) e *A Todos Ellos* (2004) enquanto documentos que não são, em nossa leitura, textos produzidos *na e para a* rede digital. Ambos os informes foram publicados em versões físicas (impressas) e posteriormente disponibilizados *online* pelo grupo *Desaparecidos*. Logo, compreendemos que se tratam não de documentos *digitais*, mas de documentos *digitalizados*. Já os perfis disponíveis na linha do tempo do *site* são textos produzidos *no e para o* digital, submetidos, por sua vez, às particularidades que o constituem. Essa distinção é importante quando a fazemos tomando, novamente, a noção de materialidade, agora em par com Culioli ([1980] 2016, p. 307) que traz a possibilidade de pensá-la como um

[...] constructo teórico, isto é, um agenciamento de representantes, de símbolos naturais, fônicos, ou gráficos, mas ao mesmo tempo um representante no interior de um sistema de representação. [...] Esse seria um outro emprego de “materialidade”: não matéria (pré-existente, de toda maneira, como unidade física), mas forma. Essa forma não seria amorfa, mas produzida por todo um conjunto de operações, constitutivas de toda atividade simbólica humana [...]

de modo que o caráter digital ou digitalizado tem efeitos de sentido que se divergem, uma vez que são diferentes *formas materiais*, constituídas linguística e historicamente (ORLANDI, 2012) e produzidas por distintas operações, sob diferentes condições de produção e para diferentes fins. Em nosso entendimento, acreditamos que a inscrição digitalizada dos documentos impressos de *Muertes en Prisión e A Todos Ellos* no arquivo digital (suportado pelo *site* do grupo *Desaparecidos*) faz parte de um movimento de construção de arquivo que dialoga com as condições de produção em que tal arquivo se constitui.

Apesar do raro acesso, (r)existe ainda as versões impressas de *Muertes en Prisión e A Todos Ellos*, arquivadas fisicamente pelo grupo *Desaparecidos*²². Há um *efeito* de que os informes, por sua materialidade física, sejam mais estáveis do que aqueles que se constroem apenas sobre a materialidade digital. Como possibilidade de mantermos a disponibilidade dos documentos (os perfis dispostos no *site*), recorreremos a um procedimento bastante comum, o

²² Embora tenhamos tido acesso ao grupo *Desaparecidos*, nossa incursão em seu arquivo físico foi impossibilitada pelas bruscas mudanças de planos impostas por questões políticas e econômicas. Além de tal espaço, *A Todos Ellos* (2004) encontra-se disponível também na biblioteca da Universidad de la Republica, diferente de *Muertes en Prisión* (1984), que não consta no catálogo virtual da instituição (de acesso público no endereço: <<https://biur.edu.uy/F/U3HQDPPKRFKJ1BR7R3HBHGK3496T29BY39C3PYUU7271YQH8I7-13076?func=find-b-0>>. O mesmo ocorre com a Biblioteca Nacional de Uruguay, que contém em seu catálogo o informe de 2004, mas não o de 1984. O catálogo está disponível em: <http://catalogo.bn.gub.uy/F?func=find-b-0&local_base=BNU01>. Acesso em: jun. 2020.

uso da ferramenta *print screen*, recurso que “fotografa” a tela do computador, sendo possível “salvá-la” (mais especificamente, torná-la parte de nosso arquivo em constituição) em diversos formatos (como imagem anexa a um arquivo textual, como aqui o fazemos, e como arquivo imagético, por exemplo, caso desejemos apenas a impressão), acrescentando como legenda (etiqueta digital) a data e a hora de captura. Esse recurso mantém *disponíveis* os documentos em nosso arquivo, como uma dobradura no digital: a acessibilidade instável do texto digital suportado pelo *site* – espaço virtual submetido à rede mundial de computadores, aos servidores e aos códigos de programação dos quais pouco ou nada sabemos –, torna os fragmentos *documentos arquiváveis e arquivados* em um processo de *re-digitalização*, flexionando-se sobre si mesmo e encontrando outro formato que garanta o efeito (inegavelmente ilusório) de permanência e estabilidade necessárias ao nosso empreendimento.

Em vista do batimento entre a questão teórica do arquivo e da metodologia de construção da tese, dedicamos mais algumas palavras aos perfis buscados no *site* do grupo *Desaparecidos*. Conforme descrito adiante, os perfis vêm sendo publicados desde o ano de 2016 e assim continuam até o presente momento (primeiros meses do ano de 2020). Tal profusão de perfis leva-nos ao entendimento de que o arquivo de documentos disponíveis e pertinentes ao tema que trazemos à baila está aberto, porém, é necessário impormos limites para a realização do trabalho acadêmico – o que, desse arquivo, será analisado? O que será parte do *corpus* de pesquisa e análise? Temos ciência da incompletude, da existência, sempre, de outras possibilidades e da escolha de cada recorte, configurada em função de interesses das perguntas aqui levantadas; logo, é preciso estabelecermos um dispositivo metodológico para a construção de um arquivo *de pesquisa*. Esse arquivo aberto, que parece nunca findar sua reconfiguração, é delimitado pela prática de leitura por parte de quem o analisa – sua porta aberta não deve impedir que o organizemos e que delimitemos aquilo que é não só pertinente ao *tema*, mas ao estudo em curso e às questões propostas. Tratamos, dessa maneira, além da questão da pertinência, das possibilidades do trabalho do analista.

Por esse viés, acreditamos que a “delimitação” de um campo de documentos é par necessário da *pertinência* destes e assumimos que sua relevância sobre o tema não se constrói de antemão. A partir do conceito proposto por Pêcheux (2010), o arquivo constitui-se sob um efeito de unidade – a unidade dos documentos pertinentes e disponíveis sobre o tema levantado pelo analista, conforme visto anteriormente. É preciso, destarte, delimitarmos o que é pertinente *sobre* o tema e *para* a questão proposta sobre ele, em vista disso, é necessário termos um (ou

uma série de) critério(s) que ofereçam ao conjunto de documentos esse caráter de unidade, articulando-os às questões intentadas ao estudo.

A *pertinência* do documento, em relação ao arquivo, é configurada na leitura do analista, e não em si mesmo (em relação ao olhar e à questão, *em relação*, sobretudo), o que nos direciona para o entendimento de que o sentido não está *no* objeto, mas no processo de interpretação. O arquivo não se constrói sozinho (seja como espaço de guarda de documentos, seja como objeto de estudo em uma perspectiva discursiva), desse modo, há uma série de condições para que um documento venha a fazer parte dele. Nem tudo o que versa sobre determinado tema é pertinente para o arquivo e/ou para aquele que o lê, conseqüentemente, nem tudo é arquivado, nem tudo é arquivável. Ao mesmo tempo, quando nos deparamos com os arquivos – o que ocorreu e ocorre em nossa formação acadêmica – e sua profusão de documentos, podemos nos perguntar: por qual motivo está aqui determinado objeto (seja ele qual for)? Porque foi, em algum momento, considerado um objeto cujo valor de “penhor” garantiu espaço naquela série.

É possível que nossos arquivos do hoje sejam, muito em breve, lidos como inúteis ou *impertinentes* ao tema de nossa época para as gerações vindouras, e que tudo que decidimos arquivar para nossos descendentes não lhes diga nada do que queiram saber sobre nós. No entanto, é possível, também, que não seja trabalho do arquivo dizer qualquer coisa – seja trabalho do leitor perguntar-lhe o que quer saber, e mais: questionar-lhe da forma adequada, indagando-o acerca daquilo que lhe cabe –, pois ele não é uma enciclopédia à moda daquelas de nossa infância, nas quais acreditávamos caber o mundo. “O arquivo sempre foi um *penhor* e, como todo penhor, um penhor do futuro. Mais trivialmente: não se vive mais da mesma maneira aquilo que não se arquivava da mesma maneira” (DERRIDA, 2001, p. 31, grifos do autor) – de 1984 temos as informações, sobre as vítimas, recebidas e arquivadas como relatos de terceiros; de 2004 temos o recurso a atas e relatórios de comissões, processos, investigações, cartas e depoimentos vários; de 2006 em diante temos os “perfis online”, oferecendo ao leitor uma informação que de tão simplificada, compele à análise – um nome, uma data, um local e uma foto. Todos esses documentos são pertinentes à causa da ditadura militar, da resistência a ela, da procura pelas vítimas, ao sofrimento das mães e dos familiares? Não sabemos, não nos arriscamos a responder. Asseguramos, porém: sim, são pertinentes ao arquivo com o qual trabalharemos, ao arquivo que construímos e ao arquivo que nos propomos aqui a desconstruir, para reconstruí-lo em uma leitura que visa ao entendimento do seu funcionamento como prática política de resistência.

Anteriormente, buscamos em Pêcheux ([1975] 1998) a ideia de que a ciência se faz sob o trabalho da ideologia, posto que se trata da prática de sujeitos ideológicos inscritos em uma

prática social e política. Nesse viés, analisamos a construção do arquivo em um estudo discursivo, inscrevendo-a em nossa prática como parte de um fazer científico, logo, parte de uma prática política. A delimitação/construção de um arquivo enquanto unidade (mais ou menos estável) é obra de um projeto de pesquisa, de uma questão teórica ou analítica e de um investimento científico e, enfim, ideológico por não poder deixar de sê-lo – daí sua “face” evanescente de unidade, sustentada pela ideologia e desfigurada pelo trabalho de análise. Assim, o que compreendemos nesses momentos iniciais é que a delimitação dos critérios para a conformação do arquivo é um imperativo para a construção da unidade, que, por sua vez, é um campo virtual elaborado sobre um terreno instável.

Retomando o ponto central deste momento de nossa reflexão, entendemos que é *pertinente* ao arquivo do analista aquilo que, em sua materialidade, dá a ver *marcas, rastros, vestígios* que dialogam com o tema – fio condutor que não é o acontecimento histórico-político, mas uma rede que se constrói na busca pela emergência, no discurso, daquilo que pauta a discussão posta em movimento pela questão analítica –, que o suscitam, que fazem mover sentidos e, ainda, que se relacionam com as perguntas propostas em um projeto de leitura do arquivo. Acreditamos que é pertinente a ele aquilo que, ao ser lido, não *se revela*, mas *significa-se* pela perseguição do analista – não se trata, novamente, de *desvendar* ou *descobrir* sentidos na leitura discursiva de documentos. Não é sobre os cacos e suas cores e texturas, mas sobre aquilo que junto constroem; são os vincos preenchidos pela matéria que os une; são as formas que fazem, em sua solidariedade, dos vestígios algo (do) passado que se articula em mosaico para significar em outros olhares.

Como alerta Farge (2009, p. 18), o trabalho de leitura do arquivo não é o de agrupar “evidências”, sentidos dados por formas materiais, respostas sobre uma questão, “a questão [do trabalho com o arquivo] reside na difícil interpretação de sua presença, na busca de seu significado, na localização de sua ‘realidade’ em meio a sistemas de signos dos quais a história pode tentar ser a gramática”, dada a relação íntima entre o arquivo como fonte para a narrativa histórica e a história (enquanto desenrolar dos acontecimentos históricos) como mapa para a leitura do arquivo. O que significa o documento e o inscreve no arquivo do analista não *está lá* – é uma construção que se dá no momento em que os documentos “são confrontados com certo tipo de indagações, e não no momento em que são recolhidos” (FARGE, 2009, p. 19).

É esse processo de leitura, de confronto e de inscrição do analista em um *espaço polêmico das maneiras de ler* (novamente Pêcheux...) que faz com que o arquivo, embora possa permanecer aberto, não seja um *sem fim* de fontes para pesquisa. Há limites que são

estabelecidos no traçar de um dispositivo teórico-metodológico. Esse trajeto não está, necessariamente, alinhado com uma organização linear, cronológica e espacial, uma vez que não podemos, em um trabalho discursivo com o arquivo, pretender que os documentos dialoguem entre si de acordo com regras tradicionais e com uma “linha do tempo” ao modo que aprendemos na escola, o corte temporal orientado pela narrativa histórica canônica pode servir, e para uma série de estudos, ser um norte necessário, mas a AD oferece outras possibilidades de montagem, de leitura não-linear e de reorganização, sobretudo, porque estamos trabalhando com *discurso* e *arquivo* e com *arquivo* e memória, e não com narrativas, revisionismos ou o que quer que seja.

Nas palavras de Farge (2009), o trabalho com o palpável do arquivo é o mais comum e o mais seguro, entretanto, não é esse o caminho que seguimos. Lembramos, uma vez mais, o poema de Manoel de Barros e reafirmamos nosso compromisso com os *pedaços de pau, folhas secas, pena de urubu e demais trombolhos* que se apresentam para leitura – interessa-nos, no arquivo, o rastro, o vestígio e *demais escorralhas*, sem questionarmos sua veracidade ou validade, atentando para os efeitos de sentido que provocam sua inscrição no discurso e para a sua pertinência em relação ao que lhe propomos.

Em vista disso, nosso desejo com o arquivo, além de seu agrupamento de documentos, é trabalhá-lo em relação com o discurso, compreendendo seu funcionamento discursivo. Derrida (2001, p. 12, grifos do autor), elaborando uma retomada da noção de arquivo no tempo, volta à Antiguidade Clássica para lembrar que o seu sentido primeiro

[...] vem para ele do *arkheion* grego: inicialmente uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os *arcontes*, aqueles que comandavam. Aos cidadãos que detinham e assim denotavam o poder político reconhecia-se o direito de fazer ou de representar a lei.

Dessa forma, o arquivo era um capital sócio-político, uma distinção de poder, o poder de interpretar. Duas questões nos interessam, sobre as quais discorreremos em momento oportuno: a relação entre o público e o privado (a casa e as letras da lei) e as marcas de uma histórica divisão social do trabalho de leitura do arquivo. No momento, as próximas palavras são dedicadas à questão do trabalho de leitura do arquivo: há delimitações de *quem* pode acessá-lo, *quem* pode questioná-lo e *quem* pode interpretá-lo. Há, também, a possibilidade de diferentes interpretações, pautadas por diferentes questionamentos e resultando em diferentes efeitos de sentido.

Tomarmos o arquivo enquanto objeto discursivo para estudo e análise implica alguns processos, como considerarmos as suas condições de produção (reportando à história), a sua formulação como texto em um documento (tratando de uma questão que toca tanto à língua quanto ao sujeito) e a circulação de sentidos que instaura. Compreendemos que o estudo do arquivo será margeado, conforme afirmamos, pelas questões que a ele forem propostas, mas que, de qualquer forma, há um imperativo de desconstruir as certezas e as evidências que pairam na superfície dos documentos, trabalhando com o discursivo, com aquilo que está em outro lugar – que está no discurso. Não buscaremos, portanto, em nossa reflexão, tratar das *verdades* que revelam ou escondem os arquivos e seus documentos, de alocá-los nas lacunas históricas ou de oferecer-lhes *status* de fonte. Procuramos atentar para a sua historicidade, deslocamento que leva “a realizar percursos inusitados, seguindo-se as pistas lingüísticas, traçando percursos que desfazem cronologias estabelecidas, que explicitam a repetição de mecanismos ideológicos em diferentes momentos históricos, que localizam deslocamentos e rupturas” (NUNES, 2007, p. 373). Ou seja, não tomaremos o arquivo como pretexto para um estudo da história, mas como ponto de partida para estudarmos a ele mesmo e seus efeitos: efeitos de sua constituição, efeitos de seu acesso e de sua leitura.

Consideramos importante evidenciar a não identificação entre o arquivo, a leitura e o trabalho com o/no arquivo e a história/a narrativa histórica, sobretudo, em função de ser, justamente, um acontecimento histórico/político de grande magnitude que pauta o tema de nosso estudo (e, por sua vez, de nosso arquivo). Nesse sentido, Roudinesco (2006), sobre o arquivo e sua proximidade com os estudos históricos e com as produções historiográficas, lembra-nos que, embora seja base, muitas vezes, para a construção de uma narrativa histórica, ele *não é a história*, não é, sequer, seu fiel testemunho – se o fosse, haveria necessidade do narrar histórico? “Se tudo está arquivado, se tudo é vigiado, anotado, julgado, a história como criação não é mais possível: é então substituída pelo arquivo transformado em saber absoluto, espelho de si” (ROUDINESCO, 2006, p. 9), de forma que revisionismos, dúvidas e versões seriam então impossíveis – a história seria única, absoluta e incontestável pelo valor de verdade dos documentos. A isso se pressupõe, também, uma negação do arquivo como um espaço polêmico de leitura. Tratarmos-lo em igualdade com a história, como fonte não interrogável e verídica, implicaria em uma contradição para com os estudos discursivos – se asseguramos que todo enunciado tem em si a potência de tornar-se outro e que o sentido não está *no objeto*, mas na leitura do objeto em determinada conjuntura, o arquivo absoluto é o impossível do arquivo em uma leitura discursiva.

Acreditarmos que o arquivo estaria em relação de igualdade com a história – e mais, com a *verdade* da história – implicaria em um não-confronto e, conseqüentemente, sequer teríamos nosso arquivo. Pensemos na configuração das materialidades com as quais trabalhamos: *Muertes en Prisión* (1984) surge como um informe dos crimes de Terror – cometidos pelo Estado, contra cidadãos uruguaios, durante a ditadura militar, os quais resultaram em morte – confrontando informações oferecidas pelas entidades militares e por civis envolvidos direta ou indiretamente com as vítimas. Se o documento que atesta a morte por causas naturais de um determinado indivíduo é a história e a verdade desse indivíduo, em que se sustenta a produção de outro documento (e posterior arquivo) que o responde em negativa? Esse é um exemplo palpável e simplificado, mas que traz à superfície a questão do arquivo e da sua discursividade: espaço de polêmica, o arquivo abriga em si diversas vozes, diversas “verdades”, diversas faltas, silêncios e modos de significar o mesmo de forma diferente – o próprio do discurso, o próprio da ideologia. Entendemos ainda que o que se faz em *Muertes* (1984) responde a uma necessidade, uma urgência das condições de produção: a situação de clandestinidade das vítimas, a ilegalidade dos procedimentos a elas aplicadas – as prisões arbitrárias, o constante deslocamento dos detidos, a tortura, o desaparecimento forçado e, é claro, a morte – exigia daqueles que, de alguma forma, podiam denunciar as condições, uma denúncia que pudesse, com sorte, reverberar fora do país, encontrando acolhida em órgãos internacionais em prol dos direitos humanos, por exemplo.

“Mas se nada está arquivado, se tudo está apagado ou destruído, a história tende para a fantasia ou para o delírio, para a soberania delirante do eu, ou seja, para um arquivo reinventado que funciona como dogma” (ROUDINESCO, 2006, p. 9). O “não-arquivo” e sua relação com a história, igualmente, configura-se como uma impossibilidade nos estudos discursivos – não há sujeito que não se configure no assujeitamento à ideologia, logo, não há possibilidade dele construir e significar a história a partir de seus próprios desígnios. Há uma série de complicações em relação à história como criação e ao arquivo como fonte. Tanto negar o arquivo quanto tomá-lo enquanto uma completude infinita em si mesma resulta no *delírio* da história, segundo Roudinesco (2006); entretanto, questionamos se há a possibilidade de uma criação sem fonte – de onde parte o “autor” para a criação? Voltaríamos à Antiguidade Clássica e suas *inspirações e musas*, narrações de mitos? Todo arquivar resultaria em uma história da qual nada se perde, sem lacunas, sem frestas e sem espaço para a inscrição do outro em uma superprodução de acontecimentos históricos de igual relevância e de igual significação. Essa não é a história. Esse não é o *arquivo tal qual o compreendemos*.

Nessa via, a leitura discursiva para o conceito de arquivo faz o foco recair uma vez mais sobre a ideia de agrupamentos de textos pertinentes e disponíveis a determinada questão e sobre o subentendido de que tais documentos são textos que apontam, como rastros, a discursos nos quais estes se inscrevem, podendo vir a configurar-se como materialidade discursiva passível de análise. Aquilo que *está* no arquivo responde a gestos de leitura que estão comprometidos com o fazer político e com a política que rege o arquivo. Desse modo, é preciso lembrarmos que o arquivo não é um amálgama de documentos que se agrupam como a fuligem do metal em um ímã, não é um fim em si mesmo, “não é somente o local de estocagem e de conservação de um conteúdo arquivável *passado*, que existiria de qualquer jeito e de tal maneira que, sem o arquivo, acreditaríamos ainda que aquilo aconteceu ou teria acontecido” (DERRIDA, 2001, p. 31, grifos do autor) – ele é um espaço de potências, potências de *significação*.

Apreendemos, nesse caminho, que nem tudo é arquivado e nem tudo é arquivável – há uma política que determina o que interessa ou não ao arquivo e às suas clivagens. Assim, a política de arquivo, em batimento com o caráter do arquivo como fonte para a história, “determina também a estrutura do conteúdo arquivável em seu próprio surgimento e em sua relação com o futuro. O arquivamento tanto produz quanto registra o evento. É também nossa experiência política dos meios chamados de informação” (DERRIDA, 2001, p. 29). Dessa forma, *ler o arquivo* não é apenas dele extrair dados e fatos, tomá-lo como meio para um fim. O arquivo pode (e deve) ser lido como um fim em si mesmo, investigado não sem o estabelecimento de relações com a exterioridade – constitutiva do sentido –, e não como mero suporte para outros objetos de interesse.

Destarte, nosso gesto, enquanto analistas, de construção do arquivo em torno de um tema proposto, de questionamento do arquivo para um trajeto de leitura que “responda” às nossas inquietações e de interpretação dos documentos em sua inscrição em um processo discursivo – é um percurso, ainda, relacionado ao arquivado e ao arquivável, ao que não controlamos, a uma “origem” sem origem que é própria do político. Dessa maneira, no processo de construção, deparamo-nos com um arquivo outro que já foi lido, no qual adentramos para, realizando a *nossa* leitura, apropriarmos-nos de documentos a fim de inseri-nos nele.

Compreendermos o arquivo como um espaço significativo que guarda relação íntima com o ideológico, com o político e com a política, sobretudo, com o discurso que nele inscreve-se e que a partir dele se significa, oferece vias para refletirmos sobre a possibilidade de tomá-lo como *sempre outro, faltante, desejante*. Ademais, uma leitura discursiva do arquivo permite-nos questionar a significação do seu próprio processo de construção enquanto prática política:

como significa a construção de um arquivo público digital(izado) o qual tem por tema um recorte bastante específico sobre um acontecimento histórico – os crimes de Terror de Estado cometidos pela ditadura militar uruguaia e a situação das vítimas ao longo das décadas? Quais os efeitos de sentido de tal prática de arquivo? Assim, é preciso perscrutarmos seus sentidos além do nível da evidência e resgatarmos suas filiações históricas, políticas, ideológicas e sociais, a fim de não deixar que os sentidos da superfície tornem transparente o que não é: ainda que o arquivo provoque um efeito de completude, de que comporta tudo o que há para dizer e significar determinado tema, não se pode tudo arquivar (DERRIDA, 2001).

5 DESAPARECIDOS ENTRE NÓS



Não é uma compilação de retratos que se lerá aqui: são armadilhas, armas, gritos, gestos, atitudes, astúcias, intrigas cujas palavras foram os instrumentos. Vidas reais foram "desempenhadas" nestas poucas frases; não quero dizer com isso que elas ali foram figuradas, mas que, de fato, sua liberdade, sua infelicidade, com frequência sua morte, em todo caso seu destino foram, ali, ao menos em parte, decididos. Esses discursos realmente atravessaram vidas; essas existências foram efetivamente riscadas e perdidas nessas palavras (FOUCAULT, 2003, p. 206).

Nas seções anteriores, construímos, por uma perspectiva discursiva, um caminho que embasa nosso entendimento acerca dos conceitos de discurso e arquivo, bem como, de objeto e *corpus*, apresentando e descrevendo, em um gesto de leitura que já diz de nosso dispositivo teórico-metodológico, os documentos com os quais trabalharemos em nosso estudo, tornados objetos de investigação discursiva, e, posteriormente, o *corpus* a ser analisado. Faz parte desse gesto o esforço em descrevermos tais documentos a partir das condições de produção (CP) em que se inscrevem, produzem-se e circulam, e que são amplas ou estritas: conforme Orlandi (2009), esta diz respeito às circunstâncias de enunciação, algo como um contexto imediato em que se produz e se "lê"; aquela diz respeito, por outro lado, não ao que é imediato, mas ao cenário, ao amplo panorama em que se inscreve/se insere/se produz propriamente o discurso – cenário composto pelos fios do social, do político, do histórico e do ideológico, fios que, tramados, constroem a rede que sustenta o processo de produção de sentidos. Dialogando uma vez mais com Dias (2018), entendemos que é nesse processo de apreensão do discurso em relação com o seu exterior constitutivo que temos acesso à materialidade discursiva, podendo, enfim, realizar a análise – observar, descrever, estabelecer relações; categorizar, especificar; retomar. São gestos que dizem respeito à metodologia em AD, e não ao método – pouco

provável –, à abordagem do arquivo como suporte para a descrição de um acontecimento político. Arquivo o qual (se) constitui (em) um discurso sustentado por diferentes “vozes”, visto que se pauta por diferentes fontes de dizer: vozes do poder e vozes da margem, mas, também, vozes que, subsumidas no silêncio da “situação de desaparecimento” (COMIPAZ, 2004), irrompem no discurso por meio de outrem – um “porta voz” configurado em um grupo.

A configuração atual (e final) do arquivo de tese – de onde recortamos os objetos a ler, descrever e interpretar – passou por um longo trajeto (em parte, descrito nas primeiras páginas deste texto) que, apesar dos diversos desvios, teve sua construção pautada pelos pressupostos pecheutianos do estudo do arquivo em AD, ou seja, pertinentes ao tema (e à questão de pesquisa) e disponíveis para o trabalho analítico. A partir dessa premissa básica, delimitamos todos os demais critérios, buscando o estabelecimento de domínios no interior do arquivo e delineando o traçado dos recortes. Se estamos interessadas na emergência de sentidos no/pelo discurso e na compreensão do político e da resistência manifestados no/pelo discurso, são os usos sociais e políticos da língua e de suas estruturas, das formas textuais implicadas em seu uso, que tomamos como farol. Procuramos, inicialmente, recorrências que apontem para tal direção.

Desse modo, apresentamos a seguir não *uma descrição*, mas *descrições*. Pensamos em transparências – como aquelas do tempo da escola, em tempo sem *data show* e demais recursos digitais da atualidade – nas quais em uma se desenha o contorno de um mapa, em outra se desenham as grandes regiões, em outra as unidades federativas, em outra os grandes rios... e, assim, sobrepondo umas às outras, construímos um todo imaginário que existe sozinho, mas se enriquece no plural das camadas que se sobrepõem. Em vista disso, há níveis de descrição do objeto e do arquivo, uma vez que este é “em suas próprias materialidade e diversidade, organizado por seu campo social. O arquivo não é um simples documento do qual são retirados os referentes; ele permite uma leitura que revela dispositivos, configurações significantes” (GUILHAUMOU; MALDIDIDER; ROBIN, 2016, p. 116), o que torna imperativa a lida com sua diversidade de forma a respeitarmos-la e a dedicarmos tempo à pluralidade dos dispositivos textuais ali dispostos.

Na busca por compreensão da constituição do arquivo como uma prática política de resistência e por entendimento de como isso se significa na materialidade discursiva delimitada em nosso estudo, trabalhamos com um dispositivo de arquivo circunscrito pelos *perfis* configurados nos dois informes e nas publicações no *site* do grupo *Desaparecidos*, os quais serão, posteriormente, abordados descritivamente. Passamos, dessa maneira, à configuração de níveis para a descrição: nosso trabalho se inicia com a descrição do processo de

homogeneização dos eventos como referenciais para pensarmos, em uma linha do tempo, um panorama, os acontecimentos (sociais, políticos, históricos...) que significam nos documentos, gesto necessário para criarmos a ilusão de unidade que leva à composição inicial de nosso arquivo.

Seguidamente, partimos à descrição do arquivo como um todo, construído pelos caminhos da pesquisa, e dos movimentos que levaram à seleção, organização e abordagem dos documentos que o compõem; a qual é feita em duas faces: a descrição *interna aos documentos* e a descrição das relações que nós, leitores analistas de discurso, estabelecemos entre eles (uma vez mais lembramos: essas relações são “invenções” do analista, permitidas pela materialidade do documento, seja ela linguística ou não). Ao longo do percurso, cabe salientarmos que consideramos a determinação histórica que é constitutiva do objeto com o qual trabalhamos – qual seja o arquivo – e é isso que o faz único, não sua “natureza” inicial. É o processo de tornar os documentos uma materialidade discursiva e de circunscrevê-los pelas condições de produção e pela análise cujas bordas podem alargar-se (ou estreitar-se) que encontramos sentidos que escapam à evidência. Assim, “o sentido não é jamais colocado em relação a um exterior não linguageiro; ele se constrói por dispositivos de arquivo em que se manifesta a materialidade da língua” (GUILHAUMOU; MALDIDIER; ROBIN, 2016, p. 237).

É preciso especial atenção à última etapa de descrição, representando um gesto de leitura e análise do objeto discursivo: compreendermos que os documentos e sua constituição no/como arquivo guardam em si duas possibilidades que nos interessam sobremaneira. Há nessa etapa a possibilidade de perscrutarmos o arquivo como suporte para a descrição do acontecimento político discursivizado a partir da voz do Estado e do porta voz dos civis – tal questão será mobilizada em profundidade a seguir, mas retomamos que os informes (e os perfis publicados no *site* do grupo *Desaparecidos*) são arquitetados sobre documentos previamente publicados em diferentes espaços, oriundos de diferentes instituições. Em uma leitura inicial, arriscando-nos na antecipação de reflexões que concernem à análise propriamente dita (no entanto, com a certeza de que todo gesto já é uma leitura que traz, necessariamente, lampejos de interpretação), entendemos que essas diferentes fontes, articuladas entre si para a construção do mosaico do documento e, posteriormente, do arquivo, levam à compreensão dos diferentes dizeres sobre o mesmo acontecimento. Ou seja, temos no interior do mesmo documento formações discursivas que se aproximam, afastam-se, colidem-se e fazem farfalhar sentidos que ainda não descrevemos.

Destarte, evocamos duas noções buscadas em Foucault (2014) as quais são caríssimas para nosso entendimento do dispositivo teórico-metodológico que conduz nosso estudo: *documento* e *descontinuidade*. O primeiro nos orienta no trabalho com os documentos em si, respeitando sua configuração não mais – como fora feito em outro momento dos estudos científicos da língua e da história em batimento – de espaço de onde emanam verdades a serem lidas e acatadas. A História e as ciências afins, e pensamos aqui em par com a Análise de Discurso,

[...] mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela organiza, recorta, distribui, ordena, reparte, estabelece série, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações (FOUCAULT, 2014, p. 8).

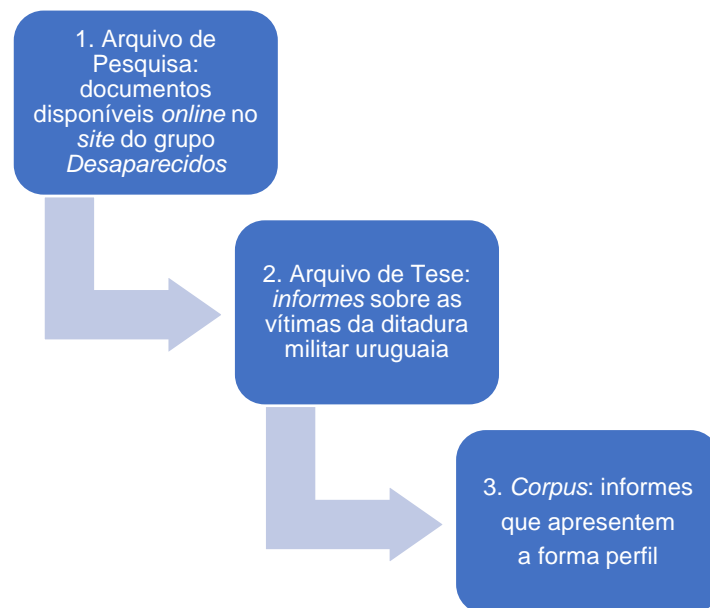
Isso faz do documento não uma matéria inerte que se dá ao leitor sem restrições e sem opacidades; é o trabalho de monumentalizá-los que os torna pertinentes ou não, inter-relacionados ou não, na construção de nosso arquivo de tese. Daí a não-linearidade do arquivo, a descontinuidade – “é, ao mesmo tempo, instrumento e objeto de pesquisa, delimita o campo de que é o efeito, permite individualizar os domínios, mas só pode ser estabelecida através da comparação desses domínios” (FOUCAULT, 2014, p. 11). É pela não linearidade, pela descontinuidade e pelo efeito de fragmentação/mosaico do arquivo que se dá a descrição e a construção de uma unidade-fragmentada, o trabalho com o arquivo deve ser descrito em suas minúcias, apresentando “a delimitação dos conjuntos e dos subconjuntos que articulam o material estudado (regiões, períodos, processos unitários); a determinação das relações que permitem caracterizar um conjunto” (Ibid., p. 11).

Desse modo, ao mesmo tempo em que pensamos a questão dos documentos e de sua forma material em batimento com a materialidade de sua forma, pensamos também a montagem do arquivo e as maneiras de agrupamento. São essas as reflexões que pautarão o que segue, quando apresentarmos de forma sistematizada a construção e a abordagem do arquivo, e o trajeto percorrido até a delimitação do *corpus* desta tese. Partimos de uma descrição (que busca ser) objetiva do percurso para, assim, expormos alguns pontos teórico-analíticos sobre o processo.

A Figura 1, a seguir, não faz justiça à imagem mental (ah... o significado e o significante...) que temos do gesto que realizamos. Quiséramos nós poder inserir aqui uma imagem em movimento para metaforizar o que queremos dizer: compreendemos que os sucessivos recortes feitos sobre o arquivo de pesquisa para chegar à delimitação do *corpus* são

mais uma dobradura de uma grande folha sobre si mesma. Sua superfície torna-se cada vez mais estreita, dando a ver apenas aquilo que as mãos ágeis escolhem deixar ver, entretanto, todas as suas faces, todas as suas pequenas partes estão ali – são constitutivas da espessura, do peso e das formas assumidas pela folha dobrada. Investimos, em vista disso, na tentativa de trazer para a escrita aquilo que em nossa interpretação parece tão certo: as diferentes dobraduras que levam até a configuração do *corpus*. Compreendemos, ainda, que o que se faz organizar aqui é um arquivo analítico que, pelas demandas do trabalho de pesquisa, configura-se, monta-se e organiza-se de forma diversa do arquivo institucional – seja ele do grupo *Desaparecidos*, seja ele de outra instituição qualquer a que se recorra para compor o arquivo de tese.

Figura 1 – Um percurso no arquivo



Fonte: autora.

A partir disso, passamos ao arquivo “como um todo” que é, em linhas gerais, a composição dos documentos pertinentes ao tema de pesquisa (a prática de constituição de um arquivo sobre as vítimas do Terror de Estado imposto pela ditadura militar uruguaia durante as décadas de 1970 e 1980 como prática política de resistência) e disponíveis em um domínio específico configurado pelo repositório digital do grupo *Madres y Familiares de Detenidos Desaparecidos en Uruguay*. Conforme descrito anteriormente, o arquivo digital(izado) do

grupo *Desaparecidos* é bastante numeroso e oferece uma série de possibilidades de busca por documentos de diferentes fontes, o que levou à conformação de alguns critérios para a seleção dos documentos. A noção de fonte no trabalho discursivo com arquivo foi buscada em Glózman (2019, s.p.), tomada como algo que conserva em si “*el sentido de lo transparente, lo que ofrece datos*”; documento, por sua vez, “*liga aún a las formas históricas en que se ha institucionalizado cierto material*” – noção que é posta em batimento com aquela foucaultiana, previamente mobilizada – e, por fim, material, que se configura como aquilo que “*abre juego, puede devenir fuente, puede devenir documento si es que se ha conseguido localizar y comprender su funcionamiento en un aparato o red de relaciones*”. Destacamos, ainda, o entendimento de que não há condição de documento ou de material dada *a priori* – “*el funcionamiento de un material como fuente, el funcionamiento de un material como documento, no es en sí, sino que deviene documento en el proceso de trabajo como resultado de un trabajo de la historia*”²³.

O ponto de partida para a configuração do projeto de tese, como já mencionado – e, por conseguinte, do arquivo de referência para a delimitação do *corpus* de pesquisa – foi o informe *A Todos Ellos* (DESAPARECIDOS, 2004), o qual abriu, assim, o trabalho de estudo do arquivo e configurou a forma perfil – modo de informar sobre a situação dos processos de busca pelos desaparecidos e de justiça para os casos de morte e desaparecimento – como questão de interesse.

Estabelecidas as margens de nosso arquivo – a forma, compreendida pela designação perfil, e os processos de busca por justiça, em relação às vítimas, empreendidos pelos familiares dos presos detidos desaparecidos e/ou assassinados –, detemo-nos à leitura atenta dos demais documentos disponíveis no repositório *online* do grupo. O mote seguinte foi o de trabalharmos apenas com documentos (disponíveis na aba documentos, imagem a seguir) cuja autoria²⁴ fosse (atribuída ao/assumida por) grupo *Madres y Familiares de Detenidos Desaparecidos en Uruguay*.

Na subseção da aba documentos, a aba *Comunicados* (Figura 2), até a data em que tomamos como limite para nossa busca, estavam disponíveis 117 documentos (digitais e/ou digitalizados). Dentre as entradas, a maioria conta com a assinatura do grupo *Desaparecidos* –

²³ “O sentido do transparente, do que oferece dados”[...] “liga ainda às formas históricas em que se institucionalizaram certo material” [...] abre jogo, pode se tornar fonte, pode se tornar documento se se consegue localizar e compreender seu funcionamento em um aparato ou rede de relações” [...] “o funcionamento de um material como fonte, o funcionamento de um material como documento, não é, em si, nele mesmo, mas se torna documento no processo de trabalho como resultado de um trabalho da história” [tradução nossa].

²⁴ Cabe ressaltarmos que, aqui, autoria não é tomada de acordo com a noção discursiva – conforme a compreendem os estudos orlandianos. A seguir, exploraremos a questão da autoria como assinatura do grupo *Desaparecidos*.

estão ali, inclusive, as cartas convocatórias direcionadas, há mais de duas décadas, à sociedade uruguaia a cada vinte de maio, com as quais trabalhamos em nossa dissertação de mestrado, buscando compreender o funcionamento da *Marcha del Silencio*, movimento social e político de memória (GREFF, 2017).

Figura 2 – Aba documentos



Fonte: site *Desaparecidos*.

É possível, na mesma aba, encontrarmos outros documentos cuja designação é também *informe*. Entretanto, diferente daqueles dos quais nos ocupamos, os demais informes não se dedicam ao mesmo tema, mas a assuntos como processos jurídicos movidos pelo grupo contra agentes da ditadura, políticos e contra o Estado; há, ainda, pronunciamentos de governantes, trechos ou textos completos de leis aprovadas ou derrubadas, comunicados sobre acontecimentos marcantes para a luta anti e pós ditatorial – como a eleição de Pepe Mujica, o início e o fim da COMIPAZ, o referendo relacionado à Ley de Caducidad, entre outros. Tomamos como exemplo de documento cuja assinatura é do grupo *Desaparecidos*, porém não concernente ao tema com o qual trabalhamos e, por isso, não concernente à série que compomos, o “*Informe de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos-Desaparecidos. Asunto: ‘Después del Referéndum’*” (Figura 3).

Esse informe parecia tratar-se, em uma primeira instância e em ordem cronológica linear, do primeiro documento do tipo *informe* disponibilizado pelo grupo cuja configuração

atende àquilo que buscamos para a nossa série de documentos. Conforme consta nele, há apenas uma estimativa (do grupo) de que sua publicação date do ano de 1989. O *Informe de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos-Desaparecidos* trata do resultado negativo do referendo que consultava os cidadãos uruguaios sobre a manutenção da validade da *Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado* (conhecida popularmente como *Ley de Impunidad*, visto que previa a não punição dos envolvidos nos crimes de Terror de Estado cometidos durante o período ditatorial uruguaio (PADRÓS, 2005)) e as suas implicações na luta coletiva por verdade, memória, justiça e *nunca más*²⁵. Sua ausência em nosso *corpus* se faz em função da não recorrência da *forma perfil* que buscamos nos demais informes.

Figura 3 – Después del Referéndum

1997.12.29 Informe del Poder Ejecutivo. pdf
 1997.09.00 Recurso de revocación de Madres y Familiares de Uruguayos al Poder Ejecutivo. pdf
 1997.07.02 Nota de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos-Desaparecidos al Poder Ejecutivo. pdf
 1997.04.16 Petición de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos-Desaparecidos al Poder. pdf
 1996.05.00 Convocatoria pública de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos. pdf
 1989.04.16 Comunicado a la población de la Comisión Nacional Pro-Referéndum. pdf
 1989.00.00 Informe de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos-Desaparecidos. pdf
 1987.02.22 Proclama Comisión Nacional pro Referendum. pdf
 1987.01.29 Comunicado de Prensa Comisión Nacional Pro Referendum. pdf
 1987.01.12 Escrito ante la Corte Electoral. Asunto Comunicando inicio de recolección de firmas. pdf
 1986.12.23 Comunicado de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos-Desaparecidos. pdf
 1986.12.22 Comunicado a la Población, de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos. pdf
 1983.05.13 Nota de Madres de uruguayos desaparecidos en Argentina a Gregorio Alvarez. pdf
 1982.07.21 Nota de Padres de uruguayos desaparecidos en Argentina al Consejero de Estado Eduardo Praderi. pdf

Fonte: site *Desaparecidos*.

Posteriormente, partimos de encontro aos documentos disponíveis na subseção *Tribunales de Honor*²⁶, em que todos os documentos provêm de órgãos de justiça e são apresentados como *fac-símiles* dos documentos oficiais. Adiante, na subseção *Informes*, temos

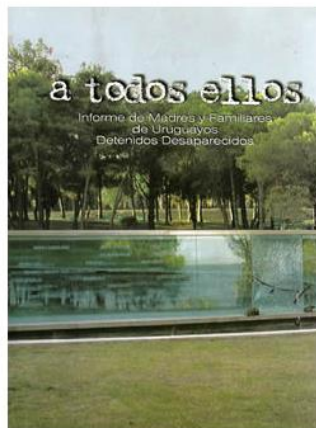
²⁵Grande parte dos documentos datados até o ano 2000 – e também aqueles posteriores, cuja fonte não é o grupo *Desaparecidos* – recebem como nota de rodapé a seguinte informação: “*Esta transcripción es provisoria. Será sustituida por un facsimil del documento original.*” (Tradução nossa: Esta transcrição é provisória. Será substituída por um fac-símile [reprodução fotográfica] do documento original) .

²⁶ A seção destina-se à disponibilização de documentos oriundos de processos jurídicos que visam à averiguação de responsabilidade de agentes do poder público em relação aos crimes cometidos durante o período ditatorial. Dentre tais documentos, encontra-se, por exemplo, trechos do processo de *Juan Carlos Lacerbau*, ex-militar condenado à prisão pelo assassinato de vinte e nove pessoas (a sua prisão – junto da de outros criminosos – foi amplamente divulgada pela imprensa internacional no ano de 2013, incluindo periódicos brasileiros. É possível ler sobre o caso em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/03/tribunais-militares-julgarao-condenados-por-violar-dh-no-uruguai.html>>. Acesso em: jun. 2020).

apenas um documento, intitulado *El cuartel de la calle Víctor Haedo 2020 (ex Dante)*²⁷, elaborado pela Equipe de Investigação Histórica (parceira do grupo *Desaparecidos*), no qual se apresenta um informe técnico preliminar a pedido da *Comisión del Sitio de Memoria exCGIOR*, debruçando-se sobre “el funcionamiento de las distintas instituciones y/o departamentos de las Fuerzas Armadas que tuvieron sede en el local de Víctor Haedo 2020 y el rol que las mismas desempeñaron en la estrategia represiva del Estado uruguayo entre 1968 y 1985”²⁸ (EQUIPO DE INVESTIGACIÓN HISTÓRICA, s.d., p. 1). É na subseção seguinte, *Libros* (Figuras 4 e 5), que encontramos, enfim, os informes com os quais trabalhamos.

Figura 4 – Aba livros

LIBROS



A todos ellos

Fonte: site *Desaparecidos*.

²⁷ O quartel da rua *Víctor Haedo* 2020 (ex Dante) [tradução nossa].

²⁸ “O funcionamento das distintas instituições e/ou departamentos das Forças Armadas que tiveram sede na localidade de Víctor Haedo 2020 e o papel que as mesmas desempenharam na estratégia repressiva do Estado uruguaio entre 1968 e 1985” [tradução nossa].

Figura 5 – Aba livros 1



Fonte: site *Desaparecidos*.

Os dois primeiros informes, *A Todos Ellos*, no qual a designação informe consta no título da publicação, e *Muertes en Prisión*, em que não consta a designação, têm como autor o grupo *Madres*, que menciona e referencia diversas fontes para ambos, como veremos com vagar posteriormente. O terceiro livro, **Desaparecidos, a la escucha del silencio para sellar la paz** (AGUIRRE, 2001) – organizado por Luis Pires Aguirre e Juan Angel Urruzola²⁹ (autor das fotografias) e que trata das questões relacionadas ao Terror de Estado, aos detidos-desaparecidos e/ou assassinados e à defesa dos Direitos Humanos – não consta em nosso *corpus*, apesar de ser pertinente ao tema.

Nas subseções seguintes, encontramos: Disco “**Haciendo Memoria**” (em que se encontra disponível para download, cujas composições abordam a temática das vítimas, sua luta, sua história e sua memória), Sentencias Judicales (Sentenças Judiciais, em tradução nossa, espaço virtual em que se encontram documentos relacionados às sentenças aplicadas aos indiciados por crimes de Terror de Estado), e, por fim, Documentación Nacional e Documentación Internacional –em que são disponibilizados textos de leis concernentes ao tema, relatórios de comissões investigativas (como a COMIPAZ), informes da Organização das Nações Unidas e demais organizações internacionais que se debruçaram (e se debruçam) sobre a questão dos assassinatos e dos desaparecimentos forçados ocorridos no período ditatorial.

²⁹Aguirre foi um pároco uruguaio defensor dos direitos humanos, fundador do *Servicio de Paz y Justicia* em seu país, e Urruzola é um premiado fotógrafo uruguaio.

Por chegarmos nesse ponto e termos descrito cada um dos espaços virtuais e digitais por onde circulamos até irmos de encontro aos *informes* com os quais trabalhamos, dedicamos algumas linhas de reflexão urgente àquilo que inicialmente compreendemos como autoria. Essa designação fez-se, primeiramente, por um movimento pragmático de aliar a *assinatura* dos documentos à autoria que não significa o mesmo que nos estudos discursivos. Em seguida, problematizamos tal questão para apreendê-la, de fato, em nosso percurso, como uma assinatura do grupo.

Retomamos, desse modo, o entendimento de que não podemos apartar sujeito, língua e ideologia e que é nessa relação que o discurso se constitui, implicando na consideração dos efeitos do ideológico: ao dizer, o sujeito interpreta e a interpretação está determinada ideologicamente. Isso porque o sujeito diz e significa a partir de uma posição dada na engrenagem da luta de classes (o que não denota que não haja movência nessa posição e nem possibilidade de deslizos, equívocos...) e de margens estabelecidas pela formação discursiva em que se inscreve enquanto sujeito assujeitado – pois, “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*”. (PÊCHEUX, 2009, p. 147, grifos do autor). As noções de Formação Ideológica (FI) e Formação Discursiva (FD) são de especial interesse e serão retomadas quando do processo de análise, uma vez que pautam, em nossa leitura, a questão do assujeitamento ideológico do sujeito e a significação do discurso. O que temos em *Muertes en Prisión* (1984), em *A Todos Ellos* (2004) e nos perfis do site do grupo *Desaparecidos* (2005-2019) não é uma manifestação espontânea de um acontecimento histórico, mas a construção de dizeres através de um lugar determinado, ocupado por um sujeito X, interpelado em sujeito de seu discurso. Assim, o que é dito pelo sujeito é duplamente condicionado pela formação discursiva que corresponde à formação ideológica que o domina – processo que não é consciente e que não se evidencia senão na análise do discurso.

Em vista disso, compreendemos que a “interpretação, portanto, não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. Também não é livre de determinações. Ela não pode ser qualquer uma e não é igualmente distribuída na formação social” (ORLANDI, 2012, p. 67), de modo que *o quê e como* se diz sobre determinado acontecimento histórico significa também *a quem* o diz. Dessa maneira, as condições de produção do discurso dizem respeito também ao sujeito que discursivizarem, visto que a exterioridade constitutiva do discurso toca a constituição do sujeito que se coloca em posição de significar no/pelo discurso – sem o inaugurar (como nos alerta Foucault (2014)), pensando-o como um fio que não conseguimos

chegar ao ponto inicial, ou seja, não chegamos nunca ao autor “primeiro” de algo que foi dito, o que nos traz, por sua vez, à questão da repetibilidade).

Nesse sentido, entendemos que aquele sujeito que diz e produz materialidade para a interpretação, fá-lo segundo as “posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições (isto é, reproduzidas). [...] *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que a empregam*”, (PÊCHEUX, 2006, p. 146, grifos do autor). Destarte, a assinatura do grupo *Desaparecidos*, nome que surge como unidade do grupo, faz-se no pé da página, mas se faz, também, de forma simbólica, congregando em si mesma os sentidos de uma unidade repleta de fragmentos, de dobraduras, de amálgama de dores e lutas e de resistência. Por conta disso, passamos a nos interessar por ela e a colocamos como parte dos fios puxados para construirmos a série de documentos sobre a qual nos debruçamos. Buscamos, na superfície da materialidade dos documentos em arquivo, aquilo que cria, para nós, a ilusão de unidade – frágil, sempre prestes a desfazer-se... – e investigamos como se dá esse efeito de unidade.

Lembramos, quando início desse momento do trabalho, de duas vozes importantes: primeiro, é claro, da voz de Pêcheux e do conceito de arquivo como um conjunto de documentos pertinentes, conforme já mobilizado. E, segundo, da voz da professora e pesquisadora Mara Glozman³⁰, ao ser perguntada, numa aula ministrada, sobre como trabalhar com um arquivo para o qual parecia não haver limites, em que respondeu: precisa haver limites, o trabalho uma hora precisa acabar. É o pesquisador que haverá de, pautado por suas perguntas e por seu dispositivo teórico-metodológico, encontrar e estabelecer os limites. Assim, no caminho de encontrarmos limites para o arquivo e para a delimitação do *corpus*, buscamos, dentre aqueles vários documentos disponibilizados pelo grupo *Desaparecidos*, aqueles cuja *assinatura* fosse do próprio grupo.

Temos aqui um primeiro movimento fortemente comprometido, *a priori*, por uma leitura não pautada pela teoria, mas pela observação pragmática que procurava identificar quem era o “responsável” pela elaboração do documento ali constante – uma leitura que consideramos superficial e inocente, sendo válida para um primeiro momento. Ademais, recorreremos às reflexões de Guimarães (2005) acerca da noção de designação para tratá-la em sua relação com a nomeação. Segundo o autor, nomes “não só ocupam lugar neste espaço de vida, como lhe dão sentidos e constroem de algum modo esta geografia. [...] Dar nome a algo é dar-lhe existência

³⁰ Tal aula foi ministrada no evento *Conversa com Pesquisador*, realizada no dia 18 de outubro de 2019, no Auditório do PPGL/UFSM, atividade vinculada ao XXVI Seminário *Corpus – 20 anos de História das Ideias Linguísticas na UFSM*.

histórica” (GUIMARÃES, 2005, p. 54). A nomeação tira do anonimato o ser que vive em uma sociedade e oferece a ele uma distinção e uma possibilidade de, enquanto nomeado, ser distinguido, determinado e individualizado. Ancoramo-nos, também, nas palavras de Beck (2010) sobre a nomeação e o seu funcionamento de mecanismo de coerção do Estado, uma vez que ela é uma condição para a existência legal do indivíduo em nossa sociedade e que é esse processo de “individualização do sujeito pelo Estado” que “permite a este último identificar, localizar e monitorar os indivíduos isoladamente” (BECK, 2010, p. 77).

Por esse viés, compreendemos a importância da assinatura *Desaparecidos* nos documentos: em parte, temos a construção do efeito de unidade do grupo, o qual não conta com um líder individualizado que assina e toma para si a “autoria” (pragmática) de comunicados, informes, convocatórias e afins. O que há são recorrentes proclamações *do grupo* que busca diálogo com o grande grupo configurado na sociedade uruguaia e seus espaços de organização. Além disso, o nome completo do grupo ser reconfigurado e adotado como *Desaparecidos* na assinatura dos documentos os quais mantêm viva a luta por verdade, justiça, memória e nunca mais, é-nos de uma força tamanha e isso se torna ainda mais emblemático em nossa leitura, fazendo chacoalhar sentidos. São os que estão “aqui”, vivos e resistentes, que asseguram a luta em curso, resistindo ao tempo e às diversas forças das quais se opõem à busca por eles, os desaparecidos. Há um jogo de sentidos que faz do nome *Desaparecidos* constante nos pés de página, nas páginas de jornal, nos panfletos e cartazes que circulam pelas ruas do Uruguai, nos sites que estão disponíveis a quem quiser/puder ver... os desaparecidos, veja só, estão em todo lugar.

Somamos à ideia de nomeação e de assinatura a identidade visual do grupo *Desaparecidos*, por ser recorrente nos documentos integrantes de nossa série, (Figura 6, abaixo, no canto inferior esquerdo; a imagem que representa uma flor com uma pétala faltante) e, também, em função dos primeiros documentos por nós estudados (a saber, as cartas analisadas em nossa dissertação e o informe de 2004, primeiro documento a fazer parte de nossas investidas no projeto de tese) apresentarem-na na indicação. Em *A Todos Ellos* (2004), a relação com o grupo está posta desde o subtítulo, na folha de rosto da publicação (tanto na versão impressa quanto na versão digital, ver figura 7).

Figura 6 – Primeira página de *A Todos Ellos* (2004)



INFORME DE MADRES Y FAMILIARES
DE URUGUAYOS DETENIDOS DESAPARECIDOS



Fonte: Desaparecidos (2004).

Figura 7 – Ficha catalográfica de *A Todos Ellos*

© **Madres y Familiares de Uruguayos
Detenidos Desaparecidos**
Nicaragua 1332 Apto. 205
Tel.: 929 1625
E-mail: famidesa@adinet.com.uy

Diseño de tapa y foto del Memorial: Beatriz Batione

Impresión: Caligráficos, Surraco 2581, Montevideo
Encuadernación: La Encuadernadora Ltda.

Impreso en Uruguay – Noviembre 2004
Dep. Legal: 334.005/04
ISBN:

Fonte: Desaparecidos (2004).

Ademais, a assinatura do grupo está presente na ficha catalográfica (página 4 do informe em sua versão digital, Figura 7), apresentando o nome completo do grupo, bem como, o endereço de sua sede física na cidade de Montevidéu; na seção de agradecimentos (conforme é possível observarmos na Figura 8, na última linha) e no comunicado final, que encerra o informe, também, constam marcas linguísticas de tal relação do grupo com o documento.

Figura 8 – Agradecimentos em *A Todos Ellos*

Queremos expresar nuestro profundo agradecimiento:

a Mario Benedetti, por su gran apoyo a nuestro grupo;

a todas y todos los que colaboraron solidariamente para que esta publicación fuera posible: las y los que intervinieron en las distintas etapas de este engorroso y largo proceso de escritura, impresión y encuadernación; particularmente a Sonia Mosquera, Javier Fraga e Imprenta Caligráficos;

a Soledad Cibils, Secretaria de la Comisión para la Paz;

a los organismos argentinos, por proporcionar la información que obra en sus archivos;

a la Universidad de la República y a su Rector, Ingeniero Rafael Guarga, por su auspicio generoso;

a los participantes del festival impulsado por la murga Falta y Resto;

y, muy especialmente, a las mujeres y hombres que brindaron su testimonio, contribuyendo decisivamente a la recuperación de la verdad de lo vivido.

Madres y Familiares de uruguayos detenidos desaparecidos

Fonte: Desaparecidos (2004).

Se esse movimento inicial foi tão simples em *A Todos Ellos*, levando-nos diretamente ao grupo com o qual trabalhávamos desde o início de nossa dissertação de mestrado e com o qual havíamos estabelecido uma relação de colaboração, *Muertes en Prisión* exigiu mais do que uma leitura do texto, demandou uma pesquisa que coloca em jogo a sua historicidade e as suas condições de produção – e, por extensão, a história do grupo *Desaparecidos* e as condições de produção do seu discurso e da sua configuração atual.

Muertes en Prisión data de outubro de 1984, com publicação realizada por uma gráfica Uruguaia, situada na capital do país, Montevidéu, e, ainda, sob a ditadura militar uruguaia, cujo fim é decretado no ano de 1985. Nossa surpresa não se dá necessariamente pela data em que foi publicada, visto que a edição e a circulação de livros, durante a ditadura uruguaia, não estava proibida, entretanto, a obra dedica suas trinta e seis páginas a ordenar e apresentar uma série de informações sobre os crimes contra os Direitos Humanos praticados pelo Estado desde a ascensão do regime militar³¹. Ao longo das páginas, há seções dedicadas a tratar do crime de tortura, dos casos de suicídio de indivíduos detidos em quartéis militares e dos casos de morte de detidos em função de enfermidades advindas da tortura ou das condições sub-humanas a que eram submetidos. No entanto, foi determinante para nosso estudo a leitura da seção “Condenas Internacionales” (DESAPARECIDOS, 1984, p. 4), em que consta o seguinte trecho:

*Este informe, que intenta hacer un aporte a la denuncia y esclarecimiento de todas estas violaciones, presenta limitaciones cuanto a la información. Ha sido un trabajo costoso reunir datos y testimonios de cada una de las muertes, sobre todo porque los militares han hecho un ocultamiento deliberado de la información, sin comunicar oficialmente muchas de estas muertes y ni siquiera explicar las causas de ellas a los propios familiares de la víctima*³².

Há, em *Muertes en Prisión*, a despeito das diferentes condições de produção da obra, a recorrência da designação (GUIMARÃES, 2005) *informe* e, sobretudo, a recorrência do tema – a denúncia dos crimes contra os direitos humanos cometidos e dissimulados pela ditadura militar no país – e da forma com que as informações são sistematizadas e apresentadas para a sociedade, a qual compreendemos como a forma perfil. O que nos interessa sobremaneira nessa configuração do informe é a “assinatura” constante ao final dos textos introdutórios: *Madres y Familiares de Procesados por la Justicia Militar e Servicio Paz y Justicia – Uruguay*³³. Diferente de *A Todos Ellos, Muertes* (na versão digitalizada com a qual trabalhamos, ao menos) não conta com uma ficha catalográfica ou com a identificação, na capa ou folha de rosto, do grupo responsável pela publicação. Essa assinatura/identificação é encontrada na seção de introdução do texto, na sexta página do informe e na contracapa, de forma muito semelhante ao

³¹ Dedicar-nos-emos, a seguir, a descrever a obra com pormenores, porém adiantamos alguns detalhes que são essenciais para o que aqui propomos – sua aproximação com *A Todos Ellos*.

³² “Este informe, que pretende contribuir com a denúncia e o esclarecimento de todas essas violações, apresenta limitações quanto à informação. Foi um trabalho custoso reunir dados e testemunhos de/sobre cada uma das mortes, sobretudo porque os militares realizaram a ocultação deliberada de informação, sem comunicar oficialmente muitas dessas mortes e sem sequer explicar as suas causas aos próprios familiares das vítimas” [tradução nossa].

³³ Mães e Familiares de Processados pela Justiça Militar e Serviço de Paz e Justiça – Uruguai [tradução nossa].

que ocorre em *A Todos Ellos*, em que há a identidade do grupo seguido do seu nome e, dessa vez, da consigna do grupo.

Figura 9 – *Muertes*, introdução

“La certeza de un juicio nacional o internacional a partir del día en que los torturadores y los responsables de desapariciones y genocidios no sean más protegidos por sus propios regímenes será, sin duda, una de las medidas más eficaces de disuasión, si no contra toda utilización de estas prácticas, sí al menos contra la utilización institucional de las mismas”.

Asociación Internacional contra la Tortura
Resoluciones del Seminario de Ginebra (abril 1982)

Con la publicación de este informe queremos también contribuir a promover en la ciudadanía una efectiva conciencia alerta para la defensa de los Derechos Humanos.

Es necesario entender que la sistemática violación de los Derechos Humanos por parte del gobierno militar ha constituido una agresión a toda la sociedad uruguaya; es por lo tanto un problema nacional que trasciende a las víctimas directamente afectadas y sus familias, y como tal debe ser encarado.

Reducirlo al ámbito privado e individual significará desconocer la profunda herida abierta en la comunidad uruguaya.

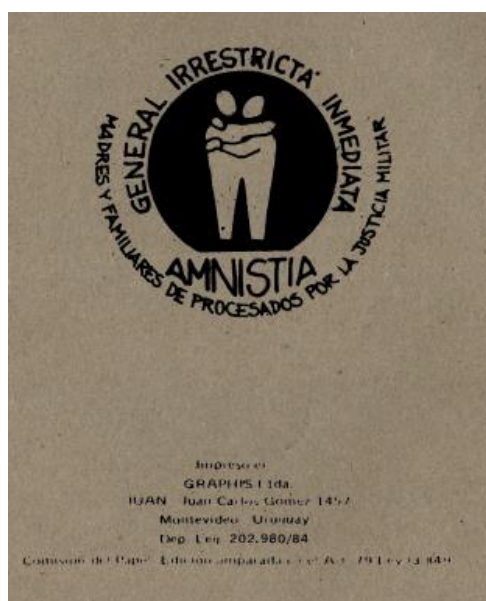
Y, lo que es más grave aún impedir que esta tome conciencia de la amenaza que significa para la sociedad civil la permanencia de un poder militar intocado que

Por otra parte, la investigación y el juicio de estos delitos deben ir unidos a una activa lucha por el respeto de todos los derechos de nuestro pueblo. Afirmamos esto en el entendido de que la verdadera y última garantía para que estos crímenes y todas las formas de violencia no vuelvan a repetirse, será la construcción de un proyecto nuevo de país que asegure la efectiva vigencia de los derechos de las mayorías.

*Madres y Familiares de Procesados por la Justicia Militar
Servicio Paz y Justicia - Uruguay*

Fonte: Desaparecidos (1984).

Figura 10 – *Muertes*, contracapa



Fonte: Desaparecidos (1984).

Alongar-nos-emos um pouco mais sobre o caminho pelo qual chegamos a identificar a recorrência de assinatura de ambos os informes (o que seria da investigação acadêmica se não fosse o caminho, os desvios, os tropeços?...) como referente ao mesmo grupo, para isso, seguimos o seguinte percurso: segundo Schelotto (2015, s.p.)³⁴, “Madres y Familiares de Procesados por la Justicia Militar se conforma en 1982, em su mayoría formado por mujeres y familiares de presos políticos”³⁵, e trabalha, mesmo durante os anos de ditadura, buscando por justiça para aqueles indivíduos que foram detidos em função de sua posição político-partidária, e de suas atividades consideradas, pelo Estado, como subversivas. No entanto, não há, nos documentos aos quais tivemos acesso desde a construção de nossa dissertação, abundância de informação disponível sobre o grupo em questão, não sendo ele sequer mencionado informalmente em conversas que tivemos com representantes de casas de memória, familiares de vítimas e representantes de grupos de pesquisa estatais voltados para o tema. Na bibliografia consultada para nosso estudo, deparamo-nos apenas com referências a publicações do grupo *Madres y Familiares de Procesados* datadas de até o ano 1985, dentre elas, outro informe, do ano de 1984, sob o título **Las cárceles militares del Uruguay. Informe de Salud**³⁶.

Dentre a escassa informação sobre o grupo, Schelotto (2015, s.p.) informa que, no ano de 1986, por ocasião da convocatória pública à sociedade uruguaia para um plebiscito que visava à anulação da *Ley de Caducidad*³⁷, os dois grupos citados unem-se. Essa convocatória data de 23 de dezembro de 1986 e está disponível, em uma transcrição, no site do grupo *Desaparecidos*, assinada pelo mesmo grupo e por Matilde Rodríguez de Gutiérrez e Elisa Dellepiane de Michelini que, junto com María Esther Gatti³⁸, vieram a formar a *Comisión*

³⁴ Magdalena Schelotto é Doutora em Humanidades pela Universidade Carlos III de Madri e professora da Université Paris Descartes desde o ano de 2015. Integrante da Asociación del Discurso de América Latina (ADAL, Paris), especializada em História Contemporânea, seus estudos voltam-se para as questões ditatoriais no Uruguai, os processos de transição entre as ditaduras e a democracia e as relações entre Uruguai e Espanha, tomando como metodologia a Análise de Discurso. Na leitura de seus textos acadêmicos, encontramos pontos de convergência entre a prática de leitura e análise da autora e a nossa prática, entretanto, não compreendemos que a autora inscreva-se na AD pecheutiana.

³⁵ “Mães e familiares de processados pela Justiça Militar forma-se em 1982, formado, em sua maioria, por mulheres e familiares de presos políticos” [tradução nossa].

³⁶ “Os cárceres militares do Uruguai. Informe de Saúde” [tradução nossa].

³⁷ Em 1986, foi aprovada a Lei n. 15.848, chamada *Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado* (URUGUAI, 1986), também conhecida popularmente entre o povo uruguaio como “Lei da Impunidade”. Ela garantia ao Estado proteção contra punições em relação a qualquer delito referente ao período ditatorial cometido por militares, policiais ou ocupantes de cargos equiparados, desde que em cumprimento de ordens governamentais.

³⁸ As três mulheres citadas são consideradas importantes pilares da luta pós e anti-ditatorial no Uruguai. *Matilde Gutiérrez*, que foi deputada e no ano de 2016 recebeu o título de Cidadã Ilustre de Montevideú, é viúva de *Héctor Gutiérrez Ruiz*, vítima da ditadura militar uruguaia, assassinado em Buenos Aires (AR) em 1976, o qual fora Presidente da Câmara de Deputados uruguaia. *Elisa Dellepiane de Michelini* era esposa de *Zelmar Michelini*, ex-senador da Frente Ampla e grande crítico da ditadura, assassinado junto com *Héctor Gutiérrez Ruiz*. *María Esther Gatti*, por sua vez, foi uma professora uruguaia cuja filha foi sequestrada e desaparecida pela ditadura em 1976

*Nacional Pro-Referendum*³⁹, grupo responsável por colocar em pauta no judiciário uruguaio a solicitação pela revogação da Ley de Caducidad. Isso nos interessa porque, buscando em outros documentos assinados e/ou publicados pelo grupo *Madres y Familiares de Procesados...*, não os encontramos a partir do ano de 1985, levando à consideração feita por Schelotto (2015) de que há uma união dos dois grupos. Ademais, segundo Demasi e Yaffé (2005), esse grupo é considerado um *antecedente*, ou seja, um grupo existente antes da união de vários grupos, em 1986, sob o nome *Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos*.

Ainda no tocante à assinatura da obra *Muertes en Prisión*, tratamos da Servicio de Paz y Justicia – Uruguay (SERPAJ), primeira organização não governamental em prol dos Direitos Humanos, que surge em 1981, também durante a ditadura militar uruguaia, visando à promoção e à defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos em um momento de rompimento com a democracia e de instauração do Terror de Estado. Vinculada à *SERPAJ – América Latina*, mantém relações com a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). O *SERPAJ* é um importante parceiro do grupo *Desaparecidos...*, bem como, de organizações sindicais cuja estrutura haja comissões voltadas aos Direitos Humanos (como a Central Sindical de Trabalhadores (PIT CNT) e a Seção Uruguaia da Anistia Internacional), e figura como um dos organizadores e realizadores, por exemplo, da *Marcha del Silencio*⁴⁰, maior manifestação social de protesto público e popular contra os feitos da ditadura militar no Uruguai. Em âmbito internacional, o *SERPAJ Argentina* foi (e é) um grande colaborador para as lutas uruguaias por verdade e justiça, contribuindo com o fornecimento de informações e documentos pertinentes à causa. Destacamos sua participação em *Muertes en Prisión* porque ela também se evidencia em *A Todos Ellos* e se mantém até a atualidade – na organização da *Marcha del Silencio*, nas convocatórias ao público para ações do grupo e mencionada diretamente na seção *Enlaces* no site do grupo *Desaparecidos*.

junto com seu genro *Jorge Zaffaroni Castilla* e sua neta *Mariana*, fato que a levou a fazer parte da fundação do grupo *Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos*, na década de 1980.













³⁹ Comissão Nacional Pró-Referendo [tradução nossa].

⁴⁰ Greff, L. B. (2017). *À Procura De Sentidos: Andando Em Silêncio*.

Figura 11 – Aba *Enlaces*, site do grupo *Desaparecidos* (destaque nosso)

ENLACES

Organizaciones de Derechos Humanos

 Fundación Mario Benedetti	 Observatorio Luz Ibarburu	 Serpaj
 Fundación Zelmar Michelini	 Equipo Argentino de Atropología Forense	 Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora
 Abuelas de Plaza de Mayo	 Amigas y Amigos del MUME	 Asociación de ex Pres@s Polític@s de Uruguay
 Amnistía Internacional Uruguay	 Coalición Internacional contra las Desapariciones Forzadas	 Federación Asiática contra las Desapariciones Forzadas

Fonte: site *Desaparecidos*.

Nosso gesto chega de encontro aos perfis publicados na “linha do tempo” do *site* do grupo *Desaparecidos*. Além da recorrência de perfis publicados apresentando as mesmas vítimas cujos perfis são traçados em *A Todos Ellos* (documento que, em nossa linha de tempo no arquivo, é anterior aos perfis do site, visto que foi publicado em 2004 e a publicação no *site* começa em 2016), buscamos outras evidências materiais que signifiquem e justifiquem nossa atribuição de assinatura ao grupo *Desaparecidos*. A simples constância desses perfis no ambiente digital mantido pelo grupo parecia-nos ser suficiente, mas a indicação de assinatura como “*Familiares*” na composição de cada uma dessas representações forneceu-nos a evidência

na materialidade linguística e na própria configuração do retrato, inserindo-o na unidade construída para nosso dispositivo de arquivo.

Figura 12 – Retrato disponível no site do grupo *Desaparecidos* (destaque nosso)



Fonte: site *Desaparecidos*.

Apresentamos, tanto nas seções introdutórias de nossa tese quanto nessa seção em andamento, primeiro *A Todos Ellos*, posteriormente, *Muertes en Prisión* e, em sequência, os perfis provenientes do site, respeitando a ordem pela qual cada um dos documentos foi acessado e lido por nós, construindo um trajeto sensível de leitura e construção do arquivo. A seguir, desenvolvemos a descrição dos documentos tomando como critério a ordem cronológica linear de suas publicações, empreendendo, primeiramente, o trabalho com *Muertes en Prisión*, de 1984; de *A Todos Ellos*, de 2004; e, por fim, dos perfis apresentados no site do grupo *Desaparecidos*, cuja publicação inicial data de 2016. Trabalharemos, conforme propôs Orlandi (1984, p. 14), com a noção de recorte – “unidade discursiva [...] fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação”, conceito que sustenta o trabalho com frações que respondem a uma organização não automática e não pautada pela linearidade, mas “com as condições de produção, com a situação discursiva” (ORLANDI, 1984, p. 14). Essa noção, respeitando a discursividade dos fragmentos, permite que trabalhe com suas diferentes inscrições em diferentes formações discursivas, desviando da ilusão da unidade homogênea do arquivo como

bloco uníssono, trazendo uma polifonia organizada e um debate necessário entre diferentes vozes que significam desde/em diferentes espaços.

O corpus de tese apresentados nesta seção dialogam com dois objetivos de nossa reflexão: dar a ver e a entender o percurso percorrido para estabelecermos uma série de documentos no arquivo, o que compreendemos como um passo para a montagem do arquivo e do *corpus* a partir do que Glozman (2018) chama de critérios – de organização e de marcas que possibilitam a organização. Anteriormente, trouxemos a metáfora do delta visto de cima e, neste ponto de nosso estudo, vemos novamente a sua importância para o que fazemos: enxergamos nosso rio desaguar no estudo do *corpus*, mas para isso é necessário percorrer as suas ramificações anteriores, aquelas que nos levam a navegar pelas águas do entendimento da assinatura dos documentos como efeito de unidade em função da significação de uma liderança sem líder, uma liderança que se faz justamente no grupo, no efeito de unidade; e dos perfis como conformação de uma unidade através da forma de textualizar um retrato daquelas vítimas.

E é urgente falarmos de retratos.

Neste ponto de nossas reflexões, e que feliz ponto que se faz na convergência do emergir da compreensão dos perfis como retratos e do despontar do estudo do *corpus* que se fará na seção seguinte. Até aqui, referimo-nos ao como perfis/perfil que, agora, designaremos como *reratos*, de acordo com a designação apontada pelo grupo *Desaparecidos* em suas publicações tomadas como nossos documentos de estudo. Conforme afirmado no início de nossa tese, tal designação foi-nos sempre temporária, mesmo quando não sabíamos qual era o caráter desse “em suspenso” em que a colocávamos. O incômodo existia e nos levou a uma série de debates que não se findam, sabemos, mas que se apaziguam na leitura que apresentamos a seguir.

Entendemos que o que outrora chamávamos *perfil* é, na verdade, *retrato* – vemos em perfil um fundo de características, de adequação a uma forma prevista, de contornos específicos e de uma imagem que se mostra como inteira e sem outro lado. Tais vestígios, traços e restos o designavam em uma necessidade de duas faces: o diálogo respeitoso com a designação prévia realizada pelo grupo *Desaparecidos* e o, até o momento, não encontrar de designação que melhor significasse aquilo que entendemos nos recortes dos documentos de nosso arquivo. Mirando esses recortes, analisando-os sobre o papel e tornando-os parte de nosso pequeno conjunto de coisas manuseáveis, lembramos as reflexões de Didi-Huberman (2017, p. 9): “Coloquei três pedacinhos de casca de árvore sobre uma folha de papel. Olhei. Olhei, julgando que olhar talvez me ajudasse a ler algo jamais escrito”, e tal qual fez o autor com as cascas das bétulas colhidas em Birkenau, olhávamos nós para essas cascas que eram, também, nosso retrato de uma memória.

“Três lascas de tempo. Meu próprio tempo em lascas: um pedaço de memória, essa coisa não escrita que tanto tento ler; um pedaço de presente, aqui, sob meus olhos, sobre a branca página” (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 10), restos que não estão em nossas mãos e em nossas páginas, em escolhas arbitrárias ou sem escolha alguma, mas que significam porque, apesar do tempo, do seu efeito sobre, são restos/vestígios/cacos/*casacas* que seguem legíveis e que dão a ler/ver em si o tempo que se passou. E se, como vemos e veremos, os *perfis* – agora retratos – mudam, se sua disposição sobre o papel mantém recorrências que autorizam a série que compomos, há, além disso, as atualizações urgentes do tempo o qual atualiza o rastro. O retrato se faz na captura daquela memória em um tempo que se determina no próprio retrato, nos rastros, nos efeitos e no que em sua configuração e materialidade se faz naquele *recorte do tempo*. O retrato não é a memória, o resto/rastro/vestígio/caco/casca também não o é, mas é a superfície sobre a qual se faz um estudo como que arqueológico da memória.

E, assim como o autor fez com as cascas das bétulas, encontrando nelas uma forma de revolver, preservar e estudar a memória, e fazendo delas um retrato sobre o fundo branco, fazemos nós dos anteriormente designados *perfis* o retrato, as nossas cascas dispostas sobre o fundo branco. Olhamos para eles e sabemos das condições de produção em que se fazem, daquilo que era possível ver e retratar e, além disso, enxergamos neles os seus espaços em branco – o que não quer dizer que são espaços vazios – aquilo a que não se tem acesso, aquilo que desaparece e que se sabe desaparecido, aquilo que significa desaparecido mesmo que não tenhamos nunca visto (para podermos dizer: sim, eu vi e já não o vejo. Vi, mas hoje já não é possível encontrar.) e que na interdição significa. Retrato que é atualizado pelas novas possibilidades de ver.

E como mudam lentamente as possibilidades de ver e retratar uma vez mais os (antigos) perfis dos desaparecidos.

Mas, se devo continuar a escrever, ajustar o foco, fotografar, montar minhas imagens e pensar isso tudo, é precisamente para tornar uma frase desse tipo incompleta. Cumpriria dizer: “Isto é inimaginável, logo devo imaginá-lo apesar de tudo. Para representar alguma coisa pelo menos, um mínimo do que é possível saber (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 30).

Dessa forma, passamos de perfil a retrato, vendo naquele uma forma de *ver e dar a ler*, na materialidade do discurso, uma prática política de arquivo, de memória, de resistência.

6 RECORRÊNCIAS

Todas as idas e vindas em nosso percurso parecem apontar o mesmo: há tantas possibilidades, tantas leituras. A escrita acadêmica, por vezes, tão solitária, e o texto final que chega ao leitor talvez não façam justiça aos diálogos intermináveis, aos debates que se fazem frente à tela, em silêncio; e à conversa acalorada entre os livros que se enfileiram, organizam-se e desorganizam-se em nossos espaços de estudo e trabalho, fazendo borbulhar curiosidade. Tentamos, dentro daquilo que julgamos possível, manter as marcas dessas idas e vindas, desses retornos necessários – urgentes, em muitos momentos – à teoria ou à análise, em que é, muitas vezes, apenas uma volta à reflexão que marca (que precisa marcar) nosso fazer. E aqui temos mais uma dessas voltas: urge, neste ponto o qual iniciamos uma exploração pormenorizada dos informes que compõem nosso *corpus*, refletirmos e partilharmos a reflexão sobre a forma como os apresentamos ao leitor, o *corpus* e os seus recortes.

Ora, nada do que aqui fazemos se faz à deriva. Talvez, a bússola, por vezes, não seja o suficiente para que enxerguemos o norte, mas que está ali, está – e que fique claro, nesse norte há de estar nossa pergunta principal e a teoria que tomamos como sustento para encontrarmos uma leitura possível, um fim virtual. Novamente sobre o *corpus*, acreditamos que nosso estudo está, também, composto pelo entendimento de como se faz esta ordenação que, em uma leitura que não nos cabe, parece óbvia: a construção de uma linha de tempo, pautada pela data de publicação de cada um dos informes e dos retratos do site, haveria de ser essa a linha construída, quando afirmamos anteriormente que o trajeto de encontro com os informes em nada foi linear? Porque é o esperado, o “certo”, o “adequado”, afinal, aprendemos muito cedo que a história dos homens se faz dessa forma, um passo diante do outro, não há outra maneira para caminhar, já diria a canção de Drexler⁴¹. Não negamos a possibilidade e a pertinência – e, em determinados contextos, a funcionalidade – de uma “linha de tempo” retilínea e ilusoriamente completa, sem furos e falhas ou faltas, sendo uma realidade em algumas leituras. Entretanto, compreendemos que, na nossa, essa perspectiva da/de história não nos compete, não nos satisfaz teoricamente.

Rancière (1994, p. 9) lembra que a história, em seu sentido ordinário, “é uma série de acontecimentos que ocorrem a sujeitos geralmente designados por nomes próprios” e, “em segundo grau, o relato destas séries de acontecimentos atribuídos a nomes próprios”. Assim, ela faz de si uma narrativa de grandes nomes – de vencedores ou de grandes perdedores, mas

⁴¹ *12 segundos de oscuridad*, canção do uruguaio Jorge Drexler, do álbum de mesmo nome (do ano de 2006), dentre seus versos traz alguns que acompanham nossa escrita: *pié detrás de pié, no hay otra manera de caminar...*

sempre grandes e tomados do seu lugar de nome próprio, de glória seja ela qual for. A história sobre a qual nos debruçamos foi e é narrada por esse panorama dos nomes próprios, mas, também, é contada – e aqui retomamos a colocação de Rancière (1994) acerca da infelicidade de que a narrativa, a ciência e o encadear de fatos recebam o mesmo nome, história – por outro viés. Buscamos, desse modo, encontrar espaço em uma história na qual se desestabiliza a noção de *sujeito da história* e de *acontecimento histórico*, colocando no lugar do rei aquele que Foucault (2003) chamará de *infame* – sem fama, sem glória e sem espaço na história dos grandes nomes. Sujeito sem nome. Sujeito que é e significa no ser. Sujeito que não foi considerado importante, cujos feitos não devem ter deixado impressões na superfície do tempo e de seus marcos.

Interessa-nos a *história arquitetura* de Rancière (1994) e as possibilidades de que se erija desse arquitetar *uma* narrativa de *uma* história – leituras, olhares e diferentes ângulos para o mesmo objeto. Se, recuperando o mestre genebrino, é o ponto de vista que faz o objeto, aqui, narramos uma história pela perspectiva não do narrar, aquele oriundo das tipologias textuais, mas da *narratividade*, conforme a entende Mariani (1996, p. 119):

Estamos chamando de narratividade, ou memória como processo narrativo, um mecanismo discursivo que atuando junto à memória possibilita a reorganização imaginária do acontecer histórico em suas repetições, resistências e rupturas. A narratividade, tal como a estamos concebendo, com base na perspectiva da AD, coloca em movimento (no trabalho da memória) os agenciamentos de rituais enunciativos presentes no imaginário, permitindo o deslocamento, o retorno, a migração de cadeias de enunciados narrativos. (...) Ela é apreensível, portanto, após o trabalho de análise do discursivo.

Dessa maneira, pensamos a *narratividade* do acontecimento histórico, com o qual trabalhamos, e como ela é construída a partir da leitura dos informes e da análise pormenorizada de como esses documentos, inscritos em um arquivo específico, oferecem base material para, em sua desorganização, suas falhas e faltas e suas ausências constitutivas, constituir memória. É de nosso interesse a forma material retrato como recorrência, sua materialidade como espaço de funcionamento dos efeitos de sentido evocados na/pela memória, e sua repetição, seguida de seu modo de ressignificar formas que evocam anúncios de desaparecimento (como aqueles vistos em filmes e boletins de ocorrência, fichas policiais cuja imagem se fixa em nossa memória e faz sempre o alerta do crime, da vítima e do culpado); além do discursivo em tais formas (de enunciar, de materializar, de repetir e de romper).

A narratividade que nos interessa, em relação ao objeto sobre o qual nos detemos, é o processo pelo qual uma memória x se constrói em processos discursivos diversos, significando

o sujeito e o acontecimento, inscrevendo-os em espaços próprios (de determinadas práticas discursivas e não de outras; de formações discursivas determinadas...) e permitindo que se construa, conscientemente das falhas, dos furos e das faltas, um encadeamento de fatos, causas e consequências, e de personagens e suas jornadas. Compreendemos, por esse viés, que a leitura e a ordenação que fazemos dos dois informes e dos retratos do site em ordem “cronológica” é apenas uma feliz ou infeliz coincidência – nosso interesse está no modo como se materializam e se discursivizam, neles, os acontecimentos e os “personagens” tornados objeto dos perfis. Entendemos que nesses informes, sobretudo nos perfis, materializam-se as tensões constitutivas dessa narratividade: a busca por organizar o que não é organizável. Constroem-nos sobre os escombros das interdições ditatoriais, realizadas em tantos níveis, tão mais subjetivos do que poderiam, talvez, prever aqueles que as realizavam. Narratividade que dança com a memória em passos não coreografados, tropeçando em seus próprios buracos e fazendo deles parte do caminho. Não se trata de negar a falta, mas de mostrá-la como parte dessa narratividade, como elemento que, de acordo com Roudinesco (2006), significa na própria ausência no arquivo. O começo e o fim dessa história são miragens, são lutas e lutos de nunca acabar.

O que temos a seguir é, acreditamos, parte de um arquivo o qual – como defendemos e defenderemos ao longo desta tese – constrói-se pela necessidade de resistência. Cada um dos retratos, descritos nos subtítulos posteriores, faz-se de enunciados que recorrem a outros, em repetições parafrásticas, para materializar discursivamente uma memória, para *organizá-la* e para inscrevê-la no arquivo. Não é segredo que tudo aquilo que se diz acerca das vítimas do Terror de Estado é rondado por silêncio – o silêncio da censura, evidentemente, mas também o silêncio constitutivo do sentido e, sobretudo, o silêncio do silenciamento – “que já não é silêncio, mas ‘pôr em silêncio’ (...) um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta” (ORLANDI, 2010, p. 12).

Se há uma *política do silêncio* – segundo Orlandi (2010, p. 29), silenciamento, retórica do dominador – há também a “retórica do oprimido (a da resistência”, o silêncio do não-dito, o silêncio que significa em outros lugares, ecoa, reverbera e que não é traduzido em palavras para inscrever-se na memória e significar a resistência: “na perspectiva que assumimos, o silêncio não fala. O silêncio é. Ele *significa*” (Ibid., p. 31, grifos da autora). Além disso e sobretudo, o silêncio daquilo que é indizível, que se inscreve no discurso e na memória no e pelo silêncio; aquilo que qualquer outra forma significante não é capaz de significar. De tudo o que se perdeu e de tudo o que sequer existiu para que fosse perdido; e de todas essas farpas do passado, para que tivéssemos acesso a tais dizeres e para que soubéssemos de suas falhas, faltas e ausências,

foi preciso que um sujeito se dispusesse a buscá-las e ordená-las, empreendendo o trabalho de dar-lhes narratividade. Faz-se aí o trabalho de descrever o acontecimento pelo/no arquivo. Em paralelo, é necessário o que, na perspectiva pecheutiana, é compreendido como a disponibilidade – a qual, entendemos, neste caso, que se deve a um choque, a um enfrentamento e à resistência, enfim. Tomamos emprestadas as palavras de Foucault (2003) que, em seu trabalho com aquilo que era considerado a escorralha da sociedade, traz a nós a “dor e a delícia” de fazer o que fazemos. Sobre o que temos acesso e sobre o que nos resta daqueles sujeitos da história que foram condenados sem julgamento ao silêncio das interdições, remanesce:

O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto. O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam; seja por se ter querido dirigir a ele para denunciar, queixar-se, solicitar, suplicar, seja por ele ter querido intervir e tenha, em poucas palavras, julgado e decidido. *Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder.* (FOUCAULT, 2003, p 206, grifos nossos)

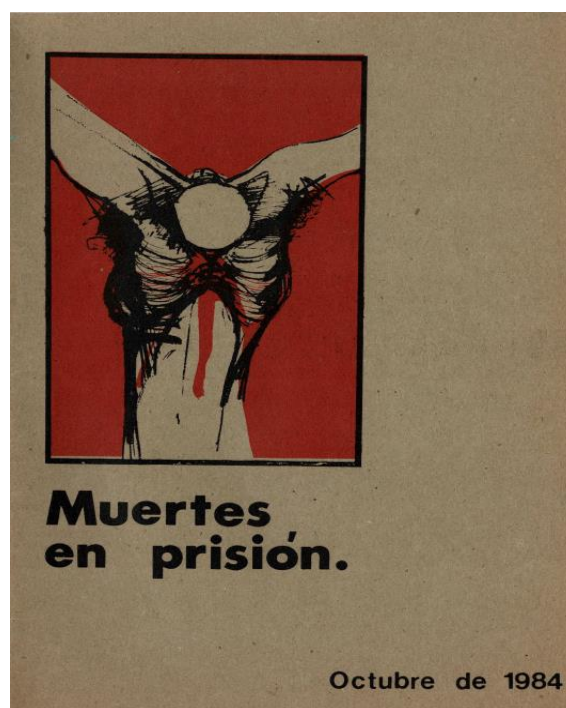
Choque com o poder: os restos, os rastros e os vestígios com os quais se constroem os retratos são oriundos do impacto do encontro dos sujeitos *infames* com o poder das instituições que se inscrevem (ainda hoje) em uma ideologia dominante, *de dominação* e de opressão. O mesmo poder que os quis apagar, calar e extirpar da história e da memória – da memória configurada na partilha familiar do dia a dia de pessoas comuns, da memória de um grupo que se sensibiliza com as mesmas questões, da memória de um povo e de um tempo que vê nesses sujeitos parte de si, do seu povo e do seu tempo. O mesmo poder que engendrou uma política de silenciamento – e sejamos diretas: uma política de terror, de tortura, de assassinato e de desrespeito total e absoluto com os Direitos Humanos. Esse poder deparou-se a prática de sujeitos que, na colisão, foram tornados sujeitos de uma narrativa construída no conflito.

Constantes em relatórios de operações militares, em prontuários médicos, em listas de procurados, em documentos de detenção e em páginas e páginas que trouxeram à luz a infâmia (ah, os sentidos...) dos homens, aqueles, que outrora não figurariam sequer nas narrativas familiares, passam a ter suas vidas e suas trajetórias registradas, inscritas na memória por caminhos tortos. Não fosse o choque com o poder e não fosse a resistência, não existiriam os cacos com os quais se constrói o mosaico do arquivo do grupo *Desaparecidos* e os informes trabalhados por nós. Veremos, adiante, um emaranhado de informações que se contradizem: o veredicto do médico militar, a necropsia do médico civil, a *causa mortis* informada pelos

militares e os depoimentos dos companheiros de cela. Ademais, exploraremos a construção de um discurso que se faz na polifonia organizada, na tentativa de ordenar: cartas, depoimentos frente a tribunais nacionais e internacionais, depoimentos informais, notícias de jornais, laudos médicos, relatórios de comissões de investigação sobre violações dos Direitos Humanos durante a ditadura, confissões... permanentes choques que são constitutivos do discurso ao qual nos dedicamos. A narratividade de um acontecimento histórico que tira a voz daqueles sujeitos de uma história, que lhes impõe o silêncio significativo, silêncio que é o próprio fôlego da significação,

[...] de modo que é, sem dúvida, para sempre impossível recuperá-las nelas próprias, tais como podiam ser “em estado livre”; só podemos balizá-las tomadas nas declamações, nas parcialidades táticas, nas mentiras imperativas supostas nos jogos de poder e nas relações com ele. (...) E depois foi preciso que entre tantos documentos perdidos e dispersos fosse este e não outro que tivesse chegado até nós e que fosse encontrado e lido. De modo que entre essas pessoas sem importância e nós que não a temos mais do que eles, nenhuma relação de necessidade. Nada tornava provável que elas surgissem das sombras, elas mais do que outras, com sua vida e suas desgraças. *Divirtamo-nos, se quisermos, vendo aí uma revanche: a chance que permite que essas pessoas absolutamente sem glória surjam do meio de tantos mortos, gesticulem ainda, continuem manifestando sua raiva, sua aflição ou sua invencível obstinação em divagar, compensa talvez o azar que lançara sobre elas, apesar de sua modéstia e de seu anonimato, o raio do poder.* (FOUCAULT, 2013, p. 206, grifos nossos)

6.1 MUERTES EN PRISIÓN – DESDE 1984, SILÊNCIO



(DESAPARECIDOS, 1984)

Em meados do ano de 1980, já tendo sofrido por sete anos com o governo autoritário e violento dos militares, o Uruguai via acontecer, em 30 de novembro, uma consulta popular que buscava, por meio de um plebiscito, aprovar uma nova Constituição Federal para o país, a qual permitiria, enfim, tornar constitucional a ditadura militar. Conforme Schelotto (2015), tal empreitada já havia sido realizada no Chile, em setembro do mesmo ano, quando Augusto Pinochet obteve a resposta positiva da população para a continuidade do regime de governo sustentado pelas forças armadas. No Uruguai, entretanto, a sociedade ainda fazia ecoar sua história de país com a democracia mais sólida do longínquo sul das Américas, o qual, antes da ditadura, era considerado a Suíça da América Latina, em função da qualidade de vida e da política avançada que sustentava uma democracia vigorosa (PADRÓS, 2005). Foi com essa história de respeito aos direitos cidadãos que o *não* ao regime ditatorial militar avançou com 57% dos votos e levou o país ao período de transição para a democracia.

A partir da negativa uruguaia para o governo militar, sucedeu-se a convocação de eleições internas dos partidos e, como era esperado, nem todos tiveram liberação para voltar às atividades políticas. A *Frente Amplia*, por exemplo, partido reconhecido por sua configuração de crítica ferrenha à ditadura militar e à direita uruguaia, realizou reuniões para arquitetar sua participação nas eleições, mesmo contando com a interdição política de seu líder, *Liber Serigni* (ex-militar, fundador do partido), preso político desde o ano de 1973, em função de seu envolvimento em uma manifestação pública contra o regime ditatorial. É preciso, no entanto, lembrarmos que o Uruguai *ainda* vivia sob a égide do controle militar, sendo assim, quando chegou o momento de negociar os termos das futuras eleições, apenas os partidos mais tradicionais – e mais moderados, como o Partido Nacional (de posição moderada à direita) e o Partido Colorado (de posição moderada à esquerda), em que ambos não representavam, naquela conjuntura, uma grande ameaça ao regime vigente – foram chamados ao diálogo com os militares.

Em mais de uma ocasião, ao longo das negociações para a permissão de novas eleições, os militares ofereceram aos representantes dos partidos políticos condições semelhantes (quando não iguais) àquelas que estavam postas: “*tomando como referencia el proyecto que fuera rechazado en 1980, que buscaba suprimir la amnistía y el indulto para los delitos de subversión y conexos, insistían en mantener a los presos políticos*”⁴² (SCHELOTTO, 2015a, p. 8). Somaram-se a essas condições várias outras, em uma série de contendas pautadas pela

⁴² “tomando como referência o projeto que fora rechaçado em 1980, o qual buscava suprimir a anistia e o indulto para os delitos de subversão e afins, insistiam em manter os presos políticos” (Tradução nossa).

reivindicação de eleições embasadas pelo princípio da democracia e não dos interesses das instituições militares; tal processo culminou em uma série de instabilidades “resolvidas” com o conhecido “Pacto Naval”, no qual o governo militar acordou com os partidos (exceto o Partido Nacional, que se recusou às normativas) que não mais haveria exclusão de bandeiras, porém, seriam mantidas as interdições de alguns candidatos à presidência. Desse modo, em novembro de 1984 foi eleito *Julio María Sanguinetti*, candidato do Partido Colorado, o qual somente no mês de março de 1985 recebeu a faixa presidencial, encerrando (formalmente) o governo ditatorial militar no Uruguai.

A conjuntura política do início dos anos 1980 no Uruguai é um dos pilares que constitui as condições de produção do informe *Muertes en Prisión* (DESAPARECIDOS, 1984), o qual, somado a tantas outras formas de formalizar a denúncia, a busca por verdade e justiça e culpabilidade do Estado, acende a faísca do nosso estudo do arquivo como um espaço de descrição do acontecimento político (a partir da análise do discurso segundo Conein (2016)), como discursividade que movimenta o que vamos compreender como narratividade, sustentando, materialmente, uma interpretação sobre a resistência. Nesse ínterim, é importante investigarmos a luta e a resistência que se fez por familiares e aliados *durante* o período ditatorial, quando as atividades políticas eram condenações sem julgamento prévio, e todos que discordassem da ordem imposta eram inimigos do Estado. Interessa-nos o período de abertura política e sua movimentação logo após a publicação de *Muertes*, uma vez que

Hasta entonces la labor de denuncia sólo se ejercía desde el exterior dirigida principalmente a los prisioneros políticos y sus condiciones de detención y a la ausencia de libertades políticas. No será hasta la creación del Servicio de Paz y Justicia (Serpaj, Uruguay) en los años 80 cuando se empiece a reivindicar la defensa de los D. H desde dentro del país (SCHELOTTO, 2015, s.p.)⁴³.

Com isso, afirma-se que, até o momento, existia um movimento de busca por justiça focado nos presos políticos locais e voltado para os casos de prisões arbitrárias, desaparecimentos e tortura de uruguaios em solo nacional e, apenas posteriormente, para a dificuldade de obtenção de informações fora do país. Lembremos que, em meados da década de 1980, não havia ainda a clareza sobre a existência, por exemplo, do Plano Condor e sua aliança entre Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai para atividades que bailavam

⁴³“Até então o trabalho de denúncia acontecia somente a partir do exterior, dirigido principalmente aos prisioneiros políticos e suas condições de detenção e a ausência de liberdades políticas. É apenas com a criação do Serviço de Paz e Justiça (SERPAJ Uruguai) nos anos 80 que se começou a reivindicar a defesa dos D. H [Direitos Humanos] no interior do país” (Tradução nossa).

na corda bamba da legalidade, visando reprimir, pela força, qualquer manifestação política contrária às ditaduras implantadas em nesses países⁴⁴.

Em tais condições de cerceamento e violação de direitos básicos, de instabilidade política no processo de volta à democracia e de interdição sobre o que, de fato, ocorrera com os presos políticos, surge o grupo *Madres y Familiares de Procesados por La Justicia Militar* (embora já se organizasse em luta), no ano de 1982, em busca de esclarecimentos sobre a situação de seus familiares. Como já afirmamos, não há, em nossas fontes, grande disponibilidade de informações sobre o grupo (em verdade, há escassez); sabemos, porém, que em 1985, manifestou sua posição, quando o então presidente *Julio María Sanguinetti* aprovou a *Lei de Anistia* restrita aos presos políticos, colocando em xeque sua liberdade futura:

La ley supuso desoír el pedido de Madres y Familiares de Procesados por la Justicia Militar (Madres) que el primero de marzo hacía pública una carta al presidente de la República llamando a la amnistía general e irrestricta. Para Madres, cualquier otra posibilidad implicaba una aceptación tácita de los procedimientos de la justicia militar, es decir, torturas, jueces incompetentes y parciales y ausencia de cualquier garantía procesal (SCHELOTTO, 2015, s.p.)⁴⁵.

O grupo manteve a sua atividade de cobrança à presidência, agora em situação de legalidade e (a priori) segurança política. É de nosso conhecimento, entretanto, que, mesmo após a derrubada oficial da ditadura militar, as violências não cessaram, visto que o contexto era marcado “*por relaciones de fuerza en los cuales los perpetradores de las violaciones conservaban cuotas de poder muy importantes*” e “*los equilibrios logrados para solucionar esos dilemas inherentes a las transiciones pactadas implicaron casi siempre una impunidad para los victimarios*”³⁴⁶ (ERRANDONEA, 2018, p. 14).

Ainda em 1985, em função da liberação dos presos políticos sobreviventes e da abertura democrática, o grupo *Madres y Familiares de Procesados por la Justicia Militar* (junto aos grupos *Familiares de Exilados* e *Agrupación de Familiares de Uruguayos Desaparecidos*, dos quais não nos ocupamos em nossos estudos, em parte, por não termos informações e fontes

⁴⁴Informações sobreo Plano Condor encontram-se em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados>. Acesso em: 20 jan. 2019.

⁴⁵“A lei não ouviu o pedido do grupo Mães e Familiares de Processados pela Justiça Militar (Madres) que em primeiro de março tornava pública uma carta ao Presidente da República, pedindo pela anistia geral e irrestrita. Para o grupo Madres, qualquer outra possibilidade implicava uma aceitação tácita dos procedimentos da justiça militar, ou seja, torturas, juízes incompetentes e parciais e ausência de qualquer garantia processual” (Tradução nossa).

⁴⁶“por relações de força nas quais os perpetradores das violações conservavam cargos de poder muito importantes” e “o equilíbrio conseguido para solucionar esses dilemas inerentes às transições implicaram quase sempre uma impunidade para os algozes” (Tradução nossa).

suficientes para tanto) parece dissolver-se. Todavia, na análise dos documentos mobilizados em nosso arquivo, vemos uma confluência de lutas de integrantes desses diversos grupos, configurando o que hoje conhecemos como *Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos*, sendo uma resposta à falta de atendimento às demandas⁴⁷ daqueles que buscavam por verdade e justiça. Uma das ações mais emblemáticas do grupo, já em 1986, foi a conclamação à sociedade para a exigência de um plebiscito com o objetivo de derrubar a recém-aprovada *Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado*.

Os informes – como forma de organizar e textualizar as informações sobre as vítimas e os processos que as envolviam – fizeram parte das ações do grupo *Madres* desde antes da redemocratização em 1985. Além de *Muertes*, que integra nosso arquivo e passa a configurar parte de nosso *corpus*, temos conhecimento de um informe datado anteriormente: em agosto de 1984 circulou *Los cárceles militares del Uruguay. Informe de salud*⁴⁸ conforme consta na bibliografia na obra *Fear at the edge: State Terror and Resistance in Latin America*⁴⁹ (CORRADI; FAGEN; GARRETÓN, 1992), da qual resgatamos um trecho (Figura 12).

Figura 13 – Referência a publicações do grupo *Madres*

20. See *Informe de madres y familiares de procesados por la Justicia Militar*, April 1984, reprinted in the weekly *Las bases* (Montevideo), no. 20 (17 March 1985).
21. *Opinar*, no. 206 (March 1985), 15.
22. Testimony of J. Nieto, in *Madres y Familiares de Procesados por la Justicia Militar, Las cárceles militares del Uruguay. Informe de salud* (Montevideo, 17 August 1984). See also “Cuando la salud es luchar,” interviews of prisoners, in *Las bases* (Montevideo), no. 23 (7 April 1985).

Fonte: *Fear at the edge: State Terror and Resistance in Latin America* (1992).

⁴⁷Em 1985, por exemplo, a *Comisión Investigadora sobre Situación de Personas Desaparecidas y Hechos que la motivaron*, empreendida pelo governo federal uruguaio, investigou mais de 150 casos de desaparecimentos de presos e perseguidos políticos. Os resultados dessa investigação chegaram a ser apresentados à Câmara de Representantes, porém nunca foram publicados e disponibilizados à população.

⁴⁸“Os cárceres militares no Uruguai. Informe de Saúde” (Tradução nossa).

⁴⁹Disponível

em: <https://books.google.com.br/books?id=tXZbLw4YSaQC&pg=PA103&lpg=PA103&dq=madres+y+familiares+de+procesados+por+la+justicia+militar+uruguay&source=bl&ots=hLRdXazuI&sig=ACfU3U1dAfatzf7Lc6x6F1Qwf8afzg8zvg&hl=ptBR&sa=X&sqi=2&ved=2ahUKEwjdpzpzMz4XgAhVjEbkGHas4Au8Q6AEwBnoECAkQAQ#v=onepage&q=madres%20y%20familiares%20de%20procesados%20por%20la%20justicia%20militar%20uruguay&f=false>. Acesso em: 15 jan. 2018.

De acordo com o que foi exposto, a obra que, em sua versão digitalizada, conta com 36 páginas, é dedicada a apresentar um informe sobre o cenário o qual se encontravam presos políticos cuja situação, até o momento, era (oficialmente) de processados pela justiça militar. Muitos dos indivíduos, dos quais os nomes constam nesse informe, já estavam, àquela época, mortos em função da tortura e/ou de seus efeitos sobre o corpo e a mente. Essa prática de tortura aplicada aos detidos pelas forças armadas uruguaias não era uma novidade, visto que ocorria desde a década de 1960, antes do período ditatorial que tomamos como condições de produção estrita, contudo, com o golpe, na década de 70, que levou à ascensão do governo ditatorial militar, ela passa a ser sistemática e direcionada aos designados presos políticos (PADRÓS, 2005).

Desde o início de 1970, sob o amparo da Doutrina de Segurança Nacional, a qual justificava e legitimava o Terror de Estado uruguaio, os crimes cometidos, pelo governo, contra indivíduos considerados *terroristas* (segundo Padrós (2005), o sentido dessa designação, nas condições de produção em questão, é decorrente da própria prática de Terror de Estado que, *por supuesto*, não se autodesignava dessa forma, tratando por *terror* o efeito da ação dos grupos contra o regime ditatorial) foram alvo de questionamentos e protestos por parte da sociedade uruguaia. O *paisito* via sangrar sua democracia e, com ela, seus cidadãos.

O ano de 1984 trouxe consigo os ares da abertura política, que só ocorreria, efetivamente, em 1985, conforme estudado anteriormente. As primeiras eleições democráticas (democráticas, sim, ainda que sob os efeitos de interdição provocados pelo Pacto Naval) do país aconteceram no mês seguinte à publicação da obra *Muertes en Prisión*. O clima de redemocratização pode, erroneamente, levar a acreditarmos que o informe construído pelo grupo *Madres* surgia, desse modo, em um período de segurança para os envolvidos. Embora abrandadas as ações dos militares contra aqueles que se posicionavam contra as suas práticas de governo, é preciso lembrarmos que, durante o processo de abertura, no ano de 1980, “*el líder del Partido Blanco exiliado en Inglaterra, Wilson Ferreira Aldunate, era detenido cuando intentaba entrar por barco a la ciudad de Montevideo desde Buenos Aires. Este episodio sirvió para recordar que que la Fuerzas Armadas seguían controlando la situación*”⁵⁰ (SCHELOTTO, 2015, p. 8). O que se tem, até março de 1985, quando a faixa presidencial é passada para *Julio María Sanguinetti*, é um clima de instabilidade política e de desconfiança para com o processo de abertura – justificada pelas constantes negociações propostas pelos

⁵⁰“o líder do Partido Blanco exilado na Inglaterra, *Wilson Ferreira Aldunate*, era detido quando tentava entrar de barco na cidade de Montevideú, vindo de Buenos Aires. Esse episódio serviu para lembrar que as Forças Armadas seguiam controlando a situação” (Tradução nossa).

militares, nas quais eram colocadas condições *sine qua non* para a redemocratização, todas elas favorecendo a impunidade dos envolvidos, nas ações de governo promovidas pela ditadura, e a manutenção da violência sistemática.

É nessas condições de produção, alguns meses após a morte de *Vladimir Roslik* (médico filiado ao Partido Comunista no Uruguai), torturado pelos militares na cidade de *Fray Bentos* (próxima à Argentina), causar grande comoção pública, que *Muertes en Prisión* é publicada com um alerta já nas primeiras linhas de sua introdução:

*Roslik no fue el único. Durante estos 12 años, en nombre de la Seguridad Nacional, han muerto cerca de 80 personas en los lugares de detención; la mayoría en situaciones no esclarecidas aún. Cuántos han sido los presos anónimos, muertos en estos duros años de impunidad en los cuales las F. A. actuaron con la omnipotencia de quien cree que la historia se detuvo, de quien cree que la historia le pertenece y no se siente en la obligación ni siquiera de dar cuenta de sus actos*⁵¹.(DESAPARECIDOS, 1984, p.1)

A ditadura e suas várias formas de tortura não eram passado. O grupo *Madres* denunciava que, desde o mês anterior (setembro de 1984), começaram a surgir informações sobre casos de detidos que passaram anos no cárcere, os quais não contavam, no entanto, com julgamento que justificasse sua prisão. Um diferencial da ditadura militar uruguaia em relação às demais instauradas nos países do sul é, justamente, a prática designada como *prisão prolongada*: os presos políticos eram detidos em grandes números e por muito tempo, sendo constantemente remanejados entre diferentes quartéis militares de diferentes pontos do território nacional. De acordo com Schelotto (2015), calcula-se, com base em estudos do SERPAJ (*Servicio de Paz y Justicia*), que houve, ao longo do período ditatorial uruguaio, cerca de dezoito processados pela justiça militar para cada dez mil uruguaiois. A esse grupo somam-se

*[...] los detenidos y liberados sin procesamiento, Uruguay se convierte en el país con más presos políticos en proporción a su población, aproximadamente treinta y un presos cada diez mil habitantes. Solo entre abril y septiembre de 1972 (previo al golpe de Estado) fueron detenidas 1.873 personas, llegando a un total de 2.064 personas ese año. Esto permite calificar las detenciones prolongadas como una verdadera estrategia de control mantenida por las F. A. sobre la sociedad uruguaya entre 1972 y 1985.*⁵² (SCHELOTTO, 2015, p. 4).

⁵¹“Roslik não foi o único. Durante estes 12 anos, em nome da Segurança Nacional, foram mortas cerca de 80 pessoas em lugares de detenção; a maioria em situações ainda não esclarecidas. Quantos terão sido os presos anônimos, mortos nestes duros anos de impunidade nos quais as F. A [Forças Armadas] atuaram com a onipotência de quem crê que a história parou, de quem crê que a história lhe pertence e não se sente na obrigação sequer de prestar contas dos seus atos” (Tradução nossa).

⁵² “[...] os detidos e liberados sem processo, o Uruguai torna-se o país com mais presos políticos em proporção à sua população, aproximadamente trinta e um presos para cada dez mil habitantes. Somente entre abril e setembro

Ademais, somando à quantidade de presos políticos a violência que lhes era infligida, temos a receita para o “sucesso” do Terror de Estado no Uruguai. A relação da manutenção do governo militar e a tortura são abordadas em *Muertes en Prisión* ainda na introdução, na seção *¿Por qué se tortura?*, afirmando a validade de tal prática como forma de fazer com que os presos confessassem, até mesmo, os crimes que não haviam cometido, respondendo aos anseios dos militares e legitimando-a, uma vez que criminosos confessos eram, dessa maneira, *terroristas* que mereciam a punição aplicada.

Além da a) tortura enquanto prática sistemática do governo ditatorial, a introdução da obra aborda b) os suicídios cometidos por presos políticos quando encarcerados; c) as mortes de detidos em função de enfermidades desenvolvidas no período de encarceramento – mortes que, em última instância, de acordo com o *informe*, são resultado de uma mesma causa: a tortura; d) as observações de organizações internacionais em prol dos Direitos Humanos, condenando veementemente as práticas do Terror de Estado no Uruguai; e, por fim, e) os apontamentos sobre os horrores da ditadura, suas consequências para a população uruguaia e para o processo democrático, e as demandas do grupos *Madres* (em consonância com os demais grupos atuantes, à época, em busca de verdade e justiça para os detidos, desaparecidos e mortos pela ditadura no Uruguai), propondo uma reflexão sobre o período e a inscrição dos cidadãos na luta por verdade e justiça para o passado recente e para o futuro, assegurando seu compromisso com a causa:

*Con la publicación de este informe queremos también contribuir a promover en la ciudadanía una efectiva conciencia alerta para la defensa de los Derechos Humanos. Es necesario entender que la sistemática violación de los Derechos Humanos por el gobierno militar ha constituido una agresión a toda la sociedad uruguaya; es por lo tanto un problema nacional que trasciende a las víctimas directamente afectadas y sus familias, y como tal debe ser encarado*⁵³ (MADRES, 1984, p. 6).

Ao final dessa introdução, empreende-se a apresentação e a descrição do caso de 74 presos políticos, cujos casos foram distribuídos em três seções: *Muertes por Tortura* (35 casos), *Suicidios* (nove casos) e *Muertes por Enfermedad* (30 casos). Em um primeiro olhar, pode

de 1972 (antes do golpe de Estado) foram detidas 1873 pessoas, chegando a um total de 2064 pessoas nesse ano. Isso permite qualificar as detenções prolongadas como uma verdadeira estratégia de controle mantida pelas F. A [Forças Armadas] sobre a sociedade uruguaia entre 1972 e 1985” (Tradução nossa).

⁵³ “Com a publicação deste informe queremos também contribuir com a promoção, nos cidadãos, de uma efetiva consciência alerta para a defesa dos Direitos Humanos. É necessário entender que a sistemática violação dos Direitos Humanos pelo governo militar constituiu uma agressão a toda a sociedade uruguaia; trata-se, portanto, de um problema nacional que transcende as vítimas diretamente afetadas e suas famílias, e como tal deve ser encarado” (Tradução nossa).

aquele indivíduo que ainda, sabe-se lá como, afirma que a ditadura nestes lugares ao sul fez poucas vítimas, avaliar que se trata de “poucos” casos, sobretudo, em comparação com os números expostos por Schelotto (2016). O absurdo – como se alguma vida, singular que seja, fosse pouco... necessário, entretanto, atentarmos às condições de produção do informe, conforme descritas anteriormente: a abertura democrática não era a democracia, a promessa de justiça não era a justiça.

Na seção *Muertes por Tortura* (MADRES, 1984, p. 7), são apresentados pequenos textos que compõem algo como um “perfil” da vítima e, em seguida, são elencadas as informações sobre os crimes cometidos contra a sua vida por parte dos militares – configuração que se repete também nas seções *Suicidios* e *Muertes por Enfermedad*. A ordem dos nomes não se dá por critério alfabético, e sim respeitando a cronologia das mortes – o primeiro caso de morte por tortura reportado na obra data de 1972, e o último, do mês de abril de 1984, apenas seis meses antes da data de publicação de *Muertes en Prisión*.

Figura 14 – *Muertes por tortura*: primeiro caso reportado

Luis Carlos BATALLA

Albañil de 32 años, padre de 2 hijos, detenido el 20 de mayo de 1972, murió cinco días después en el Batallón de Infantería No. 10 del departamento de Treinta y Tres.

La autopsia firmada por dos médicos señala como causa del deceso: “Anemia aguda por rotura de hígado”. La denuncia del diputado del PDC, Daniel Sosa Díaz, dice: “Vimos que en la cara tenía hematomas, que en la parte superior de la cabeza tenía una herida lacerado-contusa: que en las regiones deltoides, en los hombros, tenía lo que vulgarmente se llaman moretones, que en la mano derecha se apreciaban marcas, signo demostrativo de que estuvo atado con alambre retorcido...”. “Presentaba también múltiples hematomas en los pies y una herida cortante... pero lo más espantoso era el abdomen lleno de equimosis, hematomas y erosiones... Sólo una agresión descomunal, como un accidente de tránsito, una caída o una patada de caballo pueden provocar la rotura del hígado... Batalla no vio de dónde venía el golpe porque estaba atado y encapuchado y por ello no pudo adoptar ninguna actitud defensiva... El golpe debe haber sido una patada de abajo a arriba o un culatazo...”.

Fonte: Madres (1984).

Desse primeiro retrato que tomamos como exemplo, destacamos o que, já em sua tessitura, fez-nos curiosas: além das informações que se repetem, como nome completo da

vítima, idade e eventuais dados sobre sua vida profissional e familiar, existe o contraponto entre a causa da morte, segundo informam os médicos autores da necropsia – anemia aguda por rompimento do fígado (tradução nossa) –, sem pormenores sobre as condições do corpo, e o depoimento de uma testemunha identificada: *Sosa Díaz*, deputado do PDC (*Partido Democrático Cristiano*, integrante da *Frente Amplia*, considerado centro-esquerdista), detalhando a série de ferimentos expostos em diversos lugares do corpo da vítima. Não há, contudo, declaração sobre a origem do depoimento da testemunha.

Situação semelhante ocorre no retrato de *Roslik* (Figura 14), em que a *causa mortis* – declarada pela necropsia realizada no hospital militar de *Fray Bentos* (sem autorização prévia dos familiares) – parada cardiorrespiratória, difere da identificada na segunda necropsia ordenada judicialmente e realizada por profissionais civis, os quais indicaram como causa da morte: anemia – decorrente de hemorragia interna – e asfixia – utilizada como prática de tortura. É recorrente, ao longo do informe, a exposição da versão designada como “oficial” – aquela fornecida pelos militares e seus aparelhos de saúde e/ou justiça – e outras versões sustentadas pelo trabalho de médicos civis (sob responsabilidade das famílias ou mesmo da justiça civil, em menor número) e pelos depoimentos de indivíduos que presenciaram, de alguma forma, o processo de tortura.

Figura 15 – *Muertes por Tortura*: último caso reportado

Vladimir ROSLIK

Médico, casado, con un hijo, oriundo de San Javier (colonia rusa en el litoral oeste del país), murió el 16/4/84 a consecuencia de las torturas recibidas en el cuartel de Fray Bentos.

Roslik había sido detenido en un procedimiento realizado en San Javier en 1980, por el cual estuvo detenido un año en el EMR 1. El 15/4/84 fue detenido con otras 6 personas en otro operativo contra San Javier, y en la madrugada del día siguiente le avisaron a su esposa que debía retirar su cuerpo en el hospital de Fray Bentos. El certificado de defunción establecía como causa de la muerte: “paro cardio-respiratorio”. El cadáver fue sometido a dos autopsias, una en la Morgue de Fray Bentos dispuesta por las autoridades militares y sin el consentimiento de sus familiares, y otra en la Morgue de Paysandú, ordenada por el Juez en lo Penal de esa ciudad y a pedido de la esposa de Roslik. En la segunda autopsia participaron cuatro médicos y se labró un acta, cuyo contenido tardó en ser difundido. Finalmente se reveló que la causa de la muerte fue: anemia aguda y signos de asfixia.

De acuerdo a la opinión de diversos facultativos intervinientes en el caso, la anemia aguda se produjo por la hemorragia interna originada por la magnitud de los golpes recibidos. Los signos de asfixia son consecuencia del impedimento prolongado y artificial de la función respiratoria. El cuerpo presentaba, además, numerosos hematomas en varias partes, siendo especialmente notorias las marcas en el torso, habiendo signos de violencia en extremidades inferiores y en el rostro.

Fonte: Madres (1984).

Antes de apresentarmos algumas questões sobre essas diversas vozes que “falam” no interior do retrato, destacamos quatro outros perfis, os quais manifestam um elemento que

desestabiliza ainda mais os sentidos (seja em função da reflexão sobre as condições de produção do discurso, seja em função da reflexão sobre as formações discursivas do discurso), sendo eles: *Gilberto Coghlan*, *Humberto Pascarella*, *Raúl Facio* e *Dante Porta Moreira* (mortos por tortura), que contam com uma informação que destoa das demais – o depoimento de um militar desertor. Em todos, há a identificação do mesmo indivíduo, Tenente *Julio Cesar Cooper*, militar que, junto a *Hugo García Rivas* e *Daniel Rey Piúma*, “desertaram por discordarem do que viam e das funções que eram obrigados a desempenhar”, passou a fornecer relatos os quais “se transformaram em importante fonte de informação para as denúncias das organizações de direitos humanos” (PADRÓS, 2005, p. 477)⁵⁴.

Quanto às informações dispostas nos perfis das três seções (Mortes por Tortura, Suicídio e Enfermidades), as mais recorrentes são: I) nome completo; II) idade do detido quando de sua detenção ou morte; III) profissão; IV) brevíssimas informações sobre familiares (se tinha filhos(as) ou se era casado(a), por exemplo); V) local da detenção – e informações adicionais sobre traslado do detento (vivo ou morto) para locais diversos; VI) tipo de tortura sofrida; VII) causa da morte segundo os militares (médicos ou não); VIII) causa da morte conforme médicos civis (para casos em que a necropsia foi autorizada por um juiz militar ou realizada mesmo sem tal autorização, por ação da família); e XIX) indicação sobre possível causa de morte ou sobre os fatos que levaram à morte, de acordo com testemunhas civis ou militares (como apresentado anteriormente, existe apenas o caso de um tenente desertor como informante para o relatório *Muertes en Prisión*). Em alguns retratos restam notas, também impactantes, como em casos de prisioneiros cuja morte se deu por suicídio e estavam presos há mais tempo do que previa sua pena; casos em que, após a morte da vítima, foram presos seus irmãos ou cônjuges, e ameaçados seus advogados; e casos em que a violência se mostra em múltiplas faces, todas elas convergindo no sentido da interdição⁵⁵.

Por vezes, pensamos: estamos nos repetindo. Estamos, uma vez mais, tratando daquilo que não se diz e do quanto se significa naquilo que não está lá. Todavia, não se trata de encontrar

⁵⁴ O caso de *Dante Porta Moreira* é ainda mais intrigante porque sua morte e a interdição militar para que não fosse feita outra necropsia, apesar do testemunho de Cooper sobre a tortura como motivo para o falecimento do detido, resultou na detenção de todos os médicos da cidade de Artigas naquela ocasião, em dezembro de 1976.

⁵⁵ Ainda, na seção *Suicidios*, constam nove casos reportados, tratando da morte de oito homens e uma mulher, em perfis os quais, assim como o que ocorre na seção anterior, oferecem mais ou menos informações em função da obstaculização do acesso a documentos oficiais ou mesmo extraoficiais que dessem conta de explicar a situação de presos políticos. A configuração é bastante semelhante às anteriores, na seção de *Muertes por Tortura*. Ademais, atentamos para a constância de informações sobre a tortura sofrida pelos detentos, fazendo-nos questionar se as mortes (sejam elas por conta de suicídio e/ou de enfermidades) não seriam, também, mortes por conta da tortura, em última instância. Na seção *Muertes por Enfermedad*, todas as mortes decorrem de fraturas resultantes do processo de tortura ou de reações físicas a trabalhos forçados. Em nossa leitura, o que há são diferentes caminhos que partem de um mesmo ponto: a tortura levou às mortes.

recorrências parte do que aqui fazemos? Sina nossa é o dizer das vítimas da ditadura militar uruguaia (e, infeliz recorrência, das vítimas dos regimes ditatoriais militares na América Latina...) ser permeado de ausências... Em nosso *corpus*, encontramos, no documento de 1984, uma forma outra de impedimento nos retratos que se configuram como o que trazemos a seguir, na Figura 15.

No retrato de *Celso Fernandez*, constante na seção *Muertes por Tortura* (DESAPARECIDOS, 1984), encontramos a mesma *forma* recorrente, entretanto, o que temos nele, quando lido em par com os demais (até mesmo aqueles que lhe fazem par na mesma página), é a materialização, novamente, da ruína a qual é organizada e “higienizada” a fim de que as sujidades (uma vez mais o poeta...) – que significam a própria ruína da interdição, do crime e da vitimação da vítima – sejam varridas de sua superfície significante. Não é senão na análise do profundo que compreendemos que a falta, ausência, indica que

[...] um acontecimento pode se produzir sem testemunha, sem resto, sem ruína, sem nada que possa revelar que houve um acontecimento. Neste caso, o silêncio não é nem voluntário nem involuntário, ele é. Porém, podemos também decidir agir como se o acontecimento não tivesse acontecido (ROBIN, 2016, p. 85).

No entanto, na materialidade do documento e na discursivização do acontecimento, é que vemos a resistência à pressão, não deixando inscrever na memória a tortura e a morte. Nesse ínterim, lembramos as reflexões de Orlandi (2010), aquelas que nos levam ao entendimento de que a inscrição do sentido na memória se faz, também, pela falta e pelo esquecimento: é preciso esquecer para lembrar. A ausência, a falta, o buraco é constitutivo da memória. No que diz respeito à memória da qual nos ocupamos, o buraco, a falta, o resto – *as folhas secas, pena de urubu e demais trombolhos* – é matéria(lidade) de interesse especial. Uma memória feita de caquinhos. Mosaico, como repetimos tantas vezes.

Figura 16 – Retrato de *Celso Fernandez*

Celso FERNANDEZ

Muerto por tortura en setiembre de 1975 en el Batallón "Florida".

Pedro Ricardo LERENA MARTINEZ

Ex funcionario de la Caja Rural, padre de dos niñas, detenido el 25 de mayo de 1975, muere a los 33 años el 29 de setiembre de ese año en el Regimiento No. 9 de Caballería a consecuencia de las brutales torturas a que fue sometido.

Entre la fecha de su detención y la de su muerte no pudo ser nunca visto por su familia, quien recibe en setiembre la noticia de su muerte acontecida, según los militares, por suicidio.

Al abrir el cajón sus familiares comprueban que el cuerpo presentaba quemaduras en varias partes, especialmente en pies, entrepiernas, genitales, palma de las manos y espalda, producidas probablemente con un soplete o con alquitrán hirviendo. Tenía las falanges de las manos quebradas, la cabeza vendada, tumefacción de ambas piernas y había perdido alrededor de 30 kilos.

Carlos Mario ARGENTA ESTABLE

Empleado de la Administración Nacional de Puertos, dirigente gremial, fue detenido el 9 de diciembre de 1975 y murió el 16 de diciembre a los 64 años en el Batallón de Infantería No. 3, mientras era torturado.

Su esposa, Margarita Labraga, fue detenida con él y obligada a presen-

14

Fonte: Desaparecidos (1984).

Nesse processo de inscrever em uma memória aqueles sujeitos resistentes, apesar das forças contrárias, compreendido como uma maneira de resistir à potência de silenciamento do arsenal de aparelhos estatais (ALTHUSSER, 1985) – mobilizados para que o acontecimento não se inscreva na memória –, a luta e a resistência materializaram-se na prática de arquivo. Desse modo, a luta daqueles que estavam empenhados em alcançar a verdade e a justiça em relação aos casos de detidos injustamente, detidos desaparecidos, torturados e mortos deu continuidade à luta dos que buscavam por democracia, mantendo-se viva. Em 1989, cinco anos após a publicação de *Muertes* e quatro anos após a redemocratização, a sociedade uruguaia estabelecia-se, sobretudo, ao redor de organizações em prol dos Direitos Humanos e, é claro, organizações de mães e familiares, contando também com representantes políticos, para

derrubar a *Ley de Caducidad*, dando início à campanha pelo *voto verde*⁵⁶. Apesar dos esforços, a referida lei foi mantida em vigor, visto que “*Casi un 57% de votantes se pronunció el domingo en el referéndum de Uruguay a favor de mantener vigente la ley de caducidad, que dejó sin persecución judicial, y de hecho amnistió, los crímenes cometidos por militares y policías durante la ditadura*” e, surpreendentemente, “*más del 43% de votantes se inclinaron por la papeleta verde, para ‘dejar sin efecto’ la ley de caducidad*”⁵⁷ (EL PAÍS, 1989).

Apesar da negativa, em 1992, um relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos considerou aquilo que parecia não deixar dúvidas: a *Ley de Caducidad* é uma violação ao direito à justiça e o Estado uruguaio não cumpre com sua obrigação de garantir os direitos dos seus cidadãos (ERRANDONEA, 2018). As manifestações populares de grande público tomaram força em maio de 1996, quando realizou-se a primeira *Marcha del Silencio*, ocasião em que foi rememorada a morte de *Michelini* e *Hector Ruiz* – dois políticos uruguaio de grande destaque, assassinados pela ditadura uruguaia na capital argentina em 1976, configurando um dos marcos do Plano Condor (GREFF, 2017).

As constantes reafirmações sobre a impunidade e a urgência de mudar o panorama do Uruguai pós-ditatorial levaram, nos anos 2000, à criação da Comissão para a Paz (COMIPAZ), pelo presidente Jorge Batlle, que, segundo os informes oficiais, deveria servir ao atendimento da “*necesidad de dar los pasos posibles para determinar la situación de los detenidos-desaparecidos durante el régimen de facto, así como de los menores desaparecidos en iguales condiciones*”⁵⁸ (URUGUAI, 2003, s.p.).

No despontar de um novo século, vemos uma mudança de postura dos governantes, movimentando, ao menos na superfície, seu dever de prestar contas sobre sua própria ação violenta em um passado recente. As declarações presidenciais públicas – bem como dos demais representantes políticos – e os relatórios de investigações internas, constantemente oferecidos por organizações diversas, as quais investigavam as ações dos militares, produziram um grande número de documentos dedicados aos desaparecidos, torturados e mortos pela ditadura, contrapondo a escassez de qualquer informação vivida nos primeiros anos da década de 1980.

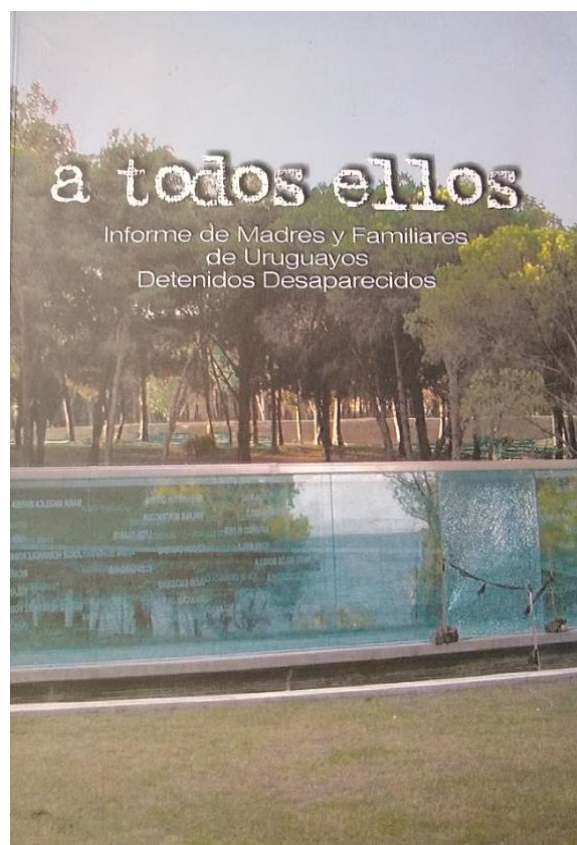
⁵⁶ O “voto verde” diz respeito à cédula verde que indicava que o cidadão era defensor da queda da Lei de Caducidade da pretensão punitiva do Estado, ou seja, desejava que os detratores militares fossem julgados por seus crimes, negando-lhes a imunidade jurídica.

⁵⁷ “Quase 57% dos votantes pronunciou-se domingo no referendo uruguaio a favor de manter vigente a Lei de Caducidade, que deixa sem processo judicial e anistia os crimes cometidos por militares e policiais durante a ditadura”; “mais de 43% dos votantes se inclinaram à cédula verde, para ‘deixar sem efeito’ a lei de caducidade” (Tradução nossa).

⁵⁸ “necessidade de dar os passos possíveis para determinar a situação dos detidos desaparecidos durante o regime, assim como dos menores desaparecidos em condições iguais” (Tradução nossa).

Compreendemos que esse jogo entre a falta e a intensa produção de documentos – nem todos pertinentes ao arquivo do grupo *Desaparecidos* e, também, ao nosso arquivo – significa as condições de produção configuradas no final do século XX: a urgência de inscrever na memória outros sentidos. Além disso, entendemos que a produção e a circulação de discursos oficiais (do Estado), sobre as vítimas e sobre os culpados, fazem parte de uma tentativa de, pelo excesso e pela saturação da memória, construir um discurso de Estado consciente de seu papel e cumpridor da sua responsabilidade de busca e garantia de verdade, justiça, memória e nunca mais. É desse raiar do século XXI, por exemplo, que desponta a criação da *Secretaría de Derechos Humanos para el Pasado Reciente*, criada em agosto do ano 2000, como órgão responsável por mediar as pesquisas da COMIPAZ, sob o mandato do presidente Jorge Batlle⁵⁹.

6.2 RESISTIR *POR TODOS ELLOS*



Desaparecidos (2004).

⁵⁹ Para mais informações sobre a Secretaria de Direitos Humanos para o Passado Recente, acessar: <https://www.gub.uy/secretaria-derechos-humanos-pasado-reciente/>

Partimos para mais algumas reflexões sobre o funcionamento de *A Todos Ellos* (DESAPARECIDOS, 2004), colocando em pauta a questão das condições de produção de tal documento, as quais diferem sensivelmente daquelas de *Muertes en Prisión* (DESAPARECIDOS, 1984). Trazido ao público quase duas décadas após a data marco para a redemocratização uruguaia, *A Todos Ellos* encontra uma política nacional de conciliação, que buscava punir os culpados, ao mesmo tempo em que, tentava promover um sentimento coletivo de maior resiliência entre os familiares e demais interessados no processo pós-ditatorial, como se o passado recente de autoritarismo, violência, tortura e morte fosse um capítulo apócrifo da história do país cuja democracia parecera ser a mais sólida nessas paragens ao sul.

Nesse mesmo momento, houve o avanço uruguaio sobre o terreno das investigações acerca dos casos de detidos políticos, de desapareções forçadas e dos numerosos casos de tortura e assassinato, todos eles contavam com denúncias feitas ainda sob jugo ditatorial. Foi com a COMIPAZ (a Comissão para a Paz), no ano 2000, que o Estado deu o que parecia ser o maior passo em direção à busca por verdade e justiça. Essa Comissão era compreendida como uma obrigação do estado democrático e visava “*dar los pasos posibles para determinar la situación de los detenidos-desaparecidos durante el régimen de facto, así como de los menores desaparecidos en iguales condiciones*”⁶⁰ (URUGUAY, 2003, p. 5), tendo como “*objetivo último y más ambicioso de ‘consolidar la pacificación nacional y sellar para siempre la paz entre los uruguayos’ - contemplado por el Señor Presidente de la República al instituir la COMISION*”⁶¹ (URUGUAY, 2003, p. 7). Segundo o *Informe Final* da COMIPAZ, seu encerramento deu-se pois o grupo acreditava ter chegado a “*respuestas significativas sobre muchos de los casos denunciados – básicamente en lo que respecta a las denuncias relativas a desapariciones ocurridos en nuestro país- y no está en condiciones de acceder a más información relevante de la que hasta ahora ha recopilado*” (URUGUAY, 2003, p. 7)⁶².

Ao final das investigações, havia entre os familiares – e entre a sociedade como um todo – uma grande expectativa acerca dos resultados e da postura dos governantes em relação aos culpados e ao tratamento a ser dado às vítimas e seus familiares. No relatório final (*Informe Final*) da COMIPAZ, são apresentados aos cidadãos os responsáveis pelos estudos, a descrição da metodologia de trabalho, a legislação pela qual foi regida a comissão, bem como, uma seção

⁶⁰ “dar os passos possíveis para determinar a situação dos detidos-desaparecidos durante o regime de fato, assim como a dos menores desaparecidos em iguais condições” (Tradução nossa).

⁶¹ “objetivo último e mais ambicioso o de ‘consolidar a pacificação nacional e selar par sempre a paz entre os uriguaiois’ – contemplado pelo Senhor Presidente da República ao instituir a Comissão.” (Tradução nossa).

⁶² “respostas significativas muitos dos casos denunciados – basicamente no que diz respeito às denúncias relativas a desapareções ocorridas em nosso país – e não está em condições de acessar mais informações relevantes do que até agora recompilou” (Tradução nossa).

de *resultados* – em que é assumida (ou não) a culpabilidade do Estado pelos crimes de tortura, desaparecimento e morte –, em um documento que está disponível *online*, no site da presidência uruguaia.

Considerando tais pontuações, nosso interesse pela COMIPAZ não se dá apenas por ser uma das maiores – se não a maior – ação oficial do governo uruguaio, no despontar dos anos 2000, em virtude (ao menos em sua superfície) da luta por justiça, e sim pelos seus resultados terem sido referidos com desapontamento⁶³ em várias conversas informais com membros do grupo *Desaparecidos* e de outras organizações de finalidade semelhante. Embora tenhamos vivenciado e prestigiado imensamente a sensibilidade do diálogo informal, carregado não só de dados, datas e fatos, como também de tristeza, revolta e força, experiência que muitas vezes não cabe nas páginas de um trabalho acadêmico, transborda-o, lamentamos sua informalidade. Porém, precisamos dar espaço ao que nos trouxe ao lugar onde estamos: foi pelo entabular de conversas permeadas de silêncios e lágrimas que conseguimos articular a prática de partilha sensível – ainda que nossa posição sujeito seja outra... e que nossa sensibilidade com o tema seja outra – e a prática acadêmica de investigação sobre o arquivo, desvendando, nessas conversas, algumas indicações de como/por onde prosseguirmos (deparamo-nos com uma dupla impossibilidade de significar nosso encontro com o arquivo que se faz no outro que ali está compartilhando: não encontramos meio de fazê-lo de forma objetiva e, ao mesmo tempo, não encontramos palavras). Nessa corda bamba do sensível do sujeito e do objetivo da ciência, compreendemos a importância da COMIPAZ e dos seus resultados não apenas para a causa dos *desaparecidos*, mas para o estudo dos informes dos quais nos ocupamos.

Apesar dos limites postos pelas impossibilidades, alargamos um pouco as fronteiras da nossa prática acadêmica e lembramos o diálogo com *Ignácio Errandonea*, em 2017, quando ele fazia parte da equipe da Secretaria de Direitos Humanos para o Passado Recente (SDHPR). Nessa secretaria, conversamos e tiramos dúvidas sobre *A Todos Ellos* (2004), sua composição e seu impacto à época, e interrogamo-lo sobre a avaliação do resultado e da importância do informe final da COMIPAZ e das respostas que esta gerou para a comunidade, sobretudo para

⁶³ Os agradecimentos foram feitos pessoalmente, mas destacamos aqui, em especial, a importância do diálogo com *Ignácio Errandonea*, integrante do grupo *Desaparecidos* que busca incansavelmente seu irmão, desaparecido há 45 anos; com *Antônia Yañez*, resistente e sobrevivente à ditadura militar, hoje presidente da *Asociación MEMORIA de la Resistencia* (Associação Memória da Resistência, em Montevideu); com *Madelon Aguerre*, à época coordenadora geral do SERPAJ-UY (*Servicio de Paz y Justicia – Uruguay*); e, com especial carinho e admiração, *María Bernabela Herrera Sanguinetti*, carinhosamente apelidada de Belela, professora, como nós, e um dos mais importantes nomes da resistência uruguaia, com quem encontramos ao acaso em uma exposição fotográfica sobre a *Marcha del Silencio* há vários anos com quem muito aprendemos, trocamos e significamos, a partir de outros sentidos, a resistência.

os familiares das vítimas. Segundo *Errandonea* – e também, posteriormente, segundo outros colaboradores vinculados ao grupo *Desaparecidos* com quem tivemos e temos a honra de contar com a colaboração para o andamento desta tese – esse informe final apresentava muito do que, ainda que sem investigações acadêmicas ou oficiais, já era sabido pelos familiares, trazendo, ao fim, *uma versão* para os casos de tortura, desaparecimento e morte, classificando cada um deles como *denúncia confirmada, negada ou parcialmente confirmada*. Sobre o resultado para os familiares, foi referido pejorativamente um “certificado”, um “atestado” daquilo que já era de conhecimento informal. A inquietação relacionada à COMIPAZ é significada na introdução à obra *A Todos Ellos* (2004), afirmando que todos aqueles nomes indicados pelo grupo constavam, sim, nos resultados da comissão, entretanto, não haveria de encerrar-se o trabalho, por três razões:

[...] *por denuncias recibidas que aún no se han podido confirmar; el hecho de que algunas denuncias se hayan hecho recientemente, hace suponer que puedan existir más; la posibilidad de que existan más hijos nacidos en cautiverio o secuestrados y desaparecidos con sus padres en la Republica Argentina* (DESAPARECIDOS, 2004, p. 35).

Foi nesse palco de incertezas e descontentamento que o grupo *Desaparecidos* fez acontecer *A Todos Ellos*. Essa relação parece significar ao longo da leitura dos textos introdutórios da obra, desde as dedicatórias até o texto “*Un poco de historia*”, em que destacamos o trecho a seguir, o qual apresenta a obra como um relatório

[...] *que resume el trabajo de muchos años, es un nuevo escalón en el conocimiento de la verdad. Aunque parcial y fragmentaria, la información reunida constituye un punto de reinicio y es, a la vez, un reto para continuar investigando hasta llegar a conocer toda la verdad de lo sucedido con cada uno de ellos* (DESAPARECIDOS, 2004, p. 36, grifos nossos)⁶⁴.

A sensação de impunidade aos militares e demais envolvidos nos crimes ditatoriais está significada, também, na dedicatória que abre o informe, assegurando a conjuntura de descaso público para com a luta por verdade e justiça, reafirmando a relação de formação de um grupo que partilha uma memória e que faz de sua luta uma prática de resistência e de memória:

El grupo de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos se fue formando paso a paso, de la búsqueda individual a la colectiva, tras las huellas de

⁶⁴ “que resume o trabalho de muitos anos, é um novo degrau avançado no conhecimento da verdade. Ainda que incompleta e fragmentária, a informação reunida constitui um ponto de reinício e é, por sua vez, um desafio para continuar investigando até chegar a conhecer toda a verdade do que aconteceu a cada um deles” (Tradução nossa).

los nuestros en Argentina, Uruguay, Paraguay y Chile, desde el país y desde el exilio. Ignorados, menospreciados por la ditadura y por los gobiernos en democracia, fuimos, de a poco, ganando espacios; al principio solos, luego con ayuda solidaria de muchas personas y de organizaciones de Derechos Humanos que se formaron en el país. Hoy nos sentimos apoyados por nuestra sociedad y a ella ofrecemos este informe. (DESAPARECIDOS, 2004, s.p. grifos nossos)⁶⁵.

A relação de trabalho solidário entre o grupo, as organizações de Direitos Humanos e os grupos sociais engajados na luta por verdade e justiça é reiterada em outros pontos dos textos que introduzem o informe. Dentre esses, há a dedicatória a qual, em nossa leitura, faz mover sentidos que dizem de uma compreensão da importância do trabalho que se segue para o grupo e para a luta em que se inscrevem: dedica-se às dezessete crianças, “*nuestros niños que sufrieron la desaparición por meses o años*”⁶⁶(DESAPARECIDOS, 2004, p. 5) que foram resgatadas e identificadas e hoje vivem em segurança; às quatro crianças uruguaias que “*posiblemente nacieron en cautiverio y aún no han sido ubicados ni recuperados*”⁶⁷; e àquelas, filhas de argentinos desaparecidos no Uruguai, das quais, até o momento, não havia (ou não há) notícias e seguem sendo buscadas juntamente com os quatro jovens que, apesar de sua minoridade durante o período ditatorial, foram detidos e continuam desaparecidos. A esse elenco de nomes segue-se uma lista de 183 de uruguaios “*que fueron desaparecidos por soñar*”⁶⁸. Encerrando a seção de agradecimentos, consta uma nota agradecendo aos apoiadores e colaboradores, àqueles que tornaram possível a organização e a publicação do informe – dentre eles o escritor *Mario Benedetti*, às organizações argentinas de arquivo e história, a *Universidad de La Republica* e o seu reitor *Rafael Guarda* e “*muy especialmente, a las mujeres y hombres que brindaron su testimonio, contribuyendo decisivamente a la recuperación de la verdad de lo vivido*”⁶⁹.

No tocante ao nosso interesse pela obra como parte de nosso *corpus*, destacamos primeiramente a designação *informe*, da mesma forma que *Muertes en Prisión* (1984), e a responsabilidade de *Desaparecidos* pela elaboração e publicação do volume. Essa primeira recorrência é a que consideramos mais importante, visto tratar-se desta que analisaremos

⁶⁵ “O grupo de Mães e Familiares de Uruguaios Detidos Desaparecidos foi se formando, passo a passo, desde a busca individual até a busca coletiva pelos vestígios/pelas marcas dos nossos [familiares] na Argentina, no Uruguai, Paraguai e Chile, no país e no exílio. Ignorados, menosprezados pela ditadura e pelos governos na democracia, fomos, aos poucos, ganhando espaços; no começo sozinhos, logo com solidariedade de muitas pessoas e de organizações de Direitos Humanos que se formaram em nosso país. Hoje nos sentimos apoiados por nossa sociedade e a ela oferecemos este informe” (Tradução nossa).

⁶⁶ “nossas crianças que sofreram o desaparecimento por meses ou anos” (Tradução nossa).

⁶⁷ “possivelmente nasceram na reclusão e os quais ainda não foram localizados nem recuperados” (Tradução nossa).

⁶⁸ “que foram desaparecidos por sonhar” (Tradução nossa).

⁶⁹ “muito especialmente, às mulheres e aos homens que deram seus testemunhos, contribuindo decisivamente para a recuperação da verdade da experiência vivida” (Tradução nossa).

posteriormente: a constância dos perfis das vítimas, agora atualizado, configurando um capítulo intitulado “*Cuándo, dónde, cómo, por qué, quién?*” (Quando, onde, como, por quê, quem, em tradução nossa), no qual os casos das vítimas estão dispostos em seções que contemplam: a) detidos desaparecidos no Uruguai, b) cidadãos argentinos sequestrados no Uruguai e c) cidadã paraguaia desaparecida no Uruguai. Tal capítulo é referido como um “resumen sobre los casos de detenidos desaparecidos en Uruguay, Argentina, Chile, Paraguay, Bolivia y Colombia, ordenados de acuerdo a la fecha em que ocurrieron los hechos”⁷⁰ (DESAPARECIDOS, 2004, p. 38), e conta com a apresentação de 39 casos que, em 2004, estavam “em aberto”. Essa configuração de apresentação de casos se repete na seção “*Presentación de uruguayos detenidos desaparecidos en Argentina*”⁷¹ (DESAPARECIDOS, 2004, p. 171), a qual expõe 134 perfis; e na seção “*Casos denunciados a partir del año 2000*”⁷², apresentando mais 13 casos. Entre esses, alguns têm sua configuração aproximada de um sexto tipo, evidente na seção “*Otros casos denunciados ante la Comisión para La Paz*”⁷³ – título apresentado no índice, ao qual se soma “*con escassa o nula información*”⁷⁴ (DESAPARECIDOS, 2004, p. 336) – em que há mais doze perfis, dentre os quais, quatro contam com informações sobre a situação do indivíduo; dois apresentam, além do nome, somente a foto da vítima; e, por fim, seis figuram apenas o nome da vítima.

⁷⁰ “resumo sobre os casos de detidos desaparecidos no Uruguai, na Argentina, no Chile, Paraguai, na Bolívia e Colômbia, ordenados de acordo com a data em que ocorreram os fatos” (Tradução nossa).

⁷¹ “Apresentação de uruguayos detidos desaparecidos na Argentina (Tradução nossa).

⁷² “Casos denunciados a partir dos anos 2000” (Tradução nossa).

⁷³ “Outros casos denunciados à Comissão para a Paz” (Tradução nossa).

⁷⁴ “com escassa ou nula informação” (Tradução nossa).

Figura 17 – *A Todos Ellos*: Primeira página do índice

Dedicatoria	5
Agradecimientos	11
Prólogo	13
<i>Tomás de Mattos</i>	
Introducción	19
Un largo camino	25
Un poco de historia	35
¿Cuándo, dónde, cómo, por qué, quién?	
Detenidos Desaparecidos en Uruguay	39
Ciudadanos argentinos secuestrados en Uruguay	106
Ciudadana paraguaya desaparecida en Uruguay	107
Testimonios y otros Documentos sobre Detenidos Desaparecidos en Uruguay	
Extractos de testimonios ante la Comisión Investigadora Parlamentaria	111
Testimonios ante otros organismos	131
Centros Clandestinos de Detención y Unidades Militares donde permanecieron detenidos los Desaparecidos	143
Uruguayos Detenidos Desaparecidos en Argentina	
Introducción	165
Presentación de los uruguayos Detenidos Desaparecidos en Argentina	171
Casos denunciados a partir del año 2000	330
Otros casos denunciados ante la Comisión para la Paz	336

Fonte: Desaparecidos (2004).

Figura 18 – *A Todos Ellos*: Segunda página do índice

Testimonios y otros Documentos sobre Uruguayos Detenidos Desaparecidos en Argentina	
Represión contra uruguayos	341
Listado de víctimas uruguayas	342
Presos políticos uruguayos	367
Asesinato de uruguayos	368
Secuestros en Argentina y traslados ilegales a Uruguay	383
Testimonios de uruguayos sobrevivientes	426
Uruguayos Detenidos Desaparecidos en otros países	
Uruguayos Detenidos Desaparecidos en Paraguay	491
Uruguayo Desaparecido en Bolivia	496
Uruguayo Desaparecido en Colombia	497
Uruguayos Detenidos Desaparecidos en Chile	497
Lugares de reclusión donde fueron vistos algunos uruguayos	499
Informe de las Fuerzas Armadas y de Carabineros de Chile, sobre el destino final de los restos de los Desaparecidos	513
Secuestro y desaparición de niños	
Niños desaparecidos-apropiados: su búsqueda y localización	519
Casos de niños hijos de uruguayos desaparecidos, ubicados y con identidad restituida	519
Casos de niños presuntamente nacidos en cautiverio, aún no aclarados	524
Casos de niños desaparecidos en Uruguay, ubicados y con identidad restituida	524
Una puntualización necesaria	525
Reflexiones en relación a niños apropiados por las recientes dictaduras militares	526
Reflexiones y palabras finales	529
Los costos del silencio	531
<i>Prof. Psic. Víctor Giorgi</i>	
Palabras finales	539

Figura 19 – *A Todos Ellos*: Terceira página do índice

Anexos	
Represores mencionados en el informe	545
Ley [15.848] de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado	567
Recomendaciones para un “Nunca Más” de Madres y Familiares entregadas a la Comisión para la Paz	573
Comunicado de Prensa de Madres y Familiares (10 de abril de 2003)	597
Siglas usadas en el informe	603

Fonte: Desaparecidos (2004).

Entrelaçando os perfis, há seções, em que são apresentados “*Testimonios y otros documentos sobre detenidos desaparecidos en Uruguay*” (DESAPARECIDOS, 2004, p. 110) e “*Testimonios y otros documentos sobre uruguayos detenidos desaparecidos en Argentina*”⁷⁵ (Ibid., p. 340), nas quais contam com trechos de peças de depoimentos prestados por vítimas sobreviventes, familiares de vítimas desaparecidas ou mortas, testemunhas de crimes e demais envolvidos cujo depoimento possa ser inscrito como de importância para a solução da investigação sobre os casos em aberto.

Prendeu nossa atenção a composição dos perfis os quais apresentam, em sua constituição, recortes de documentos que se referiam a diversos espaços de construção do discurso. O que se repete, quase invariavelmente nos casos de vítimas uruguaias, é a constância de um bloco em destaque no qual é exposto um texto que reporta o caso da vítima segundo o Informe Final da COMIPAZ, conforme vemos a seguir em um dos perfis tomado como exemplo:

⁷⁵ “Testemunhos e outros documentos sobre detidos desaparecidos no Uruguai” e “Testemunhos e outros documentos sobre uruguayos detidos desaparecidos na Argentina” (Tradução nossa).

Figura 20 – Exemplo de retrato

JULIO GERARDO CORREA RODRÍGUEZ

Nació en Montevideo el 14 de octubre de 1919, empleado portuario, dirigente de la Asociación de Transportes Marítimos y militante del Partido Comunista. Fue detenido en su casa ante la presencia de su esposa María Hortensia Rodríguez de Correa, de su hija pequeña y de una tía, el **16 de diciembre de 1975** por personas de civil y armadas, en horas de la madrugada.



Padecía una seria enfermedad a las coronarias. Su esposa realizó múltiples e infructuosas gestiones

No existen testimonios de otras personas que lo hayan visto en los lugares habituales de detención, aunque las detenciones de otros militantes del Partido Comunista ocurridas en esas fechas, hacen suponer que fue conducido e interrogado por los mismos agentes a cargo de los procedimientos represivos contra integrantes del Partido Comunista.

1. La Comisión para la Paz considera confirmada la denuncia sobre desaparición forzada del ciudadano uruguayo **Julio Correa Rodríguez** (C.I. N° 429.452), porque ha recogido elementos de convicción coincidentes y relevantes que permiten concluir que:
 - a) Fue detenido en su domicilio, sito en Martín C. Martínez N° 1304, el día 16 de diciembre de 1975 a la hora 0:30.
 - b) Fue trasladado a las dependencias del Servicio de Material y Armamentos, ubicado en el predio del Batallón N° 13 de Infantería.
 - c) Fue sometido a torturas en dicho centro clandestino de detención, a consecuencia de las cuales sufrió una falla cardio-respiratoria, falleciendo el día **18 de diciembre de 1975**.

Fonte: Desaparecidos (2004).

Ao mesmo tempo em que a relação do informe *A Todos Ellos* com o Informe Final da COMIPAZ se materializa, materializa-se, também, a relação tensa entre a “palavra final” do governo uruguaio e a falta de outras vozes, deixando em suspenso a crença na validade da investigação. Assim como no retrato de *Rodríguez*, a afirmação de que não existem testemunhos de outras pessoas que tenham visto a vítima em lugares habituais de encarceramento (DESAPARECIDOS, 2004) aparece, em outros perfis, de maneira semelhante, indicando a falta de “testemunho” de outros civis que possam confirmar ou negar aquilo que é tomado como verdade pelos órgãos governamentais investigadores dos casos.

Nessa leitura, elencamos algumas das fontes documentais que compuseram o que compreendemos como o arquivo sobre o qual se fez a leitura do grupo *Desaparecidos* para a configuração de *A Todos Ellos* (2004). Além do relatório final da COMIPAZ, existem, também,

outros documentos que se inscrevem no espaço jurídico, como: boletins de ocorrência e “*la información aportada por la Comisión para la Paz a cada familia cuando ella autorizó*”⁷⁶ (DESAPARECIDOS, 2004, p. 36). Dentre as vozes que emergem dos documentos jurídicos lidos, recortados e interpretados para a construção do informe, há aquelas em que figuram os relatos de familiares e companheiros de vida e luta das vítimas cujo caso é colocado em pauta; e as falas realizadas perante comissões de investigação promovidas por órgãos nacionais e internacionais, conforme vemos no retrato de *Josman* (Figura 20), o qual se entrelaçam informações sobre seu desaparecimento oriundas de “diversos testemunhos”, de dados da imprensa e de uma publicação militar sobre os crimes ditatoriais (segundo parágrafo). Posteriormente, é apresentado ao leitor um trecho do testemunho da mãe da vítima, prestado à Comissão Investigadora Parlamentária, seguido do recorrente recorte do Informe Final da COMIPAZ em destaque, e de informações constantes em autos de processo jurídico movido pelo SERPAJ quando do encontro do cadáver da vítima.

Figura 21 – Retrato com testemunho de familiar perante comissão investigadora

ROBERTO GOMENSORO JOSMAN

Nacido en Montevideo el 30 de enero de 1949, casado, ejercía docencia en la Facultad de Agronomía destacándose como dirigente estudiantil de la Federación de Estudiantes Universitarios y militante en el Movimiento de Independientes 26 de Marzo del Frente Amplio.

Fue detenido en su domicilio a la 1:30 horas en presencia de su esposa y de otros familiares, el **12 de marzo de 1973**. De acuerdo a diversos testimonios, es probable que luego de su detención haya sido conducido al Grupo de Artillería N° 1, localizado en La Paloma en las cercanías del Cerro de Montevideo. En ese lugar habría sido sometido a extensos interrogatorios y torturas. El 14 de marzo de 1973, a dos días de su detención, la Oficina de Prensa de las Fuerzas Conjuntas emitió un comunicado donde puso en conocimiento de la población



⁷⁶ “a informação oferecida pela Comissão para a Paz a cada família quando esta autorizou” (Tradução nossa). Esse foi o documento referido, por *Ignacio Errandonea e Antónia Yañez*, como um “certificado” de desaparecimento e/ou morte das vítimas.

que Roberto Gomensoro había fugado en las inmediaciones de la Facultad de Agronomía. Del mismo modo en el fascículo 10 del libro titulado “La Subversión: Las FFAA al Pueblo Oriental”, de la Junta de Comandantes en Jefe, Pág. 597, quedan asentados esos hechos.

Marta Josman, madre de Roberto Gomensoro,
declara ante la Comisión Investigadora Parlamentaria:

Mi hijo era estudiante de Agronomía y Ayudante de Microbiología (...) Como otros muchachos a esa edad, estaba muy enfervorizado por toda la problemática estudiantil y política que se vivía en ese momento. Era muy buen estudiante (...) Un día, el 12 de marzo de 1973 a la una y media de la mañana golpearon en casa preguntando si allí vivía Tito Gomensoro, pues había un atentado contra su vida por parte de unos brasileros. El no vivía en casa, sino que vivía con su esposa, en su casa. Me dijeron “apúrese señora que hay unos brasileros que tienen un atentado contra él”. Yo me fui con ellos en un jeep amarillo, y adelante iba un “camello”. Llegamos a la casa de mi hijo, que estaba durmiendo y se lo llevaron. Estábamos su esposa y yo. Al otro día se avisó en la Facultad que habían llevado a mi hijo. Él era muy querido en el ámbito universitario. Empezaron a preguntar dónde estaba y qué pasaba, hasta que el martes 14 al mediodía, sale en la radio: “Alto Comando de la columna 70, Roberto Julio Gomensoro Josman, alias Pedro”, diciendo que se había escapado en un operativo cerca de la Facultad. En cuanto a que fuera Alto Comando de la columna 70, no puedo creerlo, porque un día yo –que siempre tenía mis miedos de que se hiciera tupamaro– le dije: “Tito, ¿vos sos tupamaro o estás en eso?”. Me contestó: “No, yo comprometo a la Universidad”. Como él era dirigente de FEUU, esa cosa me pareció muy auténtica, pues él no iba a comprometer a la Universidad (...).

Pasó el tiempo y por todos lados se dijo que mi hijo se había escapado, y hasta salió en la prensa, en aquellas publicaciones sobre el asunto de la subversión que hicieron las Fuerzas Conjuntas. Allí se decía que se había escapado en marzo 14 de 1973. Pero cuando al caer la Universidad, sale un comunicado de la DINARP que dice: “Docentes detenidos”, yo lo compré, y mirándolo, sin pensar nada, veo que aparece que las Fuerzas Conjuntas tienen a Tito. Saqué una fotocopia de la publicación donde aparece como detenido, Roberto Julio Gomensoro Guzmán –se equivocaron en el segundo apellido– docente de la Facultad de Agronomía. Empecé a preguntar qué hacía y me dijeron que sí, que no, que no convenía hacer nada, porque no me iban a hacer caso. Y me quedé con la angustia de si Tito estaba detenido, o dónde estaba, porque todo se dio como si se hubiera escapado. La fecha

de esa publicación es del 24 de noviembre de 1973 (...) Nunca tuvimos noticias de nada y van ya doce años.

(...) Los estudiantes de Agronomía, al poco tiempo –cuando todavía no había salido esto y yo iba a algunos lados–, me dijeron que ellos habían ido a los cuarteles, que habían preguntado y que nunca hubo una noticia. Jamás supe que podía estar en esas cosas que salen en algún lugar, que alguien lo hubiera visto, pero nada (...)

Apareció como requerido el 27 de marzo de 1973. La OEA pidió por él el año pasado o el otro y se contesta: Roberto Julio Gomensoro, requerido, tal fecha. Yo tengo ese documento...

1. La Comisión para la Paz considera probada la denuncia sobre desaparición forzada del ciudadano uruguayo **Roberto Julio Gomensoro Josman** (C.I. N° 1.099.066), en función que:
 - a) Fue detenido a la hora 1:30 de la madrugada del día 12 de marzo de 1973, en su domicilio de la calle Velsen N° 4484.
 - b) Su cuerpo fue hallado –atado con alambres y piedras– flotando en un remanso del Lago del Rincón del Bonete.
 - c) Fue sepultado en la tumba NN, N° 10-936 del Cementerio Municipal de Tacuarembó, sin su cráneo. Éste fue retirado por el Médico Forense actuante, quien lo tuvo en su poder hasta mediados del año pasado cuando lo entregó al Juzgado Letrado de primera Instancia de Paso de los Toros.
 - d) Se realizaron pruebas de ADN que permitieron acreditar, sin lugar a dudas, que el cráneo correspondía a Gomensoro Josman.
 - e) La tumba donde fue enterrado originalmente ha desaparecido, sin que figure constancia o anotación alguna, por lo que se desconoce el destino de sus demás restos.
2. Esos restos podrían haber sido exhumados a fines del año 1984, incinerados y tirados al Río de la Plata.

Del expediente iniciado por el Juzgado Letrado de 1ª Instancia de Paso de los Toros el 19 de marzo de 1973 surge que, el día 18 de marzo de 1973, el Suboficial Romero del Batallón de Ingenieros N° 3, informa que en campos del Sr. Torres había aparecido un cuerpo flotando sobre las aguas y que, constituidas las autoridades en el lugar, “proceden a retirar de las aguas el cuerpo sin vida de una persona del sexo masculino completamente desnudo, que se encontraba envuelto en un tejido de alambre, con piedras atadas al mismo y en estado de descomposición”. (Fuente: Expe-

diente Ficha B, N° 65/ 973, del Juzgado Letrado de Primera Instancia de Paso de los Toros, Tacuarembó, caratulado “Hallazgo de Cadáver”).

La reapertura de dicho expediente promovida por el Servicio Paz y Justicia y por el Grupo de Madres y Familiares en el marco de las actuaciones de la Comisión para la Paz, permitieron determinar que el cráneo, única parte de los restos que habían sido ubicados hasta el momento, había sido conservado por el Médico Forense que intervino en aquella ocasión y que permitió, 29 años más tarde, identificarlo mediante pericias biogenéticas y establecer de esa manera que aquel cuerpo aparecido en 1973 correspondía al de Roberto Gomensoro. Sus restos recuperados fueron inhumados en el mes de setiembre de 2003.

Fonte: Desaparecidos (2004).

Ao discurso jurídico – e ao discurso civil incorporado ao jurídico – somam-se, na configuração dos perfis, vozes que se materializam em “*testimonios que sirvieron como punto de inicio de las investigaciones*”⁷⁷, bem como “*se consignan los testimonios que victimas y familiares brindaron ante nuestro Grupo u organismos de derechos humanos*”⁷⁸ (DESAPARECIDOS, 2004, p. 36), conforme o retrato de *Mattos* (Figura 21)

⁷⁷ “testemunhos que serviram como ponto de início das investigações” (Tradução nossa).

⁷⁸ “juntam-se testemunhos que vítimas e familiares ofereceram ao nosso Grupo [de Madres y Familiares] ou a organismos de direitos humanos” (Tradução nossa).

Figura 22 – Retrato con depoimento realizado diretamente para o grupo *Desaparecidos*

JULIO ESCUDERO MATTOS

Nació en Colonia el 27 de marzo de 1943, casado y padre de una hija, fue un destacado dirigente del gremio bancario y activo militante del Partido Comunista. Fue detenido entre los días 29 y 30 de octubre de 1976, probablemente en la calle, en el marco de la represión contra el aparato de finanzas del Partido Comunista.



Rosa Martínez, esposa de Escudero, declara que su esposo había sido requerido en marzo de 1976 por lo que debió permanecer fuera de su casa, negándose a abandonar el país para seguir en contacto con ella y su pequeña hija. Su domicilio había sido allanado en marzo de 1976 por efectivos de Fusileros Navales de la Armada Nacional. Su esposo la llamaba diariamente y el 29 de octubre, quedó en llamarla a las 20 hs. y esa llamada nunca llegó. El 9 de enero de 1977, efectivos de la Dirección de Inteligencia y Enlace de la Policía de Montevideo proceden a registrar la casa llevándose en la oportunidad, documentos de identidad y fotos del desaparecido. De ahí en más fue todas las semanas a la calle Castro, sin encontrarlo en las listas de detenidos y realizó muchas gestiones más, todas sin resultado.

Isidro Berón declara

ante la Comisión Investigadora Parlamentaria:

(...) A Julio Escudero lo vi personalmente y viajé con él el viernes 29 de octubre de 1976. Viajamos en un colectivo 407 desde la Universidad hasta el Hospital de

Clinicas, donde él descendió (...). Fui detenido el 10 de noviembre de 1976 por cinco personas de particular y me llevan encapuchado al 13 de Infantería en la calle Instrucciones (...). Alrededor del 10 de diciembre me estaban interrogando y torturando y, entre otras cosas, me preguntaron si conocía a Escudero y uno de los torturadores dijo a los demás guardias que iba a participar en un interrogatorio que estaban haciendo al lado. Dicho interrogatorio era a Julio Escudero y a una mujer que no sé quien es. Conocí la voz de Escudero (...) el que dirigía el operativo y al que llamaban Oscar 4, es Alem Castro. En este lugar, los viernes se hacían reuniones a las que venía Gavazzo (...). Estuve cinco años en el Penal de Libertad. Escudero nunca llegó allí.

Una detenida, J.R., reconoció la cédula de identidad de Escudero, en el centro clandestino "300 Carlos", ubicado en uno de los galpones del Servicio de Material y Armamento sito en el predio vecino del Batallón de Infantería N° 13. En **testimonio ante Madres** y Familiares consigna que (...) estando en ese lugar de detención, mientras era sometida a interrogatorios por el Capitán (sic) Victorino Vázquez, sentada frente a una mesa con una potente luz que alumbraba el lugar, pude ver por debajo de la capucha el documento de identidad de Escudero, a quien conocía de hace muchos años, en circunstancias en que un militar lo arroja sobre la mesa, haciendo el comentario, "este se fue al cielo". Inmediatamente soy sacada de ese lugar y siento un gran alboroto entre los soldados. Esa noche nos dejan tranquilos a todos los que allí estábamos, incluso apagan la radio que permanecía encendida durante los interrogatorios. Tiempo después, estando en el Establecimiento Militar de Reclusión N° 2 para mujeres, J.R. identificó que quien había tirado la cédula de Escudero sobre la mesa era el Capitán Jorge Silveira, alias "Pajarito", que se desempeñaba como Jefe de reclusión junto al Mayor Victorino Vázquez.

El 17 de febrero de 1977 fue solicitada la captura de Escudero, en un comunicado de la Secretaría de Prensa de las Fuerzas Conjuntas.

1. La Comisión para la Paz considera confirmada la denuncia sobre desaparición forzada del ciudadano uruguayo **Julio Lorenzo Escudero Mattos** (C.I. N° 1.341.701), porque ha recogido elementos de convicción coincidentes y relevantes que permiten concluir que:
 - a) Fue detenido el 29 de octubre de 1976, después de la hora 20, en la vía pública.
 - b) Fue trasladado a las dependencias del Servicio de Material y Armamentos, ubicado en el predio del Batallón N° 13 de Infantería.

78

- c) Fue sometido a torturas y falleció a consecuencia de ellas en una fecha que no se ha logrado individualizar con mayor precisión, **entre el 30 de octubre y el 5 de noviembre de 1976.**
 - d) Con posterioridad a su fallecimiento y para ocultarlo, se practicó un allanamiento en su domicilio, en la calle Pilar Costa N° 68, y apareció requerida su captura a través de un comunicado de prensa de las Fuerzas Conjuntas emitido el 16 de febrero de 1977.
2. Sus restos –según la información recibida– habrían sido primero enterrados en el Batallón 14 de Toledo y después exhumados a fines del año 1984, incinerados y tirados al Río de la Plata.

Esses testemunhos circulam entre aquilo que foi feito para o público e aquilo que se faz entre um pequeno grupo, o qual partilha sensivelmente uma memória sobre um acontecimento muito particular – não o acontecimento da ditadura e das suas práticas de terror, mas do luto que não se finda porque não se vela um corpo e porque a situação do ente a velar está sempre em suspenso, *em situação de desaparecimento*. Além disso, há fragmentos daquilo que foi feito em sigilo, não proibido aos olhos de outrem, e sim dedicado para que fosse lido: uma carta de uma mãe desesperada dirigida a líderes religiosos, que também se empenhavam na luta por justiça, e a governantes (do Uruguai e de outros países). Ademais, em raros casos, cartas pessoais as quais foram trocadas entre aqueles, até o momento, anônimos, inglórios e nomes ignorados pela história, que faziam das palavras um espaço de resistir aos horrores de seu tempo. Esses fragmentos nos são de grande interesse.

O retrato a seguir (Figura 23) apresenta, no quarto parágrafo, um trecho recortado de uma carta escrita pelo dono da pensão em que se abrigava a vítima, comunicando à família o desaparecimento de *Juan*. Interessa-nos tal recurso para construirmos a narratividade do acontecimento, pois, diferente dos atestados de óbito, dos certificados de desaparecimento, dos comunicados do Estado sobre a situação das vítimas e mesmo do Informe Final da COMIPAZ, documentos como essa carta não foram feitos como um documento para o público – seja ele qual for, seja ele do tamanho que for – e que “busca divulgar e criar um pensamento, modificar um estado de coisas a partir de uma história ou de uma reflexão” (FARGE, 2009, p. 13). Quando o comunicado oficial sobre a morte ou o desaparecimento de um sujeito é informada por um dos responsáveis pelo crime, trata-se de uma narrativa que atende àquilo que é necessário atender: a vítima é culpada por seu desaparecimento, a vítima é culpada por seu crime.

Em *Muertes en Prisión*, por exemplo, temos a configuração desse tipo de evidência nos documentos, uma vez que a voz dos militares surge com causas de morte como “deslizou no chão molhado, bateu a cabeça e morreu” e “apanhou um resfriado e, por estar fragilizado, morreu”. É a narrativa da testemunha, ainda não formalizada em denúncia – dada a impossibilidade em função da ditadura, até o momento, vigente em 1984 – que contrapõe o absurdo. Os depoimentos prestados para o oficial são direcionados ao outro, seja esse “disfarçado ou não, ele é carregado de intenções, sendo que a mais singela e mais evidente é a de ser lido pelos outros” (FARGE, 2009, p. 13) e, como compreendemos, de criar uma ilusão de totalidade e verdade a qual não seria confrontada simplesmente pelos efeitos de uma política

de silenciamento, impedindo até mesmo o questionar – silêncio imposto que, em seu tempo, ecoaria e significaria em outras instâncias.

Figura 23 – Retrato com trecho de documento pessoal/particular

JUAN MICHO MICHEFF JARA

Nació en Ecilda Paullier, Depto. de San José, el 29 de enero de 1945. Vivió en el barrio Bella Italia, cursó estudios primarios en escuela pública y secundarios en la UTU. Militaba en el Frente Amplio. Se casó con María Esther Luzio, quien quedó en Uruguay embarazada, cuando él se fue a buscar trabajo en Argentina. Del matrimonio nació una niña, Catherine, quien nunca llegó a conocer a su padre.



En Argentina, Juan se desempeñaba como obrero de la construcción. Allí se vinculó a otros frenteamplistas y vivía en una pensión ubicada en Estanislao del Campo 1179 en Avellaneda, Provincia de Buenos Aires.

En el año 2000, su hija se presentó ante el Grupo de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos y la Comisión para la Paz preguntando por la posibilidad de que su padre fuese un desaparecido político.

Entre los datos que aportaba, estaba la carta en que el dueño de la pensión, Sr. Enrique Amoedo le comunicaba a la familia que: *en la pensión había habido un allanamiento en los primeros días de diciembre de 1975 por parte de la Policía Federal y que de allí se habían llevado a los extranjeros. Que en su mayoría habían sido liberados, pero que Juan MICHEFF no había vuelto a buscar ni siquiera sus pertenencias.*

De las averiguaciones realizadas por la Comisión para la Paz se ha podido saber que, estas personas fueron llevadas a interrogar al Centro Clandestino de Detención (CCD) El Vesubio, y que al ser liberados, Juan quedó como prisionero en muy mal estado, por las torturas recibidas.

Fonte: Desaparecidos (2004).

Na instância do arquivo, o silêncio local (ORLANDI, 2007) vem significar. Arquivo, “vestígio bruto de vidas que não pediam absolutamente para ser contadas dessa maneira, e que foram coagidas a isso porque um dia se confrontaram com as realidades da polícia e da repressão” (FARGE, 2009, p. 13). Entendemo-lo, nesse sentido, por duas frentes: a primeira, dialogando diretamente com Farge (2009), é a de que esses documentos não foram pensados para estar à disposição de terceiros: a carta do senhor da pensão não foi redigida para uma

investigação policial, nem para inocentar a vítima ou para outro fim que não informar sobre o desaparecimento de um hóspede por ação da polícia federal, foi guardada pela filha do desaparecido e, posteriormente, tornou-se parte das provas para um processo de investigação de um crime ditatorial.

Isso difere da segunda frente: o depoimento colhido sob a força da exigência judicial, o juramento solene e o olhar atento de todos aqueles que anseiam pela verdade (ou não), depoimento que “é a coleta de palavras (falsificada ou não, verídica ou não – esse é um outro problema), cujos autores, coagidos pelo fato, jamais imaginaram que pronunciariam um dia” (FARGE, 2009, p. 15), que criam a ilusão de verdade, descrevendo um fato de acordo com uma posição determinada pelo jogo de dominação. Não é à toa que temos *versões* para uma morte: a tortura que resulta em fraturas no crânio que levam à morte e o escorregar no banheiro que leva à morte. Até que, em algum momento, uma versão tenha seu efeito evidente de verdade, e esse vidro opaco que a torna *a versão* e não *uma versão* é quebrado pela intromissão daquele que não era esperado, não era desejado, aquele que, na realidade, deveria ter sido interdito – não basta eliminar o outro, é necessário também eliminar os seus vestígios.

Para o discurso do outro, significando o mesmo acontecimento, não vem ao caso sua fidedignidade ou seu detalhamento da visão daquilo que aconteceu ou não aconteceu. Não é preciso que seja um espelho impecável de veracidade – mesmo quebrado, ele guarda em si imagens de uma verdade que não deveria ser vista. Basta que a luz refletida nesse espelho ganhe os olhos do leitor para que o efeito de verdade daquela “primeira versão” seja desestabilizado. O discurso oficial traz consigo o efeito de ser siamês da verdade e do real.

O documento não oficial, o qual se faz como fragmento de um arquivo necessário em função das circunstâncias – bilhetes que não seriam guardados, fotos que restariam em álbuns de família, cartas que poderiam ser apenas uma suspensão do tempo para compartilhá-lo com alguém estimado... – são qualquer coisa (*tralhas, trambolhos, restos*, como dizia Manoel de Barros no poema citado anteriormente neste trabalho) que alçam voo e pousam no arquivo com uma constituição muito diferente do documento oficial. Esse documento em “arquivo não tem absolutamente esse caráter: a testemunha, o vizinho, o ladrão, o traidor e o rebelde não queriam registro; outras necessidades fizeram com que suas palavras, seus atos, seus pensamentos fossem consignados” (FARGE, 2009, p. 16), de modo que sua inscrição, nesse arquivo como conhecemos – espaço de interrogação, de vasculho, de leitura polêmica –, é um “acidente de percurso”, uma necessidade e uma demanda essencial, não seu fim específico.

Entendemos que são documentos que estão no arquivo e que só ganharam, de fato, o status de *documentos em arquivo* (novamente, arquivo lido a partir da leitura pecheutiana), em função da pergunta que lhes é feita, da opacidade que lhes é reconhecida e do trabalho de leitura e interpretação. Robin (2016, p. 86) alerta que o desaparecimento – foco central de *A Todos Ellos* – é também uma “volatilização, ausência de rastros” o qual “o mais incômodo é o fato de que, quando não se presta atenção, esse desaparecimento não é notado, exceto pelos mais próximos. Parece que tudo retorna ao estado inicial, quase normal”. É nesse ponto que a composição do informe é tão importante para nós: a organização dos vestígios daqueles que *não deveriam ter deixado vestígios* – e aqui colocamos a ferver a polissemia desse enunciado em destaque.

Além disso, esses documentos e as vozes que ecoam neles tornam-se importantes porque lhes atravessa o acontecimento histórico em um processo de inscrever no arquivo e na memória esses marcos aparentemente insignificantes que passam a fazer parte da História enquanto narrativa dos homens, de forma que o passado é trabalhado e materializado em tais documentos. Vozes que trabalham para inscrevê-los no discurso com o qual nos encontramos – o discurso de resistência e de luta política por verdade e justiça. Articulamos a essa noção a reflexão sobre a testemunha – tomando-a, aqui, como *voz* que se inscreve no documento e que faz inscrever sentidos na memória e, em par, no discurso – conforme o fazem Ricoeur (2007), Robin (2016) e Levi (1988), entre tantos outros, testemunho que entra no arquivo como efeito de narratividade para a memória.

Ademais, o testemunho e a testemunha se inscrevem e (se) significam no arquivo em função de a sua voz fazer parte do que Ricoeur (2007, p. 170) compreenderá como a *memória declarada*, a qual “passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental”. Lembramos também a reflexão de Farge (2009) sobre aquele ser repleto de dizeres que foram tomados por outrem à força de situações construídas e de perguntas que não existiriam caso não tivessem sido confrontados sujeito e Estado, em um jogo de poder que faz emergi-lo. Interessamos, aqui, o entendimento de que “a especificidade do testemunho consiste no fato de que a asserção de realidade é inseparável de seu acoplamento com a autodesignação do sujeito que testemunha” (RICOEUR, 2007, p. 172), há um sujeito que afirma “eu estava lá” e, mais do que isso, “eu partilho essa lembrança”, tornando-se a voz que a inscreve na memória com um efeito de legitimidade (que, no momento, pouco nos importa, a “verdade” não é mais do que uma versão, logo, não nos cabe...). Esse testemunho é, desse modo, inextricavelmente subjetivo, opaco e atravessado por todas as condições de produção do discurso, como não poderia deixar de ser, e o “crédito outorgado à palavra de outrem faz do mundo social um mundo

intersubjetivamente compartilhado” (RICOEUR, 2007, p. 175), partilha que compreendemos como sensível.

E quem ouve a testemunha? A quem interessam seus dizeres, seus lamentos, suas lembranças e suas memórias? Com quem partilha a testemunha aqueles sentidos que resistem ao tempo o qual insiste em querer varrer da memória e da história o indizível que ela persiste em dizer? No prefácio de *É isto um homem?*, Primo Levi (1988) afirma que seu livro não busca trazer novidades ou saberes de imensa contribuição para os estudos sobre o holocausto, diferente disso, assegura que ele não serve a novas denúncias, mas à partilha das dores e das experiências. Robin (2016) retoma casos como o de Levi e afirma que aqueles que viram e viveram o horror são capazes de *figurar o infigurável*, e esse trabalho de dizer o indivizível significa a importância da “passagem da testemunha em todos os sentidos do termo: a passagem, o fim dos que testemunham, mas também o bastão que passam os corredores de revezamento” (ROBIN, 2016, p. 238), que trabalham para que aquilo que lembram, e que podem esquecer ou que podem levar consigo para a morte, precisa ser dito como um último recurso do sujeito contra o esquecimento: fazer ouvir o inaudível, fazer crer o inacreditável, dividindo com aqueles que herdarão a luta por *verdade, justiça, memória e nunca mais* o que ainda podem compartilhar.

Em batimento com a leitura de *passar o bastão*, entendemos que os informes se configuram, dessa maneira, como uma herança em constante atualização. Os retratos, atualizados e trazidos uma vez mais à luz, retocando as cores, inscrevem nos espaços aqueles que desapareceram e que, pela ação de forças diversas, parecem não ter mais lugar – em contradição com o imenso vazio que o desaparecimento promove –, fazendo resistir os sentidos de luta que ecoam da *situação* de desaparecimento desses que foram sumidos, da luta desses que dizem o que não se quer ouvir e da resistência daqueles que encontram no arquivo um espaço de manutenção da luta.

Nessa abordagem, compreendemos que *A Todos Ellos* (DESAPARECIDOS, 2004) não se trata, nem nunca se tratou, de um “calendário comentado” de crimes (em constante revisitação) e da situação de vítimas (em constante busca), tampouco, como afirmam os autores do livro, “*de rasgarnos las entretelas del corazón y de prorrumpir únicamente en un emotivo ‘Nunca más!’ que solo valiera como un desahogo personal*”⁷⁹ (Ibid., p. 16). A construção desse texto, a partir de nosso entendimento, inscreve-se em um discurso que não nos é estranho, dado

⁷⁹ “de rasgarnos as entretelas do coração e de estourarmos unicamente em um emotivo ‘Nunca mais!’ que somente valeria como um desabafo pessoal” (Tradução nossa).

o trabalho de nossa dissertação, e que significa a luta por *verdade, justiça, memória e nunca mais* sobre a ditadura militar uruguaia (e sobre as ditaduras militares que assolaram vários países da América Latina naquele período), mas o faz por outras vias. Não contestamos, ainda, o auto afirmado caráter de uma “resposta” à sociedade sobre a situação das investigações ou de “resumo” dos casos. Interessa-nos os sentidos que *A Todos Ellos* mobiliza enquanto um objeto que se constitui sobre um mosaico de vestígios pinçados de um arquivo constituído por documentos de fontes diversas, cujas relações são, por vezes, conflituosas no que tange à inscrição em regiões diferentes do discurso.

6.3 UMA CURVA NO MEIO DO CAMINHO



1.

*Catar feijão se limita com escrever:
joga-se os grãos na água do alguidar
e as palavras na folha de papel;
e depois, joga-se fora o que boiar.
Certo, toda palavra boiará no papel,
água congelada, por chumbo seu verbo:
pois para catar esse feijão, soprar nele,
e jogar fora o leve e oco, palha e eco.*

2.

*Ora, nesse catar feijão entra um risco:
o de que entre os grãos pesados entre
um grão qualquer, pedra ou indigesto,
um grão imastigável, de quebrar dente.
Certo não, quando ao catar palavras:
a pedra dá à frase seu grão mais vivo:
obstrui a leitura fluviente, flutual,
açula a atenção, isca-a como o risco.*

(MELO NETO, 1994, p. 320)

Não fazemos poesia, não transformamos nossa prática em versos que significam as dores e as delícias de fazer o que se faz – parafraseando com pouca originalidade outro poeta... –, mas também vemos na escrita da tese o trabalho de fazer boiar no papel tudo aquilo que rodeia e sustenta nosso estudo e por certo que nem tudo caberá no papel. E certo também é que encontramos nossos grãos imastigáveis com os quais precisamos lidar. Sua presença imperiosa faz curva em nosso caminho e neste momento, quando nos dedicamos a perscrutar o terceiro documento que compõe nosso corpus, reconhecemos a urgência de olhar com mais vagar para este grão que não flutua.

Nosso principal critério de seleção dos documentos para a organização de uma série no arquivo foi a recorrência da forma que inicialmente designamos perfil para, em seguida, a compreendermos como *retrato*. A recorrência não significa, contudo, negligenciar todas as particularidades que fazem dos documentos o que eles são em nossa leitura discursiva: materialidades discursivas únicas, opacas, resistentes. Nesse viés, para introduzir as reflexões acerca dos retratos das vítimas de desaparecimento (e, como veremos, em alguns casos, de morte) da ditadura militar uruguaia disponibilizados no site do grupo *Desaparecidos*, é preciso fazer uma curva, paralela àquele caminho que trilhamos, apenas alongando um pouco o trajeto e vendo a paisagem por outra ótica.

Diferente do que ocorre com a composição de *Muertes en Prisión* (DESAPARECIDOS, 1984) e de *A Todos Ellos* (DESAPARECIDOS, 2004), os retratos disponíveis no site não só apresentam uma evidente forma material diferente como também apresentam uma carga de informações quantitativamente menor – e isso não significa de forma alguma que sejam menos importantes, tal constatação pautada por uma leitura pragmática nada condiciona nossa análise. Trata-se da superfície. Ainda, os retratos do site foram arranjados em série por nosso trabalho de leitura e não são assim apresentados *a priori* como ocorre com os dois informes anteriormente estudados. No que diz respeito à passagem de tempo, os retratos exclusivamente virtuais passam a ser compartilhados com o público no ano de 2015, mais de uma década distante do segundo informe e em condições de produção estritas e amplas bastante diversas de ambos os informes. E é preciso considerar tais dados tão aparentemente simples e como eles significam no documento e no documento *no* arquivo.

E é pelo estudo das condições de produção que abrimos espaço para as reflexões que se fazem urgentes agora: uma vez mais o panorama social e político significa e faz significar nos documentos que trazemos para nossa catação de feijão. Já se passavam trinta anos desde a abertura democrática uruguaia quando, em 2015, os retratos do site do grupo *Desaparecidos* e

desde a publicação de *A Todos Ellos* (DESAPARECIDOS, 2004) os uruguaiois haviam visto seus representantes políticos de esquerda propondo (em 2005) uma releitura da *Ley de Caducidad* que não contemplava nem aquilo que se esperava daquela parcela dos governantes nem o que os familiares e as vítimas sobreviventes julgavam como o mínimo a ser feito (a derrubada da lei). A proposta, em 2005, era de contornar os desmandos promovidos pela lei ao tornar não processáveis os criminosos (militares ou não) da ditadura, deixando de lado sua impugnação em uma manobra que, segundo Errandonea (ANO, p. 29), “legi la ley y admite que los crímenes contra la Humanidad quedan impunes.”⁸⁰.

Mesmo com tal manifestação de parco comprometimento com uma reação política à impunidade, ainda em 2005, setembro, organizações civis de grande notoriedade no país buscaram judicialmente a anulação da *Ley de Caducidad*, dentre eles o CRY SOL⁸¹ e a Asociación de Familiares de Asesinados⁸² Políticos, as quais foram seguidas por diversas outras entidades, dentre elas o emblemático PIT-CNT⁸³, organização sindical estabelecida como espaço de resistência dos trabalhadores durante a ditadura militar uruguaia e (MUME, 2007, s.p.) e de atuação intensa até a atualidade. Novamente as propostas de anulação da lei são derrotadas, gerando desconforto na sociedade, uma vez que se esperava outra postura do primeiro presidente do que se chama de “progressismo” uruguaio, Tabaré Vázquez. A derrota não seria, porém, completa: Vázquez decidiu que não estavam isentos de julgamento “*a los civiles, a los mandos, a los delitos económicos, a los crímenes cometidos fuera del territorio nacional, al caso de los dos legisladores asesinados en Buenos Aires y a los secuestradores de menores.*”⁸⁴ (BURIANO, 2011, s.p.), prerrogativa que novamente inflamou vítimas e familiares e deu campo para que novas denúncias fossem acolhidas pela justiça nacional

Foi neste cenário de avanços modestos que o poder executivo da república, em convênio com a UDELAR (*Universidad de La Republica*)

[...] *confió a un destacado equipo de historiadores abordar algunos de los archivos de seguridad, siempre negados pero que ahora comenzaron a aparecer, con el objeto de realizar una investigación histórica sobre los desaparecidos*” e “*destacó también un equipo de antropología forense de dicha universidad, el cual inició excavaciones*

⁸⁰ “legítima a lei e admite que os crimes contra a Humanidade seguem impunes” (tradução nossa).

⁸¹ Crysol é uma associação de ex-presos(as) políticos(as) do Uruguai, fundada no ano 2000, tendo como foco a luta por Direitos Humanos no país.

⁸² Não encontramos registro de tal associação em nosso arquivo.

⁸³ Trata-se de uma central nacional de trabalhadores, grupo que encontrou brechas na legislação ditatorial para continuar em luta por direitos. Para mais informações acessar: <https://www.pitcnt.uy/el-pit-cnt/que-es-el-pitcnt>

⁸⁴ “os civis, os comandantes, os indivíduos que recebiam ordens, os delitos econômicos, os crimes cometidos fora do território nacional, ao caso dos legisladores assassinados em Buenos Aires e aos sequestradores de menores” (tradução nossa).

en cuarteles militares a partir de información anónima que el Ejecutivo recopiló. (BURIANO, 2011, s.p.)⁸⁵.

Dessa empreitada resultou um dos maiores e mais completos relatórios sobre a situação de detidos torturados, desaparecidos ou mortos pela ditadura militar dentro e fora do Uruguai, documentos sobre os quais nos deteremos, ainda que brevemente, a seguir, dado que, em nosso estudo, compreendemos a relação constitutiva entre eles e os retratos disponíveis no site do grupo *Desaparecidos*.

O tempo avançou rapidamente e as tentativas de sufocar os movimentos de resistência das vítimas e dos familiares das vítimas que já não podiam mais lutar por si e pelos seus foram vários, como bem sabemos não apenas pelos estudos da história, mas por nossa vivência de sujeitos políticos. Foi em 2010, às vésperas da eleição daquele que viria a ser o presidente uruguaio mais popular do lado de fora das fronteiras *del paisito* que uma vez mais os uruguaios tentaram mudar a ação da *Ley de Caducidad*.

Não mais a lei como um todo estava na mira, mas os seus primeiros quatro artigos, justamente aqueles que sentenciam os criminosos a uma não sentença - a impunidade. Para surpresa de muitos, a oposição não se fez apenas dentre aqueles que outrora já a manifestavam e da ala de direita dos partidos políticos: José Pepe Mujica (que em breve seria presidente do país), afirmou que tal ação (de busca por mudanças na lei e, em síntese, busca pela justiça que poderia ainda ser feita) seria uma distração para as eleições e, em declarações que criaram desconfiança e até desencantamento em seus eleitores, afirmou que é urgente chegar à verdade, que *“si, lo que me interesa es la verdad. Pero, ¿las sociedades se bancan eso? Porque la Justicia tiene un hedor a venganza (...)”*⁸⁶ e, quando perguntado sobre como atingir a verdade, já que não confiava na justiça e não queria ver presos os velhos ditadores, afirmou: *“No sé. Entiéndame: soy un hombre que estuvo mucho preso. Mi punto de vista puede estar viciado por conocimiento de causa.”*⁸⁷(CARPENA, 2009, s.p.). Tais afirmações dão a entender como, ao longo do seu mandato, Mujica perdeu o apoio de muitos eleitores que esperavam ver no ex-Tupamaro uma voz forte a falar por aqueles que lutaram a mesma luta.

⁸⁵ “confiou a uma excelente equipe de historiadores expor alguns dos arquivos privados, sempre negados, porém que agora começaram a aparecer, com o objetivo de realizar uma investigação histórica sobre os desaparecidos” e “selecionou também uma equipe de antropologia forense de tal universidade, a qual iniciou escavações em quartéis militares a partir de informação anônima que o poder executivo coletou” (tradução nossa).

⁸⁶ “Si, o que me interessa é a verdade. Porém, as sociedades bancam isso? Porque a justiça tem um fedor de vingança” (tradução nossa).

⁸⁷ “Não sei. Entenda-me: sou um homem que esteve muito tempo preso. Meu ponto de vista pode estar viciado pelo conhecimento de causa.” (tradução nossa)

O plebiscito que não logrou anular a lei de impunidade e o amargo do novo fracasso anunciavam o que o país enfrentaria em maio de 2010, nas eleições presidenciais: o maior retrocesso da *Frente Amplia* (parte da esquerda uruguaia) em toda sua história (em termos de números de votos). Progredindo, mas sem equilibrar os dois lados da balança, em 2011 a justiça uruguaia avançou nas punições dos culpados por crimes ditatoriais por força das definições da Comissão Internacional de Direitos Humanos de que o Estado não mais poderia obstaculizar as investigações sobre os crimes cometidos pelos militares, conjuntura que fez com que processos e condenações há anos estagnados tramitassem com mais celeridade.

A visão panorâmica dos primeiros anos do século XX que aqui propomos ajuda-nos a entender não apenas que o período de “vistas grossas” que se faziam de forma despudorada parecia chegar ao fim, mas que transicionava para um período em que a impunidade passara a ser combatida timidamente – sim, timidamente porque os limites que a própria aparelhagem ideológica e repressora que sustenta o Estado impõe não permitem cruzar a linha, alargar as margens, fazer com que a justiça e a política – em seu sentido forte, como a compreende Rancière (1996) – andem juntas. Ora, espera-se sempre, em uma ingenuidade cara à sobrevivência e à resistência ao caos, que o Estado democrático de direito acate e supra as necessidades do povo, entretanto, aprendemos nas leituras da teoria marxista e althusseriana que “o Estado é uma “máquina” de pressão que permite às classes dominantes (...) assegurar a sua dominação sobre a classe operária” (ALTHUSSER, 1985, p. 31), valendo-se dos seus aparelhos ideológicos e repressores, tendo no Exército Militar a expressão máxima da repressão e da violência e o Direito como integrante, também, de tal aparelhagem repressora (ALTHUSSER, 1985)

Na esteira de tais ocorrências de reconfiguração das condições de produção dos retratos, entende-se que

[...] *el nuevo desafío de esta etapa incorporó activamente al sistema judicial tanto por el desarchivo de antiguas causas como por la presentación de nuevas denuncias. Ese escenario puso en evidencia un problema nuevo, ya no de carácter jurídico, sino el de la incapacidad material y el de la inexistencia de herramientas institucionales y administrativas que garantizaran la eficacia del proceso de justicia* (ALFARO, 2017, p. 14, *grifos nossos*).⁸⁸

⁸⁸ “O novo desafio desta etapa incorporou atividade o sistema judicial, tanto pelo desarquivamento de antigas causas como pela apresentação de novas denúncias. Esse cenário pôs em evidência um problema novo, já não de caráter jurídico, senão da incapacidade material e da inexistência de ferramentas insitucioanis e administrativas que garantiram a eficácia do processo de justiça” (tradução nossa).

Lemos tal *incapacidade material* como a falta de condições materiais para sustentar o discurso da culpabilidade do Estado, dado que os documentos que fariam tal trabalho estavam (e estão, ainda hoje), em grande parte, em posse daqueles que não tinham interesse no avanço dos processos ou cujo interesse seria sufocado instantaneamente por forças de silenciamento. Já em meados de 2015, com o apoio do movimento sindical e de instituições internacionais de promoção dos Direitos Humanos, uma equipe jurídica deu andamento em cerca de 280 causas, dentre elas também algumas que haviam sido consideradas “inativas” (casos encerrados) pelo Estado e seus aparelhos de justiça (ALFARO, 2016).

A leitura é uma estrada sinuosa. E nas curvas chegamos a mais um documento cuja leitura foi essencial para nosso entendimento do funcionamento dos retratos, sejam eles aqueles seriados nos *informes*, sejam eles estes dos quais nos ocupamos neste ponto. O *relatório final da “Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos – En cumplimiento del artículo 4° de la Ley N° 15.848”*⁸⁹ (URUGUAY, 2008), decorrente do trabalho dos pesquisadores da UDELAR a mando da presidência uruguaia, publicado em cinco extensos tomos, apresentou, em mais de um milhar de páginas, os pormenores da busca de restos mortais de detidos desaparecidos em um espaço de detenção específico (Batallón N° 13), compreendendo o período de 1973 a 1985.

De tais edições, interessam-nos em especial os segundo e terceiro tomos, os quais

[...] contienen los datos de las víctimas, en primer lugar los ciudadanos detenidos desaparecidos. La información se ha organizado por medio de fichas individuales. Se trató de incorporar allí los datos que el Estado fue acumulando sobre cada persona, a partir de la documentación que fue posible revelar en el actual estadio de la investigación. Esta documentación incluye:

*Datos personales, datos sobre la detención de la persona, su desaparición y traslados; antecedentes policiales e informes militares; observaciones del caso, gestiones y denuncias realizadas inmediatamente a la aprobación de la ley de caducidad hasta el presente y acciones de reparación patrimonial; informes de la Comisión para la Paz y de los comandantes en Jefe de las FF.AA.; declaratoria de ausencia; hallazgo de restos. Las fichas están publicadas siguiendo un orden de países (Uruguay, Argentina, Chile, Bolivia, Colombia) e, dentro de los mismos, por orden alfabético (URUGUAY, 2008, p. 22, tomo 1)*⁹⁰

⁸⁹Investigação Histórica sobre Detidos Desaparecidos – Em cumprimento do artigo 4º da Lei N° 15.848 (tradução nossa).

⁹⁰ “Contém os dados das vítimas, em primeiro lugar os cidadãos detidos desaparecidos. A informação foi organizada por meio de registros individuais. Tratou-se de incorporar ali os dados que o Estado acumulou sobre cada pessoa, a partir da documentação que foi possível revelar no atual estado da investigação. Essa documentação inclui: dados pessoais, dados sobre a detenção da pessoa, sua desaparecimento e traslados; antecedentes policiais e relatórios militares; observações do caso, procedimentos e denúncias realizados imediatamente após a aprovação da Lei de Caducidade até o presente e ações de reparação patrimonial; relatórios da Comissão para a Paz e da comissão dos comandantes das Forças Armadas; declaração de ausência; encontro de restos mortais. Os registros estão publicadas seguindo uma ordem de países (Uruguai, Argentina, Chile, Bolívia, Colômbia) e, dentro de cada seção, por ordem alfabética.” (tradução nossa).

Nas *fichas personales* publicadas no Tomo II contêm ainda


[...] *información sobre las gestiones que amigos y/o familiares realizaron inmediatamente después de la detención; las denuncias que se formularon en ámbitos nacionales y organismos internacionales así como las respuestas del gobierno uruguayo y los mecanismos que el Departamento II (Exterior) del SID organizo dentro de la Cancillería para desvirtuar los datos y neutralizar las denuncias. (...) se incorporan las denuncias judiciales sobre los casos de detenidos desaparecidos y las respuestas que la justicia (civil y militar) y Estado, fueron dando a lo largo de estos últimos 20 años. (...) El Anexo documental de estas secciones (1 a 5) sobre los datos de las víctimas contiene una tabla cronológica que incluye todos los casos de detenidos desaparecidos y una breve selección documental ilustrativa*⁹¹ (URUGUAI, 2008, P. 3, TOMO 2)

É a partir destas que são elaboradas as *fichas individuais*, disponibilizadas ao público a partir do ano de 2018 no espaço virtual do site da SDHPR, tornando possível realizar *odownload* de tais documentos que passam a constar com atualizações a cada novos dados coletados pelas investigações que seguem em curso.

Destacamos a página inicial de uma das *fichas personales* (Figura 24, parte da primeira ficha publicada em tal seção do site) para pautar a reflexão mobilizada a seguir, tratando da questão das recorrências e da organização de um espaço simbólico de memória na materialidade do discurso e em sua relação constitutiva com a memória discursiva. Em nossa leitura, pensamos que há um nós que se faz entre os fios das *fichas personales*, dos retratos publicados no site do grupo *Desaparecidos* e os retratos dos *informes (Muertes e A Todos Ellos)*, elo que se faz, uma vez mais, pela recorrência de uma *forma* significativa: a forma perfil, a forma que compreendemos como retrato. A inserção dos retratos do site se faz, nessa esteira, pelo efeito de série promovido pelas recorrências e pela recorrência da busca por atualização do retrato, trabalho de arquivo que constitui o mosaico com o qual trabalhamos e sobre o qual também depositamos nosso trabalho.


⁹¹ “informação sobre as providências tomadas por amigos e/ou familiares imediatamente após a detenção; sobre as denúncias que se formularam em âmbitos nacionais e em organismos internacionais, assim como as respostas do governo uruguaio e os mecanismos que o Departamento II (Exterior) do SID (O QUE É SID) organizou dentro da chancelaria para desvirtuar os dados e neutralizar as denúncias. (...) incorporam-se as denúncias judiciais sobre os casos de detidos desaparecidos e as respostas que as justiça (civil e militar) e o Estado deram ao longo dos últimos vinte anos. (...) O Anexo Documental destas seções (1 a 5) sobre os dados das vítimas traz uma tabela cronológica que inclui todos os casos de detidos desaparecidos e uma breve seleção documental ilustrativa” (Tradução nossa).

Figura 24 – primeira página de uma das *Fichas Personales*



PRESIDENCIA
República Oriental del Uruguay

Secretaría de
Derechos Humanos
para el Pasado Reciente




GRUPO DE TRABAJO
VERDAD Y
JUSTICIA

Equipo de Investigación Histórica

Detenidos desaparecidos por responsabilidad y/o aquiescencia del Estado.

Actualizado: 28/02/2015 Por el Equipo de Investigación Histórica.

Ficha perteneciente a GADEA GALÁN, Nelsa Zulema.¹



Datos personales:

- Documento de Identidad: 1.629.310. Cédula de Identidad Chilena N° 7.479.487 -4.
- Credencial Cívica: BMB 18274.
- Individual dactiloscópica: E 4333 I 4222.
- Edad: 29 años.
- Fecha de nacimiento: 27/12/1943.
- Lugar: Paysandú.
- Nacionalidad: Uruguaya.
- Estado civil: Casada.
- Hijos/as: No tiene.
- Domicilio: Humberto 1º 3882 (Montevideo). Ramón Cruz 373, Block 29, Dpto. 407, Villa Frei, Nuñoa (Chile, Santiago de Chile).
- Ocupación: Ministerio de Obras Públicas (Uruguay). Estudiante de Facultad de Derecho. Universidad de la República (Uruguay).
- Alias: Anapé.
- Militancia política: Partido Obrero Revolucionario (POR), Uruguay. Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), Chile.
- Militancia gremial/sindical: Sin datos.

¹ Secretaría de Derechos Humanos para el Pasado Reciente. (ex Secretaría de Seguimiento de la Comisión para la Paz). Legajo N° L.D.D. 044.

Já afirmamos anteriormente: se em algum momento nos detemos a uma linearidade temporal, temos aí um feliz encontro entre a organização cronológica dos acontecimentos e a forma como se dispõem em nossa leitura. Mas o que temos aqui é novamente a evocação de Jano e do olhar em duas direções. Olhamos para trás e vemos, do ponto em que nos encontramos – a leitura das *fichas personales* – uma relação com a organização e a configuração de *Muertes en Prisión* (DESAPARECIDOS, 1984) e *A Todos Ellos* (DESAPARECIDOS, 2004). Olhamos para frente e vemos a relação entre as *fichas* e os retratos do site. Não buscamos de forma alguma uma árvore genealógica ou uma aferição de “origens”, nada disso. Não buscamos também relações de causalidade – os retratos do site começam a ser publicados três meses após a primeira *ficha* ser publicada no site oficial da presidência uruguaia. O que isso quer dizer? Não nos interessa. Interessa-nos, sim, *como isso significa*.

Interessa-nos como essa *forma* de textualizar um discurso, recorrente, significa. É por esse trajeto que entendemos que há um esforço de organização da memória a partir da produção, organização, leitura, interpretação e recorte de um arquivo que é impulsionado não apenas pela urgência de fazer estar no arquivo aquilo que falta. Joga-se com uma memória (discursiva) que evoca saberes que vêm de outros lugares, que significam porque já estão lá e que fazem retornar sentidos em outras condições de significação, com “a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação” (ACHARD, 2010, p. 17). A atualização constante dos retratos, o mosaico em constante revisão faz-nos pensar que não se busca cobrir as fendas que, ao seu modo, em fendas que são, unem os cacos – toma-se cada fenda como ponte para o novo caquinho, como reconhecimento da falta e reconhecimento daquilo que se agrega, repetindo a constituição do discurso que se faz por sobre as falhas, faltas, rachaduras. E é a falta que grita e torna urgente o arquivo – o qual “certamente não tem o poder de substituir as ausências, mas eles podem, malgrado a fragilidade de seus traços, afirmar a existência destas ausências, inscrevê-las em um espaço de efetividade entre o *presente* e o *ausente*” (SALOMON, 2011, p. 9).

Essa urgência do arquivo, do arquivar e do ler o arquivo faz parte de uma urgência de não mais apenas perdoar o passado ou esquecer o passado, mas de gerir o passado, de inscrever no coletivo o individual, de tornar coletiva a memória interditada e fazer dela a memória coletiva, partilhada não entre um pequeno grupo de mães em um luto que se arrasta por décadas, de filhos que não reconhecem sua história, mas de um grande grupo que comunga não em uma “imagem ingênua e ordinária de uma verdade escondida que seria finalmente tornada visível em toda sua transparência.”, mas no entendimento que de “a abertura dos arquivos é uma condição necessária, mas insuficiente da verdade. A verdade não é uma consequência

automática e imediata dessa abertura”– e assim a luta por verdade segue até o nosso tempo e a certeza de que “aquilo sobre o que silencia um documento é muitas vezes mais importante do que aquilo sobre o que ele fala” (Ibid., p. 14).

6.4 RETRATOS DE UM PASSADO PRESENTE



Están en algún sitio / concertados
 desconcertados / sordos
 buscándose / buscándonos
 bloqueados por los signos y las dudas
 contemplando las verjas de las plazas
 los timbres de las puertas / las viejas azoteas
 ordenando sus sueños sus olvidos
 quizá convalecientes de su muerte privada

(...)

cuando empezaron a desaparecer
 como el oasis en los espejismos
 a desaparecer sin últimas palabras
 tenían en sus manos los trocitos
 de cosas que querían

están en algún sitio / nube o tumba
 están en algún sitio / estoy seguro
 allá en el sur del alma
 es posible que hayan extraviado la brújula

(Mario Benedetti)

A partir da compreensão da pertinência dos retratos oriundos do site do grupo *Desaparecidos* ao nosso arquivo de tese, voltamos a explorar a questão da recorrência da *forma* pela qual se apresentam ao leitor, e, agora, as atualizações que ela sofre para encaixar-se no

suporte diferente (o digital e virtual do espaço online). Entendemos que a “regularização se apoia necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido. Esse reconhecimento é da ordem do formal, e constitui um outro jogo de força, este fundador” (ACHARD, 2010, p. 16), jogo que se identifica – pelo leitor, em análise – no reconhecimento da repetição. Dessa maneira, por termos reconhecido a *forma retrato*, tais documentos são inseridos em nossa série, que outrora era composta apenas pelos *informes* – assim designados pelo grupo *Desaparecidos*.

A curva feita anteriormente buscou demonstrar o caminho de leitura – e de análise do discurso como a entendemos, um trabalho de ligar pontos que só se faz na prática sustentada pela teoria, na investigação e na construção do mosaico do qual tanto falamos que não se faz apenas pela reunião de cacos percorridos por nós. Não há um manual, e sim uma pergunta norteadora e um dispositivo teórico-metodológico que funciona como a substância que une os fragmentos, respeitando suas particularidades, mas fazendo das fendas e dos pequenos espaços de separação uma ponte, estabelecendo uma série. E

[...] é nessa colocação em série dos contextos, não na produção das superfícies da frase tal como ela se dá, que vemos o exercício da regra. De outro modo, é engendrando, a partir do atestado discursivo, paráfrases, a considerar como derivações de possíveis em relação ao dado, que a regularização estrutura a ocorrência e seus segmentos, situando-os em séries. (ACHARD, 2010, p. 16)

Compreendemos que essas paráfrases fazem-se também nas formas, na derivação da *forma retrato*, desde aquele primeiro de nossa série, configurado em 1984, em condições de produção notavelmente diversas daquelas de 2016, quando os retratos do *site* passam a ser apresentados ao leitor. Conforme a Figura 25, abaixo, percebemos as recorrências entre o *retrato* e a *ficha personal* exposta no subtítulo antecedente a este, e, ainda, entre o *retrato* (no nível das informações, de modo pragmático, que encerra em si) e os anteriormente estudados.

Antes de partirmos para a análise dos retratos, cabe salientarmos que foram pontos norteadores de nossa prática, neste momento da pesquisa, o recolhimento de todos os retratos publicados, desde o primeiro (em 2015) até o último do dia 31 de dezembro de 2019. É possível que a questão “por que essa data e não outra?” surja, e com razão. Em vista disso, antecipamos que se trata de uma data necessária, um limite estabelecido pelo tempo disponível para estudo do arquivo e, por fim, por demandas próprias do trabalho com ele, que precisa ter margens, conforme já refletimos.

Até o dia limite de nossa busca, havia 147 páginas na tela principal do site e, nelas, 41 perfis que, a seu modo, dialogam com a forma sobre a qual nos debruçamos. Sobre tais retratos perguntamos: a quem se destinam? A quem? Desde 1984 e ainda antes, até agora, e depois de

tanto tempo e de “tanta verdade” em tantas páginas que são produzidas sem parar, por que seguem sendo publicados até o presente momento? Por que essa *forma*? Tantos porquês. O que podemos afirmar é que não sabemos e que nosso estudo dialoga mais com o *como* do que com os *porquês*. Assim, em nossa tese, pensamos *como* essa forma significa e *como* sua repetição (atualizada) e sua constância das publicações dos retratos pelo grupo *Desaparecidos* significam no trabalho de memória e arquivo e no trabalho de política e resistência. .

O primeiro retrato aqui mobilizado, com data de abril de 2016, foi dedicado a *José Agustín Potenza*. Semelhante aos demais com os quais trabalhamos, apresenta o nome completo da vítima, sua idade, data e local de desaparecimento – configuração comum aos dois informes estudados anteriormente. Desse retrato (Figura 25), interessa-nos sobremaneira a *falta*.

Figura 25 – Primeiro retrato publicado no *site*: vítima desaparecida, sem foto

JOSÉ AGUSTÍN POTENZA

23/04/2016 | familiares |



Nació el 23 de abril de 1928.

Detenido Desaparecido en Montevideo entre el 25 y el 26 de junio de 1977.

Compartir

noticias

Fonte: Desaparecidos⁹².

Potenza é uma vítima desaparecida que, mais de uma década depois da publicação de *A Todos Ellos* (DESAPARECIDOS, 2004) – informe que, por sua extensão e sua recorrência a diversos documentos oficiais e não oficiais para construir-se, pode oferecer a ilusão de

⁹² Disponível em: <https://desaparecidos.org.uy/>. Acesso em: 23 jan. 2021

completude –, ainda não figura nas centenas de páginas do informe de 2004. Como não encontramos o nome da vítima nele, procuramo-lo em outros dois documentos sobre os quais nos debruçamos (em algum momento apenas por curiosidade, essa força que nos move...): no *Informe general COMIPAZ* (URUGUAY, 2003) e nos três tomos do relatório final da *Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos* (UDELAR, 2008). Em ambos, não há menção ao seu nome, nem mesmo associado a outros casos, somente nas *fichas personales* publicadas no site da *Secretaría de Derechos Humanos para el Pasado Reciente* (SDHPR) encontramos-lo. O documento, atualizado somente no ano de 2019, traz a informação de que, em 2016, através de uma investigação realizada no Paraguai, seus restos mortais foram encontrados e entregues, em 2017, para a sua família. A relação entre a denúncia feita com a publicação do retrato, em 2016; o encerramento das buscas, reportado em 2019 pelo órgão governamental responsável (a saber, A SDHPR); e a manutenção do retrato no site do grupo é outro ponto sobre o qual nos debruçaremos.

O segundo retrato (Figura 26) é dedicado a três vítimas: *Diana Maidanik, Laura Raggio* e *Silvia Reyes*, todas assassinadas em 1974 durante uma operação que buscava um militante tupamaro. O caso, conhecido como *Las pibas de abril*, apenas recentemente (meados de 2020), foi reconhecido enquanto uma causa a ser tratada pela Corte Interamericana de Derechos Humanos (a partir de uma reivindicação do IELSUR – *Instituto de Estudios Legales y Sociales del Uruguay*)⁹³ como alvo de morosidade da justiça em função de ação do Estado para tanto – salientamos que essa reivindicação dos advogados envolvidos na denúncia já completava dez anos. Para cada uma das três vítimas, há *fichas personales* disponíveis no site da SDHPR, nas quais consta uma indicação de que houve reparação patrimonial às famílias devido à morte causada pelo poder estatal. Sendo casos de morte, sabida desde a data do ocorrido, os casos não figuram em *A Todos Ellos* (DESAPARECIDOS, 2004) e nem em *Muertes en Prisión* (DESAPARECIDOS, 1984), visto que este segundo dedicou-se somente aos casos de vítimas que morreram no cárcere – direito (horrendo, mas direito) que foi negado *a las pibas*, as quais foram mortas sem jamais serem julgadas. Desse retrato, destacamos a não indicação de desaparecimento ou morte (como ocorre no caso de *Potenza* – Figura 25), outra questão a ser retomado.

⁹³ Disponível em: <https://desaparecidos.org.uy/2020/07/la-corte-interamericana-de-ddhh-admitio-el-caso-del-asesinato-de-las-muchachas-de-abril-y-la-desaparicion-de-oscar-tassino-y-luis-eduardo-gonzalez/>. Acesso em: 24 out. 2020.

Figura 26 – *Las pibas de abril*

Fonte: Desaparecidos⁹⁴.

Por fim, dedicamos atenção ao terceiro retrato selecionado, de *Segundo Chegenián Rodríguez* (Figura 27), uruguaio detido e desaparecido em Buenos Aires (Argentina) em 1976. Diferente dos anteriores, seu retrato retoma um anterior, exposto em *A Todos Ellos* (DESAPARECIDOS, 2004) – o retrato de sua companheira, *Graciela Teresa da Silveira*, detida e desaparecida junto com ele. A situação do casal também é descrita no *Informe Final* da COMIPAZ (2003), no tomo II do relatório da *Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos* (2008) e nas *fichas personales* da SDHPR, a qual recebeu atualização mais recente em 2015, quando as vítimas sequer haviam recebido uma declaração oficial do Estado, reconhecendo sua situação de vítima de desaparecimento forçado. Sobre o retrato de *Rodríguez*, interessa-nos o que já destacamos em outros momentos: a constância dos dados de nascimento e de desaparecimento e a foto da vítima – muito semelhante ao que vemos em *A Todos Ellos* e em *Muertes en Prisión*, todavia, com uma particularidade de grande importância: a atualização da forma.

⁹⁴ Disponível em: <https://desaparecidos.org.uy/>. Acesso em: 23 jan. 2021..

Figura 27 – Retrato de Rodríguez



Fonte: Desaparecidos⁹⁵.

A busca por relacionar os retratos do *site* àquelas constantes nos documentos previamente estudados atende a uma necessidade de refletirmos sobre a recorrência da forma retrato, não à construção de uma “árvore genealógica”. Neste momento, de cada um desses retratos, destacamos um ponto específico para explorarmos, entrelaçando-os e construindo uma rede que se faz nos nós entre a atualização da forma e as marcas materiais de atualização da *ausência e da presença*. Pensamos, de início, naquilo que não se faz presente, mas que, pela regularização e pela colocação dos documentos em série, inscreve-se na memória e significa, nesse sentido,

[...] tocamos aqui um dos pontos de encontro com a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, entendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-

⁹⁵ Disponível em: <https://desaparecidos.org.uy/>. Acesso em: 23 jan. 2021.

transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 2010, p. 52)

Por esse viés, compreendemos a ausência da fotografia da vítima no primeiro retrato (Figura 25) como uma *falta* legível em função daquilo que já está regularizado na memória. Entretanto, essa falta guarda em si um sentido diverso em função das condições de produção em que se faz: em *Muertes en Prisión* e em *A Todos Ellos*, informes que datam, respectivamente, de um período de autoritarismos e de um período de lentos avanços nas investigações sobre as vítimas da ditadura no Uruguai, entendemos que a falta da foto, a falta da informação, enfim, as faltas decorriam de interdições em nível também pragmático – não havia a fotografia, não havia o resultado da investigação oficial. Contudo, o que vemos no retrato de 2016 é um documento produzido em condições de produção nas quais essa interdição se faz sensível e de forma diferente: como visto, o caso de *Potenza* é retomado e encerrado em função de terem encontrado seus restos mortais. Ademais, no documento oficial da presidência em que essas informações são oferecidas ao público, há disponível uma foto da vítima. Não se trata mais de uma falta, mas de uma *ausência*.

Buscamos ler essa ausência e compreendemos que materializá-la, na imagem de uma silhueta, dialoga com o que Courtine (1999, p. 21, grifos do autor) coloca em funcionamento em *O Chapéu de Clementis*, quando entende que há repetições que se fazem a partir de um deslocamento no enunciado:

[...] uma repetição que é ao mesmo tempo ausente e presente na série de formulações: ausente porque ela funciona aí sob o modo do desconhecimento, e presente em seu efeito, uma repetição na ordem de uma *memória lacunar ou com falhas*.

A partir da *forma material* de uma foto sem uma foto, de um espaço construído para uma silhueta não identificável, reafirma-se a presença pela ausência: todos eles que *não estão* aqui, *estão* aqui. A ausência e o desaparecimento, indizível, da ordem do impossível de materializar na língua, pois é possível dizer que a vítima está *em situação de desaparecimento* ou mesmo que a definição do caso pela justiça seja afirmar que a ela é considerada desaparecida: o que isso significa? Dizer para as mães e para os familiares que há uma *situação de desaparecimento* é colocar sempre em suspenso, uma situação que pode tornar-se outra a qualquer momento (e, de fato, torna-se, quando são encontrados os restos mortais da vítima em alguma vala, em algum antigo centro de detenção clandestino...). Assegurar que a vítima *está desaparecida* não muda muito o cenário: coloca-se nesse presente eterno, como se equiparando à morte, estado do qual não se pode fugir, realidade que não se pode mudar. O fragmento, o

“caco” que se inscreve no mosaico não substitui a fratura de que é oriundo. Aquele lugar de luto e de luta, de resistência e de afirmação do lugar da vítima não é preenchido pelo atestado de *achamento* das evidências físicas do crime – isso significa que esse retrato é mais do que uma procura por um desaparecido, é a denúncia de desaparecimento forçado, de crime contra os Direitos Humanos, de busca por interdição da memória e das práticas políticas de resistência. Faz-se jogar a memória e estabelecer-se um jogo de forças em seu interior, tomando impulso para ganhar um jogo que visa negociar “a integração do acontecimento até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo” (PÊCHEUX, 2010, p. 53), negando-se a tratar a memória dos desaparecidos como algo em que se possa tocar, ajustando às novas posições do Estado para, em longo prazo, provocar o efeito de nunca ter estado ali, de *esquecer*. A ausência materializada na forma que se atualiza é aquela aresta que não foi e não será polida, o pontiagudo do caco, o alerta, a memória indesejada: estamos aqui, *ellos están acá*.

Interessa-nos, ainda, o movimento de retomada, recorrência e reafirmação de uma ausência pela presença em um processo de não saturação da memória: a atualização do retrato apresentado no *site* do grupo *Desaparecidos* busca, nesse outro suporte material que é o digital, organizar uma memória não saturada – conforme as ideias de Robin (2016) –, mas que se mantém em movimento. Além disso, é de nosso interesse sobremaneira a tentativa de organização de algo que não é organizável: construir um arquivo para suportar (em toda a polissemia do verbo...) a memória das vítimas desaparecidas, mortas, torturadas e detidas pela ditadura militar uruguaia é da ordem de organizar o não-organizável. O arquivo, assim, diz-nos de seu espaço, compreendido por nós, que se faz pelo discurso e que se dá a ler, exigindo um trabalho de leitura, uma vez que “todos os tipos de rastros possuem a vocação de ser arquivados” (RICOEUR, 2007, p. 178), no entanto, não é um lugar (simbólico) em que tudo cabe, conforme nos ensinou Pêcheux (2010). A partir de nossa perspectiva teórica, ele é um lugar de rastros escritos – rastros como indícios (RICOEUR, 2007), como algo que “pode ser alterado fisicamente, apagado, destruído; foi, entre outras finalidades, para conjurar essa ameaça de apagamento que se instituiu o arquivo” (Ibid. p. 425), rebelando-se contra o esquecimento, em um processo de tornar-se lugar de memória, lugar do mosaico do arquivo pela memória: os rastros estão aqui, *ellos están acá*.

PARTE III

7 RESISTÊNCIA: COMO ENCARNAR ESSA PALAVRA?



Acredito que é preciso resistir: esse tem sido meu lema. Hoje, contudo, muitas vezes me pergunto como encarnar essa palavra. Antes, quando a vida era menos dura, eu teria entendido por resistência um ato heroico, como negar-se a continuar sobre este trem que nos leva à loucura e ao infortúnio. Mas pode-se pedir às pessoas tomadas pela vertigem que se rebelem? (...) A situação mudou tanto, que devemos reavaliar com muita atenção o que entendemos por resistência. Não posso lhes dar uma resposta. Se eu a tivesse, sairia por aí como o Exército da Salvação, ou como esses crentes delirantes – quem sabe os únicos que realmente acreditam no testemunho –, proclamando-a pelas esquinas, com a urgência que nos deveriam dar os poucos metros que nos separam da carástrofe. Mas não. (SABATO, 2008, p. 48)

A epígrafe que abre esta parte final de nossa tese bem poderia fazer parte do corpo do texto e mesclar-se às reflexões que aqui propomos em um esforço para fazer significar nosso entendimento do funcionamento discursivo da construção do arquivo, do seu funcionamento como espaço de organização da memória (não-organizável), como sustentação da memória, como prática política de sujeitos e, sobretudo, como expressão e prática de resistência. Isso porque nestes momentos finais da escrita (e de reescrita, releitura, leitura, escrita... um processo que parece não acabar e que, paradoxalmente, parece não avançar...), alguns questionamentos que pareciam apaziguados pela análise (em constante revisão, mas que precisa ser colocada em suspenso em/por algum momento) ressurgem mais selvagens do que naquele começo há alguns anos. Apoiamos a cabeça sobre as mãos, naquele movimento típico de quem faz uma pausa para pensar, e como quem direciona pergunta ao exterior, para este interlocutor imaginário, perguntamos: como fazer significar, enfim, o que entendemos como resistência em nosso

estudo? Assim como *nuestro hermano* Sabato, não podemos dar uma resposta, mas convidamos o leitor para confiar seus passos em uma (derradeira, ao menos neste plano de pesquisa que segue sendo inicial, embora se encaminhe para o fim... e o *pasmo esencial* pessoano reverbera...) caminhada neste nosso percurso de leitura.

Buscamos articular não apenas as noções de *arquivo, memória, política e resistência*, mas de significar aqui nossa leitura, nosso entendimento e algo que ainda não sabemos nomear, mas que entendemos como uma leitura sensível – no sentido de que se dá, sim, com sustentação teórica, com construção de um dispositivo teórico e metodológico que ancora as reflexões e as conclusões (sempre tão frágeis, sempre tão possíveis de tornarem-se outras...), mas que parte de outro lugar e faz com que estes se misturem: um lugar de pertencimento, de prática política como a compreende Rancière (1996), ou seja, prática de sujeitos (sujeito que é político, que é ideológico e que não se despe, embora queira, embora pretenda, embora afirme que sim, inocentemente, mas que não se despe daquilo que o constitui). Nosso primeiro movimento, neste ponto, é tentar fazer significar a relação de pertença e de sensibilidade que se faz/se fez no estudo do que nos propomos estudar. Lembramos Benedetti (naquele livro que fez com que, há quase dez anos, rumássemos para o Uruguai:

*Estuve un buen rato contemplando el alma agresivamente solida del Cabildo, el rostro hipocritamente lavado de la Catedral, el desalentado cabeceo de los arboles. Creo que en ese momento se me afirmó definitivamente una convicción: soy de este sitio, de esta ciudad*⁹⁶.

Faltam-nos, por hora, as palavras, mas que a voz poética do escritor *del paisito* faz justiça ao nosso pensamento: as reflexões que encerram nosso trabalho de pesquisa se fazem com base em um trajeto de observação, leitura e análise do discurso e do arquivo por tal perspectiva. E também cremos, neste momento, que toma força e forma o entendimento da *resistência* que tentaremos significar.

Partimos, afinal, ao enlace entre arquivo, memória, política e resistência.

Tomamos uma vez mais a noção de memória, inesgotável fonte de inquietações. “Porque a memória é o que resiste ao tempo e a seus poderes de destruição, e é como se fosse a forma que a eternidade pode assumir nesse trânsito incessante” (SÁBATO, 2008, P. 15), porque a memória é um espaço de intensa produção e circulação de sentidos, de idas e vindas,

⁹⁶Estive um bom tempo contemplando a alma agressivamente sólida do Cabildo, o rosto hipocritamente lavado da Catedral, o desalentado aceno das árvores. Creio que neste momento afirmou-se para mim definitivamente uma convicção: sou deste lugar, desta cidade” – trecho de *A Tréguia*, romance de Mário Bendetti (p. 210, [1960] 2015)

de significação e ressignificação, espaço esburacado “na sua constituição. Buracos preenchidos por um dizer que não se institucionaliza no discurso a não ser pelas ficções que vamos encadeando para dar sentido ao que ouvimos e compreendemos” (PETRI; SCHERER, 2016, p. 23.), espaço de saturação (ROBIN, 2016). Espaço em que “os impasses entre o lembrar e o esquecer são muitos e não param de se reinventar” (PETRI; SCHERER, 2016, p. 26). As tantas vozes que aqui evocamos colocam sobre a mesa as inquietações que culminam na certeza de que a memória é, entre tantas outras camadas de ser, *necessária*.

De tudo o que já dissemos sobre a memória, queremos agora dizer que, em relação ao que estudamos sobre o arquivo do grupo *Desaparecidos* disponibilizado, mantido e atualizado online e, em particular, sobre os retratos das vítimas tal qual os compreendemos, a memória que se materializa e se significa em tais práticas, que se tenta organizar em tal espaço virtual é *necessária*. A leitura discursiva da noção de memória faz-nos compreendê-la para além de uma noção psicologizante e centrada apenas na experiência individual; memória que se faz, semelhante ao discurso, com bases materiais. Faz-se em relação à história sem ser a história; se faz em relação ao arquivo sem ser o arquivo. Memória que se faz na partilha porque como bem afirmou Halbwachs (2012), não lembramos sozinhos e nesse sentido a memória das vítimas da ditadura militar uruguaia, memória fragmentada e sustentada, além dos documentos, pela memória dos outros, faz-se necessária.

É preciso, sobretudo, não esquecer. E para não esquecer é preciso lembrar, é preciso trazer à lembrança sempre aquelas memórias que correm o risco de, atropeladas pelo tempo incansável em sua corrida ou sufocadas pelas urgências de uma constante reconfiguração da política de silenciamento (que muda de rosto, muda de forma, mas segue sendo política de silenciamento), corre o risco de desaparecer. É necessário que tal memória seja remexida e atualizada, que não crie sobre si poeira, pois aqueles que a sustentam estão perdendo uma luta que não podemos ganhar: as mães, os familiares, os companheiros de luta e de cárcere, as vítimas sobreviventes... o tempo as leva. E então é para essa partilha sensível da memória dos desaparecidos que devemos voltar-nos, para os espaços e as práticas que as mantêm significando em uma conjuntura social e política hostil a tais sentidos de luta.

Estar desaparecido não é estar morto. E convenhamos que mesmos os mortos, mesmos aqueles *infames* têm em algum canto seu quinhão de memória partilhada entre um ou outro que lhe atravessou o caminho, por insignificante que fosse. Estar desaparecido e ser procurado – ter sido procurado vivo (pela polícia e pelos companheiros) – ou estar desaparecido e deixar pairando a certeza incerta e inconveniente da morte também não é estar morto. E é para lembrar

e para não esquecer que há vítimas desaparecidas que é preciso construir e sustentar a memória. Entendemos que isso se faz em um processo de ir e vir que quase não se distingue:

[...] embora a memória coletiva extraia sua força e duração do fato de que um conjunto de homens lhe serve de suporte, são indivíduos que se lembram enquanto membros do grupo. Agrada-nos dizer que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. (RICOEUR, 2007, p. 133).

E mais, cada memória individual partilhada oferece um fio para a teia do discurso, compondo na formação discursiva aquilo que se lembra e que se partilha, significando em uma via com duas direções simultâneas: do sujeito para o coletivo, do coletivo para o sujeito. Entendemos que ao mobilizar-se para, em grupo, compor o mosaico do arquivo, o coletivo do grupo *Desaparecidos* coloca em movimento uma narratividade do acontecimento histórico que é não apenas a ditadura militar no Uruguai e o Terror de Estado, mas também do acontecimento que é a luta por verdade, memória, justiça e nunca mais. Estão imbricados dizeres e sentidos que partem de lugares diversos, que se relacionam com micro acontecimentos diversos, mas que se reportam e se unem para reafirmar aquilo que não se pode e não se quer (deixar) esquecer: se nós estamos aqui, eles estão aqui. Se a memória se faz significar, a luta se faz significar.

E entendemos que essa memória se faz, na prática de arquivo e no arquivo sobre o qual nos debruçamos, pelos perfis sobre os quais nos debruçamos, sem uma saturação como compreende Robin (2016): saturação que pode se fazer pela indiferença em relação ao passado, por uma “hierarquização” dos males vividos, como se fosse possível. Saturação da memória que pode se fazer “enfim, por causa dos fantasmas do “tudo guardar” que acompanham nossa imersão no mundo virtual” (ROBIN, 2016, p. 22), mas que, pelo trabalho politicamente engajado no arquivo, se faz “uma memória crítica que tenta sair do fetichismo inscrevendo no interior de suas formas memoriais as marcas dessa impossibilidade” (Ibid. p.22) de ser uma prótese de memória, ocupando espaços, preenchendo lacunas e remendando aquilo que não é remendável: o mosaico se faz, também e sobretudo, nas fendas.

E assim chegamos uma vez mais ao arquivo e, em especial, aos retratos: porque o passado não é livre, porque é preciso – ainda que em vão – tentar organizá-lo e inscrevê-lo na memória. E porque o passado muda, apesar de passado, porque está sempre sujeito ao revisionismo mal intencionado daqueles que o querem enterrado, é preciso fazer o passado presente em nossa memória e a memória atual(izada), viva, partilhada, em constante movimento. O passado não só não é livre como não é um órfão sem tutela: “nenhuma sociedade

o deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental no presente” (ROBIN, 2016, p. 31) e por isso é editado, recortado, materializado. E entendemos que esse processo em nada neutro se faz nos retratos: não nos interessa (obviamente para este trabalho, uma vez que muito nos interessa quase tudo do que aqui dizemos o contrário) por que escolheram uma vítima e não outra para o retrato que se apresenta no site, por exemplo. Não nos interessa se aquilo que dizem as testemunhas, identificadas ou não, em *Muertes en Prisión* (DESAPARECIDOS, 1984) é “verdade”. Não nos interessa quantos e quais foram os vários recortes necessários fazer nos documentos consultados para compor cada um dos retratos dispostos nas centenas de páginas de *A Todos Ellos* (DESAPARECIDOS, 2004). Interessa-nos, sim, como significa esse trabalho sempre ativo de reger, gerir e, sobretudo, preservar o passado na memória, pela memória. No arquivo. Pelo arquivo. Pela prática política do/no arquivo.

À noção de política voltamos pela mirada de Rancière e do seu entendimento de que a política é mais que uma prática de Estado, é – certamente – mais que a ação daqueles que comandam o que vulgarmente chamamos de política (talvez por um desentendimento, talvez por uma infeliz coincidência de nomes...). Não, não mais ou menos, mas é *outra coisa*, no sentido de que Rancière (1995) se ocupa da política como uma força social que “trabalha” para desestabilizar o *equilíbrio desigual* dos lugares sociais, das posições pré-estabelecidas, da ordem imposta que necessita ser questionada. Política como tema de ocupação de sujeitos e subjetividades, como força promotora de igualdade urgente – e se existe política, existe porque há aqueles que não desfrutam de tal igualdade. Há a parte dos sem parte.

Ainda de acordo com o autor, entende-se que “há política simplesmente porque nenhuma ordem social está fundada na natureza, porque nenhuma lei divina ordena as sociedades humanas” (RANCIÈRE, 1995, p. 30). Porque o sujeito é social, ideológico e, enfim, político em sua constituição, há política. Porque o constitutivo do sujeito é viver o dissenso – “dissenso, desentendimento que trata de instaurar o conflito e faz questionar a ordem que a polícia instaura” (GREFF, 2017, p. 48), de modo que a política passa a ter um sentido forte de processo de desestabilização necessária, de questionamento, de conflito político.⁹⁷ É necessário compreender que a prática de arquivo tal qual a compreendemos aqui e tal qual se nos mostra na análise de nosso objeto significa tal desestabilização sob diversos ângulos, dos quais

⁹⁷ Para Rancière (1995), a polícia é “uma atividade e não uma instituição, atividade compreendida como um conjunto de processos que visam operar “a segregação e o consentimentos das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição (p. 23) de modo que todos os elementos da coletividade estejam dispostos em seus lugares pré-definidos e ali permaneçam. Nesse sentido, a política se opõe radicalmente à polícia” (GREFF, 2017, p. 47)

destacamos dois para reflexão, começando pela questão da prática de arquivo como resistência a uma prática de silenciamento.

Silenciamento, conforme já tratamos, tomando como sustentação as reflexões de Orlandi (2007), trata-se de uma prática que em muito se assemelha à censura – e que, por vezes, pode-se inclusive confundir. Sistemático ou não, institucional ou não, o silenciamento ocorre em função da necessidade de interditar dizeres e sentidos ou, ainda, de fazer dizer outros dizeres. Diga-se *regime militar* para não se dizer *ditadura*. Diga-se *preso político* para não dizer *vítima*. Diga-se impeachment para não dizer golpe. Sim. Mas se diga também nada. Fique em silêncio e relegue também ao silêncio – não aquele silêncio espaço simbólico, casa do sentido, morada das possibilidades. Não... silêncio aquele que o positivismo da leitura rasteira diz como o nada. Como inexistente. Como o zero ou negativo da significação. Que bom momento para estar em par ao leitor e poder afirmar sem rodeios que tal silêncio não existe em nosso campo de saber e que tão longe quanto esticarmos nosso olhar, não encontraremos leitura diversa daquela em que os sentidos silenciados em um lugar virão a significar em outro (ORLANDI, 2007). Tem-se então que aqueles dizeres e sentidos silenciados no passado, interditados pela força de uma polícia (conforme compreende Rancière) que visava à aniquilação dos sentidos de vítima, de resistência, de desordem, de desobediência e, sobretudo, de busca por uma prática *política* de instaurar o dissenso naquelas condições de produção da ditadura, aqueles dizeres que não circularam por tanto tempo, por tantos espaços, significam na prática de arquivo que os traz de volta.

O silêncio local (ORLANDI, 2007) que foi e não pode ser traduzido por palavras significa naquilo que falta no arquivo. Significa naqueles primeiros retratos que inscrevem na memória justamente a carência de dizeres sobre aqueles que ali são retratados. À interdição recorrente, ao silêncio imposto, à censura como prática de Estado responde a prática de arquivo, o retrato esburacado, faltante. O retrato que grita. Tenta-se apagar inclusive os rastros da política de silenciamento: se não há registros de que fora tornado inacessível ao sujeito saber do paradeiro, da vida e da morte, da saúde e da doença dos seus, isso existe? Como significa(r) o que não está ali? “Tudo foi feito para que o vestígio desse ato fosse apagado, e, no entanto, ele retornou aonde não era esperado. Sob esse aspecto, a ausência de vestígios ou a ausência de arquivo é tanto um vestígio do poder do arquivo quando o excesso de arquivo” (ROUDINESCO, 2006, p. 10). Será preciso, nesse viés, trabalhar no arquivo os rastros, os vestígios, os *trombolhos*, *as sujidades* – retomando, uma vez mais, os versos de Manoel de Barros, que desde o início desta tese ajudam-nos a refletir sobre o trabalho de leitura do/no

arquivo. Será preciso aprender a ler os “restos” e fazer deles o mosaico conforme nos ocupamos anteriormente.

Mosaico porque, também, aquilo que resta de um objeto outrora inteiro, indivisível em sua inteireza que se dá aos olhos nus, aquilo que resta do desfazer da inteireza, é também o objeto. O caco, o rastro, o vestígio não deixa de ser o objeto fragmentado, traz consigo não apenas a parte, mas a evidência de ter sido *parte do todo*. Se o que resiste é a ciência de que está *em situação de desaparecimento* o indivíduo e tudo o que se constrói em torno desse saber é um mosaico de vestígios, temos aí a ciência, também, de que existe um objeto *inteiro*(ilusoriamente) que deixou vestígios. É evidente e por isso suscita tantos questionamentos: se há rastro, há caminho. Se há caminho, há um início, um meio e um fim hipotético. Há quem o percorra. Há muito a saber. E resta o rastro. E no arquivo o caquinho vira objeto inteiro em si e vira parte do todo do mosaico. Vira retrato.

É preciso fazer de outra forma, é preciso olhar para os *trombolhos* do/no arquivo, apropriar-se deles e ler a cada um como objeto de arquivo que é. Em sua opacidade. E, em nossa leitura, é a partir desse entendimento que os retratos tornam-se possíveis, jogando com a inteireza ilusória que se desfaz em vestígios pela política de silenciamento, com os cacos, tralhas e troços que restam e com a prática de arquivo, de política e de resistência que significa catar os cacos e fazê-los mosaico. Um objeto outro, objeto que vai significar o processo de ter sido parte inteira, de ter sido parte “quebrada” e de ser, agora, uma parte-todo que exhibe suas marcas do processo – lembramos a prática oriental de consertar louças quebradas colando-as, preenchendo-lhes os vincos com ouro. Pensamos nesses espaços entre os caquinhos do mosaico que ficam ali evidentes, com a marca daquilo que os preenche e que, no *nosso* mosaico, o que preenche é o silêncio e a falta, pois o silêncio e a falta significam por excelência, pois “o poder do arquivo é tanto mais forte quanto mais ausente for o arquivo” (ROUDINESCO, 2006, p.7). O rastro, o vestígio do qual nos ocupamos, o “caquinho” que recolhemos dentre os outros para compor nosso mosaico – os documentos e suas séries... o arquivo e suas séries... – dá-nos a certeza de que estamos diante de uma pequena peça que denuncia uma ausência pela sua presença. O rastro que faz a denúncia: isso aconteceu. Isso existe. Isso está acontecendo. O rastro, o resto, o vestígio, o trombolho que compõe o arquivo depõe contra a voz que tenta negar a sua existência: já não importa a sua “origem” ou a sua “fonte”. Estar ali, no arquivo, significar ali, diz muito da prática de terror que se empregou para não deixar nenhum vestígio – e eis a beleza rústica do rastro: ele não é planejado. Ele é.

Compreendemos que esse trabalho de compor o mosaico no interior do arquivo, de juntar os cacos e transforma-los em base material para o mosaico, o qual podemos compreender como efeito de “*operaciones de montaje (secuencialización de fragmentos)*”, a qual “*tiene carácter analítico, es decir, el modo de construcción y organización de las series – y de las series de series – responde a una hipótesis de trabajo y genera efectos en la comprensión de las problemáticas que se estudian*”⁹⁸ (GLOZMAN, 2015, p. 6), trata de fazer aquilo que compreendemos como parte essencial do trabalho em arquivo: propor-lhe questões. O arranjo do mosaico não se faz ao acaso, mas no trabalho de perguntar aos vestígios quais ajudam a responder a uma questão de pesquisa – que pode não ser acadêmica, mas não é menos uma investigação. Pergunta-se aos vestígios quais podem levar ao efeito de *verdade, justiça, memória e nunca mais* (consigna comum do movimento pós e antiditatorial no Uruguai e palavras de ordem do grupo *Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos*).

Entendemos, ainda, que o trabalho de arquivo não se faz por um indivíduo, mas por um grupo sem líder – conforme estudamos anteriormente – que assume uma posição de sujeito leitor e trabalhador do/no arquivo que respeita a sua constituição ao fazer-lhe as perguntas e ao ler as “respostas” possíveis. Ao colocar em jogo vestígios de arquivos de diferentes ordens – oficiais, extra-oficiais, pessoais... –, o sujeito

[...] apropria-se aqui de um arquivo para fazê-lo interpenetrar-se com o presente. Ele se constitui ator de um processo de rememoração. Não se trata de interferir no arquivo, nem em suas modalidades de conservação, mas sim de prolongá-lo, de acrescentar novos elementos (ARTIÈRES, 2011, p. 109)

fazendo alimentar os retratos, coletando os vestígios, analisando-os, lendo-os, atualizando o arquivo até mesmo na forma (os retratos em *Muertes* (1984), livreto impresso durante a ditadura, os retratos em *A Todos Ellos* (2004), contando já com uma versão digital e, por fim, os retratos no site do grupo *Desaparecidos* (2015), cuja forma dialoga com a as demandas do efeito de instantaneidade do atual, do espaço digital). Tal trabalho de manter vivo (legível, acessível, analisável...) o arquivo significa o processo de rememoração⁹⁹ que se faz

⁹⁸ “Operações de montagem (sequencialização de fragmentos)” a qual “tem caráter analítico, ou seja, o modo de construção e de organização das séries – e das séries de séries – responde a uma hipótese de trabalho e gera efeitos na compreensão das problemáticas que se estudam”. (Tradução nossa).

⁹⁹ A noção de *rememoração* tem como aporte para reflexão o conhecimento de que se faz “construindo redes de memória que significam em suas filiações ideológicas (PÊCHEUX, 2006), sendo entendida como espaço discursivo no qual se recorda não apenas para repetir, mas para atualizar, para interpretar em outra conjuntura.” (GREFF, 2017, p. 116) e, ainda, tem-se que “os discursos de rememoração, de um lado, trazem para o domínio da atualidade vestígios de um passado que retorna como recordação e, de outro, são interpretados pelos valores sociais do presente” (VENTURINI, 2008, p. 43), “passado que é retomados do interdiscurso e constituído novamente no

“construindo redes de memória que significam em suas filiações ideológicas (PÊCHEUX, 2006), sendo entendido como espaço discursivo no qual se recorda não apenas para repetir, mas para atualizar, para interpretar em outra conjuntura.” (GREFF, 2017, p. 116), ou seja, para atualizar aquilo que volta como memória coletiva, como memória partilhada por um grupo que a significa sob o olhar de uma formação discursiva em que se inscrevem enquanto grupo social, enquanto aqueles que lembram e que constroem uma memória coletiva do acontecimento histórico configurado pela ditadura militar no Uruguai e, mais que isso, pelo acontecimento histórico que significa muito particularmente em função dessa memória sensível que toma as ruas em lugares de memória, que se faz nos parques e nas praças, nas marchas, nos protestos, nos monumentos, no silêncio, no arquivo. Que se faz na resistência.

Resistir pelo arquivo. Fazer gritar o arquivo como um afronte à política de silenciamento. Fazer existir, fazer presente o arquivo como um afronte a uma política de desaparecimento. Fazer viver a memória como afronte a uma política de morte. Arquivo como resistência. *Onde queres tortura, mansidão. One queres um lar, revolução. E onde queres bandido, sou herói...* Um arquivo para fazer resistir a memória e o discurso que significa a própria resistência. Um arquivo que se faz na resistência daqueles que, mortos ou desaparecidos, não se deixam/não se deixa morrer ou desaparecer pois a ausência é denúncia. Um arquivo que se faz na resistência daqueles que, sobreviventes (à prisão, à tortura, à espera, ao luto...), desde um período em que o simples arranjar de documentos em arquivo poderia depor contra um crime que não se sabia exatamente qual era, mas saber, fazer saber, querer saber sobre os desaparecidos já era contra a ordem. A resistência à ordem policial que trabalha para colocar em uma ordem sem questionamento – polícia como

[...] atividade e não instituição, atividade compreendida como um conjunto de processos que visam operar “a segregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição (RANCIÈRE, 1996, p. 41) de modo que todos os elementos da coletividade estejam dispostos em seus lugares pré-definidos e ali permaneçam (GREFF, 2017, p. 47).

E o lugar a permanecer é sempre um outro que não ali, presente. E é nesse sentido que entendemos o arquivo como resistência: resistir não como uma militância das ruas, dos embates práticos (necessários, cada vez mais urgentes), mas resistência como um imperativo que se faz também no trabalho científico, acadêmico. Resistência que se faz também na produção do arquivo, na atualização do arquivo, na prática política de arquivo e na política de

discurso, movendo sentidos já significados sob efeito de sua inscrição em outras condições de produção do discurso”. (GREFF, 2017, p. 116).

arquivo. Resistência no arquivo do grupo *Desaparecidos* como uma condição própria pra ser o que é. Desde a década de 1980, quando tudo apontava para o contrário, o grupo recolhia documentos de toda sorte para compor o que hoje podemos consultar para tentar compreender a dimensão dos acontecimentos históricos, para tentar compreender a luta daqueles por nós, pela democracia que (acreditamos) viver. Entendemos que a prática de resistência que perseguimos ao longo de nossos escritos se faz no trabalho de lutar contra o inevitável esquecimento, fazendo da memória partilhada uma memória coletiva que se sustenta justamente na partilha (HALBWACHS, 2012) e pela qual se ensina, também, a resistir. É na partilha e na coletividade do grupo que a memória se mantém viva e, por isso, significando.

“É preciso aprender a resistir. Nem ir, nem ficar, aprender a resistir.” (FUKS, 2015, p. 79) – é preciso ensinar a resistir. Ao inevitável do esquecimento, ao inevitável da morte, ao inevitável do luto. É preciso inscrever no discurso a memória, via arquivo, daquilo que tanto se faz, por tantas vias, para esquecer. Em nosso tempo, nesses vinte anos de século vinte e um nos quais já vimos toda sorte de absurdo, vemos também a constante volta ao passado para deslegitimá-lo, para questionar se o horror é, de fato, o horror. Para relativizar a brutalidade, para suavizar o indizível e poder afirmar que há, sim, justificativa para o injustificável. É para resistir a tais investidas que retratos de um passado recente são necessários: é necessário saber das necropsias desautorizadas pelos militares, é necessário saber sobre a tortura, é necessário saber sobre o estado em que se encontravam os enfermos e como, ainda enfermos, eram torturados. É necessário saber das mortes e de como a morte só se confirma décadas depois. É necessário saber que passadas mais de três décadas, ainda há *situação de desaparecimento* e lutos sempre por fazer. Os retratos, os vestígios, os rastros, os documentos, o arquivo: é necessário.

Resistir: quanto em resistir é aceitar impávido a desgraça, transigir com a destruição cotidiana, tolerar a ruína dos próximos? Resistir será aguentar em pé a queda dos outros, e até quando, até que as pernas próprias desabem? Resistir será lutar apesar da óbvia derrota, gritar apesar da rouquidão da voz, agir apesar da rouquidão da vontade? É preciso aprender a resistir, mas resistir nunca será se entregar a uma sorte já lançada, nunca será se curvar a um futuro inevitável. Quanto do aprender a resistir não será aprender a perguntar-se? (FUKS, 2015, p. 79)

Aprender a resistir pela memória. Aprender a resistir pelo “primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’” que nos ensina Pêcheux (2009, p. 281). Pela força do sentido de tornar-se sempre outro. Pela força de permanência sempre mutável do arquivo. Pela força das linhas que unem os caquinhos do nosso mosaico, pela força da memória. Por *todos ellos*.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2010.
- AGUILAR, P. L.; GLOZMAN, M.; GRONDONA, A.; HAIDAR, V. ¿Qué es un corpus? **Entramados y perspectivas**, Buenos Aires, v.4, n. 4, p. 35-64, 2014.
- ALFARO, R. O. Memoria, verdad y justicia en Uruguay: la gestión del pasado en un escenario de luces y sombras. **Ilcea** [Em línea], Gières, 26, 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/ilcea/3905>>. Acesso em 19 abr. 2019.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ARTIERES, P. Monumentos de papel: A propósito de novos usos sociais dos arquivos. In: SALOMON, M. (Org.). **Saber dos Arquivos**. Goiânia: Edições Ricochete, 2012.
- BARROS, M. **Poesia Completa**. São Paulo: LeYa, 2013.
- BECK, M. **Aurora Mexicana - Processos de resistência-revolta-revolução em lutas populares da América Latina**: O exemplo do discurso zapatista. 2010. 196f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. 2010.
- BENEDETTI, M. **La Tregua**. Madrid: Alfaguara, 2015.
- BRECHT, B. **Perguntas de um trabalhador que lê**. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br>>. Acesso em: 28 abr. 2020.
- BUHELLI, G.; CURTO, V.; SANGUINETTI, V.; DEMASI, C; YAFFÉ, J. (Orgs.). **Vivos los llevaron...** – Historia de la lucha de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos. Montevidéo, UY: Ediciones Trilce, 2005.
- CARPENA, R. Entrevista con José Mujica. "No sé qué ideología tienen los Kirchner. **La Nación**, Montevidéo. 13 setembro 2009. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/opinion/no-se-que-ideologia-tienen-los-kirchner-nid1173730/>>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- COMAS, J. El 57% de uruguayos apoya al Gobierno al optar por la 'ley de caducidad'. **El País**, Montevidéo. 17 abril 1989. Disponível em: <https://elpais.com/diario/1989/04/18/internacional/608853603_850215.html>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- CONEIN, B.; COURTINE, J. J.; GADET, F.; MARANDIN, J. M.; PÊCHEUX, M. (Orgs.). **Materialidades Discursivas**. Campinas: Unicamp, 2016.
- COURTINE, J. J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCar, 2014.

COURTINE, J. J. O chapéu de Clementis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, C. L. (Org.). **Os múltiplos territórios da Análise de Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

DEMASI, C.; YAFFÉ, J. Presentación. In: BUCHELI, G. et alli. **Vivos los llevaron... História de la lucha de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos (1976 – 2005)**. Montevideu: Trilce, 2005.

DERRIDA, J. **O Mal de Arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIDI-HUBERMAN, G. **Cascas**. São Paulo: 34, 2017.

EQUIPO DE INVESTIGACIÓN HISTÓRICA. El cuartel de la calle Víctor Haedo 2020 (ex Dante). S.d. Disponível em: <<https://desaparecidos.org.uy/informes/>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

ERRANDONEA, J. Justicia Transicional en Uruguay. **Revista IIDH Instituto Interamericano de Derechos Humanos**, San Pedro, 47, p. jan-ju, 2018. Disponível em: <<https://www.corteidh.or.cr/tablas/r23814.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

FARGE, A. **O Sabor do Arquivo**. Tradução Fátima Murad. São Paulo: USP, 2009.

FERREIRA, M. C. L. Análise do Discurso e suas Interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, v. 24, n. 48, [s.p.], 2010.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber**. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

FUKS, J. **A Resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

GLOZMAN, M. R. Linguística, Materialismo, (inter)Discurso: elementos para una lectura de Las Verdades Evidentes. In: PÊCHEUX, M. **Las Verdades Evidentes**: linguística, semântica e filosofia. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones del CCC, 2016.

GLOZMAN, M. R. Sobre la construcción de series en el trabajo de archivo. A propósito del “discurso hispanista” en el primer peronismo. **Revista Heterotopías del Área de Estudios del Discurso de FFyH**, Córdoba, v. 1, n. 2, dez. 2018

GREFF, L. **À procura de sentido**: andando em silêncio. 2017. 121f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. 2017.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

GUILHAMOU, J.; MALDIDIER, D.; ROBIN, R. **Discurso e Arquivo**: Experimentações em Análise do Discurso. Campinas: Editora UNICAMP, 2016.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro Editora. 2012.

INDURSKY, F. A Escrita à Luz da Análise do Discurso. In: CORTINA, Arnaldo; NASSER, Sílvia Maria Gomes da Conceição (Orgs.). **Sujeito e linguagem**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p.117-131.

LEVI, P. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

MARIANI, B. **O comunismo imaginário**: praticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 1996. 259f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 1996.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, [1848] 2003.

NUNES, J. H. Leitura de Arquivo: Historicidade e Compreensão **Anais do II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso**. Porto Alegre, UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.analisedodiscurso.ufgrs.br/anaisdosead/sead2.html>>. Acesso em: dez. 2018.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**. Campinas, Pontes: 2007.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 8.ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Leitura**. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

ORLANDI, E. P. **Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, E. P. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. In: DIAS, C. (Org.). **Formas de mobilidade no espaço e-urbano**: sentido e materialidade digital. Série e-urbano. v. 2, 2013. Disponível em: <<https://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/volumeII/index.php>>. Acesso em: dez. 2018.

PADRÓS, J. E. **Como el Uruguay no hay**: Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 4. ed. Campinas, Pontes: [1988] 2006.

- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de Leitura: da história no discurso**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 2010.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **O papel da memória**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas: Unicamp, [1988] 2009.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp, 2014.
- PETRI, V.; SCHERER, A. **Memória e Subjetividade: de um tempo para lembrar**. In: *Desenredo*, v. 12, n. 1, p. 21-29. jan/jun, 2016.
- RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**. São Paulo: 34, 2009.
- RANCIÈRE, J. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: 34, 1995.
- RANCIÈRE, J. **Os Nomes da História – Um Ensaio de Poética do Saber**. São Paulo: Pontes, 1994
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- ROBIN, R. **A Memória Saturada**. Campinas: Editora Unicamp, 2016
- ROMÃO, L. M. S.; FERREIRA, M. C. L.; DELA-SILVA, S. Arquivo. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V.; DELA-SILVA, S. (Orgs.). **Discurso, Arquivo e...** Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 11-21.
- ROUDINESCO, E. **A Análise e o Arquivo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SÁBATO, E. **A Resistência**. São Paulo: Cia das Letras, 2008
- SALOMON, M. Saber dos Arquivos. In: SALOMON, M. (Org.). **Saber dos Arquivos**. Goiânia: Edições Ricochete, 2012.
- SCHELOTTO, M. La dictadura cívico-militar uruguaya (1973- 1985): militarización de los poderes del estado, transición política y contienda de competencias. **Diacronie Studi di Storia Contemporanea**. Le dittature militari: fisionomia ed eredità politica. n. 24, s.p., 2015. Disponível em: <http://www.studistorici.com/wp-content/uploads/2015/12/14_SCHELOTTO.pdf>. Acesso em: dez. 2018.
- SCHELOTTO, M. La dictadura cívico-militar uruguaya (1973-985): la construcción de la noción de víctima y la figura del exiliado en el Uruguay post-dictatorial. **Nuevos Mundos, Mundos Nuevos**. Cuestiones del tiempo presente, 2015a. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/nuevomundo/67888>>. Acesso em: dez. 2018.

SCHERER, A. As inquietudes discursivas de um orientador. In: SCHERER, A. E. (Org.). **Discurso**: circulação, fragmentação e funcionamento. Santa Maria: UFSM, CAL, PPGL, Laboratório Corpus, 2006.

SCHERER, A. Os limites do real da língua e da história: do Plano das Ideias ao Plano Teórico. **Fragmentum**, Santa Maria, n. 31, out-dez, p. 11-13. 2011.

SOUZA, L. M. A.; GRACIA, D. A.; FARIA, D. O. Paradigma indiciário, língua-concha, recorte e funcionamento: a metodologia em AD. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 33, p. 93-108, 2004.

UDELAR **Investigación histórica sobre ladicadura y el terrorismo de estado en el Uruguay (1973-1985)**. Universidad de La Republica, Comisión Sectorial de Investigación Científica (CSIC); Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación; Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU), 2008.

URUGUAY. Informe final de la Comisión para la Paz. Montevideo, 2003. Disponível em: <https://www.usip.org/sites/default/files/file/resources/collections/commissions/Uruguay-Report_Informal.pdf>. Acesso em: dez. 2018.